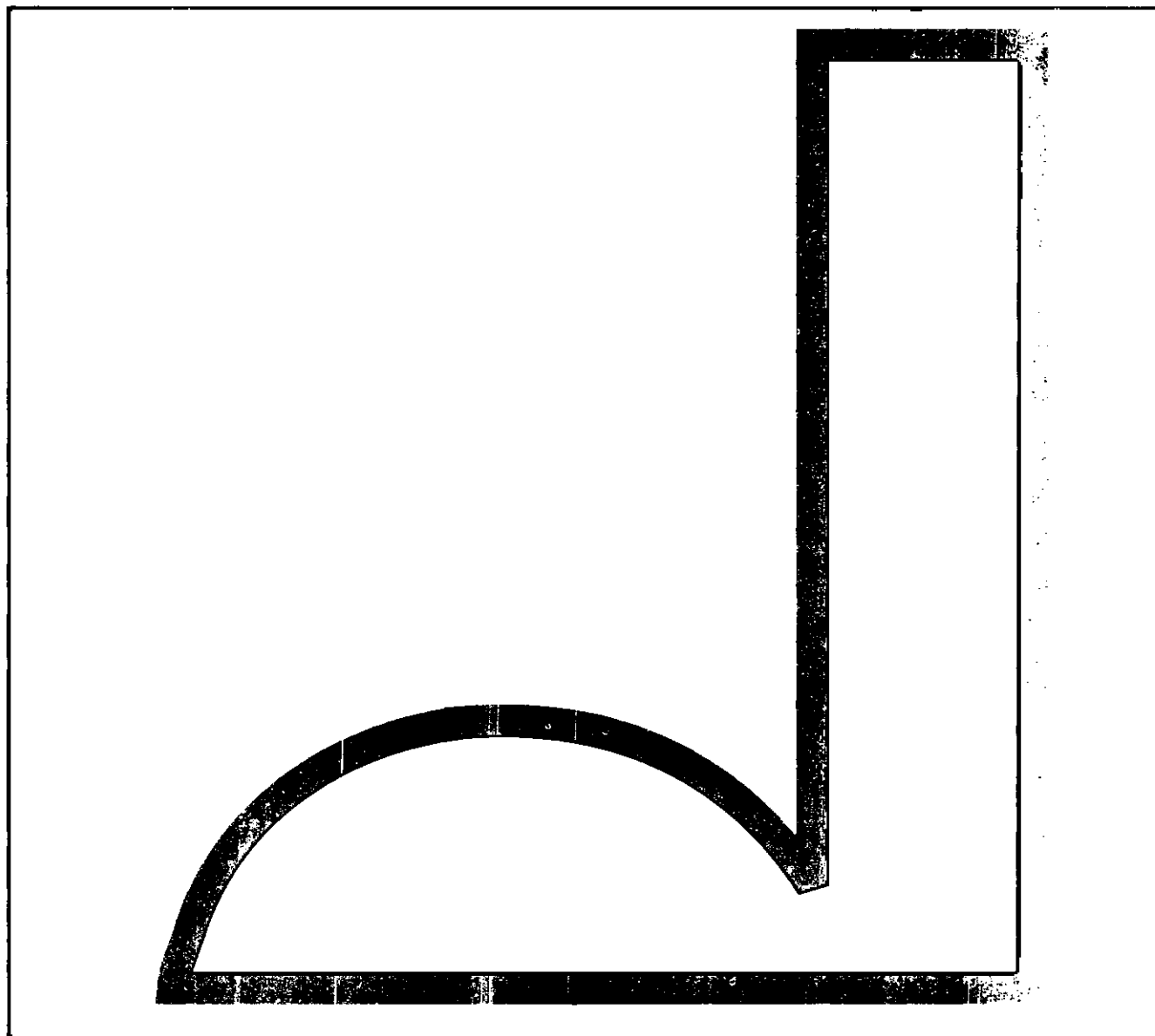




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p>		<p>3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> <i>2º Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i> (1) Reeleitos em 2-4-97</p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> (2) Designação: 30-6-99</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>José Roberto Arruda</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Moreira Mendes</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL – 21</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos (3)</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p>(3) Afastado em 30-3-2000, para exercer o cargo de Secretário de Estado do Governo de Tocantins</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB – 26</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Alencar</i> <i>Iris Rezende</i> <i>Amir Lando</i> <i>Ramez Tebet</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Renan Calheiros</i> <i>Agnelo Alves</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT) – 10</p> <p>Líder <i>Heloísa Helena</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Eduardo Suplicy</i> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Jefferson Pêres</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 14</p> <p>Líder <i>Sérgio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Antero Paes de Barros</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB – 2</p> <p>Líder <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Líder <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder <i>Paulo Hartung</i> Vice-Líder <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PSB – 3</p> <p>Líder <i>Roberto Saturnino</i> Vice-Líder <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 1</p> <p>Líder <i>Arlindo Porto</i></p>
EXPEDIENTE		
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 82ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 21 DE JUNHO DE 2000

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2000
(nº 2.904/2000, na Casa de origem), de iniciativa
do Presidente da República, que dispõe sobre
transferência de títulos da dívida pública da
União para os estados, e dá outras providências.
À Comissão de Assuntos Econômicos..... 13452

Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2000
(nº 2.446/2000, na Casa de origem), de iniciativa
do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Terri-
tórios, que dispõe sobre a transformação de fun-
ções comissionadas do Tribunal de Justiça do
Distrito Federal e Territórios, para adequação
das atividades administrativas e judiciárias. À
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania... 13456

Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000
(nº 2.733/97, na Casa de origem), que determina
a obrigatoriedade de a embalagem, o rótulo e a
propaganda de bebida alcoólica conterem adver-
tência sobre a proibição de sua venda a menores
de dezoito anos e prejudicialidade à saúde, e dá
outras providências. À Comissão de Assuntos
Sociais..... 13458

1.2.2 - Pareceres

Nº 665, de 2000, da Comissão de Assun-
tos Econômicos, sobre a Mensagem nº 131, de
2000, do Presidente da República, encaminhan-
do ao Senado Federal proposta para que seja
autorizada a República Federativa do Brasil a
contratar operações de crédito externo no valor
total de US\$212,645,000.00 (duzentos e doze
milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil dóla-
res dos Estados Unidos da América), junto ao
Banque Nationale de Paris - BNP, destinadas ao
financiamento da aquisição de bens e serviços
para os Projetos Pró-Amazônia/Promotec. (Pro-
jeto de Resolução nº 64, de 2000) 13459

Nº 666, de 2000, da Comissão de Assuntos
Econômicos, sobre a Mensagem nº 132, de 2000

(nº 813/2000, na origem), do Senhor Presidente da
República, que propõe ao Senado Federal seja au-
torizada a contratação de operações de crédito ex-
terno, nos valores de US\$167,998,250.00 (cento e
sessenta e sete milhões, novecentos e noventa e
oito mil, duzentos e cinquenta dólares dos Estados
Unidos da América) e US\$44,646,750.00 (quarenta
e quatro milhões, seiscentos e quarenta e seis mil,
setecentos e cinquenta dólares dos Estados Uni-
dos da América), entre a República Federativa do
Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW,
destinadas, a primeira, ao financiamento de oitenta
e cinco por cento no valor dos bens e serviços re-
ferentes à parte alemã, que integram o projeto
Pró-Amazônia/Promotec, e, a segunda, a quinze
por cento da respectiva aquisição, bem como de
serviços a serem prestados por empresas brasilei-
ras (tranche brasileira). (Projeto de Resolução nº
65, de 2000) 13463

(*) Leitura de pareceres (Itens 1.2.10 e 1.2.12)

1.2.3 - Comunicações da Presidência

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias
para tramitação e de cinco dias úteis para recebi-
mento de emendas, perante a Comissão de
Assuntos Econômicos, ao Projeto de Lei da Câ-
mara nº 33 de 2000, lido anteriormente..... 13468

Abertura do prazo de cinco dias úteis para
recebimento de emendas, perante a Mesa, aos
Projetos de Resolução nºs 64 e 65, de 2000, re-
sultantes de pareceres lidos anteriormente 13468

1.2.4 - Leitura de requerimentos

Nº 360, de 2000, de autoria do Senador
Luiz Otávio, solicitando a criação de Comissão
Temporária, composta de nove membros titulares
e de sete suplentes, obedecido o princípio da
proporcionalidade partidária, para, no prazo de
noventa dias, conhecer, discutir e consolidar a le-
gislação vigente e em tramitação no Congresso
Nacional, sobre direitos e vantagens dos idosos,
com o objetivo de elaborar proposição legislativa
que disponha sobre o Estatuto do Idoso. Será in-
cluído em Ordem do Dia oportunamente..... 13468

Nº 361, de 2000, de autoria do Senador
Moreira Mendes, solicitando a retirada de tramita-

ção, em definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 621, de 1999, de sua autoria, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à bagagem de viajantes. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 13468

Nº 362, de 2000, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando que o Projeto de Resolução nº 80, de 1999, de sua autoria, seja desapensado do Projeto de Resolução nº 81, de 1999, de forma a retomar sua tramitação própria. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. ... 13469

1.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2000, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que acrescenta parágrafo ao art. 4º do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 13469

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Término de prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 57, de 2000, de autoria do Senador Roberto Requião, que revoga o § 8º do art. 132 do Regimento Interno, com o objetivo de excluir a proibição de computar o voto do autor da proposição no âmbito das Comissões (Anexo ao Projeto de Resolução nº 81, de 1999, nos termos do requerimento nº 472, de 1999). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, à Comissão Diretora. 13470

1.2.7 – Ofícios

Nº 384/2000, de 21 do corrente, da Liderança do Bloco PMDB/PST/PTN na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 13470

Nº 386/2000, de 21 do corrente, da Liderança do Bloco PMDB/PST/PTN na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada com a finalidade de apurar, em todo País, e elevado crescimento do roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários. 13470

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Considerações sobre a escalada da violência e as medidas adotadas pelo Governo Federal. 13471

SENADOR MOREIRA MENDES – Preocupação com os ataques à soberania brasileira sobre a Amazônia promovidos pelas ONG estrangeiras. 13473

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Atuação das ONG ambientalistas. Defesa da hidrovia Tocantins-Araguaia. 13477

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Registro do protesto da Associação Médica Brasileira e do Conselho Federal de Medicina quanto à decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, sobre a aplicação da Tabela de Honorários Médicos às empresas de planos de saúde. 13481

SENADOR ÁLVARO DIAS – Apoio à iniciativa do Governo Federal de indicar a pediatra catarinense Zilda Ames como candidata ao Prêmio Nobel da Paz 2001. 13483

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Comentários sobre o Plano Nacional de Segurança anunciado ontem pelo Presidente da República. ... 13484

1.2.9 – Leitura de requerimentos

Nº 363, de 2000, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2000, de sua autoria. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 13485

Nº 364, de 2000, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 25, de 2000, que acrescenta incisos V, VI, VII, VIII e IX ao artigo 3º da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. Será votado após a Ordem do Dia. 13485

Nº 365, de 2000, de urgência para o Projeto de Resolução nº 64, de 2000, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, nos valores de US\$167,998,250.00 (cento e sessenta e sete milhões, novecentos e noventa e oito mil, duzentos e cinquenta dólares norte-americanos) e US\$44,646,750.00 (quarenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, setecentos e cinquenta dólares norte-americanos), entre a República Federativa do Brasil e o *Banque Nationale de Paris – BNP*, destinadas, a primeira, ao financiamento de oitenta e cinco por cento do valor dos bens e serviços referentes à parte francesa, que integram o projeto Pró-Amazônia/Promotec, bem como de serviços a serem prestados por empresas brasileiras (tranche brasileira). Será votado após a Ordem do Dia. 13485

1.2.10 – Leitura de pareceres

Nº 667, de 2000, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, sobre a Representação nº 2, de 1999, oferecida para apurar quebra de decoro parlamentar do Senador Luiz Estevão de Oliveira Neto, apresentada pelo PT, por seu Pre-

sidente; PDT, por seu Vice-Presidente; PSB, por seus Líderes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; PPS, por seu Presidente; PCdoB, por seu Presidente; PV, por seu Líder na Câmara dos Deputados; e o PL, por seu Líder na Câmara dos Deputados. (Projeto de Resolução nº 66, de 2000) 13486

Nº 668, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Parecer nº 667, de 2000, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, sobre a Representação nº 2, de 1999, oferecida para apurar quebra de decoro parlamentar do Senador Luiz Estevão de Oliveira Neto. 13535

1.2.11 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão extraordinária do Senado Federal a realizar-se no dia 28 do corrente, às 10h, para apreciação dos Pareceres nºs 667 e 668, de 2000, lidos anteriormente, sendo notificados o Senador Luiz Estevão e seus advogados através dos Ofícios nºs 1.043 e 1.044, de 2000. 13553

1.2.12 – Leitura de pareceres

Nº 669, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Resolução nº 25, de 2000, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta incisos V, VI, VII, VIII e IX ao artigo 3º da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. 13553

Nº 670, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 126, de 2000, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor *João Grandino Rodas*, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos. 13555

Nº 671, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 127, de 2000, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor *Thompson Almeida Andrade*, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos. 13556

Nº 672, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 128, de 2000, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor *Celso Fernandes Campilongo*, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econô-

mica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos. 13557

Nº 673, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 129, de 2000, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor *Afonso Arinos de Melo Franco Neto*, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos. 13558

Nº 674 a 676, das Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1991 (nº 3.403/92, naquela Casa), de autoria do Senador Francisco Rollemberg, que dá prioridade de atendimento a clientela que especifica e dá outras providências. 13559

Nº 677, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Diversos nº 37, de 1997, pelo qual o Presidente do Parlamento Latino-Americano – Grupo Brasileiro encaminha ao Senado Federal a Ata Final da XIII Conferência Interparlamentar União Européia/América Latina, realizada na cidade de Caracas – Venezuela, durante o período de 19 a 22 de maio passada. 13571

Nº 678, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador José Alencar, que insere dispositivo na Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares. 13578

Nº 679, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1998 (nº 3.770/97, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 30 e ao inciso III do art. 31 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma de apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências. 13580

Nº 680, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2000 (nº 4.733/98, na Casa de origem), que institui o dia 8 de julho como o Dia Nacional da Ciência e dá outras providências. 13582

Nº 681, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2000 – Complementar (nº 114/2000 – Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias

e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.

13582

1.2.13 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 25, de 2000, cujo parecer foi lido anteriormente.

13590

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 14, de 1998, e 15, de 2000, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

13590

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2000 – Complementar (nº 113/2000 – Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22. (Votação nominal) **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Roberto Saturnino, Sebastião Rocha, Geraldo Cândido, José Fogaça, a Sra. Heloísa Helena, os Srs. Artur da Távola, Jader Barbalho, Hugo Napoleão, Lauro Campos, Ademir Andrade e Roberto Freire. À sanção.

13590

Item 2 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2000 (nº 2.549/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências. **Discussão Encerrada**, ficando a votação adiada para a sessão do dia 26 do corrente, nos termos do Requerimento nº 373, de 2000, após leitura dos Recursos nºs 12 a 18, de 2000, e dos Requerimentos nºs 366 a 372, de 2000, de destaques para votação em separado das Emendas nºs 13 e 15 a 20, respectivamente, tendo usado da palavra a Sra. Heloísa Helena.

13608

Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Lúcio Alcântara, que dá nova redação à alínea c do inciso I do art. 12 da Constituição Federal (nacionalidade brasileira). **Retirado da pauta**.

13612

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Bernardo Cabral, que dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 73 da Constituição Federal (preenchimento de cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União por auditores). **Retirado da pauta**.

13612

Item 5

Projeto de Lei do Senado nº 124, de 1999 – Complementar, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que estabelece normas de acesso ao SIAFI – Sistema de Administração Financeira, e outros sistemas de informações de órgãos públicos, e dá outras providências. **Retirado da pauta**.

13612

Item 6 (Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 342, de 2000)

Projeto de Resolução nº 8, de 2000, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que autoriza os Municípios a contratarem operações de crédito com a Caixa Econômica Federal, destinadas à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 18, de 2000). **Aprovado Substitutivo (Emenda nº 1-CAE)**, após parecer de plenário proferido pelo Sr. Roberto Saturnino sobre a Emenda nº 2, de Plenário, lida nesta oportunidade (**Parecer nº 682, de 2000**), tendo usado da palavra os Srs. Paulo Hartung, Carlos Patrocínio, Romero Jucá, Geraldo Melo, Ricardo Santos e Hugo Napoleão. À Comissão Diretora para redação do vencido para o turno suplementar.

13613

Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 8, de 2000 (**Parecer nº 683, de 2000-CDIR**). **Aprovado com emenda** lida nesta oportunidade, após parecer de plenário proferido pelo Sr. Roberto Saturnino (**Parecer nº 684, de 2000**). À Comissão Diretora para redação final.

13618

Redação final do Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 8, de 2000 (**Parecer nº 685, de 2000-CDIR**). Aprovada. À promulgação.

13623

Item 7 (Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 136, de 2000)

Projeto de Resolução nº 18, de 2000, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que autoriza os municípios a contratarem operação de crédito com a Caixa Econômica Federal destinadas à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal. **Prejudicado**, em virtude da aprovação de

substitutivo ao Projeto de Resolução nº 8, de 2000, com o qual tramitava em conjunto.....	13624	Heloísa Helena, tendo S. Exa. e os Srs. Romero Jucá e Ney Suassuna usado da palavra. À Comissão Diretora para redação final.....	13629
Item 8 (Em regime de urgência – art. 336, inciso II, combinado com art. 338, inciso V, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 337, de 2000)		Redação final do Projeto de Resolução nº 63, de 2000 (Parecer nº 688, de 2000-CDIR). Aprovada. À promulgação.....	13631
Projeto de Resolução nº 59, de 2000, que autoriza o Estado de São Paulo a conceder contragarantia à República Federativa do Brasil na operação de crédito a ser realizada entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos serão destinados ao financiamento do Programa de Despoluição do Rio Tietê – Etapa II. Aprovado , após usarem da palavra a Sra. Heloísa Helena e o Sr. Ney Suassuna. À Comissão Diretora para redação final.....	13624	Item 11 Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1997 (nº 3.500/97, na Casa de origem), que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata. Aprovado Substitutivo (Emenda nº 1-CE) , após usar da palavra o Sr. Sebastião Rocha. À Comissão Diretora para redação do vencido para o turno suplementar.	13632
Redação final do Projeto de Resolução nº 59, de 2000 (Parecer nº 686, de 2000-CDIR). Aprovada. À promulgação.....	13626	Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1997. (Parecer nº 689, de 2000-CDIR). À publicação.	13633
Item 9 (Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 343, de 2000)		Item 12 Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1999 (nº 2.892/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Aprovado com emendas de redação. À Comissão Diretora para redação final.	13634
Projeto de Resolução nº 61, de 2000, que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor equivalente a até US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, (CREDIAMIGO). À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão. Aprovado , com abstenção do PT. À Comissão Diretora para redação final.....	13627	Item 13 Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 1999 (nº 82/95, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Não houve oradores no primeiro dia de discussão, em primeiro turno.	13666
Redação final do Projeto de Resolução nº 61, de 2000 (Parecer nº 687, de 2000-CDIR). Aprovada. À promulgação.....	13628	Item 14 Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 1999 (nº 129/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Excelsior Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Aprovado , com abstenção do PT, tendo usado da palavra a Sra. Heloísa Helena. À Comissão Diretora para redação final.	13667
Item 10 (Em regime de urgência-art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 346, de 2000)		Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 1999 (Parecer nº 690, de 2000-CDIR). Aprovada. À promulgação.....	13667
Projeto de Resolução nº 63, de 2000, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de até dezessete milhões oitocentos mil Direitos Especiais de Saque, equivalente a, aproximadamente, vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido da região Nordeste. Aprovado , com abstenção da Sra.		Item 15 Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 1999 (nº 116/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Champagnat. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba,	

Estado do Paraná. Aprovado , com abstenção do PT. À Comissão Diretora para redação final.	13668	Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 1999 (Parecer nº 691, de 2000-CDIR). Aprovada . À promulgação.....	13671
Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 1999 (Parecer nº 691, de 2000-CDIR). Aprovada . À promulgação.....	13668	Item 20	
Item 16		Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2000 (nº 202/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a permissão à Rádio FM da Ilha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra de Coqueiros, Estado de Sergipe. Aprovado , com abstenção do PT. À Comissão Diretora para redação final.	13672
Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 1999 (nº 119/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Orlândia Rádio Clube Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Orlândia, Estado de São Paulo. Aprovado , com abstenção do PT. À Comissão Diretora para redação final.	13668	Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2000 (Parecer nº 696, de 2000-CDIR). Aprovada . À promulgação.....	13672
Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 1999 (Parecer nº 692, de 2000-CDIR). Aprovada . À promulgação.....	13669	Item 21	
Item 17		Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2000 (nº 307/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural e Educacional de Itajaí para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina. Aprovado , com abstenção do PT. À Comissão Diretora para redação final.	13672
Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 1999 (nº 139/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Pedro Três para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo. Aprovado , com abstenção do PT. À Comissão Diretora para redação final.	13669	Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2000 (Parecer nº 697, de 2000-CDIR). Aprovada . À promulgação.....	13673
Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 1999 (Parecer nº 693, de 2000-CDIR). Aprovada . À promulgação.....	13669	Item 22	
Item 18		Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2000 (nº 341/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, em Luanda, em 31 de maio de 1999. Aprovado . À Comissão Diretora para redação final.	13673
Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 1999 (nº 160/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Pesquisa, Planejamento e Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Toledo – Fundação Toledo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Toledo, Estado do Paraná. Aprovado , com abstenção do PT. À Comissão Diretora para redação final.	13670	Item 23	
Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 1999 (Parecer nº 694, de 2000-CDIR). Aprovada . À promulgação.....	13670	Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2000 (nº 404/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Israel sobre Isenção de Vistos para Titulares de Passaportes Nacionais Válidos, celebrado em Brasília, em 1º de setembro de 1999. Aprovado . À Comissão Diretora para redação final.....	13673
Item 19		1.3.1 Matérias apreciadas após a Ordem do Dia	
Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 1999 (nº 136/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul. Aprovado , com abstenção do PT. À Comissão Diretora para redação final.	13671	Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1999 (Parecer nº 698, de 2000-CDIR). Aprovada , nos termos do Requerimento nº 376, de 2000. À sanção.....	13674
		Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2000 (Parecer nº 699, de	

2000-CDIR). Aprovada , nos termos do Requerimento nº 377, de 2000. À promulgação.	13685	vantagens e direitos dos idosos, como objetivo de elaborar o Estatuto do Idoso.	13690
Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2000 (Parecer nº 700, de 2000-CDIR). Aprovada , nos termos do Requerimento nº 378, de 2000. À promulgação.	13686	SENADOR ROMERO JUCÁ – Exaltação dos estudos na área da Ciência do Direito realizados pela publicação Norte Jurídico.	13690
Requerimentos nºs 364 e 365, de 2000, lidos no Expediente da presente sessão. Aprovados . Os Projetos de Resolução nºs 25 e 64, de 2000, serão incluídos na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente.	13687	SENADOR GERSON CAMATA – Satisfação com o início das atividades do primeiro Call Center Embratel, Central de Atendimento da Empresa, no Estado do Espírito Santo.	13692
1.3.2 – Leitura de requerimentos		SENADOR ERNANDES AMORIM – Importância da existência de mecanismos para proteção dos recursos hídricos brasileiros.	13692
Nº 379, de 2000, de urgência para o Projeto de Resolução nº 65, de 2000, que autoriza a União a contratar operações de crédito externo, nos valores de US\$167,998,250.00 (cento e sessenta e sete milhões, novecentos e noventa e oito mil, duzentos e cinquenta dólares norte-americanos) e US\$44,646,750.00 (quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e seis mil setecentos e cinquenta dólares norte-americanos), entre a República Federativa do Brasil e o <i>Kreditanstalt Für Wiederaufbau</i> – KFW, destinadas, a primeira, ao financiamento de oitenta e cinco por cento do valor dos bens e serviços referentes à parte alemã, que integram o projeto Pró-Amazônia/Promotec, e, a segunda, a quinze por cento da respectiva aquisição, bem como de serviços a serem prestados por empresas brasileiras (tranche brasileira). Aprovado . À matéria figurará na Ordem do Dia na segunda sessão deliberativa ordinária subsequente.	13687	SENADOR MAURO MIRANDA – Considerações sobre o plano antiviolação anunciado ontem pelo Governo Federal.	13693
Nº 380, de 2000, de autoria da Senadora Emília Fernandes e outros Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de 12 crianças, ocorrido na Creche Casinha da Emília, em Uruguaiana/RS. Aprovado , após usar da palavra a Senadora Emília Fernandes, havendo o Sr. Presidente, Senador Carlos Patrocínio, em nome da Mesa, associando-se às manifestações de pesar.	13688	1.3.5 – Comunicação da Presidência	
1.3.3 – Ofício		Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima segunda-feira, dia 26, às 14h30min, com Ordem do Dia anteriormente designada.	13694
S/nº, de 2000, de 21 do corrente, do Senador Osmar Dias, em justificativa a sua ausência do Plenário hoje, durante as votações, não obstante estivesse presente às atividades do Senado Federal na presente data. À publicação.	13689	1.4 – ENCERRAMENTO	
1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação		2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 21-6-00	
SENADOR LUIZ OTÁVIO – Justificativas à requerimento para criação de Comissão Temporária destinada a consolidar a legislação sobre as		3 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		Convocação de reunião a realizar-se no dia 27 de junho próximo, terça-feira, às 9h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir o Senador Luiz Otávio, nos autos da Denúncia nº 1, de 2000, conforme requerido pela Sra. Relatora, Senadora Heloísa Helena.	13697
		4 - ATOS DO DIRETOR-GERAL	
		Nº 671, de 2000, referente ao servidor Eduardo Ferreira Gomes.	13697
		Nº 672, de 2000, referente ao servidor Francisco Severino do Nascimento.	13697
		Nºs 673 a 680, de 2000.	13697
		Nº 681, de 2000, referente ao servidor Edevaldes Alves.	13699
		Nºs 682 a 684, de 2000.	13699
		Nº 685, de 2000, referente à servidora Cleane Regina Batista Rodopiano de Oliveira.	13699
		5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		7 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 82ª Sessão Deliberativa Ordinária em 21 de junho de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo e Carlos Patrocínio

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Agnelo Alves – Alberto Silva – Alvaro Dias – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Patrocínio – Casildo Maldaner – Clodoaldo Torres – Djalma Bessa – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Ernandes Amorim – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Roberto Arruda – Juvenício da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Estevão – Luiz Otávio – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ribamar Fiquene – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Tião Viana – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PROJETOS RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2000 (Nº 2.904/2000, na Casa de origem)

De iniciativa do Presidente da República (matéria tramitando em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição).

Dispõe sobre a transferência de títulos da dívida pública da União para os Estados, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada a emitir títulos da dívida pública, no valor total de R\$382.936.000,00 (trezentos e oitenta e dois milhões, novecentos e trinta e seis mil reais), representados por Certificados Financeiros do Tesouro, de responsabilidade do Tesouro Nacional, inegociáveis, escriturados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, com as seguintes características:

- I – prazo: trinta dias;
- II – forma de colocação: direta em favor do Estado ou do Distrito Federal;
- III – valor nominal: múltiplo de R\$1.000,00 (mil reais);
- IV – atualização do valor nominal: mensalmente, pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna IGP-DI do mês anterior, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
- V – modalidade: escritural nominativa;
- VI – taxa de juros: seis por cento ao ano;
- VII – pagamento de juros: na data de resgate do certificado;
- VIII – resgate do certificado: em parcela única, na data do seu vencimento.

Art. 2º Os Certificados Financeiros do Tesouro a que se refere o art. 1º ficarão à disposição dos Esta-

dos e do Distrito Federal para utilização em conformidade com o disposto nos arts. 3º e 4º desta lei.

§ 1º O montante em Certificados Financeiros do Tesouro a que cada Unidade da Federação faz jus obedecerá à seguinte discriminação:

Estados	R\$
Acre	13.100.000,00
Alagoas	15.931.000,00
Amapá	13.066.000,00
Amazonas	10.685.000,00
Bahia	35.982.000,00
Ceará	28.096.000,00
Distrito Federal	2.643.000,00
Espírito Santo	5.744.000,00
Goiás	10.887.000,00
Maranhão	27.641.000,00
Mato Grosso	8.838.000,00
Mato Grosso do Sul	5.101.000,00
Minas Gerais	17.058.000,00
Pará	23.405.000,00
Paraíba	18.338.000,00
Paraná	11.041.000,00
Pernambuco	26.423.000,00
Piauí	16.548.000,00
Rio De Janeiro	5.850.000,00
Rio Grande do Norte	15.999.000,00
Rio Grande do Sul	9.017.000,00
Rondônia	10.782.000,00
Roraima	9.500.000,00
Santa Catarina	4.901.000,00
São Paulo	3.829.000,00
Sergipe	15.912.000,00
Tocantins	16.619.000,00
Total	382.936.000,00

§ 2º Os certificados a que se refere o parágrafo anterior correspondentes a cada Estado e ao Distrito Federal serão registrados sob custódia do Banco do Brasil S.A., que os manterá em conta especial vinculada.

Art. 3º Os Certificados Financeiros do Tesouro de que trata esta lei serão utilizados a partir do exercício financeiro de 2000, exclusivamente em pagamento das seguintes obrigações de natureza contratual junto à União, de responsabilidade do beneficiário ou de entidades a ele vinculadas, mediante expressa autorização da União, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional:

I – bônus referentes à reestruturação da dívida externa, decorrentes da emissão de Brazilian Investment Bond (BIB), do Bond Exchange Agreement (BEA) e junto ao Clube de Paris;

II – dívida decorrente dos refinanciamentos com base na Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989;

III – dívida decorrente dos refinanciamentos com base na Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993;

IV – dívida decorrente dos refinanciamentos com base na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e decorrente dos financiamentos com base na Medida Provisória nº 1.983-48, de 9 de março de 1999.

Parágrafo único. A critério dos Estados e do Distrito Federal, os certificados poderão ser utilizados no pagamento do serviço da dívida ou em amortizações de seus estoques, bem como para amortização ou liquidação de saldos devedores das contas gráficas de que tratam os contratos de refinanciamento celebrados ao amparo da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

Art. 4º No caso de amortização ou liquidação de dívidas decorrentes dos contratos de refinanciamento celebrados ao amparo da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, fica a União autorizada a resgatar antecipadamente os certificados emitidos na forma do art. 2º, mediante solicitação expressa dos Estados e do Distrito Federal, que destinarão o produto do resgate exclusivamente para os fins de que trata este artigo.

Parágrafo único. A transferência, à União, dos recursos provenientes do resgate dos certificados, para fins da operação de que trata o **caput**, será efetuada sob a responsabilidade do Banco do Brasil S.A.

Art. 5º As operações descritas nos arts. 3º e 4º desta lei serão realizadas sempre ao par.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revoga-se o art. 2º da Lei nº 9.783, de 28 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. O produto da arrecadação dos adicionais acrescidos à contribuição social do servidor público civil, ativo e inativo, e dos pensionistas dos três Poderes da União, para a manutenção do regime de previdência social dos seus servidores, a que aludia o artigo mencionado no **caput**, será restituído aos servidores e aos pensionistas que tenham sofrido desconto em folha dos respectivos valores.

PROJETO DE LEI Nº 2.904, DE 2000

Estabelece critérios para a compensação, pela União aos Estados e ao Distri-

to Federal, pelas perdas relativas ao quarto trimestre de 1991 decorrentes da aplicação dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada a compensar os Estados e o Distrito Federal, por perdas relativas ao quarto trimestre de 1999, especificadas no Anexo a esta lei decorrentes da aplicação dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 2º A compensação a que se refere o artigo anterior se dará mediante a emissão de títulos da dívida pública, representados por Certificados Financeiros do Tesouro de responsabilidade do Tesouro Nacional, inegociáveis, escriturados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, com as seguintes características:

I – prazo: trinta dias;

II – forma de colocação: direta em favor do Estado;

III – valor nominal: múltiplo de R\$1.000,00 (mil reais);

IV – atualização do valor nominal: mensalmente pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI do mês anterior divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;

V – modalidade: escritural nominativa;

VI – taxa de juros: seis por cento ao ano;

VII – pagamento de juros: na data de resgate do certificado;

VIII – resgate do certificado: em parcela única na data do seu vencimento.

Parágrafo único. O montante, em certificados, a que cada Estado faz jus será registrado na CETIP sob a custódia do Banco do Brasil S.A., que os manterá em conta especial vinculada.

Art. 3º Os certificados serão utilizados, a partir do exercício de 2000, exclusivamente em pagamento das seguintes obrigações de natureza contratual junto à União, de responsabilidade do beneficiário ou de entidades a ele vinculadas, mediante expressa autorização da União, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional:

I – bônus decorrentes da reestruturação da dívida externa (BIB, BEA, DMLP e Clube de Paris);

II – dívida decorrente dos refinanciamentos com base na Lei nº 7.976, de 20 de setembro de 1989;

III – dívida decorrente dos refinanciamentos com base na Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993;

IV – dívida decorrente dos refinanciamentos com base na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e decorrente dos financiamentos com base na Medida Provisória nº 1.983-48, de 9 de março de 1999.

Parágrafo único. A critério dos Estados e do Distrito Federal, os certificados poderão ser utilizados no pagamento do serviço da dívida ou em amortizações de seus estoques, bem como para amortização ou liquidação de saldos devedores das contas gráficas de que tratam os contratos de refinanciamento celebrados ao amparo da Lei nº 9.496, de 1997.

Art. 4º No caso de amortização ou liquidação de dívidas decorrentes dos contratos de refinanciamento celebrados ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, fica a União autorizada a resgatar antecipadamente os certificados emitidos na forma do art. 2º, mediante solicitação expressa dos Estados e Distrito Federal, que destinarão o produto do resgate exclusivamente para os fins de que trata este artigo.

Parágrafo único. A transferência, à União, dos recursos provenientes do resgate dos certificados para fins da operação de que trata o caput, será efetuada sob a responsabilidade do Banco do Brasil S.A.

Art. 5º As operações descritas nos arts. 3º e 4º desta lei serão realizadas sempre ao par.

Art. 6 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revoga-se o art. 22 da Lei nº 9.783, de 28 de janeiro de 1999.

Brasília,

	R\$ Mil
Estados	Perdas
Acre	13.100
Alagoas	15.931
Amapá	13.066
Amazonas	10.685
Bahia	35.982
Ceará	28.096
Distrito Federal	2.643
Espírito Santo	5.744
Goiás	10.887
Maranhão	27.641
Mato Grosso	8.838
Mato Grosso do Sul	5.101
Minas Gerais	17.058
Pará	23.405

Paraíba	18.338
Paraná	11.041
Pernambuco	26.423
Piauí	16.548
Rio de Janeiro	5.850
Rio Grande do Norte	15.999
Rio Grande do Sul	9.017
Rondônia	10.782
Roraima	9.500
Santa Catarina	4.901
São Paulo	3.829
Sergipe	15.912
Tocantins	16.619
Total	382.936

MENSAGEM Nº 505

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 64, parágrafo 1º, da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o texto do projeto de lei que "Estabelece critérios para a compensação, pela União, aos Estados e ao Distrito Federal, pelas perdas relativas ao quarto trimestre de 1999, decorrentes da aplicação dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

Brasília, 20 de abril de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM Nº 264

Em 12 de abril de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A presente proposta de projeto de lei tem por objetivo dar consequência a parte dos entendimentos mantidos entre Vossa Excelência e os Senhores Governadores Estaduais.

2. É pretensão da União compensar os Estados e o Distrito Federal por perdas com a aplicação dos dispositivos instituídos pelos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que versam sobre o Fundo de Estabilização Fiscal – FEF, relativamente aos valores apurados para o último trimestre do exercício de 1999.

3. O equacionamento da questão consubstancia-se na emissão de títulos da dívida pública, representados por certificados de emissão do Tesouro Nacional, em favor dos Estados e do Distrito Federal, no

montante global estimado em R\$382 milhões, conforme discriminação em anexo.

4. Os aludidos certificados seriam registrados sob a forma escritural na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, e custodiados no Banco do Brasil S.A. Sua utilização, a partir deste exercício, seria limitada à amortização ou liquidação de obrigações de natureza contratual junto à União, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e de entidades a eles vinculadas, bem como da conta gráfica de que trata o refinanciamento celebrado ao amparo da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

5. Registre-se, por oportuno, que está sendo proposta a revogação do art. 2º da Lei nº 9.783, de 28 de janeiro de 1999, artigo esse que trata da criação de adicionais de 9% e 14% sobre a contribuição social de servidores civis, ativos e inativos, dos três Poderes da União, para a manutenção do regime de previdência do funcionalismo público federal. Entendemos que a eventual proposição de um novo dispositivo legal destinado à instituição de adicionais sobre a referida contribuição deverá ser avaliada, no futuro, à luz da decisão final do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

6. Com estes esclarecimentos, submetemos a Vossa Excelência o presente projeto de lei e solicitamos tornar sem efeito a Exposição de Motivos nº 856/MF, de 22 de outubro de 1999.

Respeitosamente, – **Pedro Malan**, Ministro de Estado da Fazenda – **Waldeck Ornélas**, Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.976, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1989

Dispõe sobre o refinanciamento pela União da dívida externa de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas entidades da Administração Indireta, e dá outras providências.

LEI Nº 8.727, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1993

Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações, direta e indireta, dos Estados, do Distrito

Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

LEI Nº 9.496, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

LEI Nº 9.783, DE 28 DE JANEIRO DE 1999

Dispõe sobre a contribuição para o custeio da Previdência Social dos servidores públicos, ativos e inativos, e dos pensionistas dos Três Poderes da União, e dá outras providências.

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.983-48
DE 9 DE MARÇO DE 2000
(Reeditada pela Medida Provisória
nº 2.023-50, de 20-4-2000)**

Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 34, DE 2000
(Nº 2.446/2000, na Casa de origem)
(De iniciativa do Tribunal de Justiça do
Distrito Federal e Territórios)**

Dispõe sobre a transformação de funções comissionadas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, para adequação das atividades administrativas e judiciárias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam transformadas, sem aumento de despesa, funções comissionadas criadas pela Lei nº 6.831, de 23 de setembro de 1980, conforme anexo I desta lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta lei serão atendidas pelos recursos orçamentários próprios do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

Funções Comissionadas criadas pela Lei nº 6.831/80			Funções Comissionadas transformadas conforme art. 1º desta Lei.		
Nº de cargos	FC	Destinação	Nº de cargos	FC	Destinação
09	FC-09	Diretor de Secretaria	11	FC-01	Estrutura Administrativa e Judiciária do
08	FC-08	Depositário Público	13	FC-03	Tribunal de Justiça
07	FC-08	Contador Partidos	24	FC-05	do Distrito Federal e Territórios.
02	FC-08	Distribuidor	11	FC-09	
04	FC-08	Oficial de Registro	-	-	-

OFÍCIO GPR/Nº 309/2000

Brasília/DF, 25 de janeiro de 2000

Excelentíssimo Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência a fim de apresentar anteprojeto de lei, que tem por escopo promover o ajuste no Quadro de Pessoal e de Funções Comissionadas deste Tribunal de Justiça, com vista à apreciação pelos demais membros do Congresso Nacional.

Por oportuno, cumpre informar a Vossa Excelência que a presente proposta foi objeto de trabalhos técnicos elaborados e coordenados por comissão instituída por este Tribunal de Justiça e aprovada por seu Conselho da Magistratura.

É imperioso ressaltar que o cenário que atualmente se configura exige do Judiciário uma nova postura administrativa, voltada para o princípio da eficiência e para a gerência de resultados, diante da qual torna-se inevitável efetuar esses ajustes.

Eis que, em consonância com essa nova concepção gerencial, esta Casa já deu o primeiro passo rumo à concretização de tais mudanças, quando da implantação dos Juizados Especiais, aprovados pela Lei nº 9.699/98, e deflagrando uma política de valorização de recursos humanos, com novos investimentos no treinamento e aperfeiçoamento de servidores e magistrados e de modernização, que envolve desde a ampliação do seu acervo tecnológico até as instalações físicas.

Adjetivando o exposto, apresento, em anexo, a justificativa que acompanha este anteprojeto e que

poderá bem esclarecer a necessidade e os benéficos resultados trazidos pela transformação das referidas funções comissionadas e no ajuste do Quadro de Pessoal deste Tribunal, sem aumento de despesas.

Por tais razões, faço remessa a Vossa Excelência do anteprojeto de lei e da justificativa que o acompanha, oportunidade em que me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente, – Desembargador **Hermengildo Fernandes Gonçalves**, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

Nº 2.446-B, DE 2000

Dispõe sobre a transformação de funções comissionadas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, para adequação das atividades administrativas e judiciárias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam transformadas, sem aumento de despesa, funções comissionadas criadas pela Lei nº 6.831, de 23 de setembro de 1980, conforme anexo I desta lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta lei serão atendidas pelos recursos orçamentários próprios do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Anexo I

Funções Comissionadas criadas pela Lei N.º 6.831/80			Funções Comissionadas transformadas conforme Art. 1º desta Lei.		
N.º de cargos	FC	Destinação	N.º de cargos	FC	Destinação
09	FC-09	Diretor de Secretaria	11	FC-01	
08	FC-08	Deposário Público	13	FC-03	Estrutura Administrativa e Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
07	FC-08	Contador Partidor	24	FC-05	
02	FC-08	Destruído	11	FC-09	
04	FC-08	Oficial de Registro			

Justificação

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios no ano de 1999, julgou aproximadamente um

milhão de processos em 1ª instância e 9.851 processos na 2ª instância, e desde a promulgação da Lei nº 9699/98, que criou os Juizados Especiais no Distrito Federal, já instalou 30 Juizados, sendo que o último deles foi o de Samambaia, em 9 de dezembro. Desse total, 22 foram em 1998 e os outros 8 em 1999.

Somente em Brasília foram instalados 10 Juizados Cíveis, sendo um Juizado Itinerante – que vai às localidades onde não há Fórum – e um Juizado Volante – que atende aos acidentes de trânsito no local e momento em que os mesmos ocorrerem. Além desses, foram instalados 5 Criminais que funcionam na Central Criminal, dando sentenças em 24 horas.

Os demais Juizados estão distribuídos da seguinte forma Taguatinga – 3 cíveis e 1 criminal. Planaltina – 1 cível e 1 criminal. Ceilândia – 2 cíveis e 1 criminal. Brazlândia – 1 de competência geral. Gama – 1 de competência geral. Sobradinho – 1 de competência geral. Samambaia – 2 de competência geral. Paranoá – 1 de competência geral.

De janeiro a Outubro de 1999 foram distribuídos 17.860 processos para os Juizados Cíveis e 20.486 para os Criminais totalizando 38.346. Desse total foram atendidos 15.708 pelos Juizados Cíveis e 16.275 Juizados Criminais ou seja 31.983 o que representa um total de 83,4% um índice extremamente positivo para a Justiça do Distrito Federal.

A Justiça ao Distrito Federal através de sua atual Administração tem como objetivo a agilização da prestação jurisdicional. Para tanto tem investido no treinamento e aperfeiçoamento de seus servidores e magistrados, na ampliação do seu parque tecnológico e na construção e ampliação de instalações.

O crescimento da Justiça do Distrito Federal levou sua Administração a reestruturar a Organização como suporte das modificações advindas, imprescindível para o estabelecimento de uma estrutura moderna eficiente e eficaz o que ocorreu com a edição da Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 1997.

A Lei nº 6.831, de 23 de setembro de 1980, dispõe sobre a criação de cargos em órgãos dos serviços auxiliares da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios estabelecendo nos seus anexos cargos vinculados aos ex-Territórios, que foram transformados em Estados-Membros com o advento da Constituição de 1988, que São objetos do anteprojeto de lei anexo, para transformação das referidas funções comissionadas em outras também demonstradas, no sentido de adequar os serviços auxiliares da Justiça do Distrito Federal, tendo em vista que as funções epígrafadas não são utilizadas pelo Tribunal pela inexistência de

Territórios Federais, do que resulta crédito orçamentário disponível.

Cumpra esclarecer que as Funções Comissionadas São verdadeiros cargos públicos na definição da Lei nº 9.421/96, daí a competência constitucional para a transformação de cargos, funções comissionadas, pelo Congresso Nacional, art. 48, X da Constituição Federal

Agora, para implantação da Estrutura Administrativa e Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, faz-se necessária a transformação de funções comissionadas criadas pela Lei nº 6.831, de 23 de setembro de 1980, conforme Anteprojeto anexo, sem aumento de despesa, o que justifica a presente proposta.

Desembargador **Hermenegildo Fernandes Gonçalves**, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 6.831, DE 23 DE SETEMBRO DE 1980

Dispõe sobre a criação de cargos em órgãos dos serviços auxiliares da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2000
(Nº 2.733/97, na Casa de origem)**

Determina a obrigatoriedade de a embalagem, o rótulo e a propaganda de bebida alcoólica conterem advertência sobre a proibição de sua venda a menores de dezoito anos e prejudicialidade à saúde, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A embalagem, o rótulo e a propaganda de bebida alcoólica conterão, obrigatoriamente, em caracteres legíveis e de forma ostensiva, as inscrições "Venda Proibida a Menores de Dezoito Anos" e "Bebida Alcoólica é Prejudicial à Saúde".

Parágrafo único. Considera-se bebida alcoólica, para efeitos desta lei, o líquido potável com qualquer teor alcoólico.

Art. 2º A infração do disposto nesta lei sujeitará a empresa produtora a multa de R\$1.410,00 (um mil, quatrocentos e dez reais) a R\$7.250,00 (sete mil, du-

zentos e cinquenta reais) cobrada em dobro, em triplo, e assim sucessivamente, e apreensão do produto, conforme o número de reincidências.

Art. 3º O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º....."

Parágrafo único. Consideram-se bebidas alcoólicas, para efeitos desta lei, as bebidas potáveis com qualquer teor alcoólico."

Art. 4º Esta lei entra em vigor cento e vinte dias após sua publicação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A embalagem e o rótulo de bebida alcoólica conterão, obrigatoriamente, em caracteres legíveis e de forma ostensiva, a inscrição "Venda Proibida a Menores de Dezoito Anos".

Parágrafo único. Considera-se bebida alcoólica, para efeitos desta lei, o líquido polável com qualquer teor alcoólico.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – em seu art. 81, proíbe, expressamente, a venda de bebida alcoólica à criança e ao adolescente. No entanto, é comum vermos adolescentes adquirindo bebida alcoólica em bares e supermercados. Há casos em que os pais pedem ao filho para ir comprar uma garrafa de cerveja ou de pinga no bar da esquina, há casos em que os adolescentes compram a bebida no supermercado para consumirem-na escondidos dos pais. Enfim, essa lei, ainda desconhecida por muitos e destinada a proteger a criança e o adolescente, tem sido infringida continuamente e das mais variadas formas.

Acreditamos que de nada vale a lei se ela for escrita, mas desconhecida ou esquecida pelo povo.

Valemo-nos do art. 220 da Constituição da República, que determina que compete à lei federal estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem da propaganda de produtos que possam ser nocivos à saúde, bem como determina que a propaganda comercial de bebidas alcoólicas estará sujeita a restrições legais, para fundamentar a presente proposição, que tem como objetivo maior proteger a criança e o adoles-

cente do consumo de álcool, tornando a legislação vigente conhecida por todos e, conseqüentemente, dando consciência total aos que vendem bebida alcoólica a menores de que estão infringindo a lei.

Pelo acima exposto e pela proteção mais efetiva das crianças e adolescentes contra o vício do alcoolismo, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 1997. – Deputado **Aírton Dipp**.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.733, DE 1997

Determina a obrigatoriedade de a embalagem e o rótulo de bebida alcoólica conterem advertência sobre a proibição de sua venda a menores de dezoito anos.

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 9.294, DE 15 DE JULHO DE 1996

Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

Art. 3º A propaganda comercial dos produtos referidos no artigo anterior somente será permitida nas emissoras de rádio e televisão no horário compreendido entre as vinte e uma e as seis horas.

§ 1º A propaganda comercial dos produtos referidos neste artigo deverá ajustar-se aos seguintes princípios:

I – não sugerir o consumo exagerado ou irresponsável, nem a indução ao bem-estar ou saúde, ou fazer associação a celebrações cívicas ou religiosas;

II – não induzir as pessoas ao consumo, atribuindo aos produtos propriedades calmantes ou estimulantes, que reduzam a fadiga ou a tensão, ou qualquer efeito similar;

III – não associar idéias ou imagens de maior êxito na sexualidade das pessoas, insinuando o aumento de virilidade ou feminilidade de pessoas fumantes;

IV – não associar o uso do produto à prática de esportes olímpicos, nem sugerir ou induzir seu consumo em locais ou situações perigosas ou ilegais;

V – não empregar imperativos que induzam diretamente ao consumo;

VI – não incluir, na radiodifusão de sons ou de sons e imagens, a participação de crianças ou adolescentes, nem a eles dirigir-se.

§ 2º A propaganda conterá, nos meios de comunicação e em função de suas características, advertência escrita e/ou falada sobre os malefícios do fumo, através das seguintes frases, usadas sequencialmente, de forma simultânea ou rotativa, nesta última hipótese devendo variar no máximo a cada cinco meses, todas precedidas da afirmação “O Ministério da Saúde Adverte”:

I – fumar pode causar doenças do coração e derrame cerebral;

II – fumar pode causar câncer do pulmão, bronquite crônica e enfisema pulmonar;

III – fumar durante a gravidez pode prejudicar o bebê;

IV – quem fuma adoece mais de úlcera do estômago;

V – evite fumar na presença de crianças;

VI – fumar provoca diversos males à sua saúde.

§ 3º As embalagens, exceto se destinadas à exportação, os pôsteres, painéis ou cartazes, jornais e revistas que façam difusão ou propaganda dos produtos referidos no artigo 2º conterão a advertência mencionada no parágrafo anterior.

§ 4º Nas embalagens, as cláusulas de advertência a que se refere o § 2º deste artigo serão sequencialmente usadas, de forma simultânea ou rotativa, nesta última hipótese devendo variar no máximo a cada cinco meses, inseridas, de forma legível e ostensivamente destacada, em uma das laterais dos maços, carteiras ou pacotes que sejam habitualmente comercializados diretamente ao consumidor.

§ 5º Nos pôsteres, painéis, cartazes, jornais e revistas, as cláusulas de advertência a que se refere o § 2º deste artigo serão sequencialmente usadas, de forma simultânea ou rotativa, nesta última hipótese variando no máximo a cada cinco meses, devendo ser escritas de forma legível e ostensiva.

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

PARECERES

PARECER Nº 665, DE 2000

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 131, de

2000, do Presidente da República, encaminhando ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operações de crédito externo no valor total de US\$212,645,000.00 (duzentos e doze milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banque Nationale de Paris – BNP, destinadas ao financiamento da aquisição de bens e serviços para os Projetos Pró-Amazônia/PROMOTEC.

Relator: Senador Gilberto Mestrinho

I – Relatório

O Presidente da República encaminha para exame do Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operações de crédito externo no valor total de US\$212,645,000.00 (duzentos e doze milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), junto a um consórcio liderado pelo Banque Nationale de Paris – BNP.

Os recursos advindos dessas operações de crédito destinam-se ao financiamento de oitenta e cinco por cento dos bens e serviços a serem importados pela República Federativa do Brasil, referentes à parte francesa, no valor de US\$167,998,250.00 e ao financiamento relativo aos 15% restantes dos bens e serviços a serem importados, no valor de US\$44,646,750.00, montante esse destinado ao pagamento do sinal relativo à referida importação, parcela à vista do valor dos bens, de US\$29,646,750.00, e dos serviços a serem prestados por empresas brasileiras, no montante de US\$15,000,000.00 (**tranche** brasileiro). Esses financiamentos integram os Projetos Pró-Amazônia/Promotec, a serem executados pelo Departamento de Polícia Federal – DPF/MJ.

De acordo com informações da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo total desses Projetos alcança US\$425.29 milhões, a serem financiados, 50% pelo consórcio liderado pelo BNP, parte francesa, e os outros 50%, parte alemã, financiados pelo KfW. Note-se que ambos financiamentos desdobram-se em dois contratos, principal e complementar.

Os contratos de empréstimos ora submetidos à apreciação do Senado Federal buscam viabilizar o fornecimento de bens e serviços necessários à execução dos Projetos Pró-Amazônia/Promotec que, respectivamente, objetivam:

1 – Pró-Amazônia – Fortalecer e garantir a presença da Polícia Federal na Amazônia Legal, constituindo-se em importante instrumento para o êxito do Governo Federal na implementação da Política Nacional Integrada para a região amazônica.

2 – Promotec – Possibilitar a atuação global e permanente da Polícia Federal nas regiões do território nacional não abrangidas pelo Projeto Pró-Amazônia.

Esses empréstimos externos apresentarão as seguintes características financeiras:

devedor: República Federativa do Brasil/Ministério da Justiça;

credor: Banque Nationale de Paris – BNP;

executor: Departamento de Polícia Federal/MJ;

*Operação Principal (modalidade **buyer's credit**)*

valor: US\$167,998,250.00 (cento e sessenta e sete milhões, novecentos e noventa e oito mil, duzentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América);

objetivo: financiamento de 85% do valor dos bens e serviços referentes à parte francesa;

carência: a primeira parcela de amortização será devida 6 (seis) meses após a data de encerramento do período a que se refere cada **tranche** semestral;

juros: CIRR, (Comercial Interest Reference Rate) vigente na data de assinatura do contrato, vencíveis semestralmente, devidos nas mesmas datas de vencimentos das amortizações;

comissão de compromisso: 0,375% ao ano, trimestralmente, sobre os saldos devedores não desembolsados do empréstimo, devido a partir da data de assinatura do contrato;

comissão de administração: 0,50% **flat** sobre o valor do financiamento, devido em até trinta dias após o registro final do ROF da operação pelo Bacen;

desembolso: conforme as solicitações de desembolso formais, referentes aos bens fornecidos e serviços prestados a cada período de seis meses, agrupados em **tranches** semestrais, tendo como data-limite 78 meses após a data de assinatura do contrato; e

amortização: 20 (vinte) parcelas semestrais, consecutivas e iguais, para cada **tranche** semestral.

Operação Paralela I (financiamento do down payment):

valor: US\$ 29.646.750,00;

objetivo: financiamento de 15% do valor dos bens e serviços referentes à parte francesa;

desembolso: adiantamento integral à Sofremi, após cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso, conforme estipulado no contrato comercial, tendo como data limite 12 meses após a data de assinatura do contrato;

carência: a primeira parcela de amortização será devida na **Due date** (datas semestrais a contar da data de assinatura do contrato de empréstimo) que ocorrer no primeiro semestre de 2001;

amortização: a quantidade de parcelas semestrais, iguais e consecutivas, dependerá da data de assinatura do contrato, pois a última parcela será devida cinco anos após aquela data. Serão no mínimo nove parcelas;

juros: Libor 6m mais **spread** de 3,6% ao ano, vencíveis semestralmente;

comissão de compromisso: 0,30% ao ano, trimestralmente, sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, devido a partir da data de assinatura do contrato, e

comissão de administração: 0,85% **flat** sobre o valor do financiamento, devido em até 30 dias após o registro final do ROF da operação pelo Bacen.

Operação Paralela II (financiamento da tranche brasileira)

valor: US\$15.000.000,00;

objetivo: financiamento de 50% do valor dos serviços a serem prestados por empresas brasileiras no âmbito dos contratos em tela;

desembolso: conforme solicitações de desembolso formais, não podendo ultrapassar 17,5% do montante desembolsado no âmbito da operação principal (buyer's credit) e do financiamento do sinal, mediante créditos em conta especial;

carência: a primeira parcela de amortização será devida cinquenta e quatro meses após a data de assinatura do contrato de empréstimo;

amortização: seis parcelas semestrais, iguais e consecutivas;

juros: Libor 6m mais **spread** de 4,2% ao ano, vencíveis semestralmente;

comissão de compromisso: 0,30% ao ano, trimestralmente, sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, devido a partir da data de assinatura do contrato, e

comissão de administração: 0,85% **flat** sobre o valor do financiamento, devido em até 30 dias após o registro final do ROF da operação pelo Bacen.

II – Voto do Relator

Essas operações de crédito externo estão sujeitas às condições e exigências definidas na Constituição Federal e na Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, às quais cabem os seguintes esclarecimentos:

a) os limites de endividamento da União, estipulados nos arts. 2º, 3º e 4º da referida resolução são atendidos, conforme é informado no Parecer STN/COREF/DIREF Nº 203, de 5 de junho de 2000.

Ressalte-se, ainda, que esse parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, anexo ao processo em exame, contém os dados comprobatórios do cumprimento dos limites de endividamento da União, conforme exigido pela Resolução nº 96/89.

b) os pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF/ nºs 966 e 967, de 2000, encaminhados ao Senado Federal, no exame das cláusulas das minutas contratuais, conclui que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96/89, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública.

c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos que os investimentos previstos para aplicação nos projetos mencionados encontram-se amparados no Projeto de Lei do Plano Plurianual da União para o quadriênio 2000–2003.

Ademais, de acordo com as informações prestadas pela Secretaria de Orçamento Federal e com os cronogramas estimativos encaminhados pelo Ministério da Justiça referentes à totalidade dos contratos a serem celebrados no âmbito dos projetos em exame, conclui a Secretaria do Tesouro Nacional que os créditos orçamentários ora disponíveis deverão ser suficientes para o início da execução do Pró-Amazônia/Promotec no exercício em curso.

A Comissão de Controle e Gestão Fiscal – CCF, por meio da Recomendação nº 15/00, que teve anuência do Ministro da Fazenda, recomendou, face a relevância dos projetos, a contratação das referidas operações de crédito, encaminhando o pleito para a apreciação do Senado Federal. Deverá, todavia, o Ministério da Justiça adotar as medidas pertinentes para a inclusão nos orçamentos anuais de todos os recursos necessários ao cumprimento das respectivas obrigações contratuais.

Não é demais enfatizar que essas operações de crédito foram credenciadas pelo Banco Central do Brasil, nos termos da Carta-CREDE-99/068, de 24 de novembro de 1999, revalidada posteriormente.

Ressalte-se, por fim, que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, as operações de crédito pretendidas deverão implicar custos efetivos equivalentes a 8,27% ao ano, para o **buyer's crédit**, 11,34% ao ano, para o financiamento do **down payment** e 12,55% ao ano, para o financiamento da **tranche** brasileira. Essas estimativas de custo, para contratações em dólares norte-americanos, são consideradas aceitáveis por aquela Secretaria.

Somos, assim, pela autorização pleiteada pela Mensagem nº 131, de 2000, nos termos do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 64, DE 2000

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operações de crédito externo no valor total de US\$212,645,000.00 (duzentos e doze milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banque Nationale de Paris – BNP.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operações de crédito externo no valor total de US\$212,645,000.00 (duzentos e doze milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banque Nationale de Paris – BNP.

§ 1º Os recursos advindos dessas operações de crédito destinam-se ao financiamento da aquisição de bens e serviços para os Projetos Pró-Amazônia/PROMOTEC, a serem executados pelo Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça.

§ 2º A contratação da operação de crédito referida no **caput** fica condicionada à existência de prévia dotação orçamentária, suficiente para a cobertura do fluxo financeiro estimado para o cumprimento das obrigações contratuais anuais.

Art. 2º As condições financeiras básicas das operações de crédito são as seguintes:

I – *devedor*: República Federativa do Brasil/Ministério da Justiça;

II – *credor*: Banque Nationale de Paris – BNP;

III – *executor*: Departamento da Polícia Federal/MJ;

IV – *operação principal* (modalidade **buyer's crédit**):

a) *valor*: US\$167,998,250.00 (cento e sessenta e sete milhões, novecentos e noventa e oito mil, duzentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América);

b) *objetivo*: financiamento de 85% do valor dos bens e serviços referentes à parte francesa;

c) *carência*: a primeira parcela de amortização será devida 6 (seis) meses após a data de encerramento do período a que se refere cada **tranche** semestral;

d) *juros*: CIRR (Comercial Interest Reference Rate) vigente na data de assinatura do contrato, vencíveis semestralmente, devidos nas mesmas datas de vencimentos das amortizações;

e) *comissão de compromisso*: 0,375% ao ano, trimestralmente, sobre os saldos devedores não desembolsados do empréstimo, devido a partir da data de assinatura do contrato;

f) *comissão de administração*: 0,50% **flat** sobre o valor do financiamento, devido em até trinta dias após o registro final do ROF da operação pelo Bacen;

g) *desembolso*: conforme as solicitações de desembolso

formais, referentes aos bens fornecidos e serviços prestados a cada período de seis meses, agrupados em **tranches** semestrais, tendo como data limite 78 meses após a data de assinatura do contrato; e

h) *amortização*: 20 (vinte) parcelas semestrais, consecutivas e iguais, para cada **tranche** semestral;

V – *operação paralela I* (financiamento do **down payment**):

a) *valor*: US\$29,646,750.00;

b) *objetivo*: financiamento de 15% do valor dos bens e serviços referentes à parte francesa;

c) *desembolso*: adiantamento integral à Sofremi, após cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso, conforme estipulado no contrato comercial, tendo como data limite 12 meses após a data de assinatura do contrato;

d) *carência*: a primeira parcela de amortização será devida na **due date** (datas semestrais a contar da data de assinatura do contrato de empréstimo) que ocorrer no primeiro semestre de 2001;

e) *amortização*: a quantidade de parcelas semestrais, iguais e consecutivas, dependerá da data

de assinatura do contrato, pois a última parcela será devida cinco anos após aquela data. Serão no mínimo nove parcelas;

f) juros: Libor 6m mais **spread** de 3,6% ao ano, vencíveis semestralmente;

g) comissão de compromisso: 0,30% ao ano, trimestralmente, sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, devido a partir da data de assinatura do contrato, e

h) comissão de administração: 0,85% **flat** sobre o valor do financiamento, devido em até 30 dias após o registro final do ROF da operação pelo Bacen.

VI – operação paralela II (financiamento da tranche brasileira)

a) valor: US\$15,000,000.00;

b) objetivo: financiamento de 50% do valor dos serviços a serem prestados por empresas brasileiras no âmbito dos contratos em tela;

c) desembolso: conforme solicitações de desembolso formais, não podendo ultrapassar 17,5% do montante desembolsado no âmbito da operação principal (buyer's credit) e do financiamento do sinal, mediante créditos em conta especial;

d) carência: a primeira parcela de amortização será devida cinquenta e quatro meses após a data de assinatura do contrato de empréstimo;

e) amortização: seis parcelas semestrais, iguais e consecutivas;

f) juros: Libor 6m mais **spread** de 4,2% ao ano, vencíveis semestralmente;

g) comissão de compromisso: 0,30% ao ano, trimestralmente, sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, devido a partir da data de assinatura do contrato, e

h) comissão de administração: 0,85% **flat** sobre o valor do financiamento, devido em até 30 dias após o registro final do ROF da operação pelo Bacen.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura dos contratos.

Art. 3º A autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida num prazo de quinhentos e quarenta dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2000. – **Ney Suassuna**, Presidente – **Gilberto Mestrinho**, Relator – **Ricardo Santos** – **Paulo Hartung** – **Romero Jucá** – **Francellno Pereira** – **Eduardo Suplicy** – **He-**

loisa Helena (Abstenção) – **Paulo Souto** – **Agnelo Alves** – **Romeu Tuma** – **Jefferson Peres** – **Lúdio Coelho** – **José Alencar** – **Moreira Mendes**.

PARECER Nº 666, DE 2000

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 132, de 2000 (nº 813/2000, na origem) do Senhor Presidente da República, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operações de crédito externo, nos valores de US\$167,998,250.00 (cento e sessenta e sete milhões, novecentos e noventa e oito mil, duzentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América) e US\$44,646,750.00 (quarenta e quatro milhões seiscentos e quarenta e seis mil, setecentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, destinadas, a primeira, ao financiamento de oitenta e cinco por cento do valor dos bens e serviços referentes à parte alemã, que integram o projeto Pró-Amazônia/ Promotec, e, a segunda, a quinze por cento da respectiva aquisição, bem como de serviços a serem prestados por empresas brasileiras (tranche brasileira).

Relator: Senador Romero Jucá

I – Relatório

O Senhor Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, enviou a esta Casa a Mensagem nº 132, de 2000, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operações de crédito externo, nos valores de US\$167,998,250.00 (cento e sessenta e sete milhões, novecentos e noventa e oito mil, duzentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América) e 44,646,750.00 (quarenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e seis mil setecentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW. Tais recursos serão destinados ao financiamento da aquisição de bens e serviços para os Projetos PróAmazônia/Promotec, a serem executados pelo Departamento de Polícia Federal – DPF-MJ.

As operações de crédito em questão apresentam as seguintes características financeiras:

Operação Principal (Modalidade Crédito ao Comprador)

a) valor pretendido: US\$167,998,250.00 (cento e sessenta e sete milhões, novecentos e noventa e oito mil duzentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América);

b) objetivo: financiamento de 85% do valor dos bens e serviços referentes à parte alemã;

c) desembolso: ao fornecedor, conforme as solicitações de desembolso formais, referentes aos bens fornecidos e serviços prestados a cada período de seis meses, agrupados em tranches semestrais, tendo como data limite 30-10-2006;

d) carência: a primeira parcela de amortização será devida 6 (seis) meses após a data de encerramento do período a que se refere cada tranche semestral;

e) amortização: 20 (vinte) parcelas semestrais, iguais e consecutivas, para cada tranche semestral;

f) juros: Libor 6m mais **spread** de 0,75% a.a., vencíveis semestralmente, devidos nas datas 30-3 e 30-9 de cada ano até o início da amortização. Posteriormente, devidos nas mesmas datas de vencimento das amortizações. Haverá a possibilidade de conversão futura da citada taxa flutuante sobre o montante desembolsado, integral ou parcialmente, para uma taxa fixa vigente à época, desde que a referida porção, sobre a qual incidirá a taxa fixa, não seja inferior a US\$5 milhões

g) comissão de compromisso: 0,30% a.a., trimestralmente, sobre o saldo não desembolsado do empréstimo devido a partir da data de assinatura do contrato; e

h) comissão de administração: 0,50% flat sobre o valor do financiamento, devido em até 45 dias após a assinatura do contrato.

Operação Paralela 1 (Financiamento do Sinal)

a) valor pretendido: US\$29,646,750.00 (vinte e nove milhões, seiscentos e quarenta e seis mil setecentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América);

b) objetivo: financiamento de 15% do valor dos bens e serviços referentes à parte alemã;

c) desembolso: adiantamento integral à Sofremi, após cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso, conforme estipulado no contrato comercial;

d) carência: a primeira parcela de amortização 18 (dezoito) meses após a data de assinatura do contrato de empréstimo;

e) amortização: 8 (oito) parcelas semestrais, iguais e consecutivas;

f) juros: Libor 6m mais **spread** de 3,6% a.a., vencíveis semestralmente, devidos nas datas 30-3 e 30-9 de cada ano até o início da amortização. Posteriormente, devidos nas mesmas datas de vencimento das amortizações. Haverá a possibilidade de conversão futura da citada taxa flutuante sobre o montante desembolsado, integral ou parcialmente, para uma taxa fixa vigente à época, desde que a referida porção, sobre a qual incidirá a taxa fixa, não seja inferior a US\$5 milhões;

g) comissão de compromisso: 0,30% a.a., trimestralmente, sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, devido a partir da data de assinatura do contrato; e

h) comissão de administração: 0,85% flat sobre o valor do financiamento, devido em até 30 dias após a assinatura do contrato.

Operação Paralela II (Financiamento da Tranche Brasileira)

a) valor pretendido: US\$15,000,000.00, (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

b) objetivo: financiamento de 15% do valor dos bens e serviços referentes à parte alemã;

c) desembolso: conforme as solicitações de desembolso formais, não podendo ultrapassar 17,5% do montante desembolsado no âmbito da operação principal (**buyer's credit**) e do financiamento do sinal, tendo como data limite 30-10-2004;

d) carência: a primeira parcela de amortização será devida 54 (cinquenta e quatro) meses após a data de assinatura do contrato de empréstimo;

e) amortização: 6 (seis) parcelas semestrais, iguais e consecutivas;

f) juros: Libor 6% mais **spread** de 4,2% a.a., vencíveis semestralmente, devidos nas datas 30-3 e 30-9 de cada ano até o início da amortização. Posteriormente, devidos nas mesmas datas de vencimento das amortizações. Haverá a possibilidade de conversão futura da citada taxa flutuante sobre o montante desembolsado, integral ou parcialmente, para uma taxa fixa vigente à época, desde que a referida porção, sobre a qual incidirá a taxa fixa, não seja inferior a US\$5 milhões;

g) *comissão de compromisso*: 0,30% a.a., trimestralmente, sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, devido a partir da data de assinatura do contrato; e

h) *comissão de administração*: 0,85% flat sobre o valor do financiamento, devido em até 30 dias após a assinatura do contrato.

Tratam-se de operações de crédito externo, na modalidade financiamento à importação, que irão viabilizar parte dos financiamentos necessários à execução do Projeto Pró-Amazônia e do Projeto de Ampliação e Modernização das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico-Científico da Polícia Federal (PROMOTEC).

O Projeto Pró-Amazônia tem como objetivo fortalecer e garantir a presença da Polícia Federal na Amazônia Legal, constituindo-se um importante instrumento para o êxito do Governo Federal na implementação da Política Nacional Integrada para a Região Amazônica. Tal política tem como meta final a elevação da qualidade de vida das populações da região, mediante o crescimento econômico sustentável, o pleno aproveitamento das potencialidades naturais e culturais, bem como a internalização e melhor distribuição de suas riquezas.

Por sua vez, o Projeto de Ampliação e Modernização das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico-Científico da Polícia Federal (PROMOTEC) possibilitará uma atuação global e permanente da Polícia Federal nas regiões do território nacional não abrangidas pelo Projeto Pró-Amazônia, mediante o fortalecimento institucional das atuais unidades e na fixação de novas unidades operacionais em áreas críticas, dotadas de pessoal devidamente treinado e de recursos materiais com tecnologia adequada para a sua operação, visando à prevenção e à repressão à criminalidade segundo a competência do DPF.

Do custo total de US\$425,29 milhões dos dois projetos, 50% deverão ser financiados pelo consórcio liderado pelo BNP (parte francesa) e os outros 50% deverão ser financiados pelo KfW (parte alemã). Cada credor ofereceu seu financiamento mediante dois contratos. O primeiro, para cada credor, contando com a cobertura das agências oficiais de seus respectivos países, na modalidade **buyer's credit** (crédito ao comprador), destinam-se ao financiamento de 85% dos bens e serviços a serem importados pela República Federativa do Brasil, no valor de US\$167,998,250.00 cada. Paralelamente, os contratos, no valor de US\$44,646,750.00 cada, destinam-se

ao financiamento dos 15% restantes dos bens e serviços a serem importados, a título de **down payment** (sinal) – US\$29,646,750.00 cada, e ao financiamento de serviços a serem prestados por empresas brasileiras (**tranche** brasileiro) – US\$15,000,000.00 cada.

Aplicam-se a esta operação os limites estabelecidos pela Resolução nº 96, de 1989, restabelecida pela Resolução nº 17, de 1992, ambas do Senado Federal.

Acompanha o pedido o Parecer STN/COREF/DIREF nº 195, de 31 de maio de 2000, da Secretaria do Tesouro Nacional, que declarou haver margem nos limites de endividamento da União para a contratação da operação de crédito, e se manifestou favoravelmente à contratação desde que sejam solucionadas as seguintes pendências:

a) sejam atendidas as condições prévias aos desembolsos mencionadas nas cláusulas 11.1, 11.2 e 11.3 do Contrato de Crédito (principal) e nas cláusulas 10.1, 10.2 e 10.3 do Contrato de Empréstimo (sinal e **tranche** brasileira);

b) que a KfW tenha obtido a garantia da República Federativa da Alemanha, e que tal garantia esteja em pleno vigor e efeito;

c) deverá ser confirmada a disponibilidade dos créditos orçamentários destinados ao Pró-Amazônia/Promotec, considerando os limites e restrições estipulados por meio do Decreto nº 3.473, de 18-5-2000, para o Ministério da Justiça.

O Parecer PGFN/COF nº 964/2000, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, constatou que foram cumpridas as formalidades prévias à contratação estabelecidas na Constituição Federal, na Resolução nº 96, de 15 de dezembro de 1989, restabelecida pela Resolução nº 17, de 5 de junho de 1992, ambas do Senado Federal, no Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, na Portaria MEFP nº 497, de 27 de agosto de 1990, alterada pela Portaria MEFP nº 650, de 1º de outubro de 1992, e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes.

É ressaltado no referido parecer que o Tribunal de Contas da União, em atendimento a uma solicitação do Senado Federal, realizou inspeção extraordinária nas contratações, efetuadas pelo Departamento de Polícia Federal, da empresa Sociedade Francesa de Exportação de Materiais, Sistemas e Serviços – SOFREMI, e da Fundação Aplicações de Tecnologias

Críticas – ATECH, em que ocorreu dispensa de licitação, sob o fundamento de segurança nacional. O TCU decidiu acolher as razões de justificativa apresentadas relativamente às contratações da Sofremi, visando à aquisição de equipamentos e materiais para os projetos Pró-Amazônia e Promotec, com fundamento no inciso XIV, art. 24, da Lei nº 8.666/93, bem como da Atech, objetivando a prestação de serviços especializados para a implantação e execução dos mencionados projetos, com base no inciso II, art. 25 da supracitada normal legal.

Segundo, ainda, a Procuradoria da Fazenda Nacional, a minuta contratual contém cláusulas admissíveis segundo a legislação brasileira, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

É o relatório.

II – Voto

A análise da documentação apresentada confirmou o atendimento de todas as condições impostas pela Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal e pelos demais instrumentos legais. Nada há a opor quanto à legalidade da operação.

A fim de atender às restrições apontadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, julgamos conveniente estabelecer que, preliminarmente à formalização dos instrumentos contratuais, deve ser comprovado o cumprimento das condicionalidades mencionadas no parecer daquela instituição.

A análise, quanto ao mérito do empréstimo, é favorável. As operações financeiras sob análise irão financiar dois projetos de mais alta relevância. O Projeto Pró-Amazônia irá fortalecer a presença da Polícia Federal na Amazônia Legal, uma antiga reivindicação dos moradores da região. E o Promotec possibilitará uma atuação global e permanente da Polícia Federal nas regiões do território nacional não abrangidas pelo Projeto Pró-Amazônia. Ambos os projetos estão voltados para o aperfeiçoamento da Polícia Federal, tanto em nível de treinamento de pessoal quanto na dotação de recursos materiais de alta tecnologia, e devem contribuir para sua maior eficiência na prevenção e na repressão à criminalidade.

Diante do exposto, concluímos pela aprovação do pleito nos termos do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 65, DE 2000

Autoriza a União a contratar operações de crédito externo, nos valores de US\$167,998,250.00 (cento e sessenta e sete milhões, novecentos e noventa e oito mil, duzentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América) e US\$44,646,750.00 (quarenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, setecentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, destinadas, a primeira, ao financiamento de oitenta e cinco por cento do valor dos bens e serviço referentes à parte alemã, que integram o projeto Pró-Amazônia/Promotec, e, a segunda, a quinze por cento da respectiva aquisição, bem como de serviços a Serem prestados por empresas brasileiras (tranche brasileira).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada, nos termos do art. 52, V, da Constituição Federal e da Resolução nº 96, de 1989, restabelecida pela Resolução nº 17, de 1992, do Senado Federal, a contratar operações de crédito externo com o Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, nos valores de US\$167,998,250.00 (cento e sessenta e sete milhões, novecentos e noventa e oito mil, duzentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América) e US\$44,646,750.00 (quarenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e seis mil setecentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW.

Parágrafo único. Os recursos referidos no caput serão utilizados no financiamento dos bens e serviços referentes à parte alemã, que integram o projeto Pró-Amazônia e o projeto Promotec.

Art. 2º Como condição prévia à contratação das operações de crédito de que tratam esta Resolução, devem ser solucionadas as seguintes pendências:

I – a União deverá comprovar ter atendido às condições prévias aos desembolsos mencionadas nas cláusulas 11.1, 11.2 e 11.3 do Contrato de Crédito (principal) e nas cláusulas 10.1, 10.2 e 10.3 do Contrato de Empréstimo (sinal e tranche brasileira);

II – o KfW deverá comprovar ter tido a Garantia da República Federativa da Alemanha, nos termos da cláusula 11.4 do Contrato de Crédito (principal) e da

cláusula 10.4 do Contrato de Empréstimo (sinal e tranche brasileira);

III – deverá ser confirmada a disponibilidade dos créditos orçamentários destinados ao Pró-Amazônia/Promotec, considerando os limites e restrições estipulados por meio do Decreto nº 3.473, de 18-5-2000, para o Ministério da Justiça.

Art. 3º As operações de crédito mencionadas no artigo 1º apresentam as seguintes características financeiras:

§ 1º Operação Principal (Modalidade Crédito ao Comprador)

I – *valor pretendido*: US\$167,998,250.00 (cento e sessenta e sete milhões, novecentos e noventa e oito mil duzentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América);

II – *objetivo*: financiamento de 85% do valor dos bens e serviços referentes à parte alemã;

III – *desembolso*: ao fornecedor, conforme as solicitações de desembolso formais, referentes aos bens fornecidos e serviços prestados a cada período de seis meses, agrupados em tranches semestrais, tendo como data limite 30-10-06;

IV – *carência*: a primeira parcela de amortização será devida 6 (seis) meses após a data de encerramento do período a que se refere cada tranche semestral;

V – *amortização*: 20 (vinte) parcelas semestrais, iguais e consecutivas, para cada tranche semestral;

VI – *juros*: Libor 6m mais *spread* de 0,75% a. a., vencíveis semestralmente, devidos nas datas 30-3 e 30-9 de cada ano até o início da amortização. Posteriormente, devidos nas mesmas datas de vencimento das amortizações. Haverá a possibilidade de conversão futura da citada taxa flutuante sobre o montante desembolsado, integral ou parcialmente para uma taxa fixa vigente à época, desde que a referida porção, sobre a qual incidirá a taxa fixa, não seja inferior a US\$5 milhões;

VII – *comissão de compromisso*: 0,30% a. a., trimestralmente, sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, devido a partir da data de assinatura do contrato; e

VIII – *comissão de administração*: 0,50% *flat* sobre o valor do financiamento, devido em até 45 dias após a assinatura do contrato.

§ 2º Operação Paralela 1 (Financiamento do Sinal)

I – *valor pretendido*: US\$29,646,750.00 (vinte e nove milhões, seiscentos e quarenta e seis mil setecentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América);

II – *objetivo*: financiamento de 15% do valor dos bens e serviços referentes à parte alemã;

III – *desembolso*: adiantamento integral à Sofremi, após cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso, conforme estipulado no contrato comercial;

IV – *carência*: a primeira parcela de amortização será devida 18 (dezoito) meses após a data de assinatura do contrato de empréstimo;

V – *amortização*: 8 (oito) parcelas semestrais, iguais e consecutivas;

VI – *juros*: Libor 6m mais *spread* de 3,6% a. a., vencíveis semestralmente, devidos nas datas 30-3 e 30-9 de cada ano até o início da amortização. Posteriormente, devidos nas mesmas datas de vencimento das amortizações. Haverá a possibilidade de conversão futura da citada taxa flutuante sobre o montante desembolsado, integral ou parcialmente para uma taxa fixa vigente à época, desde que a referida porção, sobre a qual incidirá a taxa fixa, não seja inferior a US\$5 milhões;

VII – *comissão de compromisso*: 0,30% a. a., trimestralmente, sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, devido a partir da data de assinatura do contrato; e

VIII – *comissão de administração*: 0,85% *flat* sobre o valor do financiamento, devido em até 30 dias após a assinatura do contrato.

§ 3º Operação Paralela II (Financiamento da Tranche brasileira)

I – *valor pretendido*: US\$15,000,000.00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

II – *objetivo*: financiamento de 15% do valor dos bens e serviços referentes à parte alemã;

III – *desembolso*: conforme as solicitações de desembolso formais, não podendo ultrapassar 17,5% do montante desembolsado no âmbito da operação principal (**buyer's credit**) e do financiamento do sinal, tendo como data limite 30-10-2004;

IV – *carência*: a primeira parcela de amortização será devida 54 (cinquenta e quatro) meses após a data de assinatura do contrato de empréstimo;

V – *amortização*: 6 (seis) parcelas semestrais, iguais e consecutivas;

VI – *juros*: Libor 6% mais **spread** de 4,2% a.a., vencíveis semestralmente, devidos nas datas 30-3 e 30-9 de cada ano até o início da amortização. Posteriormente, devidos nas mesmas datas de vencimento das amortizações. Haverá a possibilidade de conversão futura da citada taxa flutuante sobre o montante desembolsado, integral ou parcialmente, para uma taxa fixa vigente à época, desde que a referida porção, sobre a qual incidirá a taxa fixa, não seja inferior a US\$ 5 milhões;

VII – *comissão de compra*: nisso: 0,30% a.a., semestralmente, sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, devido a partir da data de assinatura do contrato; e

VIII – *comissão de administração*: 0,85% **flat** sobre o valor do financiamento, devido em até 30 dias após a assinatura do contrato.

Art. 4º A autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida no prazo de quinhentos e quarenta dias contado da data de sua publicação.

Art. 50 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2000. – **Ney Suassuna**, Presidente – **Romero Jucá**, Relator – **Paulo Hartung** – **Ricardo Santos** – **Francelino Perelra** – **Eduardo Suplicy** – **Heloísa Helena** (abstenção) – **Paulo Souto** – **José Alencar** – **Gilberto Mestrinho** – **Lúdio Coelho** – **Jefferson Péres** – **Romeu Tuma** – **Agnelo Alves** – **Moreira Mendes**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara n.º 33, de 2000, lido anteriormente, terá tramitação com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição, combinado com o art. 375 do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, onde poderá, de acordo com os arts. 122, II, "b", e 375, I, do Regimento Interno, receber emendas, pelo prazo único de cinco dias úteis.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que os Projetos de Resolução n.ºs 64 e 65, de 2000, resultantes de pareceres lidos anteriormente, ficarão perante a Mesa para o recebimento de emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 360, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 74 do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada Comissão Temporária, composta de nove membros titulares e de sete suplentes, obedecido o princípio da proporcionalidade partidária, para, no prazo de noventa dias, conhecer, discutir e consolidar a legislação vigente e em tramitação no Congresso Nacional, sobre direitos e vantagens dos idosos, com o objetivo de elaborar proposição legislativa que disponha sobre o Estatuto do Idoso.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **Luiz Otávio**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, na forma do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 361, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos regimentais a retirada de tramitação em definitivo do PLS nº 621/99, de minha

autoria, que "dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à bagagem de viajantes".

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – Senador **Moreira Mendes**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, em conformidade com o art. 256, § 2º, II, **b**, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 362 DE 2000

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, que o PRS nº 80/99, de minha autoria, seja desapensado do PRS nº 81/99, de forma a retomar sua tramitação própria.

Justificação

Tendo em vista a especificidade da matéria e a urgência de sua tramitação, não é plausível sua tramitação conjunta com outros projetos menos iminentes.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **Roberto Requião**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento lido será publicado e posteriormente incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, **c**, item 8, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, DE 2000

Acrescenta parágrafo ao art. 4º do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), fica

acrescido do seguinte § 2º, passando a ser § 1º o atual parágrafo único:

"Art. 4º

§ 1º

§ 2º Para a apuração das infrações penais e da sua autoria, a polícia judiciária poderá infiltrar seus agentes nas quadrilhas, desde que por prazo certo, fixado por autoridade judicial competente." (AC)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O art. 4º do Código de processo Penal, dispõe sobre as polícias judiciárias, o exercício das suas atividades e as circunscrições onde atuam. Com o parágrafo a ser aditado a esse dispositivo, permitir-se-á a infiltração de agentes nas quadrilhas, com os objetivos de desbaratá-las, identificar seus integrantes e demonstrar a autoria e a materialidade dos crimes.

Portanto, com a presente proposição aborda-se fator de relevo, destinado a permitir que o Código de Processo Penal, por sua condição de lei geral, contenha previsão de que, em casos específicos, possam os agentes de polícia infiltrar quadrilhas, desde que devidamente autorizados pelo juiz competente para a causa.

Na hipótese de que trata a proposição, as polícias judiciárias – seja ela a Federal, com as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras, seja a Polícia Civil, que atua nos Estados, nos termos do art. 13 do Código de Processo Penal, e do art. 69 da Lei dos Juizados Especiais Criminais – estarão melhor aparelhadas para prevenir e combater os atos ilícitos, dentro da normalidade constitucional exigida pelo Estado democrático de direito.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **Lúcio Alcântara**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 3.689,
De 3 de outubro de 1941(*)

Código de Processo Penal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da constituição, decreta a seguinte lei:

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

OF/GAB/II/384

Brasília, 21 de junho de 2000

LIVRO I
Do Processo em GeralTÍTULO II
Do Inquérito Policial

Art. 4º A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas jurisdições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.

• Vide art. 144, § 1º, IV, da Constituição Federal de 1988.

• A Instrução Normativa nº 1, de 16 de julho de 1990, atualiza e consolida normas internas no âmbito do Departamento de Polícia Federal, sobre a condução de procedimentos de investigação policial, atividades cartorárias e correicionais.

Parágrafo único. A competência definida neste artigo não excluirá a de autoridades administrativas, a quem por lei seja cometida a mesma função.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O projeto de lei do Senado que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 57, de 2000, de autoria do Senador Roberto Requião, que revoga o § 8º do art. 132 do Regimento Interno, com o objetivo de excluir a proibição de computar o voto do autor da proposição no âmbito das Comissões.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria, anexada ao Projeto de Resolução nº 81, de 1999, nos termos do Requerimento nº 472, de 1999, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e, posteriormente, à Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

São lidos os seguintes:

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Deputada Teté Bezerra passa a integrar na qualidade de titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Wilson Santos.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do Bloco PMDB/PST/PTN.

OF/GAB/II/Nº 386

Brasília, 21 de junho de 2000

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Alberto Fraga passa a participar, na qualidade de titular, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “com a finalidade de apurar, em todo País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários” em substituição ao Deputado Eunício Oliveira.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do Bloco PMDB/PST/PTN.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a V. Exª que me inscreva para usar da palavra na prorrogação do Expediente, em uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª fica inscrito para esse fim em primeiro lugar.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem Partido – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem Partido – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço que V. Exª me inscreva também para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A sua inscrição fica feita em segundo lugar.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, da mesma forma, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª é o terceiro inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Passamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nós, os moradores das cidades médias e grandes deste País, estamos vivendo sob o regime do medo. Os que habitam as favelas fogem espavoridos dos constantes tiroteios envolvendo policiais e traficantes. Mulheres e crianças têm sido atingidas mortalmente pelo fogo cruzado, por disparos que não se sabe de onde vieram, se dos traficantes ou dos policiais.

Balas perdidas matam pacatos cidadãos, surpreendidos em pleno sono, nos apartamentos que o destino colocou na linha de tiro dos traficantes e bandidos. Pessoas que retornam do trabalho, depois de um estafante dia, são surpreendidas por bandidos nos sinais, assaltadas e mortas. Os chamados seqüestros-relâmpagos se multiplicam nos estacionamentos dos shoppings, dos estádios, das escolas, dos edifícios ou até mesmo em plena rua.

Assaltantes rendem os ocupantes dos veículos e, sob a mira de armas, com eles percorrem caixas eletrônicas a roubar. Com muita sorte, os assaltados voltam para casa à pé. Os menos afortunados acabam mortos, carbonizados no porta-malas dos seus veículos. Ninguém está seguro em lugar nenhum. Nem os abastados, em seus condomínios de luxo, nem a classe média, em seus locais de trabalho, nem a gente simples do povo, nos transportes coletivos.

Nós, os moradores das cidades, somos prisioneiros dentro de nossas casas. Cães amestrados, grades pontiagudas, sistemas de vídeo – para quem pode comprá-los –, tudo é utilizado com o propósito de conseguir o mais elementar dos direitos: o direito à segurança e à vida.

Desenvolvemos a cultura do medo e da precaução. Saímos de casa e andamos na rua olhando para os lados, paramos nos sinais de trânsito com o cora-

ção aos pulos. Quando tomamos um transporte coletivo, olhamos desconfiados para todos os passageiros, tentando identificar, em cada um deles, o menor sinal de suspeição. E o pior: de nada tem adiantado toda essa precaução.

A transmissão ao vivo, pela televisão do Brasil e de vários países do mundo, do espetáculo dantesco do assalto ao ônibus no Rio de Janeiro, com o trágico desfecho conhecido e lamentado, sacudiu o País e estimulou o Governo a agir.

O Plano Nacional de Segurança Pública, que eu diria um plano nacional de defesa do Estado democrático, anunciado ontem pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso e pelo Ministro da Justiça José Gregori, contém 124 medidas e contempla investimentos de R\$3 bilhões até o ano 2002. Dessas 124 medidas, 14 são de execução imediata e comprometem investimentos de R\$700 milhões ainda este ano.

Os pontos centrais incluem a criação de um fundo para a financiar ações de segurança nos Estados; o desbloqueio de 75% das verbas para a construção de penitenciárias; e a intensificação da presença de militares nas regiões de fronteira, para ajudar a combater o tráfico de drogas e o contrabando.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Pois não, Senador Ney Suassuna. Com muito prazer, ouço o aparte de V. Exª.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Ontem mesmo, na Comissão de Economia – e V. Exª dela faz parte – votamos R\$400 milhões para que a Polícia Federal pudesse ter equipamentos e condições para atuar contra o narcotráfico, mola principal de todo o crime na Região Amazônica. Então, nós, do Senado da República, estamos dando a nossa participação, acelerando a tramitação desse processo, que chegou há um dia. Hoje pela manhã, fizemos o relato da matéria, e V. Exª foi um dos que votou favoravelmente, como quase todos os outros membros da Comissão – houve somente uma abstenção. Demos a nossa contribuição, aprovando rapidamente os R\$400 milhões que combaterão o narcotráfico em toda a Região Amazônica, porta principal de ingresso de tóxico em nosso País. Parabéns pelo pronunciamento de V. Exª!

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Anoto, Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, a informação que acaba de transmitir. Hoje pela manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, foi registrada a posição que

estamos assumindo no sentido da defesa da pessoa humana e da defesa do Estado democrático de direito.

Destaca-se também a criação de mais de duas mil vagas de agentes da Polícia Federal e convocação de mais de 460 agentes já concursados; a criação de um milhão de pontos de luz e aperfeiçoamento de mais sete milhões e a suspensão do registro de armas até 31 de dezembro deste ano.

O texto do Plano foi introduzido na Internet desde a tarde de ontem, para receber sugestões e críticas de todos os interessados, até o dia 11 de agosto.

Outras medidas são a infiltração de agentes da polícia especializada em quadrilhas ou bandos; a concentração, no Ministério da Justiça, vale dizer, na Polícia Federal, das ações de repressão ao narcotráfico e a reestruturação das polícias civis dos Estados, para que elas possam agir integradas a outros órgãos de segurança, inclusive da União.

Sr. Presidente, é evidente que o Plano Nacional de Segurança Pública não é uma panacéia. É tão grave a crise de segurança que impõe o medo e o terror à população, que mesmo medidas fortes como as anunciadas podem reduzir a violência, mas não se deve esperar milagres.

Há, além disso, uma desconfiança da população em relação a medidas anunciadas pelo Governo – e aqui falo de todos os Governos e de todos os entes públicos – em relação ao combate à violência, tantas foram as iniciativas fracassadas. Mas prefiro ser otimista e acreditar que os resultados virão em curto prazo e permanecerão para sempre.

Sr. Presidente, é preciso fazer mais. Parece-me indispensável a elaboração de um plano específico de combate à violência ou, talvez, de educação entre os jovens, uma das maiores causas da criminalidade. Um plano que contemple simultaneamente ações de repressão às quadrilhas e de assistência econômica, social e educacional, sobretudo aos jovens das favelas, que muitas vezes recorrem ao crime como única alternativa de sobrevivência ou pela sedução, pela miragem de uma vida tanto quanto possível saudável.

A melhoria salarial dos policiais, civis e militares, e dos agentes de segurança em geral, é também medida indispensável não só para estimulá-los a trabalhar mais e melhor, como, e sobretudo, para evitar as tentações da corrupção e do envolvimento com o crime.

Urge, na esfera legal, a regulamentação do art. 14 da Constituição, que trata da segurança pública.

É importante, também, a introdução do número único da identidade civil em todo o País, para facilitar

a identificação dos criminosos e favorecer a sua captura.

É fundamental a criação de um programa específico de segurança e de apoio econômico-social para a população das favelas, como forma de evitar que os seus moradores sejam atraídos pelos narcotraficantes que, em muitos casos, chegam até a substituir o poder público na oferta de serviços sociais, como escolas e postos médicos, com o objetivo, quase sempre alcançado, de obter cobertura para suas ações criminosas.

A presença física e ostensiva de policiais nas ruas e praças das grandes cidades é outra medida que nos parece indispensável. De modo geral, a simples presença do policial já desestimula a ação dos assaltantes.

Sr. Presidente, parece-me fundamental ter a consciência de que a crise econômica e social está na raiz da violência. A exclusão social, a marginalização, o desemprego, os humilhantes indicadores sociais, a miséria e a fome são os verdadeiros motores da violência.

Não por coincidência, a Organização Mundial de Saúde, um respeitável órgão das Nações Unidas, acaba de divulgar uma estatística deprimente para o Brasil. Dos 191 países que fazem parte da entidade, o Brasil está no centésimo vigésimo quinto lugar, em matéria de serviços de assistência sanitária a sua população. Estamos abaixo, muito abaixo mesmo, do Senegal, da Jamaica e da Nicarágua.

Se for considerada a distribuição de investimentos em saúde em relação à renda da população, ou seja, a capacidade de gastos de uma família em saúde, já excluídas as despesas com alimentação, o Brasil se coloca em situação ainda pior: dos 191 países, ocupamos o centésimo octogésimo nono lugar, ou seja, o antepenúltimo, atrás apenas da antiga Birmânia e de Serra Leoa.

E quais as causas mais próximas desse degradante quadro? Pelo menos três: a profunda desigualdade de distribuição de renda, setor onde somos também um dos piores países do mundo; a virtual paralisação dos investimentos em saneamento básico público, o que significa aumento da mortalidade infantil e adulta; e a insuficiência de recursos para os programas de saúde, especialmente aqueles voltados à população de baixa renda da periferia das grandes e médias cidades. Os investimentos acabam beneficiando os mais abastados e prejudicando os mais pobres.

O que estamos dizendo é que, apesar da urgência e da relevância de iniciativas como o Plano Nacional de Segurança Pública e seu elevado propósito de diminuir a curto prazo a violência das grandes cidades brasileiras, somente a melhoria das condições de vida da população será capaz de reduzir substancialmente os níveis da criminalidade.

Paralelamente à adoção de medidas de emergência para reduzir a violência ou pelo menos evitar que as pessoas sejam tomadas pelo desespero e pelo descontrole provocados pelo medo e pelo pavor, é preciso agir na área social, como está agindo o Governo, mas não basta. Investir na retomada do crescimento econômico, no aumento do nível de emprego, na educação e no saneamento básico e, sobretudo, melhorar a qualidade desses investimentos, para que os limitados recursos orçamentários não sejam desviados para aqueles que menos necessitam deles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Por vinte minutos, tem a palavra o Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos documentos que me chegou às mãos recentemente, que aborda o assunto sobre a atuação das ONGs na Amazônia, começa com a seguinte afirmação: "A Amazônia total, cuja maior área fica no Brasil, é considerada um patrimônio da humanidade. Sua posse, pelo Brasil, é meramente circunstancial." Essa é uma das recomendações de um documento elaborado em Genebra pelo Christian Church World Council (Conselho Mundial de Igrejas Cristãs). E sobre as diretrizes de ocupação da Amazônia consta o seguinte: "Foram contemplados com diretrizes específicas os seguintes países: Venezuela nº 1, Colômbia nº 2, Peru nº 3, Brasil nº 4, cabendo a Diretriz nº 5 aos demais países da América do Sul".

Consta, também, nas diretrizes de interesses internacionais o seguinte:

A posse dessa imensa área pelos países mencionados é meramente circunstancial" (...) "É nosso dever defender, prevenir, lutar (...) na preservação desse imenso território (...) patrimônio da humanidade e não patrimônio dos países cujos territórios, pretensamente, dizem lhes pertencer (...) É nosso dever exercer forte pressão junto às autoridades locais desse país para que não só respeitem o nosso objetivo, mas o compreenda (...) É nosso dever garantir a preservação do território da Amazônia e de

seus habitantes aborígenes, para o seu desfrute pelas grandes civilizações européias, cujas áreas naturais estejam reduzidas a um limite crítico"... "No caso dos países abrangidos por essas diretrizes, é preciso levar em consideração a pouca cultura de seus povos, a pouca perspicácia de seus políticos ávidos por votos que a Igreja prometerá em abundância. É preciso que o índio veja e tenha consciência de que o missionário é a única salvação. É preciso infiltrar missionários e contratados, inclusive não religiosos, em todas as nações indígenas. Aplicar o plano de Base das Missões, que se coaduna com a presente diretriz e, dentro do mesmo, a posição dos nossos homens em todos os setores da atividade política é muito importante para viabilizar estas diretrizes (...) Nunca se deve deixar de protestar contra qualquer ato que contrarie as diretrizes aqui compreendidas.

Esta não é a primeira vez, Sr. Presidente, que alerto a Casa para o sério risco a que está exposta a Amazônia contemporânea. Não me refiro, no entanto, aos riscos meramente relacionados ao processo de desflorestamento. Mas, sim, aos violentos atentados que inúmeras ONGs têm infligido à soberania nacional, em nome de uma suposta proteção ao meio ambiente amazônico. A situação atual está se revestindo de uma configuração política insustentável, para não dizer ultrajante.

Sem dúvida, o grau de ingerência das agências internacionais sobre o destino da Floresta Amazônica alcança patamares jamais antes observados. Por isso mesmo, instruído por estudos e especialistas, há certo tempo que venho alertando para extrema liberdade com que a legislação brasileira aborda o assunto.

Os efeitos nocivos dessa interferência indevida na vida na gerência das coisas brasileiras se acumulam visivelmente. Aliás, a excessiva intromissão das ditas organizações não-governamentais nas decisões sobre o destino brasileiro já se espalha por outros espaços e domínios do País. De acordo com a reportagem publicada no dia 4 de junho, último domingo, na **Folha de S. Paulo**, quase um milhão de dólares por ano é repassado das ONGs européias ao Movimento dos Sem-Terra, o MST, para fins de instrumentalização e assentamento em áreas rurais.

E eu pergunto: o que é que essas ONGs européias têm a ver com assentamento de sem-terra no Brasil?

No caso da Amazônia, o quadro mais dramático se revela na firme intenção e nas sucessivas tentativas de criação de "nações" indígenas, literalmente falando, por parte das ONGs que lá se instalaram. Com a finalidade visível de subtrair territórios indígenas à nossa soberania, promovem verdadeira intervenção branca, cuja real intenção consiste em explorar as riquezas tão economicamente cobiçadas da Amazônia. Como prova disso, o matutino paraense **O Liberal** publicou, em abril, matéria que denuncia a existência de um denominado "Governo Mundial", cuja ação inicial em território amazônico se consolidaria com a recente chegada do navio Guardiã da Amazônia – se não estou enganado, de propriedade de outra ONG, o Greenpeace. Sob pretexto de vigilância, seu objetivo real consistiria na espionagem e na rapinagem dos conhecimentos de nossa riqueza ecológica.

Em outro documento, denominado "Amazônia Brasileira – Ação Internacional", consta que o início do mapeamento da Amazônia se deu nos anos de 1950 até 1990 pelos países estrangeiros, principalmente os europeus e os americanos. Com a abertura das estradas, vieram centenas de missionários estrangeiros por meio do CIMI – Conselho Indigenista Missionário, com o slogan "Catequizar os índios brasileiros". E, nos anos 70 e 80, teve início o mapeamento do solo e subsolo. Esse mapeamento foi realizado na maior parte por satélites devidamente autorizados pelo Brasil, resultando no primeiro e mais completo levantamento realizado pelos países estrangeiros.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permita-me V. Exª um aparte?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Concedo um aparte ao nobre Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Moreira Mendes, assim como V. Exª, fico estupefato com essa situação e não entendo como o nosso País fica tão aberto. Tenho certeza de que, se quiséssemos fazer o mesmo em outro país, sequer teríamos ingresso. Se uma ONG brasileira quisesse agir em outro país, não teria licença para entrar. E fico mais surpreso ainda quando vejo, por exemplo, o território da nação yanomami, onde circulam a toda hora helicópteros de ONGs com a maior facilidade. Ora é para fazer mapeamento, ora é para levar até mesmo produtos, como minérios e pedras. Temos conhecimento das histórias, mas nenhuma providência é tomada. E, às vezes, acontece como aconteceu outro dia: a ONG que aqui estava lutando contra uma série

de interesses brasileiros era financiada pela nossa concorrente nos Estados Unidos. Não entendo como se permite, com tanta facilidade, a criação de tantas ONGs que, muitas vezes, lutam contra os interesses nacionais. Concordo com as ONGs que estão fazendo um trabalho decente, como na área de saúde. Creio que essas devem existir, mas muitas delas sequer defendem o nosso interesse. E um país deve, primeiro, pensar nos seus interesses. Sou solidário com o discurso de V. Exª e compartilho da mesma surpresa e indignação.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Obrigado pelo aparte, Senador Ney Suassuna. Aproveito para informá-lo que, por iniciativa dos Senadores Bernardo Cabral e Mozarildo Cavalcanti, já foi colhido um número muito grande de assinaturas, mais do que o suficiente para instalação de uma CPI que apure como operam as ONGs no Brasil.

Também concordo com a afirmação de V. Exª de que existem boas e más ONGs. Devemos separar o joio do trigo, e isso, certamente, este Senado deverá fazer por meio dessa CPI.

Os missionários de então eram, na sua maioria, cientistas, pesquisadores e engenheiros. Distribuíram donativos e conquistaram os índios; dessa forma, conseguiram seus objetivos, sem que ninguém soubesse que eram, na realidade, o domínio da Amazônia.

Ora, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, por trás dessas iniciativas, persiste a idéia de que somos incapazes de zelar pela proteção e conservação de nosso patrimônio ambiental e de nossa rica biodiversidade.

As ONGs foram criadas por países estrangeiros para atuarem diretamente de acordo com seus interesses, e as principais são da Europa e dos Estados Unidos, agindo livremente na Amazônia. Essas organizações encontram-se infiltradas em nossas universidades, principalmente as de pesquisas na Amazônia, em todas as reservas indígenas, ecológicas, em centros de pesquisas no meio da selva, na política, nos meios de comunicação, nas religiões e em muitas associações. E, mais recentemente, de forma avassaladora, no Ministério do Meio Ambiente, ocupando por seus prepostos os postos chave daquele Ministério. Agem como se fossem proprietários das reservas e chegam até a cobrar pedágio. A ocupação da nossa Amazônia está acontecendo de acordo com as diretrizes definidas por eles, como mencionei no início deste pronunciamento.

Em vista disso, temos a convicção de que o fortalecimento das ONGs na Amazônia constitui perigo fatal, do qual nem o Governo nem a sociedade brasileira podem esquivar-se; pois, no final das contas, são elas as responsáveis pela coleta de material, pela elaboração de pesquisas e, o que é pior, pela veiculação de denúncias falsas sobre o Brasil. Ouve-se comentários de que há países que já ensinam nas escolas para suas crianças que a Amazônia é um patrimônio da humanidade e não do Brasil, como nós, brasileiros, pensamos. Isso é uma afronta que jamais podemos aceitar. Temos que agir já!!!

Nessas circunstâncias, não seria mais novidade para ninguém o fato de que há dezenas de casos de abusos das ONGs na região. Conhecimentos indígenas milenares são integralmente transferidos para laboratórios europeus por intermédio das ações deletérias dessas organizações, para fins nitidamente econômicos e comerciais. Das reservas indígenas, ecológicas e outras, eles saem com aviões carregados de minérios e de plantas medicinais sem serem importunados. Além de tudo, são autorizados por autoridades brasileiras para explorar essas áreas, e somente eles têm acesso às mesmas. Em algumas reservas, nem mesmo os brasileiros podem entrar porque são totalmente dominadas por estrangeiros. Financiam projetos e ocupam essas áreas como se fossem donos. Seus aviões entram e saem da região sem nenhuma fiscalização, porque a Força Aérea Brasileira não tem autorização para interceptar essas aeronaves não identificadas. Eles dominam a Amazônia muito mais do que podemos imaginar.

É sabido que nas escolas norte-americanas já está sendo ensinado às suas crianças uma nova divisão geográfica da América do Sul, onde é apresentado um mapa contendo a Região Amazônica destacada do Brasil e sobre ela os dizeres: "**área de controle internacional**". Parece que só os brasileiros ainda acham que são os donos da Amazônia. Precisamos reagir veementemente a isso.

Cumpra ao Estado exercer com rigor o seu papel de vigilante da Amazônia, com o propósito de se evitar a exploração criminosa de nossa biodiversidade, bem como o aumento da influência estrangeira sobre o nosso território.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Permitte-me V. Exª um aparte?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Com o maior prazer, ouço o aparte de V. Exª, eminente Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Ouço com particular interesse as colocações de V. Exª sobre a Amazônia brasileira; parte de território importantíssima e que, no meu entendimento, terá um futuro extremamente promissor neste nosso País. V. Exª aborda informações das escolas americanas, que estariam ensinando uma nova forma de divisão territorial na América Latina. Excluem a Amazônia do território brasileiro e a incluem como patrimônio internacional. Recentemente, li um artigo na imprensa no sentido de que essa informação foi um equívoco de uma professora que ali lecionava. A desinformação, que inclusive correu à larga nos meios de comunicação do Brasil, já foi corrigida. Entretanto, V. Exª tem razão: não há explicação para os milhares de aeroportos clandestinos que ainda existem na Amazônia. Sob que pretexto? Fazendo o quê? Essas visitas são para quê? Conhecer o quê? Extrair o quê? Temos efetivamente a maior reserva genética deste País. Seguramente os interesses de natureza comercial sobre essa reserva genética são muito grandes. É importante comentar com V. Exª que recentemente recebi a visita de um Brigadeiro que está encarregado da implantação do Programa Sivam-Sipam, que foi amplamente discutido nesta Casa e que dará uma contribuição muito grande ao Brasil para que realmente se possa supervisionar e vigiar de forma mais fidedigna esse imenso território desocupado; e o Sipam certamente vai dar essa proteção. Mas mais importante, nobre Senador, concordando com a linha de raciocínio defendida por V. Exª, entendo que a ocupação ordenada com o desenvolvimento sustentado dará aos brasileiros a posse definitiva da Amazônia. Por isso, temos que realmente batalhar nesta direção: aproveitar a potencialidade das nossas florestas; não as destruindo, mas aproveitando-as, sem permitir que as árvores envelheçam e que percam o seu valor comercial. Devemos aproveitar e incentivar as pesquisas para conhecermos as propriedades, principalmente medicinais, da nossa rica flora e, sobretudo, permitir também o desenvolvimento de uma agroindústria nessa região; a atividade pesqueira, a atividade florestal. Enfim, o desenvolvimento sustentável que efetivamente vai permitir a nós, brasileiros, resolver problemas acentuados de diversas camadas da população brasileira que não têm o que fazer, com o que trabalhar ou de onde tirar o seu sustento. Com a ocupação da Amazônia – esse imenso território, um vazio demográfico acentuado –, buscam essas alternativas, por intermédio do desenvolvimento sustentado, notadamente com a concentração nas atividades econô-

micas, cuja vocação natural se ressalta. Nós, brasileiros, ao ocuparmos a Amazônia, que é do Brasil, devemos saber que a região pode contribuir para a humanidade, sim, mas por meio do Brasil e dos brasileiros. Muito obrigado.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Também concordo com a opinião de V. Ex^a. Acho que as regras a serem seguidas devem ser ditadas muito mais pelos amazônidas que lá vivem do que por pessoas que estão trabalhando nos gabinetes em Brasília ou no Rio de Janeiro. Elas não têm a menor noção daquela situação. Nesse sentido, as leis de zoneamento socioeconômico ecológico dos Estados é que deveriam definir claramente as regras dessa ocupação, a exemplo do que já fez o meu Estado, que recentemente promulgou uma lei nesse sentido.

Cumpra ao Estado exercer com rigor o seu papel de vigilante da Amazônia, com o propósito de evitar a exploração criminosa de nossa biodiversidade, bem como o aumento da influência estrangeira sobre o nosso território. Tenho certeza de que ainda é possível reverter essa situação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, estou certo de que o Brasil precisa, urgentemente, rever sua Política Militar na Amazônia. Precisa aumentar a presença da Marinha nos rios da região para controlar o tráfego de embarcações, precisa construir aeroportos militares estratégicos com finalidade exclusiva de proteção da região. Assegurar o efetivo controle das fronteiras. Implantar um sistema eficiente de acompanhamento e vigilância das ONGs e dos estrangeiros que atuam na Amazônia, saber quem são, como agem, quais são seus verdadeiros interesses e seus reais objetivos e, também, dos brasileiros que trabalham para eles. Precisa, da mesma forma, investir maciçamente na educação da população local, principalmente na educação ambiental. Precisa investir firmemente na educação do homem do campo, ensinando-lhe novas técnicas para a pecuária e para a agricultura, técnicas que sejam compatíveis com a conservação do meio ambiente. Precisa, da mesma forma e pelos mesmos motivos investir em tecnologia, de adubação de solos, recuperação de áreas degradadas para aumento da produtividade. Apenas leis rigorosas e policiaescas como pretendem os "ambientalistas de plantão" infiltrados no Ministério do meio ambiente, não vão resolver o problema. É uma hipocrisia.

Não adianta ficarmos discutindo e acusando quem destruiu nossas florestas e seus índios e que

agora querem tomar o que é nosso. Esse é um argumento fraco e não impedirá a ação externa na nossa Amazônia, enquanto não tomarmos a firme decisão de realmente proteger as riquezas naturais do nosso território; desenvolver programas junto às populações da região, de maneira que elas possam extrair e beneficiar os produtos da floresta sem danificá-la; instalar pequenas indústrias locais de modo a favorecer a exportação para os países fronteiriços, para que o Brasil marque presença nesses locais, pois esses espaços estão sendo ocupados por estrangeiros.

O Brasil precisa instalar laboratórios de pesquisa científica e mineral para explorar o seu potencial na floresta, patenteando medicamentos e trazendo divisas para cá com a venda desses produtos a todo o mundo. Enquanto não fazemos isso, laboratórios estrangeiros têm extraído nossas plantas e fabricado medicamentos, patenteando-os e deixando o nosso povo a ver navios e pagar caro por um produto que é nosso por direito.

O Brasil precisa, por exemplo, criar e instalar, na região, indústrias de fabricação de jóias, com vista aos mercados interno e externo oferecendo aos habitantes da Amazônia outra opção que não seja desmatar e aprisionar animais silvestres com a finalidade de abastecer o mercado negro. Dessa maneira pode-se evitar que as pedras preciosas existentes na região norte do país saiam daqui em estado bruto e depois retornem, industrializadas, gerando grande perda de divisas para nós e gerando emprego e divisas para eles. Por fim, faz-se necessário a implantação de laboratórios e universidades para estudar o solo e o subsolo, as plantas medicinais e toda a biodiversidade da região evitando o que ocorre atualmente, que americanos e ingleses entre outros, estão pesquisando e patenteando nossos produtos em seus países, com enorme prejuízo para o Brasil.

Europeus e americanos estão realizando ações visando ao domínio de toda a Amazônia. E nós? É certo que não podemos ficar parados, porque quando decidirmos reagir poderá ser tarde demais. O Brasil precisa, acima de tudo, ficar atento ao que se passa ao nosso redor, assumir uma posição firme com relação ao domínio da Amazônia, sendo um País de proporções continentais, com a maior economia da América do Sul, mas que, até o momento, continua tímido e atrasado com relação aos países amazônicos.

Não cabe às ONGs ocupar as lacunas do Estado ou "representar" as sociedades, atribuições que são, no Brasil, de competência do Poder Legislativo, mesmo porque faltam-lhes não somente competência

e conhecimento, mas também legitimidade e autorização do povo brasileiro. Caber-lhes-ia, no entanto, trabalhar com parceiras da democracia em defesa dos direitos humanos, em ações de saúde pública e de educação, enfim, na proteção do meio ambiente, como bem frisou o nobre Senador Bernardo Cabral, em discurso que, recentemente, fez nesta Casa.

Por outro lado, Sr. Presidente, as ONGs, por definição, não são facilmente conceituadas, haja vista que se caracterizam essencialmente pela pluralidade e pela heterogeneidade de ações e finalidades. Embora tenham surgido no âmbito da determinação assistencialista e caritativa, executam atividades tipicamente de influência política, funcionando como verdadeiros "grupos de pressão" até os respectivos governos.

Sob o ponto de vista jurídico, a legislação brasileira carece de um tratamento mais específico sobre o assunto. Em realidade, não há norma legal que obrigue ou condicione o funcionamento das ONGs, salvo na hipótese, que alcança todos os entes privados, de operação com recursos públicos. Isso, evidentemente, não nos é suficiente. De todo modo, o que se sabe é que, apesar de configurarem instituições privadas, independentes e autônomas, tais entidades não se encontram cadastradas no âmbito do Poder Público, até o momento.

No aspecto quantitativo, restam apenas estimativas, que apontaram, em 1995, a existência de cerca de quatro mil ONGs, no Brasil. Nesse panorama, as ONGs ligadas à temática ambiental e ecológica ocupam quase 35% do total, ao passo que aquelas associadas à temática da cidadania e democracia ocupam, curiosamente, apenas 5% do total.

Sobre o funcionamento, estudos têm registrado que as fontes mais recorrentes se inscrevem na seguinte ordem: agências internacionais de cooperação, agências multilaterais, órgãos do Governo brasileiro, comercialização de produtos e venda de serviços. Em 1998, por exemplo, 32% das ONGs, no Brasil, operavam com um perfil orçamentário entre 100 e 300 mil reais. Contudo, na faixa de receita com mais de um milhão de reais, reuniam-se 13% das ONGs, o que expressa considerável preferência por orçamentos de autênticas multinacionais.

Da perspectiva da fiscalização, vale esclarecer que as ONGs estão apenas sujeitas à responsabilização que alcança os particulares em geral, incluindo as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias. No entanto, se operam com recursos públicos, ficam sujeitas ao controle externo da administração pública.

Mesmo assim, reforçando o que havia comentado acima, os instrumentos legais e reais de controle sobre as ONGs são ainda muito deficientes, o que acaba por estimular o crescimento de organizações fraudulentas, especializadas em biopirataria, para prejuízo da Amazônia do Brasil.

Para concluir, não podemos mais assumir uma posição de passividade, muito menos de indiferença, diante dos avanços indiscutivelmente ameaçadores das ONGs sobre o Brasil. Seja por meio de ações controladoras, seja por meio de uma legislação mais rigorosa, o Estado brasileiro deve, com urgência, perseguir uma intervenção mais incisiva na área. No caso particular da Amazônia, a urgência deve deixar de ser artifício retórico para assumir, de vez, uma tomada de decisão rumo à garantia de nossa soberania. E jamais nos esqueçamos de que há 500 anos levaram o nosso pau-brasil, depois o nosso ouro, a Mata Atlântica e, agora, estão levando os minérios, os animais e as plantas da Região Norte. Se não dermos um basta, amanhã levarão até a água dos nossos rios.

Neste momento, para finalizar, conclamo meus Pares, o Governo Federal, as Forças Armadas, a sociedade civil, crianças, jovens e adultos para uma guerra em defesa da nossa Amazônia: *"... ou ficar a Pátria livre ou morrer pelo Brasil"*. Neste momento, a soberania do Brasil sobre a Amazônia tem que ser a nossa questão nº 1.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Por 20 minutos, concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimento o nobre Senador Moreira Mendes pela excelência do seu discurso e manifesto-lhe a minha satisfação por tratar do mesmo assunto que pretendo abordar ao ocupar esta tribuna. Trata-se, na realidade, de uma preocupação de todos nós, do Congresso Nacional e do povo brasileiro, e, certamente, alguns trechos do discurso de V. Ex^a já estão, também, incorporados no meu discurso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ressalvadas as ilustres colegas, aqui presentes, quase todos os membros desta Casa – a maioria, pelo menos, – já era estudante secundarista e universitário nas décadas de 60 e 70. Provavelmente, ainda se recordam de inúmeras manifestações estudantis, várias vezes com o apoio e a participação de membros do Poder

Legislativo, de intelectuais e de outros segmentos comunitários, em defesa dos interesses nacionais.

Naqueles tempos históricos e heróicos, muitos de nós, em defesa de seus ideais, viveram perigosamente. A coragem e mesmo a temeridade de alguns foram fatores determinantes para impedir que, sob a forma de ajuda internacional, a cobiça de outras nações manipulasse a soberania do Brasil.

Assim foi quando o dito brasilianista e futurólogo Herman Kahn esteve aqui, em nosso País – se não me engano, por volta de 1968 – por intermédio do Instituto Hudson. Em suas palestras, sugeriu a construção de um imenso lago na Amazônia, o que, partindo de um cientista social de renome, despertou o interesse das autoridades. Tal sugestão absurda desencadeou uma série de comícios e passeatas que sufocaram a idéia.

É oportuno observar que, em parte da área a ser inundada, surgiu, depois, o distrito ferrífero da Serra dos Carajás, uma das maiores jazidas de ferro do mundo, descoberta em 1967 pela Companhia Meridional de Mineração (subsidiária da U. S. Steel Corp.). Todos nós sabemos que aquela região detém extensas reservas auríferas, além de grande quantidade de cobre, níquel, manganês e volfrâmio, entre outros.

Falando em riquezas minerais, também o projeto de aerofotogrametria foi alvo de severas reações. Essa ciência, ainda relativamente nova, permite a construção de mapas topográficos, geográficos e plantas, com uma interpretação muito mais precisa que os tradicionais levantamentos realizados por topógrafos e cartógrafos. Como, porém, o Brasil não dispunha das máquinas e equipamentos especiais necessários, firmou-se um convênio com os Estados Unidos. Quando a imprensa divulgou o início da execução dos trabalhos, nossos técnicos e cientistas alertaram para o fato de que estariam sendo utilizados, também, recursos para fotografar o subsolo, identificando as jazidas minerais existentes.

Logo, Sr^s e Srs. Senadores, o mundo vem assistindo à evolução das formas de domínio de uma nação por outra. Durante muito tempo, os países belicamente mais fortes invadiram os demais, apropriaram-se das suas riquezas sob a alegação de colonizá-los. Até bem pouco tempo as nações do Primeiro Mundo barganhavam ajuda por recursos e vantagens. Acredito que essa forma de dominação ainda esteja muito presente, inclusive em nosso País.

Descobriu-se, entretanto, uma forma muito mais sutil – e, por isso mesmo, perigosa – de dominar outros povos. Parte-se da velha estratégia de dividir para

conquistar, e volta-se uma parte da população contra o restante, levando-se o país à estagnação econômica ou pelo menos impedindo-o de oferecer concorrência no mercado externo.

Refiro-me à atuação das ONGs internacionais, e sei que não estou sozinho nesse meu raciocínio. O prezado Senador Mozarildo Cavalcanti pleiteia a instalação de uma CPI para apurar as atividades dessas entidades. O nobre Deputado Roberto Jefferson, Líder do PTB da Câmara dos Deputados, segundo o **Jornal do Brasil** do dia 16 de junho, encaminhou requerimento ao Ministro da Justiça, solicitando informações quanto ao número de ONGs que atuam no Brasil, com que finalidade e como se sustentam.

Realmente, Sr^s e Srs. Senadores, essas Organizações agem com extrema desenvoltura, imiscuindo-se em todos os assuntos, sem nenhum controle do Governo e da sociedade.

Desejo, contudo, deixar aqui registrado que não sou movido por nenhum sentimento de xenofobia. Apenas tenho sido testemunha de certos procedimentos dúbios ou, no mínimo, estranhos à nossa compreensão. Sei também que nesses grupos militam ativamente pessoas sérias e bem intencionadas. Outros são inocentes úteis. Alguns, muito úteis e nem sempre inocentes. Muitos se deixam empolgar pelos elevados ideais que parecem estar ameaçados. Alguns, como Judas, são seduzidos pelo brilho do ouro, e se puderem associar as vantagens financeiras à glória de defensores da natureza, dispõem-se a vender a própria alma.

Tenho lido declarações inteiramente contraditórias de grupos e de indivíduos que me parecem sérios e competentes. Tenho assistido, pela TV, a cenas de vergonhosa manipulação da opinião pública, atribuindo-se a um local ou a um rio, por exemplo, características de outro, às vezes a quilômetros de distância.

Os assuntos de interesse nacional não podem ser tratados de forma irresponsável, sob pena de atrair o descrédito para quem assim procede. Acredito que os meios de comunicação já devam ter superado a fase em que, quando ocorria um acidente ou uma catástrofe climática, o número de mortos e feridos era variável de uma emissora ou de um jornal para o seu concorrente.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a hidrovía Araguaia-Tocantins continua sob as luzes dos holofotes, atraindo a atenção da mídia, das ONGs, dos ecologistas mais e menos sensatos, dos pesquisadores mais e menos responsáveis, mas acima de tudo, dividindo opiniões.

Após marchas e contramarchas, diversas vezes relatadas neste Plenário, em maio de 1999, foi entregue ao Ibama um estudo independente, coordenado pela Fundação Cebrac – Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural, com a participação de uma coalizão de ONGs, ou de Organizações Não-Governamentais: o Instituto Socio-Ambiental – ISA, o Fundo Mundial para a Natureza – WWF, a Rede Internacional de Rios – IRN –, o Simpósio Ambientalista Brasileiro do Cerrado, a Coalizão Rios Vivos e a Rede Cerrado. Os trabalhos contaram, outrossim, com o apoio da Agência Goiana de Meio Ambiente e Recursos Naturais.

Segundo laudo do Cebrac, a análise do estudo de Impactos Ambientais do projeto da hidrovía “demonstra sua inviabilidade econômica frente a outros empreendimentos, como a Ferrovia Norte-Sul e a Ferro-Norte, que irão proporcionar custos de transportes bem abaixo dos propostos pela hidrovía...” O documento alerta que os impactos ambientais podem levar à catástrofe e à instabilidade social e econômica da região, na medida que promovam radical transformação das bases ambientais em que operam a economia e a sociedade locais. Adverte para os riscos de migração, inchaço das periferias das cidades e aumento do conflito pela posse da terra. Finaliza afirmando que existem “outras alternativas mais viáveis, e que a hidrovía proposta, e tudo o que ela significa não é o caminho para tornar nosso País uma Nação.”

Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, discordo profundamente da frase que encerra o laudo do Cebrac: “a hidrovía proposta, tudo o que ela significa, não é o caminho para tornar o nosso País uma Nação.”

Somos, sem a menor sombra de dúvida, uma Nação. Nosso País é uma Nação democrática, forte e importante em nosso Continente e no panorama mundial.

Mas voltemos ao tema da hidrovía.

A AHITAR – Administração da Hidrovía Tocantins-Araguaia firmou, com o Centro de Educação Permanente em Saúde Pública da Universidade de São Paulo – USP, o Contrato nº 025/99, para que avaliasse a forma e conteúdo do EIA/RIMA do projeto da hidrovía. Em fevereiro deste ano de 2000, o relatório técnico da USP foi entregue.

Nobres colegas, li o documento da USP com a atenção de um leigo que precisa aprender – e essa é realmente a minha intenção, já que, na qualidade de Senador da República, devo inteirar-me das questões para votar com consciência. Além disso, essa hidrovía beneficiará não só o Estado que represento, mas pre-

tende-se que seja um indutor de desenvolvimento em toda a sua área de atuação, à qual compreende oito Estados: Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Pará. Pois bem, senhores, o primeiro parágrafo da Avaliação Geral da USP é o oposto do laudo do CEBRAC:

A equipe entende que o projeto da hidrovía é importante, quer como via de transporte inter-regional, quer como possível integrador e fator de desenvolvimento regional, sendo, pois, favorável à sua adequada implantação.

Consideram, ainda, os técnicos da USP que, dentro de uma visão global, no seu conjunto, o documento analisado preenche o papel de um EIA/RIMA e prevê os efeitos do empreendimento sob o ponto de vista ambiental. Para tornar o EIA/RIMA inteiramente adequado, a equipe indicou os aspectos que devem ser complementados, ressaltando, entretanto, que nenhuma dessas complementações seria inviável, impraticável ou mesmo muito demorada.

Quanto à justificativa do empreendimento, a equipe paulista não deixa dúvidas quanto às vantagens da hidrovía. Em relação ao controvertido tema das comunidades indígenas, a afirmação é enfática: a equipe não percebeu qualquer omissão deliberada de informação pertinente; nesse aspecto, sugerem apenas complementações nos diagnósticos dos meios biológicos.

Para não nos alongarmos em demasia, no entender da equipe multidisciplinar selecionada pela USP para a apreciação do EIA/RIMA da hidrovía Tocantins-Araguaia, existem partes que necessitam de complementação, mas constituem um documento adequado para ser usado nos processos de discussão e negociação que visem à convergência de interesses dos atores governamentais, empresariais e comunitários, no que diz respeito ao licenciamento do empreendimento.

Senhores, mais uma vez permitam-me pinçar a última frase de um laudo – desta vez, o da USP –: que visem à convergência de interesses dos atores governamentais, empresariais e comunitários. É esta, nobres Colegas, a chave da questão: a convergência de interesses, porque, somente assim, aglutinando os interesses do Governo, dos empresários e da comunidade envolvida, poderemos dar esse salto gigantesco, a implantação de uma hidrovía que será talvez o principal eixo de desenvolvimento do Brasil.

O laudo do Cebrac condena o modal hidroviário, mas todos sabemos ser esse o que menos dano cau-

sa ao meio ambiente. Em todo o mundo – e em especial nos países desenvolvidos – somente as circunstâncias físicas e as contingências limitadoras de solo e de relevo são obstáculos à implantação das estradas líquidas, pois, inegavelmente, constituem o modal mais econômico e menos ofensivo ao ecossistema.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando já considerava finalizado este pronunciamento, chegou-me às mãos uma publicação muito interessante, cujo conteúdo pretendo em breve trazer à consideração de V. Ex^{as}. Desejo, no entanto, destacar alguns comentários de Prefeitos de dois Municípios da área de influência da hidrovia.

Para Alberto Branco, Prefeito de Conceição do Araguaia, no Estado do Pará, as críticas de muitas ONGs se devem a um conjunto de interesses econômicos, principalmente nos casos das organizações financiadas por grupos interessados em outros tipos de transporte, e também quando orientadas por políticos de outros Estados que sofreriam a concorrência dos beneficiados pela hidrovia.

Já o Prefeito Luiz Abdalla, do Município de Água Boa, no Estado de Mato Grosso, atribui as críticas à hidrovia a manobras de empresas internacionais que desejam manter o controle do mercado de soja. Quanto ao problema da soja, já o expus em detalhes, desta tribuna, no ano de 1999.

Na opinião de Luc Ferry, professor de Filosofia e escritor francês, a ética do meio ambiente corre o risco de se desassociar da democracia; o ecossistema passa a adquirir um valor próprio, superior ao da espécie humana.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Senador Carlos Patrocínio, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Ouço com prazer V. Ex^a, Senador Moreira Mendes, que tem a mesma preocupação que estou expondo neste momento.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Senador Carlos Patrocínio, algo semelhante está acontecendo, atualmente, no Estado de Rondônia, mais precisamente na cidade de Porto Velho. O Ministro das Minas e Energia esteve no Estado de Rondônia, há cerca de um mês, e anunciou um pacote imenso de obras e investimentos a serem efetivados na área de energia elétrica, ponto crucial para o desenvolvimento do Estado. Ainda hoje, quase 80% da energia é gerada a partir do óleo **diesel**. Naquela região, dentro da política do Governo Federal, está-se pretendendo transformar a matriz energética para o gás, passando a utilizar-se o gás de Urucu. Dentro desse programa,

já vem sendo construída, há mais de 120 dias, a primeira usina termelétrica, de 67 megawatts, ainda a **diesel**, mas já conversível para o gás. A obra está praticamente pronta. Entretanto, há cinco ou dez dias, o Fórum das ONGs do Estado de Rondônia entrou com uma ação na Justiça e obteve liminar, impedindo o prosseguimento da obra. Estamos no fio da navalha no que se refere à relação entre produção e consumo de energia elétrica. Muito provavelmente haverá falta de energia e racionamento devido à irracionalidade dessas ONGs. Portanto, quero acrescentar mais este dado ao pronunciamento de V. Ex^a, e dizer que devemos avaliar a atuação das ONGs no Brasil e levar avante a CPI que está em fase de instalação aqui no Senado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Moreira Mendes, a participação, e ratifico a preocupação de V. Ex^a com a atuação dessas ONGs não bem identificadas. Exatamente o mesmo está acontecendo no Estado do Tocantins. As audiências que se processavam às margens dos rios Araguaia e Tocantins, com o objetivo de escutar as populações envolvidas – indígenas, ribeirinhos e todos os interessados –, foram suspensas pela Justiça devido à solicitação do Ministério Público, que atendeu ao pedido das ONGs.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, considero qualquer radicalismo, qualquer posição extremada um desconhecimento da realidade em que vivemos. Penso que, acima da opinião de uma minoria radical ou daqueles que têm como valor máximo o dinheiro, está o bem-estar do povo brasileiro, do qual assumimos o compromisso de zelar ao longo do nosso mandato.

A hidrovia Tocantins-Araguaia, apesar de todos os obstáculos, está prestes a se concretizar, tornando-se o eixo integrador do desenvolvimento nacional.

Penso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que é hora também de esta Casa se preocupar com uma legislação que diga respeito à atuação das ONGs, sobretudo as internacionais, em nosso País.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Senador Carlos Patrocínio, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Se o eminente Presidente permitir, concederei, com o máximo prazer, o aparte a V. Ex^a, nobre Senador Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Casa ouve com prazer o aparte do Senador Leomar Quintanilha. Apenas apela a S. Ex^a que considere a hora e a necessidade de prosseguirmos com a sessão.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Agradeço a deferência da Mesa, Sr. Presidente. Eu não poderia deixar de comungar das preocupações do Senador Carlos Patrocínio com a implantação da hidrovía Araguaia-Tocantins. Vamos, Senador Carlos Patrocínio, obstinados e determinados que somos, e confiantes na justiça, na legalidade e na importância dessa hidrovía para o desenvolvimento do Centro-Norte do País, vencer esses obstáculos que estão sendo impostos por intermédio de uma cortina de fumaça ambientalista, quando, na verdade, o objeto disfarçado e não confessado é de natureza comercial. Preocupam-se com o desenvolvimento e com a ampliação da produção de nossa região. Enquanto isso, criam obstáculos de toda natureza para impedir a utilização desse meio de transporte que se revela a redenção da agropecuária, principalmente da região Centro-Norte. Milhares de brasileiros que mourejam nessa região não têm acesso aos recursos que a ciência e a tecnologia oferecem aos que moram em centros mais desenvolvidos. E um dos entraves principais é o fato de não haver um meio de transporte de carga pesada a longa distância que lhes permita adquirir insumos mais baratos e vender os seus produtos a preços competitivos. A hidrovía é utilizada como meio de transporte no mundo inteiro. E não será aqui, no Brasil, em Tocantins, no Centro-Norte do Brasil que não haveremos de implantá-la. Todos unidos, com o apoio desta Casa e daqueles que se interessam pelo desenvolvimento sustentado do País e em acabar com o desemprego, que aflige tantas pessoas neste País, haveremos, sim, de conseguir implantar essa rodovia. Comungo e me solidarizo com as colocações que V. Ex^a faz nesta tarde.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL –TO) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Leomar Quintanilha, pelo aparte. Não tenho a menor dúvida de que, juntos, os Estados já citados aqui e todos os Senadores que se interessam pelo desenvolvimento do Brasil, e com o apoio da Justiça, haveremos de conseguir que a hidrovía Araguaia-Tocantins se torne o eixo principal do desenvolvimento do nosso País.

Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Geraldo Melo, que preside a sessão neste momento, pela paciência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Prorrogo, na forma regimental, a Hora do Expediente, para que os três Srs. Senadores inscritos para comunicação inadiável possam usar da palavra.

Inicialmente, por permuta com o Senador Sebastião Rocha e cessão do Senador Luiz Otávio, con-

cedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma comunicação inadiável.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi da Associação Médica Brasileira a proclamação de que considera a liberdade do exercício da Medicina ameaçada.

Passo a ler a carta enviada por aquela entidade e pelo Conselho Federal de Medicina aos médicos.

No mês passado, atendendo a uma denúncia apresentada há seis anos pelo Comitê de Integração de Entidades Fechadas de Assistência à Saúde – CIEFAS, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE decidiu punir o Conselho Regional de Medicina de São Paulo, Associação Paulista de Medicina, Sindicato dos Médicos de São Paulo, Associação dos Médicos de Santos, Sociedade Brasileira de Patologia, Colégio Brasileiro de Radiologia e Sindicato dos Médicos de Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão e Praia Grande. A acusação: impor a Tabela de Honorários Médicos da AMB às empresas de planos de saúde.

A decisão do CADE transpõe o esdrúxulo, extrapola o estigma da insensibilidade, ultrapassa e excede o limite constitucional.

E, após uma série de considerações, finalizam:

O momento, porém, exige muito mais: uma profunda reflexão de todos os médicos com relação ao futuro da classe. Se aceitarmos passivamente essa decisão do CADE, com certeza, não haverá mais necessidade nem função para as entidades que envolvam as áreas conselhal, sindical, associativa e de especialidades. Se nada fizermos contra essa condenação, também estaremos aceitando que o poderio econômico das empresas e planos de saúde passem a ditar a ética e as normas da prática médica. Nossa autonomia está em jogo, por isso a ocasião exige união e a participação de toda a classe médica.

Assinam os Drs. Eleuses Vieira de Paiva e Edson de Oliveira Andrade, da Associação Médica Brasileira e do Conselho Federal de Medicina, respectivamente.

Peço, portanto, a V. Exª que considere transcrita a matéria para que conste dos Anais desta Casa o protesto da classe médica brasileira.

Muito obrigado a V. Exª, Sr. Presidente.

**SEGUE DOCUMENTO A QUE SE
REFERE O SR. SENADOR ANTONIO
CARLOS MAGALHÃES EM SEU DISCURSO.**

Associação Médica Brasileira

Filiada à Associação Médica Mundial
Rua São Carlos do Pinhal, 324 – Bela Vista
CEP: 01333-903 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3266-6800 – Fax: (11) 3266-6631
<http://www.amb.org.br>

OF/PRE/AMB/Nº 245/2000.

São Paulo, 12 de junho de 2000

Excelentíssimo Senhor
Senador Dr. Antonio Carlos Magalhães
Gabinete da Presidência do Senado Federal
Praça dos Três Poderes
70168-970 – BRASÍLIA – DF
A/c. Srª Isabel

Exmo. Senador,

Encaminhamos em anexo o acórdão do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, contra as entidades médicas e também carta enviada pela Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina aos 250 mil médicos, abordando aspectos pertinentes à ameaça do livre exercício da profissão.

Em nome de toda a classe médica brasileira agradecemos o empenho e a inestimável colaboração de V. Exª, no sentido de corrigir esta inconsequente e absurda deliberação.

Reiteramos nossos protestos de elevada estima e consideração, subscrevemos.

Atenciosamente, – **Dr. Eleuses Vieira de Paiva**, Presidente da Associação Médica Brasileira.

Conselho Federal de Medicina

OF/PRES/Nº 239/2000

São Paulo, 2 de junho de 2000

Caro(a) colega,
Liberdade Ameaçada

No mês passado, atendendo a uma denúncia apresentada há seis anos pelo Comitê de Integração de Entidades Fechadas de Assistência à Saúde – CIEFAS, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, decidiu punir o Conselho Regional de Medicina de São Paulo, Associação dos Médicos de Santos, Sociedade Brasileira de Patologia, Colégio Brasileiro de Radiologia e Sindicato dos Médicos de Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão e Praia Grande. A acusação: impor a Tabela de Honorários Médicos da AMB às empresas de planos de saúde.

A decisão do Cade transpõe o esdrúxulo, extrapola o estigma da insensibilidade, ultrapassa e excede o limite constitucional. Condenou as entidades como infratoras à ordem econômica do País e sentença que deixem de interferir nas negociações entre

profissionais médicos e empresas, bem como intermediar, promover ou participar dessas negociações quando tenham por finalidade estabelecer honorários ou adoção de valores constantes da Lista de Procedimentos Médicos (LPM). Impede de negociar junto aos planos de saúde ou recomendar aos médicos a adoção de quaisquer listas de procedimentos médicos, inclusive as elaboradas pela AMB. E vai além, proíbe de recomendar ou fazer ameaças em nome da categoria com a paralização de prestação de serviço e, ainda, obriga que retirem dos estatutos sociais (e quem sabe, inutilize o código de ética médica) qualquer dispositivo que garanta às entidades liberdade para assumir compromissos em nome dos médicos. Determina que abstenham-se de fixar coletivamente valores de honorários médicos a serem cobrados dos estabelecimentos prestadores de serviços e que demonstrem ao Cade, no prazo de 30 dias, o cumprimento das alterações estatutárias. Por fim, entre as decisões do plenário, traz uma recomendação inaceitável e, acima de tudo, incompreensível para o estado democrático em que vivemos: “envio de ofício, pelo presidente do Cade, ao Ministério da Saúde e ao Conselho Federal de Medicina (CFM), informando estes órgãos dos propósitos da AMB, de implementação dos valores da sua Lista de Procedimentos Médicos e das decisões do Cade, alertando-os quanto às disposições da Lei nº 8.884/94 e dos objetivos da AMB que, na verdade, busca cooptar esses órgãos para figurarem como signatários da referida lista, a fim de dar mais força a este instrumento”. (grifo nosso)

Mais que a condenação, alguns fatos, no entanto, nos deixaram intrigados nesta questão. Surpreendeu-nos que essa foi uma das últimas sentenças do Cade antes da troca de sua cúpula diretiva. O grupo Ciefas tentou retirar a acusação, porém o Cade não aceitou o argumento da reclamante, mantendo o processo. Finalmente, essa condenação acontece justamente no momento em que a AMB e o CFM, unitariamente mostrando o fortalecimento da classe, anunciam a disposição de elaborar, em conjunto, nova Lista de Procedimentos Médicos. Essas circunstâncias nos dão a certeza de que se trata de uma decisão meramente política e que visa beneficiar apenas os convênios médicos, pois nossa classe jamais impôs a LPM a qualquer empresa, já que se trata uma lista referencial.

Essa decisão truculenta, autoritária e abusiva, que atinge todos os médicos brasileiros e não apenas os do Estado de São Paulo, demonstra que em nome do poder econômico, o Cade ultrapassou seus limites e marginalizou nossa Constituição, ignorando o direito que estabelece não só aos médicos, mas a qualquer cidadão brasileiro, de exercer livremente o seu trabalho pelos valores que desejar e também de se organizar em associações e sindicatos em defesa de seus interesses coletivos. A AMB, o CFM e todas as entidades envolvidas estão tomando as providências jurídicas necessárias para reparar essa intempestiva e estapafúrdia condenação.

O momento, porém, exige muito mais: uma profunda reflexão de todos os médicos com relação ao futuro da classe. Se aceitarmos passivamente essa decisão do Cade, com certeza, não haverá mais necessidade nem função para as entidades que envolvam as áreas conselhal, sindical, associativa e de especialidades. Se nada fizermos contra essa condenação, também estaremos aceitando que o poderio econômico das empresas e planos de saúde passem a ditar a ética e as normas da prática médica. Nossa autonomia está em jogo, por isso a ocasião exige união e a participação de toda a classe médica. Nesse esforço conjunto é muito importante a sua participação contactando seus

representantes parlamentares na busca de fortalecer o trabalho político que as entidades médicas estão realizando para reverter esta afronta a nossa dignidade profissional. Precisamos de toda ajuda e sugestão, as quais poderão ser encaminhadas à AMB ou CFM. É chegada a hora de uma importante decisão: definir como será a medicina brasileira daqui em diante. Se submissa ao poder econômico ou se voltada à ética médica, a dignidade do exercício profissional, à qualidade na relação médico-paciente, características indispensáveis ao bom e livre exercício profissional da medicina.

Dr. Eleuses Vieira de Paiva – Presidente da AMB

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA
R. São Carlos do Pinhal, 324 – 01333-903
São Paulo – SP Tel.: (11) 3266-6800
Fax: (11) 3266-6631
E-mail: diretoria@amb.org.br

Dr. Edson de Oliveira Andrade – Presidente do CFM

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
SGAS Quadra 915, lote 72 – 70390-150
Brasília – DF Tel.: (61) 346-9800
Fax: (61) 346-0231
E-mail: diretoria@rudah.com.br

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Mesa dá como lido o documento a que se refere V. Ex^a, nos termos do Regimento.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Sebastião Rocha. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Álvaro Dias, por cinco minutos.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ao tomar conhecimento de que o Governo brasileiro, por iniciativa do Ministério da Saúde, pretende indicar o nome da pediatra Zilda Arns Neumann, Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança, como candidata ao Prêmio Nobel da Paz 2001, ocorreu-me sugerir ao Senado que também se associe à indicação e promova gestões para materializar a pretensão anunciada. Pelos seus méritos, pelo trabalho desenvolvido em prol dos desamparados, a Dr^a Zilda Arns faz jus à efetiva indicação oficial para concorrer ao prêmio. Mas não se pode ficar na intenção, Sr. Presidente: é preciso que a indicação se concretize; daí o meu apelo à Mesa no sentido de que tome iniciativas capazes de oficializar a indicação.

Essa catarinense de nascimento, que vive no Paraná há muito tempo e cursou a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná há 40 anos, realizou a façanha de reduzir a mortalidade infantil no País. Para se dimensionar a importância da Pastoral da Criança, coordenada por D. Zilda Arns, basta que se diga que a taxa de mortalidade infantil nas comuni-

dades atendidas pela instituição em todos os Estados brasileiros representa a metade do que o Governo consegue com os seus programas de prevenção.

Hoje, a Pastoral está presente em 27 Estados do Brasil, acompanhando 1,6 milhão de crianças e 76 mil gestantes, em 31 comunidades, com o trabalho de 1.224 agentes de saúde. Graças a esse contingente e seus programas, a Pastoral tem indicadores valiosos, que são atualizados mensalmente, sobre o desenvolvimento de crianças e gestantes nas diversas regiões do País. Graças a essa rotina, recentemente, ela divulgou o mais completo relatório já executado em sua história, com indicadores preciosos sobre as políticas de sucesso da instituição. O relatório indica redução em 21% da mortalidade infantil nas áreas de sua abrangência, mas, ainda assim, considera que precisa ampliar esse percentual e vencer novos desafios.

Por isso, a Pastoral é responsável por outro megaprojeto social: o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos, que beneficia 32 mil pessoas. A preocupação é passar medidas de prevenção que contribuam para reduzir, ainda mais, a mortalidade infantil. Outro desafio enfrentado é o da geração de emprego e renda. Nesse programa, 38 mil famílias brasileiras participam de 1.462 núcleos de trabalho.

Como se vê, a filosofia da Pastoral, coordenada em nível nacional por D. Zilda Arns, é globalizante, por entender que a mortalidade infantil passa por questões como a alfabetização e o pleno emprego. Ela entende, com absoluta razão, que a família, particularmente a mãe, deve ser bem informada e que o atendimento à saúde da população precisa ser humanizado. Considera inadmissível que, no Brasil, um país com dimensão continental e recursos naturais extraordinários, ainda haja gente passando fome. O Governo, as universidades e a sociedade em geral, segundo D. Zilda Arns, precisam preocupar-se com a segurança familiar, com políticas de saúde, criando uma grande rede de solidariedade, a exemplo da Pastoral que coordena.

Sr. Presidente, como representante do Paraná no Senado, a mim é gratificante postular apoio à indicação de Zilda Arns ao Prêmio Nobel 2001, porque foi justamente no meu Estado que teve início o trabalho redentor da Pastoral da Criança. O berço do programa-símbolo dessa valorosa Pastoral foi o Município de Florestópolis, no norte do meu Estado. Ali, em 1983, a Pastoral lançou o desafio de acabar com a mortalidade infantil. O trabalho foi levado a efeito com tanto afinco, que praticamente chegou a zero a incômoda estatística de mortalidade de crianças que ver-

gonhosamente o Município ostentava, apesar de encravado no rico norte paranaense, de clima chuvoso e terra fértil. Quando as famílias de bóias-frias ainda não conheciam a multimistura, o soro caseiro, a prática do aleitamento materno, o acompanhamento de peso, o uso de remédios caseiros e a prática de hábitos de higiene, os níveis de mortalidade infantil em Florestópolis eram estarrecedores. Mas bastou a ação concentrada da Pastoral da Criança para, em pouco tempo, reverter-se o quadro e o Município se apresentar como exemplo no Brasil e no mundo, com a erradicação dessa mazela que ainda envergonha o País. E à frente de tudo sempre esteve essa mulher extraordinária, cogitada, agora, para a indicação do importante prêmio internacional.

É por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que advogo uma atuação do Senado no sentido de que a indicação oficial se concretize, realmente, como um ato da mais perfeita e lúdica justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha para uma comunicação inadiável. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna nesta tarde para fazer uma rápida avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública, que foi ontem divulgado amplamente pelo Governo e também pela imprensa do nosso País.

Esse Plano tem recebido merecidas críticas da Oposição, em especial de alguns de seus setores, em função de ser considerado ainda um plano insuficiente e, de certa forma, tímido com relação à necessidade de o Brasil definir concretamente medidas para combater a violência urbana, para coibir essa situação de intranquilidade, de desespero, que atinge todas as pessoas no nosso País nos dias de hoje.

Eu, particularmente, entendo que o Plano tem os seus aspectos positivos e que nós, da Oposição, também temos de reconhecê-los. O primeiro aspecto que considero relevante é que o Plano traduz um reconhecimento da parte do Governo de que, de fato, a situação é muito grave. Sem dúvida alguma, esse Plano Nacional de Segurança Pública sinaliza para a sociedade que o diagnóstico feito por parte do Governo Federal em relação à violência urbana no nosso País é preocupante. É um diagnóstico que mostra à sociedade que, de fato, o Governo considera quase incontornável a situação da segurança pública e da violência urbana no Brasil.

Nesse aspecto, o Governo Federal entendeu que deve participar desse processo. Se os recursos não são suficientes, se os R\$3 bilhões mencionados para serem utilizados nos próximos anos – serão usados R\$700 milhões somente durante este ano – são de fato insuficientes, entendo que esse é um passo à frente. E a Oposição deve colaborar para que os resultados desse Plano, os resultados da aplicação desses recursos, possam ser os melhores possíveis.

Certamente, esse Plano não devolve ao povo brasileiro a esperança de que haverá dias mais tranquilos daqui por diante, mas, sem dúvida alguma, essa é uma demonstração concreta de que o Governo compreende que não pode ficar omissos. O Governo estava omissos na questão da segurança pública e da violência urbana em nosso País, mas, neste momento, demonstrou que tem obrigações, que tem responsabilidade no que diz respeito a essa questão. Embora a Constituição delimite essa área como de responsabilidade quase que exclusiva dos Estados, com a complementação dos Municípios, a União, em função da gravidade da situação, mostra para o País que quer também participar desse processo.

Nesse aspecto, eu o considero positivo. Acredito que a Oposição deve considerar também positiva essa iniciativa do Governo Federal.

É fundamental a presença das Forças Armadas no combate a esse crime mais organizado e ao roubo de cargas, na fronteira, nos aeroportos, nos portos, nas estradas. Sempre advoguei que as Forças Armadas poderiam estar presentes nesse processo, não da forma como propôs aqui o Presidente da Casa, o Senador Antonio Carlos Magalhães, ou seja, no policiamento ostensivo nas cidades; pelo menos no meu entendimento, isso ainda não seria adequado neste momento. Mas, de alguma maneira, as Forças Armadas precisam demonstrar para a sociedade que a União também está preocupada com essa situação de descontrole com a segurança pública no nosso País.

Nesse sentido, considero positiva a iniciativa de que as Forças Armadas possam ocupar espaços vazios hoje, já que as Polícias estaduais, civis e militares não estão conseguindo coibir, de uma vez por todas, o crescimento da violência urbana no nosso País. A Polícia Federal recebe, por intermédio desse Plano Nacional de Segurança Pública, um aporte maior de recursos, para que possa ampliar seus quadros e, dessa forma, atender melhor as necessidades da sociedade neste âmbito da segurança pública.

Por último, Sr. Presidente, considero também relevante que, de certa forma, o Governo Federal defina

como órgão coordenador das ações de segurança pública, vinculadas à esfera federal, o Ministério da Justiça. Isso é importante, porque uma ação dessa natureza, numa área tão sensível como a área da segurança pública, deve merecer, sim, a atenção específica de um órgão que tenha maior responsabilidade e maior controle.

Por isso, particularmente, considero positiva a iniciativa do Governo, embora entenda que ela ainda é insuficiente. Precisamos, nos Orçamentos vindouros, garantir mais recursos para o Fundo Nacional de Segurança Pública, que é também um avanço nesse aspecto e que, inclusive, foi motivo de uma iniciativa parlamentar minha, logo que cheguei à Casa, no sentido de propor a sua instituição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência lembra aos Srs. Senadores que, na Ordem do Dia, que está para ser iniciada, estão incluídas matérias que serão apreciadas e votadas nominalmente. Dessa forma, solicito aos Srs. Senadores que ainda não tenham comparecido ao plenário que para aqui se desloquem para participar dessas votações nominais.

O Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Artur da Távola.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 363, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma regimental, que seja retirado em caráter definitivo, o Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2000, de minha autoria.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **Helosa Helena.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O requerimento lido será incluído na Ordem do Dia oportunamente, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Artur da Távola.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 364, DE 2000

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 336, II, combinado com o 338, V, do RISF, requeremos urgência, para o Projeto de Resolução do Senado nº 25, de 2000, que “acrescenta incisos V, VI, VII, VIII e IX ao artigo 3º da Resolução nº 78 de 1998, do Senado Federal que “Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências”.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2000. – **Ney Suassuna, Presidente – José Fogaça – Luiz Otávio – Antonio Carlos Valadares – Paulo Souto – José Eduardo Dutra – Romeu Tuma – Roberto Saturnino – Ricardo Santos, (vencido) – Osmar Dias – Pedro Piva – Eduardo Suplicy – Lúcio Alcântara – Bello Parga.**

REQUERIMENTO Nº 365, de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do inciso II, do art. 336, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Resolução nº 64, de 2000, oriundo da Mensagem nº 131, de 2000 que autoriza a contratação de operação de crédito externo, nos valores de US\$167,998,250.00 (cento e sessenta e sete milhões, novecentos e noventa e oito mil, duzentos e cinquenta dólares norte-americanos) e US\$44,646,750.00 (quarenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, setecentos e cinquenta dólares norte-americanos), entre a República Federativa do Brasil e o Banque Nationale de Paris – BNP, destinadas, a primeira, ao financiamento de oitenta e cinco por cento no valor dos bens e serviços referentes à parte francesa, que integram o projeto Pró-Amazônia/Promotec, bem como de serviços a serem prestados por empresas brasileiras (tranche brasileira).

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **José Roberto Arruda – Sérgio Machado – Edison Lobão – Jader Barbalho.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esses requerimentos serão votados após a Ordem do Dia, na forma do Regimento Interno.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Artur da Távola.

São lidos os seguintes:

PARECER

Nº 667, DE 2000 - CDP

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, criado pela Resolução do Senado Federal n.º 20, de 1993, em reunião realizada nesta data, apreciando o relatório apresentado pelo Senador Jefferson Péres, Relator da Representação n.º 2, de 1999, decidiu, em votação secreta, por 11 votos SIM, 3 votos NÃO e 1 ABSTENÇÕES, aprovar o mencionado relatório, que conclui pela apresentação do seguinte Projeto de Resolução:

"Projeto de Resolução n.º 66, de 2000
(Do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar)

O Senado Federal resolve:

Art. 1º. É decretada a perda do mandato do Senador Luiz Estevão, nos termos do art. 55, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º, I, da Resolução n.º 20, do Senado Federal.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação."

Estiveram presentes os Srs. Senadores: Juvêncio da Fonseca, Vice-Presidente; Romeu Tuma, Corregedor; Casildo Maldaner, Nabor Júnior, Ney Suassuna, Amir Lando, Geraldo Althoff, Francelino Pereira,

SENADO FEDERAL

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

REP Nº 2 / 1999

Paulo Souto, Lúcio Alcântara, Osmar Dias, José Roberto Arruda, Lauro Campos, Heloísa Helena.


Senador **Ramez Tebet**, Presidente,

Senador **Jefferson Péres**, Relator,



Senado Federal, Sala n.º 6 da Ala Senador Nilo Coelho, em 14 de junho de 2000.

Senador **Juvêncio da Fonseca**

Senador **Romeu Tuma**

Senador **Casildo Maldaner**

Senador **Nabor Júnior**

Senador **Ney Suassuna**

Senador **Amir Lando**

Senador **Geraldo Althoff**

Senador **Francelino Pereira**

Senador **Paulo Souto**

Senador **Lúcio Alcântara**

Senador **Osmar Dias**

Senador **José Roberto Arruda**

Senador **Lauro Campos**

Senadora **Heloísa Helena**

SENADO FEDERAL

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

RCP Nº 2, 1999

Fls. 2909/P

RELATÓRIO

Do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar sobre a Representação nº 2, de 1999, "para apurar quebra de decoro parlamentar do Senador Luiz Estevão de Oliveira Neto, apresentada pelo PT, por seu Presidente; PDT, por seu Vice-Presidente; PSB, por seus Líderes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; PPS, por seu Presidente; PC do B, por seu Presidente; PV, por seu Líder na Câmara dos Deputados; e o PL, por seu Líder na Câmara dos Deputados."

RELATOR: SENADOR JEFFERSON PÉRES

I. RELATÓRIO

Versa o presente processo sobre a Representação nº 2, de 1999, contra o Senador **Luiz Estevão de Oliveira Neto**, por quebra de decoro parlamentar, imputada pelo Partido dos Trabalhadores - PT, por seu Presidente, Deputado Federal José Dirceu de Oliveira e Silva; Partido Democrático Trabalhista - PDT, por seu Vice-Presidente, Deputado Neiva Moreira, no exercício da presidência; Partido Socialista Brasileiro - PSB, por seus Líderes na Câmara dos Deputados, Deputada Luiza Erundina, e no Senado Federal, Senador Antônio Carlos Valadares; Partido Popular Socialista-PPS, por seu Presidente, Senador Roberto Freire; Partido Comunista do Brasil-PC do B, por seu Presidente, Senhor João Amazonas Pedroso; Partido Verde - PV, por seu Líder na Câmara dos Deputados, Deputado Fernando Gabeira; e o Partido Liberal - PL, por seu Líder na Câmara dos Deputados, Deputado Waldemar Costa Neto.

A Representação alega que o Senador Luiz Estevão foi apontado pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário, como tendo participado de uma série de ilicitudes, caracterizadoras da quebra do decoro parlamentar, passíveis de aplicação da pena de perda do mandato com inabilitação para o exercício de cargo ou função pública.

Segundo a Representação, o Relatório Final da CPI identificou diversas relações entre o Grupo Monteiro de Barros, responsável pela obra do TRT de São Paulo, e o Grupo OK, pertencente ao Senador Luiz Estevão. Assim, logo no início dos seus trabalhos, a CPI do Judiciário começou a investigar indiretamente o Senador Luiz Estevão. Ao final das investigações, a CPI identificou depósitos no valor aproximado de US\$ 46 milhões, efetuados pelas empresas do Grupo Monteiro de Barros a favor das empresas do Grupo OK.

Indícios da relação do Grupo OK com as obras do fórum trabalhista de São Paulo, também foram evidenciados, segundo a Representação, pela descoberta de ligações telefônicas do juiz Nicolau dos Santos Neto, principal responsável pela obra, para o Senador Luiz Estevão.

Em seu relatório final, a CPI do Judiciário chegou à conclusão de que as explicações apresentadas para o relacionamento entre os grupos OK e Monteiro de Barros não eram aceitáveis nem convincentes, o que reforçaria a tese de que ambos os grupos empresariais possuíam interesses comuns nas obras do TRT de São Paulo.

O Relatório da CPI do Judiciário acabou por indiciar o Senador Luiz Estevão nos tipos penais de enriquecimento ilícito, improbidade administrativa, falsidade ideológica e crime contra o sistema financeiro.

Alega a Representação, que cabe ao Senado Federal a análise política para averiguar se, com base nos acontecimentos apontados pela CPI do Judiciário, o Senador Luiz Estevão teria incorrido na quebra do decoro parlamentar, especificamente nos pontos abaixo relacionados.

Cabe esclarecer, que tão logo fui indicado pelo Presidente deste Conselho de Ética, para a relatoria deste processo, determinei a imediata citação do Senador Luiz Estevão, para que este recebesse cópia da Representação nº 2, de 1999, e apresentasse sua defesa.

Assim, passei a relatar as condutas do Representado que, segundo a Representação nº 2, de 1999, tipificam uma violência ao ordenamento jurídico e caracterizam a quebra do decoro parlamentar. Continuo a cada um dos pontos apresentados pela Representação, relatei também a contra-argumentação oferecida na defesa do Senador Luiz Estevão:

A - CONSTANTES MUDANÇAS DE VERSÕES PARA OS FATOS.

A Representação nº 2, de 1999, alega que, ao longo dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário, o Senador Luiz Estevão alterou sua versão dos fatos apurados, à medida em que novas revelações foram surgindo.

Assim, o Representado teria alegado mal conhecer o Sr. Fábio Monteiro de Barros para, posteriormente, admitir que são amigos e que existem dois negócios entre eles: a construção do edifício-sede da OAB, em Brasília, e a compra da Fazenda Santa Terezinha, em Mato Grosso. Mais tarde, confrontado com documentos, admitiu a existências de outros negócios comuns.

O mesmo teria ocorrido com relação ao juiz Nicolau Santos Neto, dizendo também mal se conhecerem. Ao surgir a lista de telefonemas trocados entre eles, sessenta e oito no total, o Senador Luiz Estevão admitiu serem amigos.

O Representado desqualifica a representação, já que, segundo seu patrono, a mesma está mal redigida ou redigida de má-fé. Afirma nunca ter declarado que “mal conhecia o Sr. Fábio Monteiro de Barros” de quem é amigo há mais de dez anos e mantém com ele negócios nas áreas agropecuária, imobiliária e bancária.

Quanto à segunda alegação, o Senador reafirma que “não manteve nem mantém qualquer vínculo profissional ou de amizade com o magistrado Nicolau dos Santos Neto”. As ligações telefônicas efetivas entre ambos foram poucas e, conforme atestam as operadoras telefônicas, o número aparentemente mais elevado indica ligações de apenas alguns segundos, o que seria tentativas de comunicação e não uma efetiva ligação telefônica.

B – PRESSÃO SOBRE ASSESSORES DA CPI

A Representação nº 2, de 1999, acusa o Senador Luiz Estevão de ter exercido pressão e formulado ameaças contra os servidores públicos requisitados para auxiliar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito do Poder Judiciário.

Segundo a Representação nº 2, de 1999 ¹:

"foi rumorosa a agressividade utilizada para conhecer os nomes de todos os auxiliares da CPI, bem como as ameaças a ele formuladas, as quais chegaram a afastar servidores do trabalho"

O intuito do Senador Luiz Estevão, ao intimidar os assessores da CPI do Judiciário, seria o de evitar a investigação sobre as relações entre as empresas de seu grupo empresarial, o Grupo OK, com as do Grupo Monteiro de Barros.

A Representação nº 2, de 1999, afirma que a comprovação desses fatos pode ser obtida pelos testemunhos do Presidente e Relator da CPI do Judiciário, Senadores Ramez Tebet e Paulo Souto, respectivamente, pois, por mais de uma vez, os técnicos da CPI se reuniram a sós com estes nobres parlamentares, para tratar do assunto e buscar garantias para o desenvolvimento dos seus trabalhos, sem que houvesse interferências por parte do Representado.

A Representação nº 2, de 1999, afirma que em uma dessas reuniões, o Senador Luiz Estevão adentrou o local onde os assessores se reuniam com o Presidente da CPI e, na presença de todos, promoveu ameaças.

O comportamento acintoso do Senador Luiz Estevão perante a Comissão e seus funcionários, segundo a Representação, constitui abuso das prerrogativas asseguradas aos membros do Congresso Nacional, o que, de acordo com o Código de Ética do Senado Federal (Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993, art. 5º) é considerado um ato incompatível com a ética e o decoro parlamentar, sendo, portanto, passível de aplicação da pena de perda do mandato.

¹ Página 27, dos autos.

Em resumo, a Representação nº 2, de 1999, alega que o Senador Luiz Estevão formulou ameaças aos servidores da CPI do Judiciário, tendo essas ameaças resultado no afastamento de um dos servidores do grupo de assessores da CPI, com o intuito de impedir o avanço das investigações efetuadas por aquela Comissão Parlamentar de Inquérito.

Todavia, em sua defesa, o Senador Luiz Estevão contesta esta afirmação, alegando que a imputação é falsa. A defesa argumenta que a Representação não ofereceu o nome de nenhum funcionário que tenha sido afastado dos trabalhos da CPI por conta de uma eventual conduta ameaçadora de sua parte; e que não fora especificado nem mesmo em que consistiu a ameaça.

A defesa reconhece que de fato o Senador Luiz Estevão requereu, por intermédio do Ofício nº 551, de 16 de junho de 1999, a relação dos funcionários da CPI que eram responsáveis pelo recebimento, guarda e análise dos documentos encaminhados pelo Banco Central do Brasil e outras instituições financeiras, decorrentes da transferência do sigilo bancário, com o intuito de saber a quem o Senador deveria dirigir-se para obter informações de seu interesse.

Ao efetuar tal solicitação, o Senador Luiz Estevão estaria preservando-se contra eventuais desvios funcionais que permitissem o vazamento de informações sigilosas, objetivando, portanto, a preservação de seus direitos, pois, muitas vezes teve conhecimento de informações sobre suas comunicações telefônicas, e outras, de natureza fiscal e bancária, por intermédio da mídia.

Em suporte às suas declarações, a defesa relacionou os servidores do Senado Federal, Luís Cláudio de Brito, Francisco Naurides Barros e Dulcília F. Ramos Calhao, em testemunho da verdade de suas alegações.

C - VERSÃO DOS EMPRÉSTIMOS.

A Representação nº 2, de 1999, alega que imediatamente após a revelação dos primeiros repasses de recursos oriundos da obra do TRT-SP para as empresas do Representado, este afirmou que tais repasses

justificavam-se por se tratar da devolução de empréstimos feitos pelo Banco OK de Investimentos às empresas do Grupo MB.

Todavia, com o decorrer das investigações - quando se descobriu que tais repasses ocorriam para outras empresas do Grupo OK e não para o banco, e que o total de repasses totalizava aproximadamente US\$ 46 milhões, enquanto que o total dos empréstimos representava apenas US\$ 2,7 milhões - o Senador Luiz Estevão teria abandonado esta tese que justificava os créditos que suas empresas recebiam das empresas do Grupo Monteiro de Barros.

Desta forma, a Representação nº 2, de 1999², alega que:

"a versão dos supostos empréstimos (...) revela, novamente, a disposição do Representado, no curso da CPI, de tentar esconder a realidade que, em grande medida, foi posta a nu pelo percuciente trabalho da CPI. De modo que restou demonstrado (sic) a tentativa de ludibriar a Comissão, o Senado e a sociedade quanto à verdade dos fatos, o que demonstra claramente tratar-se de afronta ao decoro parlamentar, haja vista tratar-se de grave irregularidade praticada no exercício do mandato."

Em sua defesa, o Senador Luiz Estevão considera a presente acusação repetitiva e prolixa, uma vez que a mesma estaria inclusa no item (a) anteriormente relatado. A defesa salienta que este expediente se presta tão-somente a aumentar o volume de acusações.

Para que não se cometa o mesmo equívoco da representação, a defesa faz remissão ao exposto no item (a) alegando que tais considerações afastam por completo a alegação acusatória.

Todavia, a defesa enfatiza³ que

"o Senador Luiz Estevão jamais afirmou que as relações negociais com o Grupo Monteiro de Barros limitavam-se exclusivamente a

² Página 28, dos autos.

³ Página 434, dos autos

transações com o Banco OK de Investimentos
(grifo no original).

Segundo a defesa, desde o primeiro momento, em seu pronunciamento no Plenário do Senado Federal, em 27.05.99, o Senador Luiz Estevão esclareceu que o relacionamento comercial entre as empresas do Grupo OK e Monteiro de Barros, estendia-se aos ramos imobiliário e agropecuário, além de estarem associados em empreendimentos diversos.

Em entrevista ao Jornal Correio Braziliense, em 29.05.99, o Senador Luiz Estevão teria declarado que possuía negócios com o Grupo Monteiro de Barros numa fazenda e que também havia efetuado vários empréstimos a este grupo empresarial. Nessa entrevista, o Senador Luiz Estevão afirma que as relações empresarias conjuntas dos dois grupos se haviam iniciado em 1988, com o prédio da OAB.

Por fim, a defesa alega que a própria CPI do Judiciário considerou satisfatória uma auditoria realizada no Banco OK de Investimentos quanto à regularidade dessas operações financeiras. Tal auditoria levou a CPI a concluir que as operações de empréstimos do Banco OK as empresas do Grupo Monteiro de Barros ficaram suficientemente esclarecidas.

D - AQUISIÇÃO DAS FAZENDAS STA. TEREZINHA E LAGOÃO

Segundo o relatório da CPI do Judiciário, relativo ao caso do TRT da 2ª Região (pág. 228), o Grupo Monteiro de Barros repassou ao Grupo OK um total aproximado de US\$ 46 milhões em 151 transações bancárias.

Dentre as razões apresentadas como justificativas para tais repasses, destaca-se a compra conjunta, entre os dois grupos empresarias, de uma fazenda no município de Santa Terezinha, no estado do Mato Grosso, pertencente à Companhia de Desenvolvimento do Araguaia - CODEARA, que seria responsável por transferências que totalizam aproximadamente US\$ 15 milhões.

A Representação nº 2, de 1999, alega que, segundo pronunciamento do Senador Luiz Estevão na Tribuna do Senado Federal, no final de 1993, o Grupo Monteiro de Barros havia proposto ao Grupo OK a

constituição de uma sociedade no setor agropecuário inicialmente através da compra de terras pertencentes ao Grupo Garavello. Todavia, tal empreendimento não se concretizou, pois o Grupo Garavello vendeu essas terras a terceiros. Posteriormente o Grupo Monteiro de Barros apresentou a proposta de compra da fazenda no Mato Grosso.

Em pronunciamento voluntário à CPI, em 30.06.99, o Senador Luiz Estevão esclareceu que à época da compra da fazenda, o Grupo Monteiro de Barros não dispunha de condições de caixa para efetuar o seu pagamento e por esta razão, o Grupo OK efetuou o pagamento integralmente por intermédio de uma permuta com imóveis urbanos localizados em Brasília - DF e em Goiânia - GO, sendo que a intenção inicial dos compradores era constituir uma sociedade em igualdade de condições, ou seja, cada um dos grupos empresariais (Grupo OK e Grupo Monteiro de Barros) ficaria com a metade da fazenda.

O Senhor Fábio Monteiro de Barros, proprietário do Grupo Monteiro de Barros, apresentou à CPI do Judiciário o Contrato de Compromisso de Venda e Compra das terras da Fazenda Santa Terezinha, de 22.12.93, no valor de US\$ 2 milhões. Segundo a Representação, o Senador Luiz Estevão rubrica este contrato mas não assina pelo Grupo OK.

Todavia, a Representação contesta a veracidade da insuficiência de caixa do Grupo Monteiro de Barros, à época do fechamento do negócio, o que teria obrigado o Grupo OK a efetuar a totalidade do pagamento, pois no dia seguinte à assinatura do contrato (23/12/93) o Grupo Monteiro de Barros transfere para o Grupo OK a importância aproximada de US\$ 1,5 milhões, a título de pagamento pela fazenda, conforme esclarecera o próprio Grupo Monteiro de Barros.

Ainda de acordo com a Representação, em seu depoimento à CPI, o Senador Luiz Estevão teria declarado que a escrituração da área só ocorreu em maio de 1997, mediante a lavratura das escrituras de 2/3 da área para a Agropecuária Reunidas e 1/3 para a Recreio Agropecuária Ltda. Posteriormente, o Grupo OK teria desistido de manter a associação, pois decidira investir em outro empreendimento agropecuário, desta feita, no município de Sandolândia - TO. Assim o Grupo Monteiro de Barros teria assumido a totalidade da propriedade das terras compradas originalmente na Fazenda Santa Terezinha.

A Representação contesta o fato de o Grupo Monteiro de Barros ter assumido a totalidade da área, pois, em 30.04.97, segundo consta

de ficha de Breve Relato fornecida pela Junta Comercial do Estado de São Paulo, houve transferência do controle acionário da empresa Agropecuária Reunidas para o Grupo OK e o nome da empresa foi substituído por Agropecuária Santo Estevão.

A Representação contesta ainda a versão de que a área teria sido transferida ao Grupo OK apenas para ser dada em pagamento de dívidas de empresas deste grupo junto ao INSS pois a proposta de dação em pagamento foi oferecida ao INSS em 04.12.97, portanto, em data posterior à transferência do controle acionário da Agropecuária Fazenda Reunidas/Santo Estevão.

A Representação afirma que este negócio agropecuário teria rendido ao Grupo OK um lucro fabuloso, pois a fazenda fora adquirida por US\$ 2 milhões, mediante o pagamento com imóveis urbanos, e o seu repasse aos sócios ocorreu por US\$ 15 milhões.

Desta forma, de acordo com a Representação nº 2, de 1999, o Representado teria praticado ato lesivo ao decoro parlamentar ao tentar, mediante simulação, justificar os repasses de recursos originários da construção do fórum trabalhista de São Paulo, do Grupo Monteiro de Barros para o Grupo OK.

A defesa argumenta que as relações empresariais entre os Grupos OK e Monteiro de Barros foram exaustivamente esclarecidas e que neste item, a Representação tangencia novamente o assunto.

A defesa contesta a alegação de que houve a transferência do controle acionário da empresa Agropecuária Reunidas para o Grupo OK, em abril de 1997, alegando que⁴:

"o documento expedido pela Junta Comercial do Estado de São Paulo atesta a realização de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária Fazendas Reunidas S.A., em 30.04.97, que deliberou "alterar a denominação da sociedade" para "Agropecuária Santo Estevão S/A". Ao contrário do que afirma a Representação, não houve transferência de controle acionário" (grifo no original).

⁴ Página 445, dos autos.

A defesa argumenta que em seu depoimento junto à CPI do Judiciário, em 30.06.99, o Senador Luiz Estevão esclareceu que surgiu a possibilidade de utilização das terras em dação em pagamento de dívidas junto ao INSS, oferecida ao Ministério da Previdência em 04.12.97, e que somente após esta data, ocorreu a transferência das ações.

Nesta sessão da CPI do Judiciário, o Senador Luiz Estevão afirmou que⁵:

"fizemos um acordo com eles, em que eles nos transfeririam dois terços dessa área; nós ofereceríamos em dação em pagamento junto ao INSS; e, caso tivéssemos proveito nessa transação, evidentemente, pactuaríamos um valor e pagaríamos a eles"

A defesa contesta a tese de um lucro exorbitante auferido pelo Grupo OK na compra desta fazenda, em função da confrontação de US\$ 2 milhões (valor pelo qual foi adquirido o imóvel) e o recebimento de repasses do Grupo Monteiro de Barros na ordem de US\$ 15 milhões. A defesa alega que trata-se de uma operação de permuta de glebas rurais por imóveis urbanos na qual é estabelecido apenas o valor de referência para efeitos fiscais e que era necessário considerar ainda outras quantias referentes a juros e o reembolso por eventuais custos que o Grupo OK tenha feito naquela área.

A defesa argumenta ainda que a Fazenda Santa Terezinha fora recentemente avaliada em US\$ 27 milhões por Amaral D'Ávila Consultoria e Planejamento Rural.

E - TERMINAL DE CARGA DE DUQUE DE CAXIAS (RJ)

A Representação nº 2, de 1999 afirma que a associação do Grupo OK, conglomerado de propriedade do Senador Luiz Estevão, com a Monteiro de Barros Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A. em negócio que previa a construção de um terminal de cargas em Duque de Caxias (RJ) está repleta de explicações inverossímeis.

⁵ Página 447, dos autos.

O Sr. Fábio Monteiro de Barros afirmou perante a CPI do Judiciário que o Grupo OK entrou no negócio após a desistência de seus sócios originais. Posteriormente, com seu desejo de se associar ao grupo francês Calberson, o Grupo OK retirou-se do empreendimento, recebendo R\$ 8.320.000,00 pelos investimentos realizados.

A Secretaria de Transportes do Estado do Rio de Janeiro informou à CPI que, até 25.10.1999, a Monteiro de Barros não apresentou os projetos de exploração do Terminal e que nenhuma obra ou serviço, com exceção de sondagens do terreno, foram realizados no local.

Não obstante o empreendimento não ter sido realizado, conforme informou a Secretaria de Transportes e confirmaram o Sr. Fábio Monteiro de Barros e o Senador Luiz Estevão, a CPI apurou um rendimento total de R\$ 11.492.436,76.

Em sua defesa, o Senador Luiz Estevão declara que a Representação procura desmerecer suas declarações junto à CPI do Judiciário, ao Plenário do Senado Federal e à imprensa em geral. Procura justificar os valores pagos pelo Grupo Monteiro de Barros ao Grupo OK como resultantes de acordo celebrado entre as duas empresas e são ressarcimento das despesas de investimento realizadas pelo Grupo OK no empreendimento do Terminal de Cargas Santo Antonio, quando de sua associação com o Sr. Fábio Monteiro de Barros.

Esclarece, também, que o Projeto Básico e o Estudo de Viabilidade do referido terminal foi entregue, em 19.03.1990, pela Monteiro de Barros Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. À Secretaria de Transportes do Estado do rio de Janeiro.

F - CASO DE PERNAMBUCO

A associação entre os Grupos OK e Monteiro de Barros também teria ficado explícita quando das revelações, surgidas ao final dos trabalhos da CPI, sobre as procurações outorgadas pela Construtora IKAL (Grupo Monteiro de Barros) para a Construtora SAENCO (Grupo OK) com amplos poderes para gerir obras do DNOCS no Estado de Pernambuco.

Tal fato, segundo a Representação nº 2, de 1999, não restou esclarecido tanto nas declarações do Senador Luiz Estevão perante a CPI, quanto em seu pronunciamento da Tribuna do Senado Federal, causando estranheza o fato de uma empresa sem participação direta nas referidas obras (já que o Grupo OK tinha apenas efetuado empréstimos bancários à IKAL por intermédio do Banco OK) receber 47,60 % de todos os recursos recebidos pela IKAL, além de deter uma procuração com amplos poderes de gestão, inclusive quanto a substabelecimento.

A tentativa do Representado de ocultar tais fatos do conhecimento da CPI caracteriza, segundo a Representação, quebra de decoro parlamentar.

A contestação apresentada pelo Senador Luiz Estevão reafirma que ele abordou tal assunto quando de seu depoimento espontâneo perante a CPI do Judiciário. A procuração exigida pelo Grupo OK e concedida pela Construtora IKAL visava apenas a assegurar o recebimento, pelo Banco OK, dos empréstimos feitos ao Grupo Monteiro de Barros, dadas as dificuldades financeiras atravessada por aquele Grupo. Tratou-se de uma operação comercial típica, sem qualquer anormalidade.

Aduz, ainda, que os documentos apresentados pelo Banco OK, por solicitação da CPI, são suficientes para explicar as operações de crédito e respectivo fluxo financeiro ocorrido entre os dois grupos empresariais.

G – LIGAÇÕES TELEFÔNICAS

A CPI do Judiciário apontou um total de 2.651 ligações telefônicas entre empresas do Grupo Monteiro de Barros para telefones relacionados ao Senador Luiz Estevão, no período entre outubro de 1993 e abril de 1999. As ligações do juiz Nicolau para o Senador Luiz Estevão, no mesmo período, atingiram um total de 68 ligações.

Todavia, alega a Representação, as informações prestadas pelo Senador Luiz Estevão, tanto no plenário do Senado Federal como em várias declarações perante a imprensa, no tocante ao esclarecimento dessas ligações, não correspondem à verdade dos fatos, evidenciando “um comportamento discrepante da moral”⁶ que caracterizaria a quebra de decoro.

⁶ Página 48, dos autos.

Por várias ocasiões, sustenta a Representação, o Senador Luiz Estevão teria sempre enfatizado que teria conversado poucas vezes com o juiz Nicolau (duas a quatro vezes) e que negara manter relações comerciais e de amizade com o Sr. Fábio Monteiro de Barros, fatos esses, não sustentados pelo número excessivo de ligações detectadas pela CPI.

Com relação às ligações telefônicas mantidas entre o Senador Luiz Estevão e o Grupo Monteiro de Barros, a defesa alega que total de telefonemas detectado pela CPI do Judiciário é absolutamente normal em se tratando de empresas situadas em estados diferentes e que mantém negócios regulares entre si, ressaltando que as relações comerciais entre os dois grupos iniciaram em 1988.

Com relação ao relacionamento pessoal do Senador Luiz Estevão com o Sr. Fábio Monteiro de Barros, a defesa enfatiza que o Senador Luiz Estevão fez referência inclusive à relação de amizade existente entre as filhas de ambos.

Com relação às ligações com o juiz Nicolau, a defesa sustenta a afirmação do Senador Luiz Estevão que teria falado poucas vezes com o juiz. A defesa alega que os dados apresentados pela Telefônica de São Paulo não guardam qualquer coerência com as informações prestadas pela Tele-CentroOeste.

Os dados demonstram, segundo a defesa, que somente três ligações recebidas do juiz duraram mais de um minuto. As demais ligações tiveram duração de zero a cinquenta e dois segundos e provavelmente foram atendidas por secretárias ou assessores.

A defesa alega ainda que a relação de telefonemas apresenta informações inconsistentes, apontando, por exemplo, algumas ligações ocorridas simultaneamente, o que seria impossível de ocorrer.

H – COMPRA DO TERRENO DO MORUMBI

Uma outra justificativa apresentada pelo Sr. Fábio Monteiro de Barros à CPI do Judiciário, para o repasse de recursos das empresas do seu grupo empresarial para as empresas do Grupo OK, diz respeito à aquisição de um terreno no Bairro do Morumbi na cidade de

São Paulo - SP, cujo contrato de promessa de compra e venda foi firmado em 07.04.94.

A Representação nº 2, de 1999, salienta, no entanto, que⁷:

"a análise das informações apresentadas permitiu à CPI concluir que não existem provas de que os valores declarados pelo GMB se referem efetivamente a pagamentos feitos ao GOK pela compra dos terrenos em São Paulo, cuja propriedade atual é de uma empresa do GOK (grifo no original)"

A Representação alega que CPI do Judiciário comprovou que:

- a) não há qualquer correspondência entre a data do negócio, fornecida tanto pelo Sr. Fábio Monteiro de Barros como pelo Senador Luiz Estevão, em seus respectivos depoimentos à CPI, e as datas dos negócios constantes da cópia do contrato apresentado – segundo o contrato, o negócio teria ocorrido em dois momentos: maio de 1992 e abril de 1994, enquanto que o Sr. Fábio Monteiro de Barros e o Senador Luiz Estevão afirmaram que o negócio ocorreu em 1989 ou 1999;
- b) não há relação entre os valores pactuados e os depósitos efetuados pelo GMB ao GOK a esse título; e
- c) não há correspondência entre as empresas vendedora e compradora e as repassadoras e recebedoras dos recursos financeiros.

Existe ainda uma contradição entre o Contrato de Promessa de Venda e Compra e os depoimentos do Sr. Fábio Monteiro de Barros e do Senador Luiz Estevão relativa ao número de terrenos envolvidos na transação. Enquanto o contrato especifica dois terrenos, ambos os depoentes alegam tratar-se de um único terreno.

⁷ Página 50, dos autos

A Representação afirma que a anotação nº 106.877 do Livro nº 2-Registro Geral, do Décimo Oitavo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo, efetuada em 24.01.91, aponta que os imóveis referidos no Contrato de Promessa de Venda e Compra deixaram de ser dois para constituir-se em um só imóvel, pois naquela data foi averbada a sentença proferida nos Autos da Ação de Retificação de Área e Unificação, que tramitou na 1ª Vara de Registro Públicos do Fórum João Mendes, que determinou a unificação das matrículas dos referidos imóveis.

Desse modo, a Representação entende que houve uma tentativa de simulação da venda de terrenos que formalmente não existiam como unidade autônomas nas datas referidas na transação, reforçado ainda pelo fato de que o registro do imóvel aponta o Grupo OK como o proprietário do terreno, não obstante os pagamentos efetuados pelo Grupo Monteiro de Barros.

Em conclusão, a Representação afirma que⁸:

“fica demonstrada a sua conduta também neste caso, na tentativa de convencer a Comissão, o Senado Federal e a sociedade em geral sobre história sem amparo na realidade, mais uma vez, como caracterizadora da quebra do decoro parlamentar” (grifo no original)

A defesa alega que em seu depoimento à CPI do Judiciário, em 30.06.99, o Senador Luiz Estevão já deixara claro que o terreno em questão foi primeiramente alienado e, tempos depois, readquirido, sendo esta a razão pela qual a propriedade do imóvel encontra-se registrada em favor de empresa do Grupo OK.

A defesa afirma que, em verdade, a venda do terreno ao Grupo Monteiro de Barros foi distratada pelas partes por meio de instrumento particular firmado em 30.10.97, sendo este documento apresentado pela defesa (doc. nº 42, apresentado pela defesa).

A defesa contesta a tese da Representação de que não existem provas de que os valores declarados pelo GMB se referem

⁸ Página 52, dos autos

efetivamente a pagamentos feitos ao GOK pela compra dos terrenos em São Paulo, pois também não existem provas em sentido contrário, uma vez que a CPI do Judiciário, após 9 meses de exaustivas investigações, solicitou ao Ministério Público o aprofundamento da matéria.

A defesa entende que neste caso, a Representação estaria denegrindo as afirmações do Senador Luiz Estevão sem suporte em fatos concretos, promovendo a inversão do ônus da prova e desprezando o princípio basilar da presunção de inocência.

A defesa responde à suposição de que houve uma tentativa de simulação da venda do imóvel, com a apresentação de documentos não autênticos, ao submeter tais documentos à perícia documentoscópica elaborada pelo Instituto Del Picchia e pelo Prof. Carlos Guido da Silva Pereira que concluíram que os documentos foram confeccionados nas datas neles mencionadas.

Com a comprovação da autenticidade dos documentos que dão suporte à transações comerciais entre os Grupos OK e Monteiro de Barros, inclusive no que diz respeito à data de sua confecção, a defesa alega que se esvaziam as acusações apresentadas pela Representação.

I - DAS PROCURAÇÕES e K - DA LICENÇA NAS EMPRESAS

Segundo a Representação nº 2, de 1999, no curso das investigações da CPI do Judiciário, o Senador Luiz Estevão alegou, em diversas oportunidades que se encontrava afastado do comando de suas empresas desde 1994. Após a aparição de documentos que comprovavam o contrário, o Representado disse que os mesmos seriam comprobatórios de atos compatíveis com o exercício de mandato parlamentar, o que seria contestado por conhecidos juristas.

O fato mais grave seria, porém, a comprovação de que o Senador faltou com a verdade perante a Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário, o que caracteriza a quebra do decoro parlamentar.

Ainda segundo a Representação, o Senador Luiz Estevão não se afastou do comando do Grupo OK durante o exercício do mandato de deputado distrital, conforme comprova a procuração, datada de 18.05.1998, dada pelo Representado na condição de sócio-gerente do Grupo OK, OK

Parkway e SAENCO, para o advogado JONAS Modesto da Cruz representasse aquelas empresas em processos judiciais.

Isso fere o disposto no art. 54 da Constituição Federal, sendo o Representado passível de perda de mandato nos termos do art. 55 da Carta Magna.

O Representado, em sua defesa, rebate as acusações dos itens I e K conjuntamente, alegando que a matéria já foi objeto de ação judicial patrocinada pelo Partido dos Trabalhadores - PT e que tanto o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal quanto o Tribunal Superior Eleitoral decidiram a seu favor, por entenderem que a proibição do art. 54 da Constituição diz respeito à administração de empresas financeiras e de empresas que tenham contrato com cláusulas não-uniformes com o Poder Público.

Ademais, reafirma estar licenciado da administração de suas empresas. O que não o impede, como acionista, de continuar assinando cheques, contratos e procurações, e recebendo notificações judiciais.

J - CONFISSÃO DE CRIME FISCAL

A Representação acusa, ainda, o Senador Luiz Estevão da prática de crime de sonegação fiscal, caracterizado pela suposta transferência da titularidade da Fazenda Santa Terezinha, localizada no Município do mesmo nome, no Estado de Mato Grosso, visando à sonegação do Imposto de Transmissão "Inter Vivos". O delito, aliás, teria sido confessado em declaração prestada pelo Representado à CPI do Judiciário.

Tal confissão de sonegação configura, segundo a Representação, conduta irregular grave, cometida no exercício do mandato, o que, mais uma vez, configura quebra do decoro parlamentar.

Em nenhum momento, alega o Senador Luiz Estevão, houve confissão de prática de sonegação fiscal, até porque tal não ocorreu. O Representado explicou, detalhadamente, a operação de aquisição, por suas empresas, de ações da Agropecuária Santo Estevão S.A., fato absolutamente lícito e admitido pelo ordenamento jurídico, que de forma alguma viola dispositivos de ordem fiscal.

Para amparar sua defesa, citou parecer de conhecido tributarista, no qual o parecerista discorre sobre a diferença entre evasão tributária e elisão tributária. Assim, o Senador Luiz Estevão apenas praticou a elisão, ou evitação, tributária, optando por uma forma jurídica de negócio que reduziu suas obrigações para com o Fisco.

L - AÇÃO COMO "LOBBISTAS" DOS INTERESSES DO GRUPO MONTEIRO DE BARROS

A Representação nº 2, de 1999, alega que o Senador Luiz Estevão teria, por duas ocasiões, exercido pressão junto a órgãos públicos no sentido de defender os interesses do Grupo Monteiro de Barros.

A 1ª ocasião em que ocorreram tais ações, o Senador Luiz Estevão teria procurado o Ministro do Tribunal de Contas da União Ademar Ghisi, para obter explicações sobre a auditoria que este tribunal realizava nas obras de construção do fórum trabalhista de São Paulo. Nesta ocasião, o Ministro Ademar Ghisi o teria orientado a procurar o relator responsável pela auditoria.

A 2ª vez ocorreu quando o Senador Luiz Estevão teria procurado o Dep. João Fassarela, durante a votação do Orçamento Geral da União para o ano de 1999. O Dep. João Fassarela era o subrelator do Poder Judiciário na Comissão Mista de Orçamento.

A Representação alega ainda que o Senador Luiz Estevão teria inicialmente negado tais encontros, mas tanto o Ministro Ademar Ghisi quando o Dep. João Fassarela confirmaram em público o que ocorrera.

As tentativas de negar a realização desses encontros, segundo a Representação, também são afrontosas ao decoro parlamentar e teriam sido adotadas com o intuito de evitar a revelação de que o Senador Luiz Estevão possuía interesses nas obras do TRT de São Paulo.

A defesa argumenta que os fatos imputados pela Representação ocorreram quando o Senador Luiz Estevão ocupava o mandato de Deputado Distrital, logo, tais acontecimentos estão fora da alçada do Conselho de Ética do Senado Federal.

A defesa reconhece que o Senador Luiz Estevão teria procurado o Ministro Ademar Ghisi para obter informação sobre a auditoria que o TCU executava nas obras do TRT de São Paulo, mas na ocasião, o Senador Luiz Estevão não exercia mandato de Senador nem de Deputado Distrital.

A razão, segundo a defesa, que levou o Senador Luiz Estevão a procurar o Ministro Ademar Ghisi decorreu do fato de o Senador ser acionista de grupo empresarial que era detentor de significativos créditos contra o Grupo Monteiro de Barros, responsável pela obra.

A defesa argumenta que se tratou de um único contato cuja brevidade e desimportância podem ser esclarecidas pelo próprio Ministro Ademar Ghisi.

A defesa arrola como testemunhas, os Ministros Marcos Vileça e Paulo Afonso, relatores do processo de auditoria, no sentido de comprovar que o Senador Luiz Estevão jamais os procurou para tratar do processo em questão.

De forma similar, a defesa reconhece que o Senador Luiz Estevão procurou o Deputado Federal João Fassarela (PT-MG). Todavia, o fez para tratar de assuntos relacionados a Justiça do Distrito Federal e não de São Paulo.

O Senador Luiz Estevão teria procurado o Dep. João Fassarela no sentido de assegurar verbas no Orçamento da União que garantissem o funcionamento dos Juizados Especiais de Brasília. A defesa entende que tal atitude é perfeitamente compatível com as atribuições políticas do Senador Luiz Estevão, uma vez que o assunto era de interesse imediato de seus eleitores.

Ademais, a atitude do Senador Luiz Estevão teria sido provocada por uma reunião realizada no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, para a qual o Senador Luiz Estevão fora convidado pelo seu Presidente, Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves, e que contou ainda com a participação do Desembargador Corregedor Lécio Resende da Silva.

Nessa reunião, o Senador Luiz Estevão fora informado de que a preocupação fundamental da Administração do Tribunal de Justiça

consistia na garantia de recursos para o funcionamento de 60 (sessenta) Juizados Especiais, sendo necessária a construção de sedes para o funcionamento de mais de 30 (trinta) desses juizados.

Como prova desses fatos, a defesa apresenta Declaração do Dr. Silvano Bonfim, Secretário Geral do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, firmada em 22.06.99.

Ainda como prova de que o Senador Luiz Estevão jamais intercedeu em favor do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, a defesa convoca o testemunho dos Presidentes e Relatores Gerais da Comissão Mista de Orçamento de 1995 a 1998, respectivamente: Deputado Humberto Souto e Senador Gilberto Miranda (orçamento de 1995); Senador Renan Calheiros e Deputado Iberê Ferreira (orçamento de 1996); Deputado Sarney Filho e Senador Carlos Bezerra (orçamento de 1997); e Senador Ney Suassuna e Deputado Aracely de Paula (orçamento de 1998).

II. VOTO DO RELATOR

DAS PRELIMINARES

O Senador Representado argüiu em sua defesa quatro preliminares, quais sejam: 1) litispendência, preexistência de processo político em curso; 2) vício na expressão de vontade dos partidos políticos que induz ilegitimidade processual ativa dos denunciantes para oferecimento de representação; 3) renúncia tácita ao direito de representação; 4) extemporaneidade da defesa oferecida antes de iniciada a instrução probatória. Passo, a seguir, à análise de cada uma delas.

1. - Litispendência. Preexistência de processo político em curso

A defesa suscita a litispendência, por entender que o processamento da presente representação não pode ser simultâneo à apuração civil e criminal solicitada ao Ministério Público, concernente às

conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito relativas às irregularidades no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Assim, argumenta o Representado que, enquanto o Ministério Público não concluir a sua apuração, a presente representação não poderá ser analisada, já que significaria um duplo processamento. Em síntese, assinala a defesa, neste tópico, que:

"Ora, no caso presente, após 9 (nove) meses de atividades farta e abundantemente levadas à opinião pública pela mídia nacional, de inúmeras sessões, diligências, escândalos, depoimentos e debates, foram concluídos os trabalhos investigatórios da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, instaurada pelo requerimento n.º 118 de 1999, ..."

(fl. 30 da defesa).

"Exaustivos depoimentos foram prestados, documentos requisitados e analisados, sigilo bancário e telefônico de inúmeros investigados foram quebrados até que foram concluídos os trabalhos investigatórios da CPI com a elaboração de relatório final e a recomendação de que todas as informações e conclusões deveriam ser encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil e/ou criminal dos responsáveis pelos atos ilícitos aqui arrolados, conforme determina o artigo 58, parágrafo 3º da Constituição Federal."

O referido relatório foi encaminhado à Mesa do Senado Federal, para conhecimento do Plenário, como determina o Regimento Interno daquela casa legislativa (art. 150, RISF)"
(fls. 33 da defesa).

"A representação contra o senador Luiz Estevão imputando os mesmo fatos objeto do relatório da CPI do Judiciário – que, repita-se à exaustão, foi aceito pela Mesa do Senado e

aprovado pelo Plenário – viola seu direito líquido e certo de ser ver processar uma única vez pelos mesmos fatos.”
(fl. 37 da defesa).

Ademais, o Representado alega que a Mesa possui o juízo de admissibilidade acerca das representações oferecidas contra Senador por fato sujeito à perda de mandato, para assinalar que não houve deliberação deste Órgão acerca da admissibilidade desta representação, nem, tampouco, houve, pela Mesa, qualquer providência de natureza disciplinar quando do conhecimento das conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito. É o que se depreende dos argumentos da defesa, assim destacados:

“Outra questão ainda é que, seja quem for o autor da representação – entre os legitimados, por óbvio -, ela será sempre submetida ao juízo de admissibilidade da Mesa. É o que impõe o artigo 14 da Resolução n.º 20/93 do Senado Federal, quando dispõe que

‘oferecida a representação (...) será ela inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (...) - fl. 27 da defesa.’

Ocorre que jamais a Mesa Diretora do Senado se manifestou com relação ao exame de admissibilidade da representação oferecida pelos Partidos de Oposição. A questão é tanto mais grave quando essa mesma Mesa, em decisão colegiada, conhecendo do Relatório da CPI do Judiciário, requisitou o aprofundamento das investigações ao Ministério Público, entendendo prematuro, naquele momento, à vista dos elementos disponíveis, exercer mais que o poder, mas o dever institucional de, ela própria, encaminhar aquele processado ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, conforme atribuição constitucional-regimental.”

(fl. 47 da defesa - grifo no original)

Quanto à preliminar de 'litispendência', cabe registrar, inicialmente, que para que esta reste configurada "*é necessário que o mesmo autor, invocando o mesmo fato, formule o mesmo pedido contra o mesmo réu*" (decisão do Supremo Tribunal Federal, proferida nos autos do R.Crim. 1.245, DJU 30.03.79. p. 2410)

A litispendência caracteriza-se, portanto, pela duplicidade de processos com as mesmas partes, a respeito do mesmo fato e com o mesmo pedido.

Na hipótese sob exame, o encaminhamento das conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Ministério Público ocorreu, principalmente, em observância ao conteúdo do artigo 58, § 3º da Constituição Federal, que determina:

"As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores."

Com efeito, a Comissão Parlamentar de Inquérito possui poderes de instrução próprios das autoridades judiciais, mas não tem poder para processar e julgar os responsáveis pelas irregularidades, porventura identificadas em suas investigações. Assim, a Comissão Parlamentar criada para apurar irregularidades no Judiciário, ao detectar, de fato, a ocorrência de atos ilícitos, não poderia agir de outra maneira, senão encaminhar suas conclusões ao Ministério Público para responsabilização dos culpados.

Por outro lado, convém destacar que o presente processo, de iniciativa de Partidos Políticos com representação no Congresso Nacional para cassação de mandato parlamentar, refere-se à responsabilização política do Senador e não se confunde com a apuração civil e criminal atribuída ao Ministério Público.

Não há, portanto, a alegada litispendência suscitada pela defesa na medida em que as partes não coincidem (na ação civil/penal temos o Ministério Público, enquanto que na presente representação, temos a iniciativa dos Partidos políticos e da Mesa), o pedido é diverso (de um lado, busca-se a responsabilização criminal e civil, de outro, a apuração política) e os fatos, embora decorrentes das conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, não são idênticos, principalmente se considerarmos que para a caracterização da quebra de decoro parlamentar não é necessário que a prática atribuída ao Parlamentar seja tipificada como crime ou que tenha causado um dano, basta apenas que, segundo juízo de seus pares, ofenda a imagem e a dignidade da Casa Legislativa da qual faça parte.

Sendo assim, o recebimento da presente representação prescinde da apuração atribuída ao Ministério Público, até porque para que seja deliberada perda de mandato não é preciso remeter-se ao cometimento de um crime e, mesmo que haja crime, isto não resulta necessariamente em punição política. E, ainda, mesmo que a conduta do Parlamentar seja tipificada como crime no Código Penal, não se exclui o ato disciplinar de sua Casa Legislativa, que possui natureza diversa da sanção penal. Neste particular, vale registrar decisão do Supremo Tribunal Federal, cuja ementa do acórdão assinala:

"Cassação de mandato de parlamentar (art. 55, II, da Constituição Federal)

Ato disciplinar da competência privativa da Câmara respectiva, situado em instância distinta da judiciária e dotado de natureza diversa da sanção penal, mesmo quando a conduta imputada ao deputado coincida com tipo estabelecido no Código Penal.

Pedido indeferido."

(STF. MS-21443/DF. Tribunal Pleno. Relator Ministro Octavio Gallotti. Publicado DJ 21/08/92).

Quanto ao fato de a Mesa do Senado Federal não ter tomado qualquer providência disciplinar quando do conhecimento das conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, vale lembrar que a representação oferecida contra Senador por fato sujeito à pena de perda do mandato pode ser promovida tanto pela Mesa quanto por partido político com representação no Congresso Nacional, nos termos do artigo 55, § 2º da Constituição Federal, que dispõe:

Art. 55 – Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

.....
.....

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

Assim, embora a Mesa não tenha tomado, naquele momento, qualquer medida de natureza disciplinar, não se pode excluir, de modo algum, a competência constitucional dos partidos políticos de proporem a abertura deste processo de cassação, já que, como se observa, o dispositivo constitucional inserido no art. 55, § 2º atribuiu competência para promover a abertura de processo de cassação de mandato parlamentar, igualmente, a Mesa e aos partidos políticos com representação no Congresso.

E, considerando, justamente, esta situação de igualdade, não faz sentido, também, o argumento do Representado de que a Mesa compete o juízo prévio de admissibilidade de toda e qualquer representação. Em verdade, o artigo 14 da Resolução n.º 20/93, no qual o Representado fundamenta esta alegação, dispõe:

Art. 14. Oferecida representação contra Senador por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do

mandato, aplicáveis pelo Plenário do Senado, será ele inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ressalvadas as hipóteses do art. 17, quando do processo tem origem no Conselho.

Como se vê, este dispositivo determina apenas o encaminhamento pela Mesa ao Conselho de Ética de representação porventura oferecida contra Senador por perda de mandato e, expressamente, excepciona as hipóteses disciplinadas pelo art. 17, quando o processo tem origem no próprio Conselho. Dispõe o mencionado art. 17:

Art. 17. Perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias relativas ao descumprimento, por Senador, de preceitos contidos no regimento Interno e neste Código.

.....
§ 3º Considerada procedente denúncia por fato sujeito a medidas previstas nos art. 8º e 9º, o Conselho promoverá sua aplicação, nos termos ali estabelecidos. **Verificando tratar-se de infrações incluídas entre as hipóteses dos arts. 10 e 11, procederá na forma do art. 15.**

Caso a Mesa possuísse, como alegado pelo Representado, o juízo prévio de admissibilidade sobre toda representação, o processo iniciado no Conselho, decorrente da procedência de denúncia, deveria retornar à Mesa para exercício deste juízo preliminar. Entretanto, pelo disposto no art. 17, no caso de representação para perda de mandato originada no Conselho, observar-se-á o procedimento disciplinado pelo art. 15 da Resolução n 20/93, não sendo, em momento algum, submetido à análise da Mesa para sua admissibilidade.

Além da exceção constante do art. 14 da Resolução n.º 20/93, entendo que a Mesa não detém este juízo prévio de admissibilidade, também, pelo fato de, como já se disse, encontrar-se, no que tange à legitimidade para promover este processo político, em situação de igualdade com os Partidos Políticos com representação no Congresso Nacional.

Assim, nos parece que a Mesa não poderia obstaculizar o processamento de representação promovida pelos partidos políticos.

Demais disso, interpretar o referido art. 14 da Resolução 20/93 nos termos pretendidos pelo Senador Representado, significaria submeter à Mesa a admissibilidade, inclusive, das representações de sua iniciativa, o que seria um contra-senso.

Desta forma, conclui-se que o juízo de admissibilidade de representação oferecida contra Senador, por fato sujeito à pena de perda de mandato, proposta pela Mesa do Senado ou por partido político com representação no Congresso Nacional, será efetuado por este Conselho de Ética e de Decoro Parlamentar.

Em face destas considerações, entendo que o processamento da presente representação prescinde das apurações atribuídas ao Ministério Público, razão pela qual opino pela rejeição desta preliminar.

2. - Vício na expressão de vontade dos Partidos Políticos que induz ilegitimidade processual ativa dos denunciante para oferecimento de representação

O Senador Representado, nesta preliminar, argüi vício na expressão de vontade dos partidos políticos, sob o fundamento de que esta representação, uma vez desacompanhada de ato de vontade partidária, deveria ter sido recebida como denúncia e processada em conformidade com o disposto no art. 17 da Resolução n.º 20/93. Para tanto, apresenta os seguintes argumentos:

“A Representação subscrita pelo PT, PDT, PSB, PPS, PC do B, PV e PL, em desfavor do Senador Luiz Estevão, desacompanhada do ato de vontade partidária, nos termos de cada estatuto, encontra-se destituída de substrato formal para poder, nos termos do § 2º do art. 55 da Constituição, dar início ao procedimento de que trata o art. 15 da Resolução n.º 20, de 1993, devendo, antes, ser recebida como a denúncia de que trata o art. 17 da mencionada Resolução, a ser encaminhada ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar com

vistas a adoção de medidas preliminares, bem como providenciar as diligências que entender necessárias." (fls. 52/53 da defesa)

"Só então, encerrada a apuração preliminar, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por deliberação de seus membros, na forma do parágrafo 3º do artigo 17 da Resolução n.º 20/93, verificará a procedência da denúncia, decidindo por seu arquivamento ou, do contrário, aplicando, no limite de sua atribuição, a penalidade de censura ou advertência (arts. 8º e 9º), ou, tratando-se de hipótese de perda temporária ou definitiva do mandato (arts. 10 e 11), convolvendo-a em Representação do próprio Conselho (art. 13) e encaminhando-a à Mesa do Senado para que exerça o juízo prévio de admissibilidade de instauração do processo político judicialiforme (art. 15). Somente a partir da decisão da Mesa encaminhando a representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou determinando investigações na forma do art. 19 RISF é que terá início o processo de cassação propriamente dito." (fls. 54/55 da defesa).

Além disso, sustenta, a defesa, às fl. 56:

"...não se pode admitir, por mais que se sustente a natureza política do processo de cassação, que participem do julgamento da representação para perda do mandato membros de Partido Político especialmente empenhado na obtenção do resultado pretendido, colecionando documentos e pareceres para fabricar a acusação e empenhando-se em obter a adesão de outras agremiações à iniciativa francamente promovida pelo Partido dos Trabalhadores."

Quanto à representação dos partidos políticos pelo seu presidente, cabe destacar posição do Supremo Tribunal Federal no que tange à representação partidária na ação direta de inconstitucionalidade. Em verdade, o Excelso Pretório considera que nas ações diretas de

inconstitucionalidade propostas com fundamento no art. 103, VIII da CF, os **partidos políticos com representação no Congresso Nacional são representados pelos respectivos Presidentes, independentemente de prévia audiência de qualquer órgão partidário.** É o que se observa pelo trecho da ementa do acórdão proferido no julgamento da ADIMC-1096/RS, cujo relator Ministro Celso de Melo, considerou:

"(...)

**REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL DO PARTIDO
POLÍTICO NA AÇÃO DIRETA.**

O Partido Político, nas ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas perante o Supremo Tribunal Federal, e representado pelo Presidente de seu Diretório Nacional, independentemente de prévia audiência de qualquer outra instância partidária, exceto na hipótese de existir prescrição de ordem legal ou de caráter estatutário dispondo em sentido diverso."

(Ação Direta de Inconstitucionalidade - Medida Cautelar. Relator Ministro Celso de Mello. Julgado em 16/03/95. Tribunal Pleno. DJ 22/09/95.

Ora, se na propositura das ações diretas de inconstitucionalidade, nas quais se pretende, perante o Supremo Tribunal Federal, a nulidade de texto legal votado e aprovado pelo Congresso Nacional, prescinde-se da anuência de qualquer órgão partidário, com mais razão, esta anuência torna-se dispensável no presente caso, principalmente se considerarmos que os próprios representantes do Partido na Casa Legislativa participarão do processo de perda de mandato, votando, em Plenário, pela procedência da cassação ou pelo seu arquivamento, nos termos do art. 55, § 2º da Constituição Federal.

Ainda que assim não fosse, cabe registrar que a Mesa do Senado Federal, na qualidade de órgão igualmente competente para promover o processo de cassação de mandato (art. 55, § 2º da CF), ao encaminhar a representação dos Partidos Políticos ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por manifestação favorável de 4 (quatro) dos 7 (sete) Senadores que a compõem, teria suprido o suposto vício na representação dos partidos políticos.

Neste particular, como já se disse, a Mesa e os Partidos Políticos estão, no que se refere à propositura de processo de cassação contra Senador por quebra de decoro parlamentar, em situação de igualdade, por determinação do próprio texto constitucional, no dispositivo inserido no artigo 55, § 2º.

Não compete à Mesa, pelos motivos já explicitados no item anterior, o juízo de admissibilidade sobre as representações oferecidas para cassação de mandato por quebra de decoro parlamentar. Sendo assim, por igual razão, não poderia este Órgão deixar de receber a representação sob exame e de encaminhá-la a este Conselho de Ética.

Desta forma, tendo a Mesa do Senado Federal, após deliberação favorável da maioria de seus membros, concluído no sentido de processar a representação oferecida contra o Senador Luiz Estevão, e possuindo este órgão competência para também dar início a este processo disciplinar, o suposto vício na representação dos Partidos, se de fato existisse, estaria sanado.

Portanto, não configurado qualquer vício na expressão de vontade dos partidos políticos, a presente representação deve ser recebida como tal e processada em conformidade com o art. 15 da Resolução n.º 20/93.

No que concerne à participação, neste processo disciplinar, dos membros dos Partidos Políticos que propuseram a Representação, convém destacar que o processo de perda de mandato por quebra de decoro é um processo de natureza política, considerando-se a imagem e a honra da própria instituição independentemente de posição político-partidária.

E, ainda, se considerássemos o alegado impedimento dos membros dos Partidos representantes, poder-se-ia questionar, também, a participação, neste processo, dos parlamentares integrantes do mesmo partido do Representado.

Ademais, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em observância ao disposto no art. 23 da Resolução n.º 20/93, deve observar em sua composição o princípio da proporcionalidade partidária.

Sendo assim, entendo pela rejeição desta preliminar.

3. - Renúncia tácita ao direito de representação

Neste tópico, a defesa considera que o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito foi submetido à votação do Plenário do Senado Federal, nos termos do art. 150 do Regimento Interno desta Casa, sendo que, naquela oportunidade, os partidos de oposição concordaram com o seu encaminhamento ao Ministério Público, sem qualquer recomendação ao Conselho de Ética. Nesse particular, a defesa argumenta que:

"... caso houvesse divergência quanto à sugestão de encaminhamento do Relatório da CPI do Judiciário ao Ministério Público Federal para aprofundamento das investigações, na forma do artigo 151 do Regimento Interno – sugestão essa encampada pela Mesa na forma do artigo 19 da Resolução n.º 20/93 -, deveriam os Partidos de Oposição apresentar declaração de voto recomendando adicionalmente à Mesa do Senado o encaminhamento imediato daqueles papéis como representação para a perda do mandato do Senador Luiz Estevão, na forma do artigo 13 do Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Todavia, como não o fizeram naquele momento, aderiram integralmente àquele relatório e ao encaminhamento de providências nele sugeridas, renunciando ao oferecimento de posterior nova representação contra o Senador Luiz Estevão por fatos que já eram conhecidos à época da aprovação do Relatório e a eles relacionados, antes de concluídas as investigações requisitadas ao Ministério Público e, portanto, antes de finalizar o processo que não fora arquivado ou extinto."

(fls. 58/59 da defesa)

Quanto a esta arguição, cabe, antes de tudo, ressaltar que o art. 150, do Regimento Interno do Senado Federal, determina que a Comissão Parlamentar de Inquérito, ao término de seus trabalhos, enviará seu relatório e conclusões à Mesa, para conhecimento do Plenário. As

conclusões da Comissão Parlamentar não foram submetidas à aprovação do Plenário, como pretendeu sustentar o Representado.

Entretanto, ainda que o Plenário tivesse aprovado as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, também nesse aspecto, sem razão o Representado, na medida em que, como já se disse, as providências solicitadas ao Ministério Público referem-se à responsabilização civil e/ou criminal pelos atos ilícitos identificados pela Comissão Parlamentar, enquanto que, a presente representação diz respeito à responsabilização política do Senador.

Neste sentido, a apuração desenvolvida pelo Ministério Público, para responsabilização civil e criminal pelos atos ilícitos identificados nas investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito, não impossibilita o processamento da presente representação, cuja competência é privativa desta Casa Legislativa. Por este motivo, rejeito, também, esta preliminar.

4. - Extemporaneidade da defesa oferecida antes de iniciada a instrução probatória

A defesa considera que, no caso da Resolução n.º 20/93 restar lacunosa, há que se buscar a aplicação supletiva das normas constantes do Regimento Interno desta Casa (art. 33) e do Código de Processo Penal, assegurando-se ao Senador a ampla defesa.

Pretende, ainda, o Representado, às fls. 62/63 da defesa, a aplicação do mesmo procedimento adotado pelo Tribunal do Júri:

"Portanto, aqui no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, tal qual perante o juiz da pronúncia, deve ser assegurado ao Senador Luiz Estevão o direito de ser ouvido (art. 394 do CPP), apresentar alegações escritas, arrolar testemunhas (art. 395 do CPP) e requerer diligências (art. 399), podendo intervir na produção da prova e oferecer documentos. Encerrada a instrução, após parecer do Relator, poderá o Senador Luiz Estevão oferecer novas

alegações escritas (art. 406 do CPP), anteriores ao exame da procedência da representação pelo Conselho.

Ainda, apenas dando prosseguimento à argumentação, na hipótese – que se reputa remota e absurda – de o conselho concluir pela procedência da representação, caberia ainda ao senador Luiz Estevão o direito de ser ouvido (art. 465 do CPP) pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por ocasião do exame da matéria, e pelo Plenário, antes da votação do projeto de resolução para a declaração da perda temporária ou definitiva do mandato, invocar testemunhos relevantes à matéria (art. 468) e – afinal – apresentar defesa oral (art. 472). ”

Quanto à aplicação do art. 33 do Regimento Interno do Senado Federal (aprovado pela Resolução nº 93, de 1970), cabe registrar que, sendo a Resolução 20/93 posterior à Resolução que aprovou o Regimento Interno, e regulando o processo disciplinar de maneira diversa daquela constante do Regimento, concluímos pela revogação tácita dos dispositivos que tratam do processamento de Representação contra Senador constantes da Resolução 93/70. Assim, o presente processo disciplinar deve ser regido pelo art. 15 da Resolução 20/93, que dispõe:

Art. 15. Recebida a representação, o Conselho observará os seguintes procedimentos:

I – o Presidente do Conselho, sempre que considerar necessário, designará três membros titulares do mesmo para compor Comissão de Inquérito, destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades;

II – constituída ou não, a Comissão referida no inciso anterior, será oferecida cópia da representação ao Senador, que terá o prazo de cinco sessões para apresentar defesa escrita e provas;

III – esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o Presidente do Conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo;

IV – apresentada a defesa, o Conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito, procederá as diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de cinco sessões ordinárias do Senado, salvo na hipótese do art., 19, concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma, oferecendo-se, na primeira hipótese, o projeto de resolução apropriado para a declaração da perda do mandato ou da suspensão temporária do exercício do mandato;

V – em caso de pena de perda do mandato, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico, o que deverá ser feito no prazo de cinco sessões ordinárias;

VI – concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, será o processo encaminhado à Mesa do Senado e, uma vez lido no Expediente, será publicado no Diário do Senado Federal e distribuído em avulsos para inclusão em Ordem do Dia.

O processo de perda de mandato parlamentar não é administrativo, nem judicial, mas político e encontra-se regido pelas normas internas desta Casa Legislativa, sendo que as normas de direito processual penal devem ser aplicadas subsidiariamente. Neste particular, inclusive, convém destacar decisão do Supremo Tribunal Federal no que tange ao processo de perda de mandato parlamentar:

“Ampla defesa - Parlamentar – Perda de mandato – Representação por advogado no âmbito da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal – Sustentação da tribuna. A expressão ‘ampla defesa’ contida no par. 2º do artigo 55 da Constituição Federal não encerra, necessariamente, a representação do

parlamentar por profissional da advocacia, a ponto de impor, a qualquer das Casas do Legislativo, a admissão deste na tribuna. O processo de perda de mandato não é administrativo, nem judicial, mas político, sendo regido por norma 'interna corporis'. Mesmo no campo jurisdicional, em que se tem o advogado como indispensável à administração da justiça – artigo 133, Capítulo III – 'Do Poder Judiciário' – da Constituição Federal, é possível encontrar recursos que não ensejam a sustentação da tribuna, sem que, com isto, a norma restritiva possa ser tida como merecedora da pecha de inconstitucional. Tanto quanto possível, deve ser preservada a disciplina do funcionamento dos órgãos dos Poderes da União, buscando-se, dessa forma, a eficácia da cláusula constitucional que lhe é inerente – da harmonia e independência. A solução emprestada ao processo político de perda de mandato não obstaculiza o acesso ao Judiciário, cuja atuação se faz, sob o ângulo da legalidade, com a inestimável colaboração do profissional da advocacia.

(STF. MS-21360/DF. Tribunal Pleno. Relator do Acórdão Ministro Marco Aurélio. Publicado no DJ de 23/04/93)

Assim, a tese sustentada pela defesa de que o procedimento a ser adotado por este Conselho deva ser semelhante àquele utilizado pelo Tribunal do Júri (fls. 62/63 da defesa), não possui suporte legal e contraria os dispositivos constitucionais e regimentais que conferem independência e exclusividade, a esta Casa, no processamento disciplinar de seus membros. Este processo possui natureza política e rege-se por normas "*interna corporis*".

Quanto ao requerimento do Senador para que lhe seja concedido o direito de manifestar-se perante a Comissão de Constituição e Justiça, cabe esclarecer que, além de esta intervenção não se encontrar prevista na Resolução n.º 20/93, o exame a ser procedido pela referida Comissão de Constituição e Justiça resume-se à análise dos aspectos constitucional, legal e jurídico deste parecer. Considero, ainda, que a não

manifestação do Representado perante a Comissão de Constituição e Justiça não ofende o seu direito de ampla defesa.

Portanto, no que concerne a este pleito (solicitação de oportunidade de defesa oral), entendo, de igual modo, que esta Casa não prevê este tipo de intervenção, o que, também, não significa desrespeito ao seu direito de defesa. Nesse sentido, inclusive, trilhou o Supremo Tribunal Federal na decisão antes mencionada.

Quanto às diligências determinadas por este Conselho e a instrução probatória procedida, vale registrar que a defesa teve conhecimento de sua realização, interveio na sua produção, além de ter tido oportunidade de manifestar-se acerca de suas conclusões.

No que respeita ao processo disciplinar para cassação de mandato, de natureza política, deve reger-se pelas normas internas desta Casa, aplicando-se subsidiariamente as normas de direito processual, de modo a assegurar-se ao Senador Representado o direito à ampla defesa.

Assim sendo, não obstante se reconhecer a validade do fundamento aduzido, este não enseja a interpretação e a aplicação desejadas pela defesa, de sorte que opino, também, pela rejeição desta preliminar.

DO MÉRITO

Antes de tudo, parece-me necessário, com o objetivo de aclarar o papel deste Conselho, tecer considerações breves, a respeito da normatização dos procedimentos a serem obedecidos na hipótese de violação mais grave do decoro parlamentar, punível com a perda do mandato, tal como previsto na Resolução nº 20, incorporada ao Regimento desta casa.

O referido diploma legal criou este colegiado, como instância obrigatória, juntamente com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos processos de cassação de mandato, antes do pronunciamento final do plenário.

Como nada é gratuito ou inútil, num texto legal, conclui-se que as duas instâncias, sem subordinação hierárquica e, portanto, não

recursais, foram instituídas com funções diferentes, vale dizer, com esferas de competência que não se confundem.

A este Conselho, como primeiro estágio, cabe fazer a triagem inicial, de avaliação da consistência das denúncias, incumbindo-lhe propor a punição que entender cabível, num julgamento mais de natureza moral do que legal.

Na etapa seguinte, caberá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprofundar o exame dos aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais da matéria, numa apreciação, portanto, predominantemente, senão exclusivamente, de caráter jurídico.

Por fim, na última fase, o processo, instruído pelas manifestações do Conselho de Ética e da Comissão de Justiça, será submetido ao Plenário, que o examinará ao influxo das conveniências partidárias e do interesse maior da instituição, num julgamento, este sim, de natureza eminentemente política.

1. - Dos Fatos Anteriores ao Mandato

No caso ora em apreciação, os fatos apurados pela CPI do Judiciário revelaram indícios veementes do envolvimento do Representado no esquema fraudulento da construção do TRT de S. Paulo, em conluio com o juiz Nicolau dos Santos e o empresário Fábio Monteiro de Barros Filho, o primeiro, no momento, foragido da Justiça, e o segundo, ora recolhido à prisão. Esses indícios se sucederam desde a licitação eivada de irregularidades, que uma de suas empresas perdeu e não cuidou efetivamente de anular, passando pelos negócios nebulosos do seu grupo empresarial com a construtora, pelos seus contatos telefônicos com o juiz Nicolau dos Santos, pela abordagem de um membro do TCU, para se informar de processo referente à construção (leia-se declaração, nos autos, do ministro Adhemar de Góis), até sua interferência, já senador eleito, junto a um dos relatores adjuntos da Comissão Mista de Orçamento, em favor da manutenção de recursos destinados àquela obra. Somente excesso de ingenuidade ou, ao contrário, elevada dose de cinismo, levaria alguém a duvidar que existiu, desde o início, entre o Representado e a Construtora Incal, uma sociedade de fato, clandestina, para beneficiar-se do comprovado superfaturamento da construção.

Durante os trabalhos da CPI do Judiciário, o Senador tentou justificar os mal explicados negócios entre o grupo OK e o grupo Monteiro de Barros, com a apresentação de documentos sem registro público. Exatamente pela ausência dessa garantia de autenticidade, tais documentos foram questionados pelos autores da Representação encaminhada a este Conselho.

Em sua defesa, o Representado anexou dois laudos periciais que concluem pela validade dos papéis. No entanto, o perito Leonardo Rodrigues, contratado pelo Senado, a requerimento deste relator, e em resposta a indagação, por escrito, que lhe fiz, se é possível afirmar, sem margem de dúvida, que determinado documento foi feito na data que nele consta, respondeu no laudo anexado aos autos:

"Afirmar que ele foi produzido na data que nele consta, não é possível, como já esclarecemos. Pode-se afirmar com certeza razoável que ele não foi produzido naquela data, sendo anterior ou posterior a ela, pela presença de anacronismos."

Em outra passagem do referido laudo (fls. 6), o mesmo perito afirma:

"Os resultados das pesquisas de autenticidade e fidedignidade, pelo menos com os métodos atuais, somente têm valor absoluto quando optarem pela inautenticidade e infidedignidade dos documentos examinados, devido a presença de anacronismos. As opções de autenticidade e fidedignidade, somente estabelecem uma probabilidade, um indício, em linguagem jurídica, da existência daquelas duas condições no documento."

Não tendo, assim, os laudos periciais, valor probante, fica a dúvida quanto à autenticidade dos papéis, e permanece a suspeita, sustentada em fortes indícios, de que o Representado, antes de se eleger, participou e se beneficiou do desvio de dinheiro público, ilícito penal ora em fase de investigação pela Procuradoria Geral da República e objeto de Ação Civil Pública e de ação criminal no fórum de S. Paulo

Conquanto não tenha sido objeto da Representação, não se pode ignorar, como se não existisse, a denúncia oferecida ao Supremo Tribunal Federal, pela Procuradoria Regional Eleitoral, contra o Representado, por conduta delituosa, incurso no crime de falsidade ideológica, que motivou pedido daquela Corte a esta casa, mediante o expediente nº 69/R, de 8 de fevereiro do corrente ano, para dar curso à competente ação penal.

Registre-se, ainda, que o Senador Luiz Estevão é alvo de outra denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal no Distrito Federal, em 1º de outubro de 1998, por crime contra a ordem tributária, agora no Supremo Tribunal Federal, aguardando diligência requerida pela Procuradoria Geral da República, em 10 de março de 2000.

Vale assinalar, por último, que o Representado, no momento, tem o seu patrimônio pessoal e de suas empresas bloqueado, por força de decisão judicial que decretou a indisponibilidade de seus bens, no bojo de uma Ação Civil Pública em tramitação no Fórum de São Paulo.

Além destes, outros fatos poderiam ser mencionados, a demonstrar que a frequência com que o nome do Senador aparece como suspeito de envolvimento em ilícitos penais, causam graves danos à sua reputação, a ponto de perturbar o seu desempenho parlamentar. Tome-se como exemplo o constrangedor episódio da sua frustrada indicação para uma das sub-relatorias da ~~Comissão Mista de Orçamento~~ ^{PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS}. Foi tamanha a reação de parte da sociedade, e tão grande o desconforto de deputados e senadores, que ele se viu compelido a renunciar ao posto. O fato evidencia que já lhe faltam condições para exercer o mandato à plenitude.

Cabe indagar se, por suspeito de tais práticas, o Senador é passível de punição, nesta Casa, considerando-se que os ilícitos ocorreram anteriormente à conquista do mandato de que é detentor.

Uma exegese literal, tanto da Constituição Federal quanto da Resolução nº 20, parece indicar que um senador somente será punido, internamente, por atos contemporâneos ao exercício do mandato. Uma interpretação menos restritiva, de cunho racional e teleológico, tendo em vista o caráter finalístico do comando legal, poderá conduzir ao entendimento de que fatos anteriores, pela sua gravidade, poderão refletir-se no mandato e suscitar punição, na medida em que ferem a dignidade da instituição.

Jurisprudência interna não existe, uma vez que não há antecedentes de punições aplicadas a senadores, salvo a recente censura imposta por este Conselho a dois membros da Casa. Na Câmara dos Deputados, que poderia ser invocada por analogia, todas as cassações de mandatos ocorreram em decorrência de atos praticados no exercício dos mesmos. Entretanto, no caso do deputado Jabes Rebelo, que resultou em cassação, a figura delituosa - fornecimento de carteira funcional "fria" a um parente - que poderia ter sido punida com suspensão, acabou resultando na sanção máxima por força da vida pregressa do parlamentar. Embora tenha este negado a autenticidade da sua assinatura na carteira, e mesmo em face de laudos periciais divergentes, ainda assim o plenário da Câmara não lhe deu o benefício da dúvida e cassou-lhe o mandato, motivado pelos seus antecedentes, pontilhado de passagens por inquéritos policiais e processos penais. Dir-se-ia que a falta menor, contemporânea, foi o pretexto legal para a punição pelos fatos anteriores, mais graves.

Da mesma forma, no caso do deputado Hildebrando Pascoal, oficialmente sua cassação não se deu pelos crimes que lhe são atribuídos, todos acontecidos antes da sua eleição. O pretexto legal foram alguns bilhetes do deputado a pessoas acusadas de crimes, como recomendações a autoridades, que o parlamentar procurou justificar como favor a eleitores, à semelhança do que fazem todos os parlamentares, segundo ele. Essa foi a única falta comprovada do deputado, no decorrer do seu mandato, e a razão alegada para sua cassação. Torna-se claro, no entanto, que ele jamais seria cassado apenas por esses bilhetes, não fora sua vida pregressa e a sua reputação, incompatíveis com a dignidade da casa legislativa a que pertencia.

No Senado, o único precedente ocorreu na legislatura passada, quando das representações feitas à Mesa do Senado, pelas bancadas do PSDB e do PT, solicitando a apuração de denúncias contra o Senador Ernandes Amorim, veiculadas pelos meios de comunicação. Encaminhados à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em forma de consulta, sobre os procedimentos a serem adotados, teve como relator o então Senador Josaphat Marinho, que recentemente, como advogado, emitiu parecer opinando pela inadmissibilidade de processo interno contra o Senador Luiz Estevão, por entender que o correto seria aguardar o pronunciamento da Justiça.

À época, na apreciação das representações contra o Senador Ernandes Amorim, o eminente Senador Josaphat Marinho exarou alentado parecer, do qual me permito pinçar os seguintes trechos:

“Na situação apreciada, não se trata da liberdade de pensamento no exercício da função legislativa, e sim de supostos ilícitos, que teriam sido praticados antes, mas que se refletem no exercício do mandato.

Ora, as ações que concernem ao decoro parlamentar e à previsão de perda do mandato devem ser, em tese, contemporâneas ao exercício da função (art. 55, II e § 1º da CF). Não há negar, porém, que atos e fatos passados, sobretudo se recentes a depender de sua natureza e circunstâncias, podem projetar-se no tempo e alcançar e perturbar o procedimento do parlamentar - e atingir a instituição. (...) É que atos e fatos podem situar-se num dia determinado, e seu efeitos se prolongarem diferentemente, com reflexos diversos sobre as pessoas nele envolvidas, e à feição de continuidade.

O texto da Constituição, aliás, ao cuidar da perda de mandato, alude a ‘procedimento’ que for declarado incompatível com o decoro parlamentar, com amplitude suficiente a não permitir que o formalismo exagerado estrangule a realidade. E a Resolução nº 20 de 1993, do Senado, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, criando a ‘declaração de atividades econômicas ou profissionais’, a ser apresentada às comissões, abrange as atividades ‘atuais ou anteriores’, o que indica que estas podem servir à caracterização do procedimento do Senador.

Assim, parece-nos, há de interpretar-se a Constituição e sobretudo quanto a privilégios parlamentares, ressalvadas as garantias de ampla defesa e a liberdade de análise e crítica, como escreveu João Mendes Neto, ‘a verdade jurídica está na conexão do conceito de direito com a sua finalidade (Rui Barbosa e a Lógica Jurídica, 2ª ed, Ed. Saraiva, SP, 1949, p. 58),

porque assim não se desvincula a norma dos fatores reais que lhe dão conteúdo social e ético válido."

E depois de outras considerações, concluiu:

"À vista do exposto, votamos pela admissibilidade do processo parlamentar destinado a apurar os fatos atribuídos ao Senador Ernandes Amorim, à base das representações pelo Partido da Social Democracia Brasileira e pelo Partido dos Trabalhadores (...)."

Este parecer, do ilustre Senador e jurista Josaphat Marinho, foi aprovado, à unanimidade, na sessão de 15 de março de 1995, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Vale dizer, a comissão competente desta casa, em decisão histórica, admitiu a instauração de processo parlamentar contra um senador por fatos anteriores ao exercício do mandato.

Posteriormente, por maioria de votos, o plenário decidiu pelo arquivamento das representações, não pela anterioridade dos fatos - questão que não apreciou - mas por entender inconsistentes as acusações contra o Senador.

Deste modo, a única manifestação de um órgão do Senado, a respeito da punibilidade de um parlamentar por fatos acontecidos antes do exercício da função legislativa, foi o pronunciamento favorável da CCJ, ao acolher o parecer do ilustre Senador Josaphat Marinho.

2. - Dos Fatos Contemporâneos do Mandato

A um senador diplomado, mas ainda não empossado, a Constituição atribui prerrogativas e impedimentos inerentes à função parlamentar, como se já estivesse no exercício do mandato. Foi nessa condição que o Representado, em janeiro de 1999, procurou influenciar um membro da Comissão Mista de Orçamento, com o objetivo de assegurar recursos para a obra do TRT de S. Paulo.

Conforme depoimento escrito, constante dos autos, o deputado João Fassarella confirmou que naquele mês foi procurado duas

vezes pelo Representado, que tentou convencê-lo a mudar seu parecer, como relator-adjunto, na parte que recomendava redução drástica da dotação orçamentária para a referida obra. Invocou o deputado o testemunho de um dos assessores da CMO, sr. Fábio Chaves Holanda, o qual, em resposta a questionário da defesa, confirmou o depoimento do parlamentar. O Representado, em sua defesa, admite ter conversado com o deputado, mas para tratar exclusivamente da alocação de recursos para instalação de juizados especiais no Distrito Federal, a pedido de desembargadores do Tribunal de Justiça local, negando que tenha tratado da obra de S. Paulo.

Não há dúvida, portanto, de que o Representado procurou o deputado, para tratar de dotações orçamentárias. Quanto a isso, ambos concordam, mas divergem no que tange à abrangência do assunto tratado, com o Representado afirmando que falou apenas da alocação de recursos para órgãos judiciários de Brasília, e o deputado sustentando que ele postulou, também e principalmente, verbas para o TRT de S. Paulo. Seria a palavra de um contra a de outro, sem valor probatório, não estivesse a versão do deputado amparada em prova testemunhal, razão consistente para tomá-la como verdadeira.

Sendo assim, o episódio é comprometedor. Seria natural que um parlamentar de S. Paulo, antes da divulgação do escândalo, buscasse recursos para uma obra em seu estado. Mas é inusual que um congressista diligencie à procura de verbas para unidade da federação que não representa, a menos que seja movido por interesse pessoal. Pior ainda se investigações posteriores, feitas pela CPI do Judiciário, revelaram indícios veementes de envolvimento do parlamentar com o desvio de dinheiro público carreado para a obra. Então, sua interveniência na Comissão de Orçamento adquire uma gravidade que me dispense de comentar, por caracterizar abuso das prerrogativas parlamentares em proveito próprio.

Registre-se, ainda, que a insistência do Representado em negar sua participação no episódio constitui lamentável infração de natureza ética.

A Representação acusa ainda o senador de haver pressionado e intimidado funcionários que serviram à CPI do Judiciário. Em sua defesa, o Representado diz que apenas procurou resguardar suas empresas, abaladas com o vazamento de informações sigilosas enviadas à Comissão e divulgadas pelos meios de comunicação.

Em apoio ao alegado, arrolou como testemunhas três funcionários, que, em seus depoimentos, afirmaram que, pessoalmente, não se sentiram pressionados pelo Senador. Dois desses depoentes, porém, admitiram ter recebido, e ouvido, telefonema do Representado, no qual reclamava do vazamento e ameaçava processar criminalmente os responsáveis. Disseram também haver tomado conhecimento do requerimento, feito pelo Representado, para que lhe fosse fornecida relação nominal dos servidores cedidos à CPI. Um dos depoentes admitiu, ainda, ter sabido de uma reunião com o presidente da Comissão, para tratar do assunto, na qual o Representado teria afirmado aos funcionários que poderia "sobrar para eles".

A única testemunha arrolada por este relator, sr. José Marcion da Silva, funcionário da Polícia Federal cedido à CPI do Judiciário, em depoimento da fls., afirmou ter-se sentido pressionado e ameaçado por um encadeamento de ações, gestos e atitudes do Senador Luiz Estevão, que o levaram a pedir afastamento da CPI.

A propósito, devo esclarecer que, deliberadamente, deixei de arrolar outros funcionários da CPI, como testemunhas. Isto porque tive o cuidado de conversar, prévia e informalmente, com cada um deles, para saber da sua disposição de depor. Dos onze consultados, inclusive os arrolados pela defesa, sete declararam que não gostariam de testemunhar, três dos quais me fizeram um apelo para que não os convocasse, porque receavam sofrer represálias e temiam mesmo pela sua integridade física. Diante desse estado de espírito, pareceu-me uma violência a sua convocação, e de pouca valia o seu testemunho.

A respeito desse episódio, compreende-se perfeitamente a inconformação do Representado com o vazamento de informações sigilosas, referentes a suas empresas, confiadas à guarda da secretaria da CPI. Mas a maneira que escolheu para fazê-lo cessar foi imprópria. Correto seria reclamar e pedir providências exclusivamente ao presidente e ao relator da Comissão. Do modo como agiu, requerendo lista nominal dos servidores, telefonando para avisar que poderia processá-los criminalmente, participando de reunião com eles e proferindo palavras que soaram como ameaça, o Representado defendeu-se de um abuso de confiança cometendo um abuso de poder e, querendo ou não, criou um clima de tensão e intimidou funcionários de uma CPI que já o apontava como um dos suspeitos.

CONCLUSÕES

Preliminarmente, parece-me relevante reiterar o alerta quanto às características de um julgamento realizado por este Conselho, que não se confunde com uma corte judicial, presa a rigoroso formalismo procedimental e obrigada a buscar provas materiais irrefutáveis. A nós, a questão fundamental se traduz no enunciado feito pelo relator, na Câmara dos Deputados, no processo de cassação do deputado Talvane Albuquerque, contido num trecho do seu parecer, que transcrevo a seguir:

“A falta de decoro parlamentar é a falta de decência no comportamento pessoal, capaz de desmerecer a Casa, e a falta de respeito à dignidade do Poder Legislativo, de modo a expô-lo a críticas infundadas, injustas e irremediáveis. (...) Para que se configure a quebra de decoro, não é necessário ter o deputado praticado conduta tipificada no Código Penal. Basta que a conduta seja considerada, em juízo político, como indecorosa. Não cabem, pois, quaisquer paralelos que se pretenda efetuar com a tipificação de natureza penal, que possui requisitos próprios.

O mesmo ocorre em relação à valoração das provas: no processo penal, a avaliação, pelo juiz, da prova produzida no processo, liga-se a procedimentos rígidos, previstos na legislação penal. Este é um processo político, que será concluído por decisão política a ser tomada por esta Comissão. Não é um processo judicial, ainda que seja judicialiforme. (...) Basta que haja o convencimento político de que seu proceder (do parlamentar) difere do homem honrado, do homem de bem.”

E aqueles que vacilarem na tomada de uma decisão drástica, com a dúvida a verrumar a consciência, na forma da pergunta: “algumas dezenas de parlamentares terão legitimidade para tirar de alguém um mandato que lhe foi conferido por centenas de milhares de eleitores?”, pode-se responder contrapondo outra indagação: “se esses eleitores, antes

da eleição, tivessem conhecimento desses fatos desabonadores, ter-lhe-iam outorgado o mandato?"

Feitas estas considerações e à vista do que consta dos presentes autos, resumo minhas conclusões.

Primeira, que o Representado, antes de se eleger senador, a se levar em conta os fortes indícios existentes, envolveu-se em ilícitos penais de diferentes tipos, alguns dos quais somente se tornaram conhecidos depois do seu ingresso nesta casa. Esses indícios foram suficientes para motivar inquéritos e denúncias de iniciativa do Ministério Público, além desta Representação, com ampla repercussão nos meios de comunicação, graves danos à reputação e à imagem pública do Representado. Tais fatos acabaram por se refletir no exercício do seu mandato de senador, a tal ponto que se acha impossibilitado de ocupar postos de direção e exercer funções de relevância no Senado, em face da reação que provoca e do constrangimento que causa nos demais senadores.

Segunda, que o Representado, no decorrer do seu mandato, e desde sua diplomação, no esforço de obter vantagens pessoais e de negar ou ocultar o seu envolvimento nos ilícitos mencionados, cometeu desvios éticos que iniludivelmente feriram o decoro parlamentar.

Por estas razões e por entender que já é tempo de o Senado Federal deixar de ser, como tradicionalmente tem sido, a casa legislativa da cumplicidade e da impunidade, voto pela declaração da perda de mandato do Senador Luiz Estevão, na forma do projeto de resolução anexo.

Projeto de Resolução nº 26, de 2000
(Do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar)

O Senado Federal resolve:

Art. 1º - É decretada a perda do mandato do Senador Luiz Estevão, nos termos do Art. 55, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º, I, da Resolução nº 20, do Senado Federal.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em



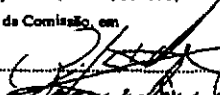
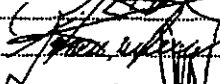
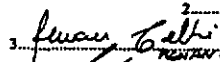
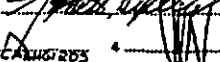
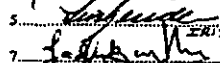
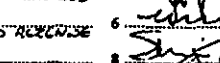
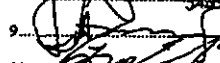
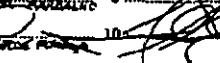
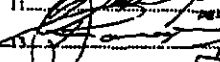
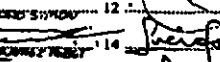
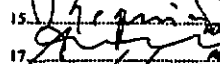
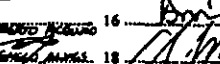
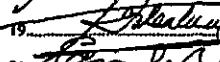
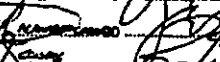

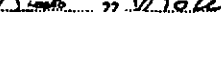






Senador JEFFERSON PÊRES

PARECER Nº 668 - CCJ, DE 2000

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (CEDP) a respeito da Representação nº 2, de 1999 oferecida "Para apurar quebra de decoro parlamentar do Senador Luiz Estevão de Oliveira Neto, apresentada pelo PT, por seu Presidente; PDT, por seu Vice-Presidente; PSB, por seus Líderes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; PPS, por seu Presidente; PC do B, por seu Presidente; PV, por seu Líder na Câmara dos Deputados; e o PL, por seu Líder na Câmara dos Deputados"

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em conformidade com o Inciso V do artigo 15 da Resolução 20, de 1993, e em votação secreta realizada em 21.106 12.000, apreciando o Relatório (anexo às fls. 2.937 a 2.954 do Volume XIII), apresentado pelo Senador Romeu Tuma, decide: por 15 votos SIM, 5 votos NÃO e 3 ABSTENÇÕES, aprovado, com relação aos aspectos constitucional, legal e jurídico, o Parecer da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar sobre a Representação nº 2, de 1999,

Sela da Comissão, em

1		PRESIDENTE	JOSÉ ARRUPIM
2		RELATOR	ROMEU TUMA
3			FERNANDO COLLOR
4			FERNANDO COLLOR
5			FERNANDO COLLOR
6			FERNANDO COLLOR
7			FERNANDO COLLOR
8			FERNANDO COLLOR
9			FERNANDO COLLOR
10			FERNANDO COLLOR
11			FERNANDO COLLOR
12			FERNANDO COLLOR
13			FERNANDO COLLOR
14			FERNANDO COLLOR
15			FERNANDO COLLOR
16			FERNANDO COLLOR
17			FERNANDO COLLOR
18			FERNANDO COLLOR
19			FERNANDO COLLOR
20			FERNANDO COLLOR
21			FERNANDO COLLOR
22			FERNANDO COLLOR

Relatório

Exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico do Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que, sobre a Representação nº 2, de 1999, apresentada pelo PT, PDT, PSB, PPS, PC do B, PV e o PL, concluiu pela cassação do mandato do Senador Luiz Estevão de Oliveira Neto, por quebra de decoro parlamentar, nos termos do art. 55, II da Constituição Federal e art. 5º, I da Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal.

RELATOR: SENADOR ROMEU TUMA

O presente processo foi encaminhado à esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico do Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar sobre a Representação nº 2, de 1999, oferecida pelo Partido dos Trabalhadores – PT, Partido Democrático Trabalhista – PDT, Partido Socialista Brasileiro – PSB, Partido Popular Socialista – PPS, Partido Comunista do Brasil – PC do B, Partido Verde – PV e Partido Liberal – PL contra o Senador Luiz Estevão de Oliveira Neto, por condutas consideradas incompatíveis com o decoro parlamentar.

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar concluiu, após apreciação da representação e da defesa apresentada, pela prática, por parte do Senador Luiz Estevão de Oliveira Neto, de conduta incompatível com o decoro parlamentar, com aplicação da pena de perda de mandato, nos termos do art. 55, II da Constituição Federal, combinado com o art. 5º, I da Resolução nº 20, de 1993.

O exame a ser proferido por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania limita-se aos aspectos constitucional, legal e jurídico do parecer proferido por aquele Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos da competência regimental desta Comissão, prevista no artigo 101 do Regimento Interno desta Casa e do artigo 15, V da Resolução n.º 20/93, que dispõem, respectivamente:

Regimento Interno

Art. 101. – À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania compete:

I – opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário;

Resolução n.º 20/93

Art. 15 – Recebida a representação, o Conselho observará os seguintes procedimentos:

V – em caso de pena de perda do mandato, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico, o que deverá ser feito no prazo de cinco sessões ordinárias.

Não cabe neste momento qualquer pronunciamento sobre o mérito da representação, questão que pertence à consciência dos Senhores Parlamentares, inclusive dos componentes desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a respeito do qual cada um dos Senadores se manifestará oportunamente, por voto secreto, nos termos do § 2º do artigo 55 da Constituição.

Para tanto, a Resolução nº 20/93 confere aos Senhores Senadores oportunidade para o pleno conhecimento dos fatos e formação de sua convicção quando, nos termos do inciso VI de seu artigo 15 estabelece que *"concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, será o processo encaminhado à Mesa do Senado e, uma vez lido no Expediente, será publicado no Diário do Congresso Nacional e distribuído em avulsos para inclusão na Ordem do Dia"*.

A Constituição não confere à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania competência para opinar quanto ao mérito da representação. Esta pertence aos Senadores, por maioria absoluta e voto secreto. Cabe aqui, apenas, apontar eventuais falhas procedimentais ou deslizos no processamento da Representação nº 02, de 1999, que possam ter afrontado regras constitucionais ou regimentais, e que maculem a manifestação do conjunto dos Senadores sobre o mérito, decidindo pela perda ou não do mandato parlamentar.

Delimitada a análise a ser procedida por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, passo, a seguir, a um breve histórico do presente processo, originado pela representação n.º 2, de 1999.

I. BREVE HISTÓRICO

A representação n.º 2, de 1999, apresentada no dia 8/12/99 por diversos Partidos Políticos, aponta irregularidades envolvendo o Senador Luiz Estevão, identificadas nos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito, criada por meio do Requerimento n.º 118/99, para apurar irregularidades em órgãos do Poder Judiciário.

Recebida a representação pelo Conselho de Ética e de Decoro Parlamentar, presidido pelo Senador Ramez Tebet, e designado como seu relator o Senador Jefferson Peres, procedeu-se à citação do Senador Luiz Estevão, em 1º/3/2000, oferecendo-lhe cópia da representação e abrindo-lhe prazo para apresentação de sua defesa, nos termos do art. 15, II da Resolução n.º 20, de 1993.

O Senador Luiz Estevão apresentou sua defesa, em 15/3/2000, às fls. 324 à 512, requerendo, preliminarmente, a extinção do processo, sem apreciação do mérito, sob o argumento de: 1) que há preexistência de processo político em curso; 2) vício na expressão de vontade dos partidos políticos que subscreveram a representação; e, 3) renúncia dos partidos do direito de representação, quando do encaminhamento das conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, instaurada pelo Requerimento n.º 118/99, ao Ministério Público. No mérito, requereu a defesa a improcedência da representação, sob o argumento de que os fatos relatados eram anteriores ou não pertinentes ao exercício do seu mandato, além de não configurarem comportamento incompatível com o decoro parlamentar.

Acompanhando a defesa, o Senador apresentou os documentos de fls. 513 a 1774, dentre eles, contratos particulares para o fim de justificar transações financeiras entre as empresas do Senador e o Grupo Monteiro de Barros, além de laudos periciais com objetivo de atestar a autenticidade dos referidos contratos. Ofereceu, ainda, rol de testemunhas, cuja oitiva alegou necessária aos esclarecimentos dos fatos.

Após a apresentação da defesa, o Conselho de Ética, com o conhecimento e a intervenção do Senador Representado, procedeu as diligências e a instrução probatória que entendeu necessárias, dentre as quais: a realização de nova perícia sobre os contratos particulares apresentados pela defesa e a oitiva de testemunhas.

Em 29 de maio, o Ministério Público Federal, por intermédio de seu Procurador-Geral encaminhou a esta Casa Legislativa novos documentos acerca do envolvimento do Senador com a obra do TRT de São Paulo.

No dia 31 de maio, procedeu-se à leitura do relatório do Senador Jefferson Peres e concedeu-se prazo de 10 (dez) dias úteis para alegações finais em face do relatório produzido, bem como sobre os documentos encaminhados pelo Procurador-Geral da República, marcando-se reunião para votação do relatório.

Apresentadas as razões finais, o Senador Jefferson Peres reiterou os termos de seu parecer, deixando consignado o seguinte, conforme notas taquigráficas da sessão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar:

As preliminares levantadas pela defesa como falhas gritantes no meu relatório, teria trazido fatos novos desconhecidos pela defesa, com testemunhos secretos de onze fantasmas, são improcedentes, são distorções do relatório. As testemunhas, os onze fantasmas, pelo menos quatro se materializaram aqui em depoimentos. Quando um dos itens da representação era exatamente que os funcionários que trabalharam na CPI teriam sido pressionados e até ameaçados pelo Senador Luiz Estevão. Chegou ao meu conhecimento que esses funcionários, alguns pelo menos, estariam apavorados, dispostos a não depor. E tive um encontro informal com cada um deles, todos os onze, inclusive os três arrolados pela defesa e mais

um, o quarto, depôs aqui também. Portanto, no máximo, seriam sete fantasmas, não onze. O que me disseram esses funcionários, por mim ouvidos informalmente? Quatro se dispuseram a depor. Os três arrolados pela defesa e um, Senhor Marcion, que disse que não se importaria de depor, se fosse chamado, viria. Dos outros sete, quatro me disseram que não gostariam de depor, que preferiam não ser chamados. E três me pediram encarecidamente que não os chamassem (...) E mencionei em meu relatório. Não tomei e não usei o depoimento deles dizendo que acusaram e confirmaram que o Senador os teria ameaçado. Não está dito isso em meu relatório. Não há depoimentos que a defesa não pôde contestar. Apenas mencionei que não chamei esses funcionários para não constrangê-los. Até porque com o depoimento dos três arrolados pela Defesa e mais do Sr. Marcion ficou constatado, pelo menos no meu entendimento, que o Senador pressionou sim os funcionários. Pelo menos encararam os atos do Senador como pressão. (...) Quatro depuseram; quatro fantasmas se materializaram aqui. E não usei depoimentos secretos no meu relatório.

Eu não embasei as minhas acusações ao Senador Luiz Estevão nos processos que estão correndo no Supremo contra ele, eu mencionei esses processos. Eu mencionei para mostrar - está dito no meu relatório - que o envolvimento do Senador em inquéritos policiais e processos criminais tinham ocasionado grave dano a sua reputação. A defesa falar sobre isso é um fato. O cidadão que se vê envolvido - se é ou não inocente é outra história - em sucessivos ou vários processos, inquéritos policiais e processos criminais tem a sua reputação gravemente afetada. Foi o que eu disse. Era irrelevante a defesa

tentar mostrar que o Senador era inocente nos processos que ainda não transitaram em julgado. Era irrelevante isso. Portanto, eu não embasei o meu parecer, mas apenas mencionei. Eu poderia nem ter especificado os processos. Eu poderia ter simplesmente dito: o Senador Luiz Estevão já se viu envolvido em vários processos criminais. Pronto! Qual é a importância? Isso enseja a anulação por cerceamento de defesa? (Pausa).

Laudo pericial. A defesa diz que eu não levei em conta o fato do perito contratado pelo Senado não haver respondido aos quesitos da defesa, como não fiz menção aos quesitos que ele respondeu ao Senador Romeu Tuma. E por que não fiz isso?

Porque o perito, ao responder a duas perguntas que lhe fiz por escrito, disse que um laudo pericial para se determinar a data de um documento só tem valor absoluto quando conclui pela falsidade do documento. Se a perícia constatar cientificamente que o documento é falso, ela pode afirmar com absoluta certeza. Aí o laudo tem valor absoluto. "Mas", diz o perito, respondendo a minha pergunta, "se o laudo constatar pela autenticidade, isso não tem valor absoluto, porque, se a falsificação for bem feita, a perícia não tem como constatar isso." Não tem valor absoluto um laudo desses. Que importância teria a resposta que o perito daria aos quesitos formulados pela defesa, em primeiro lugar? Nesse caso, para a minha conclusão, nenhuma.

Segundo, competia a mim mandar o perito responder ou à defesa? O Senador é representado nos autos, pelos seus advogados. O Sen. Ramez Tebet abriu prazo para a defesa e, ainda que não abrisse, ele tem livre acesso aos autos do processo. Por que não se importou com a falta de resposta do perito? Por

considerar irrelevante, ou por que cochilou? Recorro a um adágio jurídico: a lei não protege os que cochilam. Sua Excelência imputa a mim essa falha?

Nas alegações finais, diz que mencionei que o Senador Luiz Estevão procurou o Ministro Ademar Ghisi e não mencionei que não procurou outros Ministros. Ora, diante da declaração, por escrito assinada pelo Ministro Ademar Ghisi, em que afirma que realmente tinha sido procurado pelo Sen. Luiz Estevão para pedir informações a respeito de uma auditoria que o TCU estava realizando ou teria realizado no TRT de S. Paulo, aquilo me bastou para constatar que o Sen. Luiz Estevão havia se interessado, junto ao Tribunal de Contas da União, a respeito de uma obra com a qual Sua Excelência afirma que nunca teve relação. A declaração do Min. Ademar Ghisi prova isso. É bastante! Por que Sua Excelência não procurou outros Ministros não sei.

.....

Enfim, Excelências, apenas para finalizar, a defesa citou que usei parte do parecer do Senador Josaphat Marinho, quando Sua Excelência deu pela admissibilidade no processo contra o Senador Ernandes Amorim. Ora, se o Senador Josaphat Marinho diz, no seu parecer, expressamente que todos os fatos atribuídos ao Senador Ernandes Amorim eram anteriores ao mandato e diz expressamente que esses fatos, quando e, se recentes, podem se refletir no mandato do Senador e suscitar um processo de cassação, em que deturpei o parecer do Senador Josaphat Marinho? Portanto, se cometi alguma aberração jurídica, estou em boa companhia, com o Mestre Josaphat Marinho.

Finalmente, Excelências, para concluir, não me alongarei mais porque não tenho mais o que fazer, se, dependesse de obediência estrita a procedimentos processuais, se transformássemos este Conselho de Ética e este Senado Federal numa Corte Judiciária stricto sensu, que não é, nem pode ser, é um tribunal 'lato sensu', porque é um tribunal político. Se nós e a Câmara dos Deputados fizéssemos isso, o senhor Hildebrando Paschoal não estaria hoje numa penitenciária no Acre, seria ainda membro de um dos Poderes da República, recebendo pelos cofres públicos e legislando para o povo brasileiro. É claro que temos que obedecer ao devido processo legal, senão o tribunal é arbitrário, mas não está sujeito aos procedimentos rigorosos do Código de Processo, que é usado apenas subsidiariamente (...)

O juiz, ao condenar alguém à prisão, destrói uma vida, segrega o ser humano da família, das atividades profissionais e o ferreteia com o labéu de criminoso. Há de haver rigor, sim. Nós, não; estamos, com a competência que nos deu a Constituição, examinando, diante de fatos, de indícios fortes de nossa própria convicção, se o Senador permanece ou não nesta Casa, privado de algo que é temporário: o mandato, sem nenhuma consequência maior porque volta a ser um cidadão no exercício de suas atividades profissionais, no seio da sua família. Por isso que aqui não é tão rigoroso quanto no Judiciário.

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, apreciando a representação e a defesa, decidiu, pelo voto favorável de 11 de seus membros, sendo 3 votos contrários e 1 voto pela abstenção, pela aprovação do Parecer do Senador Jefferson Peres e pela declaração, por esta Casa Legislativa, da perda de mandato do Senador Luiz Estevão, por quebra de decoro parlamentar, nos termos do artigo 55, II da Constituição Federal, combinado com o art. 5º, I, da Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal.

Feito este histórico acerca dos fatos constantes do processo, cumpre passar ao exame de sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade.

II. DA CONSTITUCIONALIDADE, DA
LEGALIDADE E DA JURIDICIDADE DO
PROCESSO DISCIPLINAR

A Constituição Federal, em seu artigo 55, conferiu competência exclusiva a esta Casa Legislativa, questão *interna corporis*, para punir disciplinarmente seus membros e decretar a perda de mandatos parlamentares. Determina aquele dispositivo constitucional:

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

A conduta parlamentar caracterizadora da quebra de decoro parlamentar prescinde de ser simultaneamente tipificada como um ilícito penal. E, ainda, sendo também tipo penal, nada impede o Poder Legislativo, que, no exercício de sua competência político-disciplinar, apure e aplique uma sanção ao seu membro.

Assim, o fato de algumas das condutas do parlamentar estar sob a análise do Poder Judiciário e do Ministério Público, não exclui a competência constitucional desta Casa Legislativa de, independentemente de eventual sanção penal e civil, aplicar a este membro, também, sanção disciplinar pela falta de decoro parlamentar. O princípio da independência das instâncias, há muito consagrado em nosso

ordenamento jurídico; e também da distribuição de competência feita pela Constituição entre os Três Poderes do Estado, que limita ao âmbito do Legislativo a imposição de sanções político-disciplinares a seus membros, assegura a esta Casa Legislativa essa possibilidade de instauração de processo disciplinar e de punição de seus membros.

Ademais, o processo disciplinar de que ora se trata não depende igualmente da prévia conclusão das investigações conduzidas pelo Ministério Público ou dos processos judiciais pertinentes em tramitação. Com efeito, a sanção penal e a sanção disciplinar são distintas e independentes entre si, assim a perda de mandato por quebra de decoro parlamentar (sanção disciplinar) e também a sanção criminal podem coincidir, sem que isso signifique um *'bis in idem'*. E registre-se, ainda, que uma eventual condenação criminal transitada em julgado (art. 55, inc. VI, da Constituição) concorre à caracterização da falta de decoro parlamentar (art. 55, inc. II) como causa de perda do mandato, mas não a exclui.

No caso vertente, não houve usurpação de competência do Judiciário. Esta Casa Legislativa encontra autorização constitucional para processar e aplicar penalidades disciplinares aos seus membros quando da prática de condutas incompatíveis com o decoro parlamentar, sob pena de infringência ao princípio da Separação dos Poderes.

Assim, analisados os autos da Representação nº 02/99, não se vislumbra qualquer infringência, quer a normas constitucionais, quer a normas regimentais. A Constituição Federal, no § 3º de seu artigo 55, assegura ampla defesa, o que efetivamente se verificou.

Ao Representado, assistido por advogado, foi conferida ciência de todos os atos processuais, além de oportunidade de manifestação posterior e de apresentação de provas que foram, evidentemente, consideradas pelos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ao aprovarem o Relatório do Senador Jefferson Peres.

Observa-se, para eliminar eventuais dúvidas, que embora admissível a aplicação de preceitos do Código de Processo Penal, tal deve ocorrer de forma subsidiária, ou seja, ao presente procedimento devem ser aplicados apenas os preceitos do estatuto processual penal que lhe sejam compatíveis, eis que existem divergências essenciais entre o processamento de uma representação por quebra de decoro parlamentar, questão interna corporis da Casa Legislativa, e o processo criminal de competência do Tribunal do Júri, que o representado pretende ter como paradigma.

Segundo definição emprestada de PINTO FERREIRA, "Comentários à Constituição Brasileira", Saraiva, 1989, p. 155, "*o júri é um tribunal popular, constituído de um juiz de direito, que é o seu Presidente, e de vinte um jurados, sorteados dentre cidadãos existentes no alistamento eleitoral do Município, formando o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento, cabendo-lhe apreciar a matéria de fato dos delitos sob sua decisão, restando a parte jurídica do veredicto ao Presidente*". O Plenário do Senado Federal, assim como o de suas comissões, ao contrário, é composto por parlamentares no desempenho de mandato popular, todos com igual capacidade para figurarem como relatores e presidentes e com plena possibilidade de atuarem e influenciarem durante todo o processamento *interna corporis* que possa levar à decretação de perda de mandato parlamentar.

Não é real a alegação de que o relatório possa haver influenciado "*manifesta e acintosamente na apreciação de seus pares*". Senadores, como dito, possuem prerrogativas decorrentes de sua posição, que lhes possibilita uma atuação ativa perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, realidade que, por si só, afasta a incidência de regras processuais penais relativas ao Tribunal do Júri, formado por leigos com atuação limitada ao momento da sessão de julgamento.

A Constituição Federal prevê, como consequência por conduta incompatível com o decoro parlamentar, nenhuma outra sanção senão a perda do mandato com subsequente inelegibilidade, na forma do § 9º de seu art. 14, regulamentado pela Lei Complementar nº 64/90, cuja alínea "b" do inciso I de seu artigo 1º dispõe:

"Art. 1º. São inelegíveis.

I - para qualquer cargo:

a).....

b) Os membros do Congresso Nacional, das Assembléias, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais que hajam perdido os respectivos mandatos por infringência do disposto no art. 55, I e II, da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 3 (três) subseqüentes ao término da Legislatura."

A sanção por conduta incompatível com o decoro parlamentar é única. Na esfera criminal, ao inverso, cuida-se da individualização da pena, segundo princípio constitucional que se encontra consubstanciado no artigo 59 do Código Penal Brasileiro: "o juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e conseqüências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime: I - as penas aplicáveis dentre as cominadas; II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos; III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade; IV - a substituição da pena privativa de liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível".

O Direito Penal também pune mais gravemente, ou com mais de uma pena, a prática de mais de um crime. A sanção ao parlamentar, ao contrário, é a mesma, independentemente da quantidade de atos enquadráveis como atentatórios ao decoro parlamentar. Basta, portanto, que se considere a prática de apenas um ato como incompatível com o decoro parlamentar, para que se dê a perda do mandato.

Averiguações a respeito de outras ocorrências, que também poderiam configurar infringência ao decoro parlamentar, não seriam de utilidade.

Desta forma, é absolutamente pertinente o término da instrução processual, com a elaboração e aprovação de relatório pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que considerou, sem mais delongas, a existência da prática de atos contrários ao decoro parlamentar, concluiu pela procedência da representação e ofereceu o projeto de resolução apropriado para a declaração da perda do mandato.

Atende aos reclamos da Nação a preocupação em não se procrastinar (adiar, delongar, demorar, espaçar, protrair) o processamento da representação. O Poder Legislativo se encontra diante de outras relevantíssimas questões, que esperam solução. O Senado Federal não pode ter a atenção dos seus membros voltada para determinada questão por tempo superior ao necessário.

Nesse particular, vale registrar trecho de voto proferido pelo Ministro Octávio Gallotti na oportunidade do julgamento do mandado de segurança n.º 21.443-1 – DF:

"A sanção disciplinar imposta pela Câmara dos Deputados difere da natureza da condenação criminal; é processada em outra instância que a do Poder Judiciário, cabendo privativamente à Câmara dos Deputados.

Nem seria compreensível que, nas hipóteses presumivelmente as mais graves de quebra de decoro (as coincidentes com tipos delituosos), a ação de disciplina da Câmara ficasse tolhida pela dependência e a espera não só da deliberação do Poder Judiciário, como da própria iniciativa do órgão do Ministério Público, em se tratando de crime de ação pública.

É certo que condenação criminal transitada em julgado acarreta necessariamente a perda do mandato (art. 55, VI, da Constituição), mas essa previsão não impede que a Câmara, qualificando um procedimento (criminoso ou não) como incompatível com o decoro, imponha a sanção disciplinar correspondente (perda do mandato)."

Vale registrar, igualmente, voto proferido pelo Eminentíssimo Ministro Paulo Brossard no julgamento do referido Mandado de Segurança:

"... depois, se é certo que só o Judiciário julga crimes e a seus autores aplica pena criminal. É igualmente certo que só a Câmara julga a ocorrência da falta de decoro parlamentar e aplica ao faltoso a sanção adequada, que nada tem com a sanção penal; são fatos de natureza distinta, cominados com sanções igualmente distintas; o crime enseja a aplicação de sanção criminal pelo Judiciário, enquanto a falta de decoro enseja a aplicação de sanção disciplinar pela Câmara; pode ocorrer que venha o parlamentar a incorrer em ambas as sanções, a prevista na Constituição e a prevista no Código Penal, e não terá ocorrido bis in idem. Tanto são distintas as sanções que um parlamentar pode cometer um crime e por ele ser processado e até condenado sem que isso configure, em si mesmo, falta de decoro parlamentar. Também pode ocorrer que, pela natureza do crime, o fato configure simultaneamente falta de decoro parlamentar. Ou seja, o mesmo fato pode motivar dois processos, em instâncias diferentes, a parlamentar e a judiciária, e dar azo a duas condenações e, por consequência, a duas sanções."

7. Convém se note que há independência entre uma e outra. Tal como ocorre no impeachment. A sanção política, expressa na perda do cargo, não exclui o processo criminal, que tem curso na esfera do Poder Judiciário. Mas a condenação pelo Senado pode ser tomada por unanimidade da Casa e, nem por isso, ela importará, necessariamente, na condenação criminal da autoridade já afastada do cargo. Pode ser condenada, poder ser absolvida.

8. Nas páginas pouco freqüentadas do Diário do Congresso Nacional encontro esta passagem no parecer que opinou sobre o único precedente federal que conheço:

'Não interessa também indagar da criminalidade dos atos praticados e que formam o procedimento reprovável. O texto constitucional não fala em crime, nem em ato criminoso; a expressão é ampla – procedimento.

A criminalidade do ato nem sempre implica em repugnância da conduta. Basta citar o caso dos crimes políticos que não podem tornar o cidadão incompatível com o decoro parlamentar.

E até em relação aos crimes comuns, é de se lembrar que deputados e senadores não podem ser perseguidos judicialmente, por qualquer crime, sem prévia licença da respectiva Câmara. Admite-se a hipótese da Câmara negar a licença e seria insensato que se adotasse como regra considerar que a prática de qualquer crime incompatibiliza o congressista com a Câmara e permite que, criando essa incompatibilidade, possa ainda essa Câmara, ofendida em seu decoro negar licença para o processo.

Não faltou quem, exagerando mais o rigor, exigisse o prévio pronunciamento da Justiça comum, como base das deliberações parlamentares.

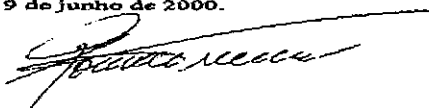
O Congresso não está adstrito à previa apuração de criminalidade do ato pelo órgão competente da Justiça comum' DCN, 28/V/49, p. 4.385.

10. A Constituição reserva à Câmara e ao Senado a competência para decretar a perda do mandato de Deputado ou Senador, 'cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar'. A decisão há de ser tomada 'por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa', art. 55, II, parágrafo 2º. Observadas as formalidades constitucionalmente enunciadas, a decisão, da Câmara ou do Senado, poderá ser discutível, poderá ser injusta, poderá ser desacertada, mas será definitiva e irrecorrível; será insuscetível de revisão judicial. Porque a Constituição deu à Câmara e só à Câmara, ao Senado e só ao Senado, a competência para decidir algo que à Câmara e ao Senado diz respeito.

11. Trata-se de uma competência exclusiva da Câmara e só ela, bem ou mal, pode exercitar. Segundo a Constituição, 'perderá o mandato o Deputado ou Senador ... cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar', art. 55, II; declarado por quem? Pela Câmara a que pertencer o parlamentar, Câmara dos Deputados ou Câmara dos Senadores, observados os requisitos taxativamente indicados no parágrafo 2º do mesmo artigo: voto secreto, maioria absoluta, provocação da Mesa ou de partido político com representação no Congresso, assegurada ampla defesa."

Diante do exposto, entendo inexistirem vícios de constitucionalidade, legalidade e juridicidade no processamento da representação nº 2, de 1999.

Brasília, 19 de junho de 2000.



O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência, no uso das suas atribuições, convoca sessão extraordinária, a realizar-se no dia 28 do corrente, às 10h, destinada à apreciação dos Pareceres nºs. 667 e 668, de 2000, lidos anteriormente.

Ficam notificados, nesta hora, o Senador Luiz Estevão e seus ilustres advogados.

São os seguintes os ofícios de notificação:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo 1º secretário em exercício, senador Artur da Távola.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 1.044/2000

Brasília, 21 de junho de 2000

Exmº Sr.

Senador Luiz Estevão

Senhor Senador,

Comunico a V. Exª que convoquei sessão deliberativa extraordinária do Senado Federal, a realizar-se no dia 28 de junho corrente, às 10h, no Plenário do Senado Federal, sito na Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, para apreciar o Projeto de Resolução nº 66, de 2000, que decreta a perda de mandato do Senador Luiz Estevão, apresentado como conclusão do Parecer nº 667, de 2000, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, sobre a Representação nº 2, de 1999.

A referida sessão será realizada nos termos do art. 197 do Regimento Interno.

Atenciosamente, **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

OF.SF Nº 1.043/2000

Brasília, 21 de junho de 2000

Exmºs Srs.

Felipe Amodeo, Rogério Marcolini e Afonso Destri

Advogados de Defesa na Representação nº 2, de 1999

Brasília – DF

Senhores Advogados,

Comunico a V. Exªs que convoquei sessão deliberativa extraordinária do Senado Federal, a realizar-se no dia 28 de junho corrente, às 10h, no Plenário do Senado Federal, sito na Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, para apreciar o Projeto de Resolução nº 66, de 2000, que decreta a perda de mandato do Senador Luiz Estevão, apresentado como conclusão do Parecer nº 667, de 2000, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, sobre a Representação nº 2, de 1999.

A referida sessão será realizada nos termos do art. 197 do Regimento Interno.

Atenciosamente, **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

PARECER Nº 669, DE 2000

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 25, de 2000, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que acrescenta incisos V, VI, VII, VIII e IX ao artigo 3º da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal que “Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização e dá outras providências.

Relator: Senador **Osmar Dias**

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Resolução do eminente Senador Antônio Carlos Valadares que acrescenta incisos V, VI, VII, VIII e IX ao artigo 3º da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal.

O objetivo dos incisos acrescentados é impor maior disciplina fiscal aos entes da Federação no que diz respeito à contração de operações de endividamento sob diversas formas.

Assim, pelo projeto em comento, ficam vedadas:

1) captar recursos, cujas obrigações contratuais atinjam o período administrativo subsequente do governador ou do prefeito, a título de recebimento antecipado de créditos futuros relativos ao direito dos Estados, Municípios e Distrito Federal de participação governamental obrigatória, nas modalidades de **royalties**, participações especiais e compensações financeiras, no resultado da exploração de petróleo e gás natural, de recursos hídricos para fins de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental ou zona econômica exclusiva;

2) oferecer como garantia de compromissos assumidos, recebimentos futuros relativos ao direito dos Estados, Municípios e Distrito Federal de participação governamental obrigatória, nas modalidades de **royalties**, participações especiais e compensações financeiras, no resultado da exploração de petróleo e gás natural, de recursos hídricos para fins de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo

território, plataforma continental ou zona econômica exclusiva:

3) ceder direito que ultrapasse o período administrativo do governador ou do prefeito, a título de pagamento futuro de compromissos assumidos, direito dos Estados, Municípios e Distrito Federal de participação governamental obrigatória, nas modalidades de **royalties**, participações especiais e compensações financeiras, no resultado da exploração de petróleo e gás natural, de recursos hídricos para fins de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território plataforma continental ou zona econômica exclusiva;

4) contrair obrigação, por parte do titular do poder ou órgão público, nos últimos dois quadrimestres de seu mandato, que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito;

5) contrair, por parte do governador ou prefeito municipal, operação de antecipação de receita orçamentária, no seu último ano de mandato.

Na sua justificação, o eminente Senador ressalta que a proposição apresentada não proíbe, *a priori*, captar recursos com base nos **royalties** da produção de petróleo ou gás, nem tampouco veda a cessão de direito resultante dessa indenização assegurada pela Constituição. Entretanto, condiciona que tais atos da iniciativa de governadores ou prefeitos somente serão permitidos se as obrigações contratuais resultantes não ultrapassarem os seus respectivos períodos administrativos.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – Voto

Nos últimos dois meses, temos acompanhado constantes acordos firmados entre a União e os Estados tendo como objetivo básico antecipação de receitas futuras para reduzir dívidas correntes.

Não obstante a falta de instrumento legal que permita tais operações, bem como a violação das competências privativas desta Casa no que diz respeito à operações de crédito, os supracitados acordos têm sido levados adiante.

O objetivo básico do presente projeto de resolução é explicitar, de maneira inquestionável, a limitação temporal para que os atuais administradores públicos possam se utilizar de créditos estatais, impedindo que qualquer administrador possa extrapolar a

sua gestão, comprometendo créditos que pertençam às gestões futuras.

Tal projeto apresenta-se compatível e convergente com a Lei Complementar nº 101, de 2000, que trata responsabilidade fiscal, recentemente aprovada por esta Casa e sancionada pelo Presidente da República.

De fato, a aprovação da presente proposição constituir-se-á em instrumento fundamental para o aprimoramento do controle sobre os administradores públicos, impedindo que se comprometam as futuras gerações em detrimento de interesses de curto prazo.

A única observação que deve ser feita é que o inciso IX proposto é redundante, visto que a Resolução nº 78, de 1998, em seu parágrafo único do art. 18, já proíbe operações por antecipação de receita orçamentária no último ano dos mandatos de prefeitos e governadores.

Em face do exposto, bem como considerando a inexistência de óbices de natureza constitucional, legal ou regimental, voto pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 1 (substitutivo em anexo).

Sala da Comissão, – **Ney Suassuna**, Presidente – **Osmar Dias**, Relator.

EMENDA Nº 1-CAE

Altera a redação da Resolução nº 78 de 1998, do Senado Federal que “Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização e dá outras providências.”

O Senado Federal resolve:

Art 1º O art. 3º da Resolução nº 78, de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 3º

V – em relação aos créditos decorrentes do direito dos Estados, Municípios e Distrito Federal de participação governamental obrigatória, nas modalidades de **royalties**, participações especiais e compensações financeiras, no resultado da exploração de petróleo e gás natural, de recursos hídricos para fins de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, pla-

taforma continental ou zona econômica exclusiva:

a) ceder direitos relativos a períodos posterior ao do mandato do chefe do Poder Executivo;

b) dar em garantia ou captar recursos a título de adiamento ou antecipação, cujas obrigações contratuais, respectivas ultrapassem o mandato do chefe do Poder Executivo."

Art. 2º O art. 3º da Resolução nº 78, de 1998, passa a vigorar acrescido dos §§ 1-B, 1-C, 1-D, remunerando-se o parágrafo único:

Art. 3º

"§ 1-A Constatando-se infração ao dispositivo no **caput**, e enquanto não promovido o cancelamento ou amortização total do crédito as dívidas serão consideradas vencidas para efeito do cômputo dos limites dos arts. 5º e 6º e a entidade mutuária ficará impedida de realizar qualquer operação sujeita a esta Resolução.

§ 1-B Nas operações a que se refere o inciso V serão observadas as normas e competências da Previdência Social relativas à formação de Fundos de Previdência Social.

§ 1-C Qualquer antecipação de receita proveniente da antecipação de receitas de **royalties** será exclusiva para capitalização de Fundos de Previdência.

§ 1-D Toda antecipação de receitas de **royalties**, além do mandato do Chefe do Poder Executivo, só será autorizada para capitalizar a parcela do Fundo de Previdência que vai dar corbetura aos novos aposentados, que passarem a usufruir os direitos a partir da data da operação."

Comissão de Assuntos Econômicos Prs Nº 25, de 2000. Assinaram o Parecer, em 20 de junho de 2000, os senhores Senadores: **Ney Suassuna**, Presidente – **Osmar Dias**, Relator – **Pedro Simon** – **Romeu Tuma** – **Luiz Otávio** – **José Eduardo Dutra** – **Roberto Saturnino** – **Ricardo Santos** (vencido) – **Paulo Souto** – **José Roberto Arruda** – **José Fogaça** – **Agnelo Alves** – **Antonio Carlos Valadares** (autor) – **Lúcio Alcântara** – **Pedro Piva** – **Francellino Pereira** – **José Agripino** – **Romero Jucá** – **Luiz Otávio**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI COMPLEMENTAR Nº 101
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

PARECER Nº 670, DE 2000

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 126 de 2000, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor João Grandino Rodas, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 20 de junho de 2000, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador José Fogaça sobre a Mensagem nº 126 de 2000, opina pela aprovação da indicação do Senhor João Grandino Rodas, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos, por 22 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2000. – **Ney Suassuna**, Presidente – **José Fogaça**, Relator – **Lauro Campos** – **Pedro Piva** – **Lúcio Alcântara** – **Ricardo Santos** – **Antonio Carlos Valadares** – **Freitas Neto** – **Bello Parga** – **Edison Lobão** – **José Roberto Arruda** – **José Eduardo Dutra** – **Agnelo Alves** – **Roberto Saturnino** – **Eduardo Suplicy** – **Jonas Pinheiro** – **Francellino Pereira** – **Paulo Souto** – **José Agripino** – **Romero Jucá** – **Luiz Otávio** – **Pedro Piva**.

I – Relatório

O Senhor Presidente da República encaminhou, em 8 de junho do corrente ano, mensagem ao Senado Federal submetendo a indicação do Sr. João Grandino Rodas para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos. O fundamento legal para esta indicação é a alínea f, inciso III, art. 52 da Constituição Federal, com-

binada com o disposto no art 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994.

A ocupação do cargo de Presidente do CADE pressupõe o preenchimento de determinados requisitos básicos, quais sejam:

- a) reputação ilibada;
- b) profundo conhecimento sobre questões econômicas e jurídicas;
- c) conhecimento sobre as práticas da administração pública.

Quanto ao primeiro requisito, o Sr. João Grandino Rodas tem-se caracterizado em sua vida pública, em todos os cargos que já tenha ocupado, por profundo rigor ético e moral, os quais constituem-se na essência de suas elevadas funções, ressaltando-se as seguintes: Juiz do Trabalho da Segunda Região (1980-1982); Juiz Federal Titular da 15ª Vara da Seção Judiciária de São Paulo (1982-1989); Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da Terceira Região (1989-1993), esta última, função em que se aposentou. Posteriormente, exerceu a função de Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores.

O atendimento ao segundo requisito emana de sua própria formação acadêmica. Após obter o bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1969), assim como o Bacharelado e Licenciatura em Pedagogia e Bacharelado em Letras, ambos em 1970, na mesma Universidade de São Paulo.

No nível de pós-graduação, destacam-se Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1970), Mestrado em Direito pela Harvard Law School (1978), assim como o Mestrado em Diplomacia pela The Fletcher School of Law and Diplomacy (1985).

Ressalte-se, também, o doutoramento em Direito pela Universidade de São Paulo (1973), coroando a sua carreira acadêmica como Professor Titular do Departamento de Direito Internacional da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1983).

O Sr. João Grandino Rodas apresenta vasta obra publicada nas áreas relativas à Direito e a Relações Exteriores, tendo, também, chefiado delegações brasileiras em missão no exterior, assim como participado da solução de litígios internacionais, destacando-se a arbitragem no Mercosul que opôs Brasil e Argentina.

No que diz respeito ao terceiro requisito, devemos destacar que o exercício de todas as funções acima relatadas demonstram, por si só, dominar notórios

conhecimentos sobre as questões relacionadas ao funcionamento da máquina pública.

É o relatório.

II – Voto

A análise da formação acadêmica e profissional do Sr. João Grandino Rodas obedece aos requisitos necessários para o ocupação do cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, para o qual foi indicado pelo Presidente do CADE. Assim, registra-se a reputação ilibada, notório conhecimento econômico, como experiência prática nas questões relacionadas a Administração Pública.

Destarte, cumpridos os trâmites processuais necessários, bem como as práticas de natureza política e jurídica, voto que o nome em apreço está em condição de ser apreciado por esta Comissão.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2000. –
Ney Suassuna, Presidente – José Fogaça, Relator.

PARECER Nº 671, DE 2000

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 127 de 2000, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Thompson Almeida Andrade, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos.

A Comissão de Assuntos Econômicos em votação secreta realizada em 20 de junho de 2000, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Pedro Piva sobre a Mensagem nº 127, de 2000, opina pela aprovação da indicação do Senhor Thompson Almeida Andrade, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos, por 22 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2000 –
Ney Suassuna, Presidente – Pedro Piva, Relator – Lauro Campos – Lúcio Alcântara – Romero Jucá – Agnelo Alves – José Agripino – Paulo Souto – José Roberto Arruda – Ricardo Santos – Luiz Otávio – Bello Parga – Freitas Neto – José Fogaça – Pedro Simom – Francelino Pereira – Edison Lobão – Jonas Pinheiro – José Eduardo Dutra – Eduardo Suplicy – Roberto Saturnino – Antonio Carlos Valadares.

RELATÓRIO Nº , DE 2000

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem Presidencial nº 127, de 2000 (nº 804, de 8-6-00, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Thompson Almeida Andrade, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, com mandato de dois anos.

Relator: Senador **Pedro Piva**

O Senhor Presidente da República, através da Mensagem nº 127, de 2000 (nº 804, de 8-6-00, na origem), submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Thompson Almeida Andrade, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos.

O indicado formou-se em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1964. Concluiu, em 1967, o Curso de Mestrado em Economia pela Vanderbilt University, Tennessee (USA). O Senhor Thompson Andrade é PhD em Economia pelo University College da Universidade de Londres. Participou de Cursos de Especialização na Fundação Getúlio Vargas, no Massachusetts Institute of Technology – MIT (USA), e em Berlim.

O candidato é Professor Titular de Economia Regional, Urbana e de Meio Ambiente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Ademais, ele é Pesquisador associado ao Núcleo de Estudos e Modelos Espaciais Sistêmicos (NEMESIS), financiado pelo Programa de Núcleos de Excelência (PRONEX) do Ministério de Ciência e Tecnologia, da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Foi Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, no período de 1976 a 1995. Exerceu algumas outras atividades pertinentes à sua área de atuação.

O indicado elaborou inúmeros trabalhos em Economia, dos quais muitos foram publicados, e participou de vários congressos nessa área de especialização. Foi membro de algumas bancas examinadoras.

Recebeu ele o prêmio “Haralambos Simeonidis” de 1995, concedido pela Associação Nacional de Cursos de Pós-Graduação em Economia – ANPEC. Foi bolsista do United States Agency for International Development (USAID), United Nations, German Foun-

dation for International Development e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Por fim, cumpre salientar que a análise de seu curriculum vitae revela que o candidato reúne os atributos necessários para o pleno desempenho do cargo para o qual foi indicado pelo Exmº Senhor Presidente da República.

Assim sendo, submetemos à apreciação e julgamento desta douta Comissão a indicação do Senhor Thompson Almeida Andrade, constante da referida mensagem presidencial, atendendo ao disposto no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, para o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos.

Sala da Comissão, 20 de junho de 2000. – **Ney Suassuna**, Presidente – **Pedro Piva**, Relator.

PARECER Nº 672, DE 2000

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 128 de 2000, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Celso Fernandes Campilongo, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 20 de junho de 2000, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Francelino Pereira sobre a Mensagem nº 128, de 2000, opina pela aprovação da indicação do Senhor Celso Fernandes Campilongo, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça com mandato de 2 anos, por 22 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2000. – **Ney Suassuna**, Presidente – **Francelino Pereira**, Relator – **Lauro Campos** – **Pedro Piva** – **Lúcio Alcântara** – **José Fogaça** – **Agnelo Alves** – **Bello Parga** – **Freitas Neto** – **Romero Jucá** – **José Agripino** – **José Roberto Arruda** – **Ricardo Santos** – **Pedro Simon** – **Lulz Otávio** – **Edison Lobão** – **Jonas Pinheiro** – **Roberto Saturnino** – **Eduardo Suplicy** – **Antonio Carlos Valadares** – **José Eduardo Dutra** – **Paulo Souto**.

RELATÓRIO Nº , DE 2000

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem Presidencial nº 128, de 2000 (nº 805, de 8-6-00, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Celso Fernandes Campilongo, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, com mandato de dois anos.

Relator: Senador Francelino Pereira

O Senhor Presidente da República, através da Mensagem nº 128, de 2000 (nº 805, de 8-6-00, na origem), submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Celso Fernandes Campilongo, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, com mandato de dois anos.

O indicado é Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo – USP (1980). Nessa conceituada instituição, obteve os títulos de Mestrado e Doutorado em Direito, com área de concentração em Filosofia e Teoria Geral do Direito em 1987 e 1992, respectivamente. Mais tarde, cursou o Pós-Doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de Lecce (Itália), no período de 1995 a 1997.

Do curriculum vitae do candidato, constam informações que atestam sua ampla experiência na área jurídica. Contém, ainda, esse documento relação muito extensa de palestras por ele proferidas no exterior e, sobretudo, no Brasil. É autor de seis livros relacionados à sua área de atuação, dos quais dois em regime de co-autoria.

Contribuiu, ainda, na elaboração de outros oito livros, com a redação de, pelo menos, um capítulo. Publicou inúmeros artigos sobre temas referentes à área jurídica em revistas, periódicos e jornais. O indicado tem alguns trabalhos publicados no exterior e participou de atividades de criação, organização e desenvolvimento de centros ou núcleos de ensino e pesquisa.

O candidato participou, também, de bancas examinadoras responsáveis por concursos de ingresso em carreira, inclusive, em três oportunidades, para Professor Titular das disciplinas de Introdução ao Estudo do Direito, Sociologia Geral e Jurídica, Ciência Política e Teoria Geral do Direito.

Foi membro de bancas de exames de conclusão de cursos de especialização, de concurso de admis-

são ao Doutorado em Direito na Itália, de exames de qualificação em nível de Mestrado e Doutorado. Orientou trabalhos científicos (iniciação científica, dissertação de especialização e de mestrado).

O indicado desenvolveu atividades de prestação de serviços e de extensão. Participou em alguns programas de televisão e concedeu entrevistas à imprensa em algumas ocasiões, sobre assuntos pertinentes à área jurídica. Frequentou e concluiu alguns cursos de extensão.

Seu currículo mostra intensa atuação na magistratura. Recebeu prêmios e distinções acadêmicas.

Ressalte-se, portanto, que a formação acadêmica e o histórico desta e histórico profissional do candidato o qualificam para o cabal desempenho das atividades inerentes ao cargo para o qual foi indicado pelo Exmº Sr. Presidente da República.

Diante do exposto, submetemos a apreciação e julgamento desta douta Comissão a indicação do Senhor Celso Fernandes Campilongo – constante da aludida mensagem presidencial, em cumprimento às disposições constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea f, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994.

Sala da Comissão, 20 de junho de 2000. – **Ney Suassuna**, Presidente – **Francelino Pereira**, Relator.

PARECER Nº 673, DE 2000

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a mensagem nº 129 de 2000, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Afonso Arinos de Mello Franco Neto, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 20 de junho de 2000, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Edison Lobão sobre a Mensagem nº 129, de 2000, opinou pela aprovação da indicação do Senhor Afonso Arinos de Mello Franco Neto, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos, por 22 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2000. – **Ney Suassuna**, Presidente – **Edison Lobão**, Relator – **Pedro Simon** – **Pedro Piva** – **Lauro Campos** – **Lú-**

cio Alcântara – José Fogaça – Luiz Otávio – Ricardo Santos – Antonio Carlos Valadares – José Roberto Arruda – José Agripino – Bello Parga – Freitas Neto – Romero Jucá – Francelino Pereira – Jonas Pinheiro – Eduardo Suplicy – Roberto Saturnino – Agnelo Alves – José Eduardo Dutra – Paulo Souto.

RELATÓRIO Nº , DE 2000

Da Comissão de Assuntos Econômico, sobre a Mensagem Presidencial nº 129, de 2000 (nº 806, de 8-6-00, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Afonso Arinos de Mello Franco Neto para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Relator: Senador Edison Lobão

Senhor Presidente da República através da Mensagem nº 129, de 2000 (nº 806, de 8-6-00, na origem), submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Afonso Arinos de Mello Franco Neto para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, com mandato de dois anos.

O indicado concluiu o Bacharelado em Engenharia Civil na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1984. Coursou Análise de Sistemas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1986. É Mestre em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (1988). É PhD em Economia, tendo como áreas de especialização: Economia Internacional Economia Regional e Organização Industrial.

O candidato é Professor Assistente da Fundação Getúlio Vargas, desde 1993. No tocante ao magistério ele ministra diversas disciplinas atinentes à Economia e orientou algumas Teses de Mestrado. Participou de várias bancas de tese, sendo duas em nível de Doutorado e as demais em nível de Mestrado. Participou de alguns congressos, nos quais apresentou trabalhos científicos relacionados à sua área de atuação. Foi engenheiro da Companhia Docas do Rio de Janeiro, no período de 1984 a 1986.

O indicado recebeu o prêmio "Haralambos Simeonidis" de 1994 concedido pela Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia – ANPEC, obtendo a primeira colocação na categoria de Teses de Doutorado.

Trata-se, portanto, de candidato com formação acadêmica e atuação profissional que o credenciam ao perfeito desempenho do cargo para o qual foi indicado pelo Exmo. Sr. Presidente da República.

Em face do exposto, submetemos à apreciação e julgamento desta douta Comissão a indicação do Senhor Afonso Arinos de Mello Franco Neto, constante da referida mensagem presidencial, em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea f, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994.

Sala da Comissão, 20 de junho de 2000. – **Ney Suassuana**, Presidente – **Edison Lobão**, Relator.

PARECERES NºS 674, 675 E 676, DE 2000

Sobre o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1991 de (nº 3.403/92, naquela Casa), de autoria do Senador Francisco Rollemberg, que dá prioridade de atendimento a clientela que especifica e dá outras providências.

PARECER Nº 674, DE 2000

(Da Comissão de Assuntos Sociais)

Relator: Senador Mauro Miranda

Vem a esta Comissão, para análise de mérito e do substitutivo a ele apresentado, pela Câmara dos Deputados, onde assumiu o nº 3.403-E, o Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1991.

I – Antecedentes Legislativos

O projeto de lei em análise foi apresentado pelo eminente Senador Francisco Rollemberg, em agosto de 1991, visando à regulamentação de dispositivos constitucionais (art. 7º, XXXI; 24, XIV; 203, IV; 226; 227, § 1º, II § 2º; 244; 229; 230) que tratam da integração social da pessoa portadora de deficiência, bem como asseguram direitos aos idosos e à família.

Em maio de 1992, a Comissão de Assuntos Sociais, com base no art. 91 do Regimento Interno, analisou e deliberou terminativamente, aprovando por unanimidade, o projeto em tela.

Em seu parecer, o relator, Senador César Dias, rejeitou a emenda supressiva do parágrafo único do art. 2º e do inciso III do art. 6º, de autoria do ilustre Senador João França, tendo apresentado emenda ao inciso II do art. 6º, visando à sua atualização e adequação.

Cumprido o disposto no art. 92 do Regimento Interno, o projeto em tela foi encaminhado à Câmara

ra dos Deputados, para revisão, onde tramitou sob o nº 3.403-E.

O autógrafo remetido pelo Senado Federal à Câmara dos Deputados (Ofício SM nº 761, de 2 de dezembro de 1992) não coincide com o texto aprovado em caráter terminativo pela CAS, em 6-5-92, e como tal comunicado a Mesa, conforme consta das folhas 13 a 16 do processado.

Conquanto haja esse lapso material, isso não implica qualquer prejuízo ao mérito, uma vez que a expressão omitida referia-se a indexador econômico; entretanto, pela legislação superveniente, o texto introduzido pela emenda do relator tornou-se inadequado, diante das mudanças de caráter monetário introduzidas pela legislação do Real, em julho de 1994. Também, em vista da apresentação de emenda modificativa, na Comissão de Seguridade Social e Família, tal lapso tornou-se inócuo.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1991, foi encaminhado a quatro comissões: de Viação e Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior; de Seguridade Social e Família; de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, e, finalmente, de Constituição, Justiça e Redação.

Na Comissão de Viação e Transportes, o relator, Deputado Carlos Nelson Bueno, apresentou emenda ao **caput** do art. 5º, modificando-o, a saber:

"Art. 5º Os veículos de transporte coletivo, a serem produzidos 12 (doze) meses após a publicação desta Lei, serão planejados de forma a possibilitar o acesso a seu interior de pessoas portadoras de deficiência."

Em 11-11-93, o parecer do relator era aprovado, por unanimidade, em reunião ordinária da Comissão.

Na Comissão de Seguridade Social e Família, a relatora, Deputada Marta Suplicy, apresentou em seu relatório emenda ao inciso II do artigo 6º, que passou a ter a seguinte redação:

"Art. 6º

II – no caso de empresas concessionárias de serviço público, a multa de R\$500,00 (quinhentos reais) a R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por veículo sem as condições previstas no art. 3º."

Igualmente, a ilustre Deputada apresentou emendas ao art. 3º e ao § 2º do art. 5º, substituindo as expressões "deficientes físicos" e "deficientes" por "portadores de deficiência". Seu relatório foi aprovado, em 4-5-95, por unanimidade.

Na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, o Relator, Deputado Celso Rissomano, apresentou substitutivo, modificando a redação do art. 1º, na forma seguinte:

"Art. 1º Os portadores de deficiência física ou mental, os idosos com idade igual ou superior a 65 anos, as gestantes, as lactantes, pessoas acompanhadas por crianças de colo e aposentados por invalidez, terão atendimento prioritário, através de guichê preferencial, nas repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos, com tratamento individualizado que assegure atendimento imediato."

O parágrafo único do art. 1º, passou ao art. 2º, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. É assegurada, em todas as instituições financeiras, a prioridade de atendimento a clientela a que se refere este artigo."

O art. 2º passou a ter a forma seguinte:

"Art. 2º Nas repartições oficiais, os processos, requerimentos, atestados, declarações e demais documentos de interesse das pessoas a que se refere o artigo anterior, devem ser carimbados com os dizeres "tratamento preferencial", devendo ter sua tramitação reduzida em um terço, relativamente ao tempo médio gasto para o processamento de cada espécie."

O art. 3º também foi modificado, adotando-se a redação que segue:

"Art. 3º As empresas públicas de transporte, as concessionárias e permissionárias de transporte coletivo devem manter placas em seu interior, em local visível, orientando o seu passageiro a ceder lugar ao deficiente físico, idoso e senhora gestante, ou acompanhada de criança de colo que porventura entre no veículo e este esteja com todos os assentos ocupados."

O art. 4º foi mantido e o art. 5º modificado da seguinte forma:

"Art. 5º A União, os Estados e o Distrito Federal fiscalizarão e controlarão o cumprimento desta lei através dos órgãos que integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e as sanções administrativas

estão enquadradas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor.”

No art. 6º, foi aumentado o prazo de regulamentação para 90 (noventa) dias. A Comissão aprovou o substitutivo do relator em 20-9-95.

A Comissão de Constituição e Justiça e Redação aprovou o substitutivo, bem como as emendas apresentadas pelas outras comissões, com uma subemenda especificando apenas no art. 5º, os artigos a que se refere no texto da Lei nº 8.078/90.

II – Voto

O Projeto de lei em tela, conforme exposto no item anterior, teve modificado, sobremaneira, seu texto original, a partir do substitutivo apresentado e aprovado pelas Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, e de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados.

No que concerne às modificações apresentadas pelas Comissões de Viação e Transportes, e Seguridade Social e Família, nada temos a obstar quanto ao mérito, ao contrário, trouxeram aprimoramento à proposta do Senado Federal.

No entanto, as mudanças impostas pelo substitutivo, embora dentro do melhor espírito legislativo, carecem de adequação em termos de técnica de redação, pois em certos aspectos – como no art. 1º – tornaram a redação inadequada e, nos artigos 2º e 3º, chegaram a um detalhamento mais apropriado ao texto de regulamentação, do que a uma lei federal que conforme dispositivo constitucional – art. 24, §§ 1º, 2º, 3º e 4º – limita-se ao estabelecimento de normas gerais.

Por outro lado, parece correta a redação do art. 5º, relacionando os direitos assegurados no texto ao Código de Defesa do Consumidor, mas nem tanto, ao suprimir a referência às penalidades enquadradas pela Lei nº 4.595, que trata, especificamente, das instituições financeiras.

Necessário se faz, também, algumas observações sobre a nomenclatura adequada, no que se refere a pessoas portadoras de deficiência. Esta foi a expressão consagrada pela Constituição de 1988, adotada pela Organização das Nações Unidas – ONU, da qual o Brasil é membro fundador.

O termo-chave desta expressão é deficiência, que, segundo o Manual de Estilo, elaborado e editado pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE/MJ, corresponde ao inglês **disability**, ao espanhol **discapa-**

cidad e ao francês **handicapé**. De acordo com o Manual: “este termo é genérico e se refere a todo o segmento, independentemente do tipo de seqüela ou característica da deficiência”. Logo, desnecessário é acrescentar “aposentado por invalidez”, pois esta pessoa já está enquadrada na expressão “pessoa portadora de deficiência”.

Conforme o Manual de Estilo da Corde: “palavras como aleijado, inválido, mutilado, anormal, embora ainda encontradas na mídia, são carregadas de preconceito e, portanto, contrárias aos critérios que regem este documento”. Não só isso, mas a toda a política de integração social dessas pessoas.

E acrescenta: “considerando também que a terminologia reflete a postura social em relação ao tema, adotou-se a expressão pessoa portadora de deficiência”. Esta caracteriza que: a deficiência está na pessoa, mas não é a pessoa. A abordagem que reduz a pessoa a sua deficiência, gera e reforça o preconceito.

Na área da educação, a terminologia mais frequentemente usada – e adotada pelos documentos oficiais – é a de “pessoas portadoras de necessidades especiais”, incluindo-se as pessoas portadoras de deficiência e os superdotados. Aqui, o enfoque é em termos do tipo de ensino que será oferecido a esses educandos, daí a ênfase a necessidades.

A ONU decretou o período 1983-1992 como a “Década das Pessoas Portadoras de Deficiência”, e, visando a unificar as ações que seriam implementadas anualmente e internacionalmente, foi elaborado e divulgado o “Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas Portadoras de Deficiência”.

O Brasil, por meio de entidades governamentais e não governamentais cujo número é surpreendente tem trabalhado intensamente na educação, formação e integração da pessoa portadora de deficiência, mas foi a partir da criação da CORDE, em 1989, e do trabalho de sua pequena equipe, que as ações relativas aos portadores de deficiência ganharam relevância e efetividade, graças a uma melhor coordenação das ações distribuídas em diversos ministérios, com diferentes enfoques, e no setor privado evitando superposições e desvios, dando pois coerência ao trabalho desenvolvido.

Concluindo, o texto em estudo deve manter a expressão constitucionalmente determinada, com base nessas evoluções, tanto no atendimento, como na compreensão das pessoas portadoras de deficiência.

Do ponto de vista de redação, algumas correções poderão ser efetivadas, seja para sanar lapsos na coerência da redação, seja para adequá-lo à boa técnica legislativa.

Portanto, consideramos que nada há a obstar quanto ao mérito do presente projeto, devidamente reconhecido por ambas as Casas, mas, para que o texto final preencha os requisitos de técnica legislativa e juridicidade – de vez que sua constitucionalidade é evidente – propomos algumas adequações, do ponto de vista de redação.

EMENDA 1–REDAÇÃO

As expressões “portadoras de deficiência”, “deficientes físicos” e “pessoas deficientes”, são substituídas pela expressão “pessoa(s) portadora(s) de deficiência”, nos artigos 1º, 3º e 5º, respectivamente.

EMENDA 2–REDAÇÃO

No art. 3º, ao elencar as pessoas com direito a prioridade nos assentos de transporte coletivo, foram omitidas “as lactantes”, em manifesto erro material, se observarmos o art. 1º.

EMENDA 3–REDAÇÃO

Ainda regulamentando o art. 227, § 2º, da Constituição Federal, no art 4º, que garante a facilitação de acesso a diversos locais, consideramos que a expressão “sanitários públicos” ao invés de “banheiros públicos” é mais adequada, e mais utilizada, em nosso País.

EMENDA 4–REDAÇÃO

Quanto ao art. 5º, diante da caducidade do prazo estipulado, adotamos a proposta da Câmara dos Deputados, no sentido de isentar o período de atualização, substituindo “a partir de 1993”, por “doze meses após a publicação desta Lei”. Sugerimos uma pequena alteração de redação ao texto proposto na Câmara dos Deputados, visando uma exata interpretação da lei, ficando o seguinte: “após 12 (doze) meses da publicação desta Lei”.

EMENDA 5–REDAÇÃO

Relativamente às infrações, previstas no art. 6º, o inciso II necessita adequação à legislação superveniente, que mudou o padrão monetário nacional, passando assim para valores em real, ou seja: “multa de R\$500,00 (quinhentos reais) a R\$2.500,00 (dois mil e

quinhentos reais), por veículo sem as condições previstas nos artigos 3º e 5º”.

Portanto, somos pela aprovação do presente Projeto de Lei do Senado, na sua forma original, com os ajustes redacionais acima descritos, e conseqüentemente, pela rejeição do substitutivo oferecido pela Câmara dos Deputados.

De forma a facilitar, a meus Excelentíssimos Pares, uma mais fácil deliberação acerca da matéria, apresenta-se a seguir, a título de subsídio, a forma consolidada do projeto.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 297, DE 1991

Dá prioridade de atendimento à clientela que especifica e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, as gestantes, as lactantes e pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei.

Art. 2º As repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato à clientela a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. Fica assegurada, em todas as instituições financeiras, a prioridade de atendimento às pessoas mencionadas no art. 1º.

Art. 3º As empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo reservarão assentos, devidamente identificados, aos idosos, gestantes, lactantes, pessoas portadoras de deficiência e pessoas acompanhadas por crianças de colo.

Art. 4º Os logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público, terão normas de construção, para efeito de licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinadas a facilitar o acesso e uso desses locais pelas pessoas portadoras de deficiência.

Art. 5º Os veículos de transporte coletivo a serem produzidos após 12 (doze) meses da publicação desta Lei serão planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas portadoras de deficiência.

§ 1º Os veículos de transporte coletivo em fabricação sofrerão alterações de modo a adaptar-se às exigências deste artigo.

§ 2º Os proprietários de veículos de transporte coletivo em utilização terão o prazo de cento e oitenta dias, a contar da regulamentação desta Lei, para proceder às adaptações necessárias ao acesso facilitado das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 6º A infração ao disposto nesta Lei sujeitará os responsáveis.

I – no caso de servidor ou de chefia responsável por serviço ou repartição pública, às penalidades previstas na legislação específica;

II – no caso de empresas concessionárias de serviço público, a multa de R\$500,00 (quinhentos reais), a R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), por veículo sem as condições previstas nos arts. 3º e 5º;

III – no caso das instituições financeiras, às penalidades previstas no art. 44, incisos I, II e III, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Parágrafo único. As penalidades de que trata este artigo serão elevadas ao dobro, em caso de reincidência.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias, contados de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 1997. –
Ademir Andrade, Presidente – **Mauro Miranda**, Relator – **José Alves** – **João Rocha** – **Nabor Junior** – **Carlos Bezerra** – **Jonas Pinheiro** – **Otoniel Machado** – **Bello Parga** – **Carlos Wilson** – **Leomar Quintanilha** – **Marina Silva** – **Benedita da Silva** – **Osmar Dias** – **Valmir Campelo** – **João França** – **Ernandes Amorim** – **Abdias Nascimento** (sem voto) – **Sebastião Rocha**.

PARECER Nº 675, DE 2000

(Da Comissão de Assuntos Sociais)

Relatora: Senadora **Marluce Pinto**

I – Antecedentes Legislativos

Em atendimento ao Of. SF/nº 909/97, vem à Comissão de Assuntos Sociais, para reexame, a proposição em epígrafe.

O Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1991, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, em caráter terminativo, em maio de

1992. Vencido o prazo de recurso para apreciação em plenário, o Presidente do Senado Federal comunicou, em sessão do dia 30-11-92, seu esgotamento e promoveu a remessa dos autógrafos à Câmara dos Deputados, em dezembro de 1992.

Em 26-6-96, o projeto, emendado pela Câmara dos Deputados na forma de substitutivo, retornou ao Senado e foi despachado à Comissão de Assuntos Sociais, para exame.

Distribuído ao Senador Mauro Miranda, em 11-7-96, para relatar, foi devolvido em 2-12-96, com parecer opinando pela rejeição do Substitutivo da Câmara e aprovação do projeto original do Senado, com algumas emendas de redação necessárias em virtude do tempo decorrido.

Em 16-4-97, a Presidência da Comissão de Assuntos Sociais concedeu vista ao Senador Bello Parga, que devolveu o processado um mês depois, sem voto em separado, mas com inclusão de nota técnica, elaborada pela Consultoria Legislativa, por solicitação do Senador, sobre a pertinência dos ajustes redacionais. Na mesma data – 12-5-97 – o processado retorna ao Relator, que o devolve à CAS, com o relatório, propondo cinco emendas de redação.

Em 18-8-97, a Secretaria-Geral da Mesa anexa a legislação citada, constituindo a fls. 75 do processado. Igualmente, às fls. 76-77, anexou o Ofício nº 57/909, de 2-9-97, do Presidente do Senado Federal – Presidente da CAS, solicitando o reexame das conclusões do Parecer daquela Comissão sobre a presente proposição, considerando-se o art. 285 e subseqüentes do Regimento Interno do Senado Federal.

II – Relatório

Quando da análise e deliberação sobre o PLS nº 297, de 1991, o Senador Bello Parga pediu vista ao processado e encaminhou à Consultoria Legislativa solicitação para “esclarecimento à dúvida quanto à regimentalidade da apreciação do Projeto de Lei do Senado”, conforme a Nota Técnica nº 250, de 1997, que constitui às fls. 53 a 58 do processado.

De acordo com a nota técnica, “o solicitante quer investigar no Senado, que foi a Casa onde iniciou-se a tramitação do referido projeto, pode restaurar o projeto original, rejeitando as mudanças aprovadas pela Casa revisora em seu texto”.

O fundamento da solicitação seria a dúvida sobre a regimentalidade e a constitucionalidade do relatório que propunha a restauração do texto do projeto original.

Conforme a nota técnica, “a Constituição nada estabelece quanto ao que deva ser feito ao projeto emendado na Casa revisora, a não ser a previsão de seu ‘retorno à Casa de origem’ (art. 65, parágrafo único). Logo, não há ‘qualquer imposição constitucional expressa da qual se possa inferir que a Casa de origem não possa rejeitar as modificações feitas na Casa revisora, restabelecendo o texto originalmente aprovado na Casa iniciadora”.

O substitutivo foi rejeitado por razões evidentes, diante das modificações efetuadas pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara, seja por redundâncias (acréscimo da expressão “aposentado por invalidez”, visto que essas pessoas já estão incluídas entre as “pessoas portadoras de deficiência”), ou por inadequação da expressão “portadores de deficiência física e mental”, pela mesma razão anterior, de vez que tal expressão é restritiva, enquanto aquela utilizada pela Constituição e legislação vigente é abrangente e abriga todas as formas de deficiência.

O substitutivo em causa foi rejeitado também porque, ao determinar que o atendimento prioritário far-se-á “através de guichê preferencial, nas repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos, com tratamento individualizado que assegure atendimento imediato”, a emenda contraria dispositivo constitucional – art. 24, § 1º – que dispõe, **verbis**: “no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais”. O mesmo impedimento constitucional aplica-se aos arts. 2º e 3º, do Substitutivo da Câmara.

No que concerne às dúvidas sobre a regimentalidade do parecer aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, o autor da nota técnica alerta para dois fundamentos, que de nenhuma forma poderiam corroborar a inferência de que, ao rejeitar o substitutivo da Casa revisora, estaria ocorrendo veto, ficando o dispositivo sem texto, o que acarretaria sua prejudicialidade, a saber:

a) somente ao Presidente da República – em ato de sanção ou de promulgação – cabe vetar projeto, no todo ou em parte (art. 84, incisos IV e V, da Constituição Federal);

b) o Regimento Interno do Senado Federal prevê a prejudicialidade apenas em dois casos: “por haver perdido a oportunidade” e “em virtude de seu pré-julgamento pelo Plenário em outra deliberação” (art. 334 – cap. XVIII – Da Prejudicialidade).

A deliberação em análise não pode ser enquadrada em nenhum desses dois casos.

Mais especificamente relacionados ao fato em espécie, temos os artigos 285, 286 e 287 do Regimento Interno, que determinam:

“Art. 285. A emenda da Câmara a projeto do Senado não é suscetível de modificação por meio de subemenda.

Art. 286. A discussão e a votação das emendas da Câmara a projeto do Senado far-se-á em globo, exceto;

a) se qualquer comissão manifestar-se favoravelmente a umas e contrariamente a outras, caso em que a votação se fará em grupos, segundo os pareceres;

b) se for aprovado destaque para a votação de qualquer emenda.

Parágrafo único. A emenda da Câmara só poderá ser votada em parte se o seu texto for suscetível de divisão.

Art. 287. O substitutivo da Câmara a projeto do Senado será considerado série de emendas e votado, separadamente, por artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, em correspondência aos do projeto emendado, salvo aprovação de requerimento para votação em globo ou por grupos de dispositivos, obedecendo ao disposto no parágrafo único do artigo anterior.”

No caso em tela, houve rejeição do substitutivo da Câmara, em globo, e aprovação de ajustes de redação, formalmente enunciados como emenda, nos termos – **análogo sensu** – do parágrafo único do art. 317, do Regimento Interno, que apenas visavam a sanar erros materiais ou de omissão: atualizar data há muito vencida, adaptar valores de multas à nova realidade monetária do País ou, ainda, adequar a linguagem ou expressões às determinações constitucionais e legais, à boa técnica de redação legislativa e da língua portuguesa.

Nenhuma emenda de redação ficou caracterizada como subemenda ou fez qualquer modificação no mérito do projeto em análise. A Comissão nada mais fez do que oferecer um texto final isento de erros e de omissões.

Complementarmente, nada sugere que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado tenha descumprido os dispositivos regimentais supracitados, ao deliberar sobre o substitutivo ou sobre as emendas de redação.

Conclui o autor da nota técnica da seguinte forma:

"Portanto, salvo melhor juízo, o Senado apreciará as emendas da Câmara ao projeto, inclusive na forma de substitutivo, aprovando-as ou rejeitando-as, sendo que, no último caso, prevalecerá o texto original, em razão da recusa pelo Senado da alteração efetuada pela Câmara.

A revisão deve ser entendida como uma revista – no sentido de ser vista novamente e não no sentido de correção – no projeto originário de outra Casa, devendo efetivar-se em um plano secundário ou de suplementariedade, em relação àquela que é realizada pela Casa iniciadora. As modificações que foram introduzidas na Casa revisora significam que o projeto mereceu sua aprovação, embora com alterações.

A Casa de origem poderá, no entanto, recusar essa modificação sem que isso signifique que a Casa revisora esteja dispensada de opinar sobre o projeto, como um todo (...) significando que no seu todo, a proposição pode ser acolhida, embora possa haver restrições em algumas de suas partes.

Quanto à dúvida quanto à representatividade da votação de um projeto, o que importa é o que estabelece o Regimento Interno da Casa, desde que não conflite com a Constituição."

Por oportuno, ressalte-se que, em inúmeras ocasiões, quando o processo legislativo inverte os papéis das duas Casas, isto é, quando o Senado Federal é a Casa revisora – o que ocorre com enorme frequência dado o grande número de proposições originais do Poder Executivo que, conforme dispositivo constitucional, "terão início na Câmara dos Deputados" (art. 64) –, os Senadores da República questionam o fato de a deliberação senatorial ser rejeitada pela Casa iniciadora, desconhecendo a contribuição da Câmara Alta e criando um desequilíbrio no poder de legislar das duas Casas.

Em nenhum momento foi questionada a constitucionalidade ou a regimentalidade de tais deliberações, mas, sim, a desvalorização ou a desqualificação da ação legislativa do Senado Federal, num sistema bicameral.

Nesse sentido, a nota técnica da Consultoria cita Manoel Gonçalves Ferreira Filho (in "Processo Legislativo", Ed. Saraiva, São Paulo, 1995, fls. 207/8) *in verbis*:

"Destarte, as Câmaras no processo legislativo brasileiro não estão em pé de igualdade. A vontade da que primeiro apreciou o projeto prevalece, na medida em que se impõe até contra emendas feitas pela outra, a revisora. Ora, isso, na prática, repercute numa certa inferiorização do Senado, que é necessariamente a Câmara revisora em todos os projetos de iniciativa presidencial, hoje a maioria e os mais importantes."

Quanto aos termos da deliberação da CAS, com base no parecer do Relator, assim conclui a nota técnica:

"As demais modificações podem, regimentalmente, ser consideradas como emendas de redação, não havendo, por conseguinte, alterações de conteúdo e, conseqüentemente, burla ao processo legislativo bicameral."

III – Análise e Voto

A Mesa Diretora, no entanto, ao analisar a deliberação final da Comissão de Assuntos Sociais, houve por bem levantar alguns questionamentos, tanto do ponto de vista regimental, como do ponto de vista de redação final.

Nesse sentido, o OF-SF/909/97, de 2-9-97, enviado ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, pelo Presidente do Senado Federal, indicava:

a) que a tramitação da emenda da Câmara dos Deputados a Projeto de Lei do Senado é regulada pelo art. 285 e seguintes, do Regimento Interno do Senado Federal;

b) que a Comissão de Assuntos Sociais, ao deliberar pela rejeição da emenda substitutiva da Câmara, manifestou-se favoravelmente à manutenção do projeto senatorial;

c) que o texto final apresentado não corresponde às emendas de redação aprovadas pela CAS.

Desnecessário seria, nessa altura, retomar as justificativas e a razão das cinco emendas de redação, já devidamente explicitadas no Relatório do Senador Mauro Miranda, incluso no processado.

Entretanto, é de todo necessário chamar a atenção para as alterações de redação – sem emendas – indicadas pelo ofício:

a) a palavra "individualizados", no art. 2º, omitida no texto do PLS, o foi, apenas e tão-somente, por erro de digitação, pois não há no relatório nenhuma

referência a tal mudança que, de resto, não se justificaria, em nenhuma hipótese;

b) a palavra "lactante", definitivamente, é a referência à "mãe, em período de amamentação", que necessita tratamento preferencial, e não ao "filho, que é amamentado": o "lactente"; tal diferença justifica a correção da palavra;

c) a inclusão, no art. 3º, da palavra "lactante" fazia-se necessária para não caracterizar contradição ou incoerência com os termos do art. 1º, que a inclui;

d) a expressão "por meio de", que substitui "através de", deve ser atribuída a lapso de revisão, pois exigiria inclusão de emenda de redação no item Voto, o que, aparentemente, escapou ao revisor, que não percebeu tratar-se de consolidação do texto do projeto e não de um projeto novo;

e) cabe o mesmo raciocínio no que concerne à redação da frase "para proceder às adaptações necessárias ao acesso facilitado das pessoas portadoras de deficiência", que traz significativa melhoria no que se refere à técnica de redação legislativa e ao bom uso da língua portuguesa, ao contrário da redação original. Mas, novamente, foi uma correção de revisor vernacular.

Portanto, a par das emendas de redação – cinco – sobre as quais a CAS deliberou, para sanar essas falhas, garantindo que a redação final do PLS nº 297/91 enquadre-se na boa técnica legislativa e de língua portuguesa, antes de encaminhada à sanção, propomos a adoção da orientação da Secretaria-Geral da Mesa, recorrendo ao Cap. XV, Da Correção de Erro, art. 325, do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece, **verbis**:

"Art. 325. Verificada a existência de erro em texto aprovado e com redação definitiva, proceder-se-á da seguinte maneira:

a) tratando-se de contradição, incoerência, prejudicialidade ou equívoco, que importe em alteração no sentido do projeto, ainda não remetido à sanção ou à Câmara, o Presidente encaminhará a matéria à Comissão competente para que proponha o modo de corrigir o erro, sendo a proposta examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, antes de submetida ao Plenário, (...)"

Complementarmente ao art. 325, pode-se indicar, como enquadramento regimental pertinente (no sentido de dar ao PLS nº 297/91 a redação final maximamente correta), os artigos 322, 323 e 234, res-

pectivamente Cap. XIV, Da Redação do Vencido e Da Redação Final, e Cap. I, Das Espécies, Seção VI, Das Emendas, que assim dispõem:

"Art. 322. Quando a redação final for de emendas do Senado a projeto da Câmara, não se admitirão emendas a dispositivo não emendado, salvo as de redação, e as que decorram de emendas aprovadas.

Art. 323. As emendas de redação dependem de parecer da comissão que houver elaborado a redação final, sem prejuízo do disposto no art. 234, parágrafo único."

Nesse sentido, propomos que sejam efetuadas as alterações de redação supracitadas, por deliberação da Comissão de Assuntos Sociais, conforme art. 325, a, do RISF, ressaltando-se que, após deliberação, o processado será encaminhado à redação final.

Isso exposto, recomendamos que da redação final constem as seguintes correções.

a) no art. 2º, reintroduzir o termo "individualizados", conforme redação aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais, na reunião de 30 de novembro de 1992, omitido por inequívoco erro de digitação,

b) no art. 2º, substituir a expressão "através de" por "por meio de", para adequação lingüística;

c) no art. 2º, substituir o termo "clientela" por "pessoas", para sanar erro de concordância verbal;

d) no art. 4º, substituir a palavra "possibilitar" por "facilitar", para adequar o dispositivo à terminologia usual;

e) no art. 4º, substituir a palavra "lactentes" por "lactantes", para sanar evidente erro de digitação;

f) no § 2º do art. 5º, substituir a expressão "a permitir o acesso de pessoas portadoras de deficiência" por "ao acesso facilitado de pessoas portadoras de deficiência", com o objetivo de conferir ao dispositivo melhor adequação lingüística;

g) no inciso II do art. 6º, fazer referência também ao art. 5º, e não apenas ao art. 3º, pois a adaptação e a fabricação de veículos também devem ser objeto do alcance do dispositivo.

Sala da Comissão, 19 de novembro de 1997. – **Ademir Andrade**, Presidente – **Marluce Pinto**, Relatora – **Nabor Júnior** – **Edison Lobão** – **Bello Parga** – **Otoniel Machado** – **José Alves** – **Lúcio Alcântara** – **Albino Boaventura** – **Benedita da Silva** – **Carlos Wilson** – **Casildo Maldaner** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Sebastião Rocha** – **Romero Jucá** – **Gilvam Borges**.

PARECER Nº 676, DE 2000
(Da Comissão de Constituição
Justiça e Cidadania)

Relator: Senador (ad hoc) **Renan Calheiros**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, nos termos do art. 325, I, do Regimento Interno, o Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1991, aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais – CAS, em caráter terminativo, em maio de 1992.

Apreciado e emendado pela Câmara dos Deputados, o referido projeto retomou ao Senado Federal em junho de 1996, tendo sido novamente apreciado pela Comissão, que houve por bem rejeitar o substitutivo da Câmara Baixa, e aprovar o projeto original, com emendas de redação.

Tais emendas tanto visavam atualizar o texto – diante do tempo decorrido – bem como adequar a redação final a determinações constitucionais e regimentais, diante de mudança de padrão monetário, erros de digitação e, ainda, de revisão vernacular e de técnica legislativa.

Assim, o projeto em tela foi novamente analisado pela CAS, em agosto de 1997, que acolheu as observações do Relator, referentes aos equívocos verificados no texto final, aprovando-o com as emendas de redação.

No entanto, a Mesa Diretora, ao receber o processado – para encaminhamento à sanção presidencial –, levantou questionamentos sobre a regimentalidade da deliberação da Comissão de Assuntos Sociais.

Nova relatoria foi indicada e elaborado novo parecer, ratificando a dupla decisão da Douta Comissão, e comprovando que foram rigorosamente cumpridas as determinações regimentais pertinentes, conforme os arts. 234, 322 e 323 do Regimento Interno do Senado Federal.

Igualmente, foram retomados os termos da Nota Técnica nº 250 (fls. 53 a 58), solicitada a Consultoria Legislativa desta Casa, considerando a decisão da CAS perfeitamente adequada ao Regimento Interno desta Casa, em nenhum momento injurídica ou anti-regimental.

Portanto, considerando o parecer da Comissão de Assuntos Sociais, aprovado em 19-11-1997, o projeto em estudo foi encaminhado a esta Comissão, coerentemente ao disposto no Cap. XV, Da Correção do Erro, art. 325 (fls. 7 e 8 do parecer aprovado).

II – Voto do Relator

Considerando que o texto resulta de emendas de redação acolhidas pela Comissão de Assuntos Sociais, em respeito ao Regimento Interno e à boa técnica legislativa, somos por sua aprovação.

Sala das Reuniões, 23 de maio de 2000. – **José Agripino**, Presidente – **Renan Calheiros**, Relator ad hoc – **Djalma Bessa** – **Romeu Tuma** – **Roberto Freire** – **José Alencar** – **Maria do Carmo Alves** – **Bernardo Cabral** – **Moreira Mendes** – **Roberto Requião** – **José Eduardo Dutra** – **Francelino Pereira** – **Pedro Simon** – **Álvaro Dias** – **Edison Lobão** – **Lúcio Alcântara**.

DOCUMENTO ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO.

NOTA TÉCNICA Nº 250, DE 1997

Ref: PLS nº 297, de 1991

Assunto: retorno à Casa iniciadora (Senado) de projeto de lei emendado na Casa revisora (Câmara dos Deputados).

O ilustre Senador Bello Parga solicita desta consultoria esclarecimento à dúvida quanto à regimentalidade da apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1991 (nº 3.403/92, na Câmara dos Deputados), em razão de a Casa revisora (Câmara) ter aprovado um substitutivo ao projeto e o relator da matéria na Casa iniciadora apresentar um relatório em que opina pela rejeição de quase todas as modificações oferecidas pela Câmara, restabelecendo o projeto original, incluindo apenas algumas alterações que justifica serem de redação.

O solicitante quer investigar se o Senado, que foi a Casa onde iniciou-se a tramitação do referido projeto, pode restaurar o projeto original, rejeitando as mudanças aprovadas pela Casa revisora em seu texto.

Entende o requerente que se tal ocorrer, conforme proposta do relator da matéria no Senado, estar-se-ia praticando ato anti-regimental e inconstitucional, em virtude de a Constituição brasileira adotar o sistema bicameral, que impõe, segundo ele, o entendimento de que um projeto de lei só será integralmente aprovado se obtiver a aquiescência das duas Casas sobre todos os dispositivos que compõem o referido projeto.

A Constituição Federal ao tratar do processo legislativo estabelece em seu art. 65, *verbis*:

"Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora."

Inobstante a preocupação do consulente, a Constituição nada estabelece quanto ao que deva ser feito ao projeto emendado na Casa revisora, a não ser a previsão de seu retorno à Casa de origem. Assim, a Casa revisora aprova o projeto na íntegra ou com emendas, reenviando-o à Casa de origem, ou rejeita-o, arquivando-o. Não há, portanto, qualquer imposição constitucional expressa da qual se possa inferir que a Casa de origem não possa rejeitar as modificações feitas na Casa revisora; restabelecendo o texto originalmente aprovado na Casa iniciadora.

Por outro lado, é ilógico admitir que a rejeição na Casa de origem de uma alteração promovida pela Casa revisora a determinado dispositivo do projeto tenha a se constituir em um veto, ficando o dispositivo em texto, podendo, desse modo, acarretar a prejudicialidade do projeto por parecer de nexos.

Ademais, somente ao Presidente da República cabe vetar projeto de lei, no todo ou em parte, sempre que o considerar inconstitucional ou contrário ao interesse público, conforme prevê o art. 66, § 1º, da Constituição.

O Regimento Interno do Senado (RISF) prevê a prejudicialidade de matérias e seu conseqüente arquivamento apenas em dois casos, de acordo com seu art. 334, letras **a** e **b**, e seu § 4º, **verbis**:

"Art. 334. O Presidente, de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador, declarará prejudicada matéria dependente de deliberação do Senado:

- a) por haver perdido a oportunidade;
- b) em virtude de seu pré-julgamento pelo Plenário em outra deliberação.

.....
§ 4º A proposição prejudicada será definitivamente arquivada."

Donde se depreende que o regimento não briga a idéia de que projetos de lei possam ser configurados, mediante a eliminação, pela Casa de origem, dos dispositivos modificados pela Casa revisora,

quando estiver em desacordo com as alterações feitas.

É ainda o RISF que, ao tratar do substitutivo da Câmara a projeto do Senado em seu art. 287, estabelece, **verbis**:

"Art 287. O substitutivo da Câmara a projeto do Senado será considerado série de emendas e votado, separadamente, por artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, em correspondência aos do projeto emendado, – salvo aprovação de requerimento para votação em globo ou por grupos de dispositivos, obedecido o disposto no parágrafo único do artigo anterior."

Portanto, salvo melhor juízo, o Senado apreciará as emendas da Câmara ao projeto, inclusive na forma de substitutivo, aprovando-as ou rejeitando-as, sendo que, nesse último caso, prevalecerá o texto original em razão da recusa pelo Senado da alteração efetuada pela Câmara.

A revisão deve ser entendida como uma revista – no sentido de ser vista novamente e não no sentido de correção – no projeto originário de outra Casa, devendo efetivar-se em um plano secundário ou de complementariedade em relação àquela que é realizada na Casa iniciadora. As modificações que foram introduzidas na Casa revisora significam que o projeto mereceu sua aprovação, embora com alterações.

A Casa de origem poderá, no entanto, recusar essa modificação sem que isso signifique que a Casa revisora esteja dispensada de opinar sobre o projeto, como um todo, mesmo porque no processo de votação, "votar-se-á em primeiro lugar o projeto, ressaltados os destaques dele requeridos e as emendas" (art. 300, I, RISF) ou "a proposição, ou seu substitutivo, será votada sempre em globo, ressalvada a matéria destacada ou deliberação divergente" (art. 189, RICD), significando que no seu todo, a proposição pode ser acolhida, embora possa haver restrições em algumas de suas partes.

Quanto à dúvida relativa à representatividade da votação de um projeto, o que importa é o que estabelece o Regimento Interno da Casa, desde que não conflite com a Constituição.

Assim, não se pode concluir que um projeto que tenha sido aprovado em decisão terminativa na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, por exemplo, pela maioria relativa dos seus membros, no caso, cinco Senadores, o que representa um vigésimo da composição da Casa, seja consi-

derado ilegítimo pelo fato de não ter sido aprovado por um número maior de membros.

O insigne jurista Pontes de Miranda, discorrendo sobre a discussão e votação de projeto de lei, deixa entrever privilégio para a Casa iniciadora, estabelecendo que, no processo de revisão, essa terá a última palavra. É o seu comentário:

"Emendas — Em virtude do art. 58, § 1º, 2ª parte, que obedece ao princípio da bicameralidade *in minimis*, é preciso que sobre a menor alteração de sentido tenha havido a apuração bicameral: se há emenda, por mínima que seja, volta à outra câmara, para que se pronuncie *sobre esse ponto*. Aprová-la-á, ou não. A câmara iniciadora fala, portanto, por último." (grifos do autor). (*Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda nº 1 de 1969*, t. III, 2ª ed., rev., São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1970, p. 176).

Mais incisivo é o magistério de Manoel Gonçalves Ferreira Filho, ao afirmar que no processo legislativo a Casa revisora está em inferioridade em relação à iniciadora, *verbis*:

"No procedimento normal, o projeto, depois de submetido ao exame de comissão ou comissões, na forma regimental, é posto em discussão e a seguir votado, sempre na forma regimental. É aprovado, conforme prescreve o art. 47 da Constituição, se obtiver maioria de votos, quando presente a maioria dos membros da casa. Aprovado o projeto no que deve ser considerado um ato continuado, é ele enviado à outra para revisão.

Nesta, após tramitação regimental, uma de três hipóteses se há de configurar — o projeto ser aprovado tal como veio, ser aprovado com emendas, ou rejeitado. Na última hipótese está morto, e o arquivamento o sepultará. Na primeira, sobe, sem mais à apreciação do Executivo, para a sanção ou para o veto.

Na segunda hipótese, contudo, o projeto volta à Câmara inicial, para a apreciação exclusivamente das emendas. Se estas forem aceitas, com elas sobre o projeto à apreciação presidencial. Se rejeitadas, sem elas sobe o projeto para o mesmo fim.

Destarte, as Câmaras no processo legislativo brasileiro não estão em pé de igualdade. A vontade da que primeiro apreciou o projeto prevalece, na medida em que se impõe até contra as emendas feitas pela outra, a revisora. Ora, isso, na prática, repercute uma certa inferiorização do Senado, que é necessariamente a Câmara revisora em todos os projetos de iniciativa presidencial, hoje a maioria e os mais importantes." (grifei) (Do Processo Legislativo, 3ª ed., atual. — São Paulo: Saraiva, 1995, pp. 207/8).

Concluída essa preliminar, entendo que a emissão de um voto em separado pelo solicitante, cujo objetivo inicial seria o de refutar o parecer do relator que restabelece o projeto original do Senado por alegada anti-regimentalidade, deve se restringir à permuta da palavra "lactente" em vez de "lactante" que foi incluída por sugestão do relator no art. 3º do projeto revisado na Câmara, recusando, portanto, a redação dada pelo substitutivo aprovado naquela Casa ao mesmo artigo. Também deve ser recusada a troca do mesmo vocábulo no art. 1º, pois "lactente" é o ser que ainda mama enquanto que "lactante" é "mulher que aleita, que amamenta". Não faz sentido lógico, portanto, dar atendimento prioritário ao lactente, que, nos casos previstos no projeto de lei, está em relação de dependência à lactante — atendendo-se esta, atende-se àquele.

As demais modificações podem, regimentalmente, ser consideradas como emenda de redação, não havendo, por conseguinte, alteração de conteúdo e, conseqüentemente, burla ao processo legislativo bicameral. Dessas alterações, duas merecem destaque: a mudança do padrão monetário de cruzeiro para real impôs a atualização das multas previstas no art 6º, inciso II, do projeto; e a troca da expressão "... a partir de 1993...", contida no art. 5º, pela "...após 12 (doze) meses da publicação desta Lei...", justificada pela evidente superação da data originalmente prevista no projeto em razão de sua demorada tramitação. Nesses casos, a meu ver, trata-se de adaptações indispensáveis que, todavia, não alteram o conteúdo dos dispositivos.

Uma única alteração de conteúdo feita pela Casa revisora ao projeto original foi acatada pelo relator da matéria no Senado: é a ampliação do limite mínimo de idade do idoso — uma das clientela destinatárias do projeto —, que a Câmara aumentou de sessenta para sessenta e cinco anos, reduzindo, assim, a amplitude de destinatários.

Em tudo isso, apenas é merecedora de reparo a discrepância referente à grafia de um vocábulo (lactante-lactente), que decorreu, creio que, de um lapso de redação do relator ou de um mero equívoco vocabular que envolve palavras quase homógrafas, podendo ser corrigida mediante uma simples advertência por ocasião da reapreciação da matéria na Comissão.

Concluo, finalmente, aguardando do ilustre Senador solicitante a decisão sobre a necessidade de emitir voto em separado, tendo em vista as considerações acima, fundamentadas na melhor doutrina sobre o assunto.

Por último, anexo um quadro comparativo para que se possa visualizar com facilidade as três versões do projeto (originalmente; na Casa revisora – Câmara; e a redação oferecida pelo relator, na Casa iniciadora), destacando as modificações introduzidas pela Casa revisora e pelo relator, no Senado.

Consultoria Legislativa, 29 de abril de 1997. –
Paulo Henrique Soares, Consultor Legislativo.

OF.SF/909/97

Excelentíssimo senhor

Senador Ademir Andrade

Presidente da Comissão de assuntos Sociais

Brasília, 2 de setembro de 1997

Senhor Presidente,

A tramitação de emenda da Câmara dos Deputados oferecida a Projeto de Lei do Senado é regulada no art. 285 e seguintes do Regimento Interno do Senado, mesmo quando essa emenda é apresentada em termos de substitutivo integral.

A Comissão de Assuntos Sociais ao examinar a emenda substitutiva da Câmara apresentada ao Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1991, que dá prioridade de atendimento à clientela que especifica, concluiu pela rejeição da emenda substitutiva da Câmara dos Deputados e conseqüentemente, pela manutenção do Projeto de Lei do Senado, apresentando um novo texto com algumas alterações.

Assim, entre estas, acrescentou:

no art. 1º a expressão “As pessoas” portadoras...”, quando no projeto original constava “Os portadores”;

no art. 2º substituiu a expressão “através de serviços individualizados”... constante do projeto original, pela expressão “por meio de serviços...”, suprimindo, portanto o termo “individualizados”;

no parágrafo único do art. 2º, substituiu o termo “clientela” embora mantido na emenda do projeto, pelo termo “pessoas”;

no art 3º incluiu o termo “lactantes” inexistente tanto no projeto original quanto no substitutivo da Câmara, que o incluiu apenas na redação de seu art. 1º, não acolhido no texto oferecido por essa Comissão;

substituiu, ainda, os termos “banheiro” por sanitários, “possibilitar” por “facilitar”, respectivamente, no arts. 4º e 5º e, no § 2º do art. 5º, a expressão “para proceder às adaptações necessárias a permitir o acesso de pessoas deficientes”, por “para proceder às adaptações necessárias ao acesso facilitado das pessoas portadores de deficiência”, acrescentando, ainda, no inciso II do art. 6º, referência ao art. 5º, o qual não foi referido no projeto original.

Quanto às alterações do prazo estabelecido no art 5º e o valor das multas fixado no inciso II do art. 6º, nada a objetar, uma vez tratar-se de atualização que se faz necessária à aplicação da lei.

Esta Presidência, à vista do exposto e considerando as normas regimentais, solicita a V. Exª reexame das conclusões do parecer em referência a fim de que possamos dar-lhe publicação.

Atenciosamente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

.....
Art. 44. As infrações aos dispositivos desta Lei sujeitam as instituições financeiras, seus diretores, membros de conselhos administrativos, fiscais e semelhantes, e gerentes, às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras estabelecidas na legislação vigente:

- I – advertência;
 - II – multa pecuniária variável;
 - III – suspensão do exercício de cargos;
-

LEI Nº 8.078
DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor, e dá outras providências.

O Presidente da República.

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 7º

XXXI – proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

Atr. 24. Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

XIV – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 203.

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

Art. 226.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento Civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência a família na pessoa de cada um dos que a integram, criando

mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Art. 244. A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transportes coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, § 2º

PARECER Nº 677, DE 2000

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre Diversos nº 37, de 1997, pelo qual o Presidente do Parlamento Latino-Americano Grupo Brasileiro, encaminha ao Senado Federal a Ata Final da XIII Conferência Interparlamentar União Européia/América Latina realizada na cidade de Caracas – Venezuela, durante o período de 19 a 22 de maio passado.

Relator: Senador **Carlos Wilson**

O Sr. Deputado Franco Montoro, Presidente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, por meio do ofício datado de 23 de junho de 1997 (fls. 1 e), apresenta ao Senhor Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, a Ata Final da XIII Conferência Interparlamentar União Européia/América Latina, realizada em Caracas – Venezuela, no período de 19 a 22 de maio passado. O referido documento foi encaminhado pelo Doutor Humberto Peláez, Secretário-Executivo do Parlamento Latino-Americano (fls. 2 e).

2. A ata final da conferência em tela (fls. 3 a 12), devidamente aprovada pelos participantes, faz referência introdutória às reuniões anteriores do Parlamento em países europeus e americanos, listando-os nominalmente, bem como às organizações internacionais e às autoridades de destaque que delas participaram. Os temas então tratados foram, entre outros, o narcotráfico, a corrupção, cujo combate constitui condição para a estabilidade política, a globalização econômica, o meio ambiente, os direitos humanos e a condição da mulher.

A seguir, a conferência se congratula com a intensificação das relações entre a América Latina e a União Européia, por meio do diálogo político, o desen-

volvimento de acordos comerciais e a cooperação, apoiados no respeito aos Direitos Humanos e ao Estado de Direito. Apóia, igualmente, a iniciativa espanhola por uma reunião de cúpula de Chefes de Estado ou de Governo da União Européia e da América Latina, como forma adequada de aprofundamento de um diálogo político e de cooperação. Uma reunião interparlamentar de alto nível é, igualmente, cogitada.

3. O sistema de globalização é aceito como "um processo real e irreversível" e cujas "potencialidades positivas devem ser aproveitadas". Todavia, e ao mesmo tempo, urge "lutar contra os efeitos nocivos que possam sofrer".

O Estado democrático ativo deve transformar em realidade "a igualdade de oportunidades", com políticas fiscais justas, melhor redistribuição de renda, educação digna para todos, total assistência à saúde, preservação do meio ambiente e a garantia definitiva da dignidade e dos direitos inalienáveis dos cidadãos.

Políticas efetivas voltadas para o emprego e: "contra a exclusão social e a pobreza" são objeto de preocupação, bem como a implantação e a aplicação de um código de conduta voltado para as atividades das empresas multinacionais, com preocupação especial pelo meio ambiente e pelos direitos trabalhistas regulados pela Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Problemas de liquidez internacional, déficits em balanço de pagamento, dívida externa, estabilidade cambial e financiamento do desenvolvimento sustentável gerador de emprego são, igualmente, considerados, proclamando-se a necessidade de revisão do funcionamento do sistema monetário.

O narcotráfico e a corrupção, atividades criminosas normalmente geminadas, requerem prioridade na agenda União Européia-América Latina, a envolver a importância dos acordos de cooperação para a substituição de cultivos da droga. A política de certificação – ou registro – adotada pelos Estados Unidos é inaceitável, por atingir "unicamente os países produtores". Tal política deve ser substituída por um sistema de "co-responsabilidade", em nível mundial, no trato do problema, via "recursos econômicos, educativos e legais". Para tanto, as delegações dos Paramentos Europeu e Latino-americano estiveram reunidas em Caracas, Venezuela, quando da realização da XIII Conferência Interparlamentar, para exame da matéria e voltadas para a adoção "de uma estratégia comum, concernente à luta contra a corrupção, contra a droga e contra a lavagem de dinheiro".

4. O segredo bancário e a lavagem de dinheiro decorrentes da narcoatividade são, paralelamente à corrupção, devidamente observados. A União Européia e a América Latina reconhecem a gravidade da situação mundial em relação ao tema, produto, segundo tais entidades, de "uma crise de valores e que compete aos sistemas educativos neutralizar e reverter este alarmante fenômeno".

5. No que concerne aos direitos humanos, sociais e de cidadania, insere-os no marco dos valores comuns do sistema democrático e do Estado de Direito, o qual deverá ser consolidado, guardando as características de um "poder judicial verdadeiramente justo e independente". Para tanto, exalta o "Acordo Global para a Paz", subscrito na Guatemala, em 29 de dezembro de 1996, após 36 anos de enfrentamentos. Por fim, condena, de forma enérgica, os atos de terrorismo sob todas as suas formas e onde quer que sejam cometidos, bem como quaisquer formas de racismo e de xenofobia.

6. Quanto à situação da mulher, ressalta a cooperação União Européia/América Latina nas "áreas sociais, a luta contra a pobreza, a cooperação cultural e as políticas de fomento em favor da igualdade da mulher...".

7. A violação dos direitos humanos e trabalhistas, dos imigrantes e dos deslocados é motivo de preocupação e devidamente considerada, repelindo-se toda e qualquer violação dos direitos humanos concernentes, inclusive o direito ao trabalho, com a devida proteção legal.

8. Em termos de cooperação econômica, solicita-se, para o futuro, que os acordos concernentes sejam acompanhados de protocolos financeiros "que incluam um aumento substancial de recursos", e tenham a colaboração dos países da América Latina. Proclama-se, também, que tais acordos impliquem abertura negociada e recíproca de mercados, acrescidos de um calendário para liberalizações comerciais recíprocas. Os Clubes de Paris e de Londres devem examinar a possibilidade de aplicar as seguintes fórmulas inovadoras para reduzir a carga da dívida: **a)** conversão em projetos de proteção ao meio ambiente e formação profissional, bem como revisão do sistema de desgravações fiscais para reservas bancárias, para a cobertura de dívidas incobráveis; **b)** um programa integrado de promoção de exportações com modernização da estrutura produtiva e acesso ao mercado europeu; **c)** apoio logístico às pequenas e médias empresas latino-americanas, através de assistência técnico-financeira, fundos de garantia e cria-

ção de centros de inovação tecnológica; d) a cooperação entre a União Européia e a América Latina permanece diversificada, mormente nas áreas de intercâmbio científico e tecnológico, especialmente com relação à biologia e à biomedicina, cujos problemas interessam a toda humanidade.

9. Questões sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável "como um elemento de desenvolvimento global estreitamente vinculado a outros campos de cooperação", são mencionadas. Não obstante os desafios daí resultantes, a América Latina e a Europa devem prosseguir em seus esforços para a materialização dessas questões.

10. Finalmente, as novas gerações devem ser atendidas no seu anseio por uma plena integração social, cabendo às instituições parlamentares européias e latino-americanas maior atenção ao problema, mediante, dentre outras, as seguintes recomendações: proteção à infância e à condição juvenil, com oferta paralela de maiores e melhores oportunidades de emprego para os jovens, criando condições para a sua plena participação na sociedade democrática e garantia de pleno exercício de sua condição de cidadãos".

11. A ata Final concede prioridade, "dentro das políticas de cooperação, à inclusão de colaboração científica, técnica e econômica dirigidas a programas de prevenção e reabilitação especializados, com vistas a combater o mecanismo de aumento do consumo da droga".

12. Em declaração anexa (fls. 12), os legisladores do Parlatino e do Parlamento Europeu convocam todos os parlamentares do mundo a:

- legislar voltados para o espírito integracionista, objetivando o princípio de igualdade, de oportunidades entre homens e mulheres;
- corrigir desequilíbrios quanto à participação dos dois sexos na vida política, de conformidade com o Conselho da União Interparlamentar Mundial;
- solicitar aos governos, parlamentos e partidos políticos que ponham em prática os acordos adotados na 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim;
- exortar aos governos e aos parlamentos que procedam à revisão dos sistemas educativos voltados para a igualdade entre os dois sexos; e
- obrigar os governos a cumprir, o mais cedo possível, os compromissos internacionais e regionais assumidos e que aloquem os recursos necessários para os seus programas e planos de ação.

É o relatório.

Voto do Relator

13 - Como sabemos, o Parlamento Latino-Americano iniciou os seus trabalhos nos idos de 1964, com a presença de todos os países geograficamente enquadrados na área em que tivessem representação parlamentar. A instituição tem por finalidade a integração política, cultural e econômica da América Latina, exercida por meio de assembléias ordinárias e extraordinárias e das suas comissões permanentes. Devidamente institucionalizado em 1987, com a defesa da democracia entre os seus princípios permanentes, somente em 1988 a instituição foi ratificada pelo Brasil, em sessão conjunta do Congresso Nacional. Desde a sua instituição, a entidade já efetuou várias assembléias ordinárias e extraordinárias. Alguns desses eventos foram realizados no Brasil, país que, desde 1991, é a Sede Permanente da entidade, instalada no Memorial da América Latina, em São Paulo.

14 - Em consonância com a ata ora apresentada, o Brasil participou da XIII Conferência Interparlamentar oferecendo a sua contribuição através do Deputado Ney Lopes, a quem coube dissertar sobre o tema "Repercussões da Globalização no Desenvolvimento: a integração como resposta", expressando-se em nome do Parlamento Latino-americano (fls. 5). No curso dos debates, assuntos como meio ambiente, direitos humanos e a situação da mulher foram, então, discutidos.

15 - Encerrada em 22 de maio de 1997, a ata, objeto do presente trabalho, foi aprovada pela citada Conferência.

16 - Entendemos, em face do exposto, que o Parlamento Latino americano prossegue cumprindo sua missão política, econômica e cultural, de acordo com o compromisso assumido desde o início das suas deliberações apresentadas em Lima, nos idos de 7 de dezembro de 1964.

17 - Assim é aceita como expressão da verdade, somos pela aprovação integral da Ata Final da XIII Conferência Interparlamentar União Européia/América Latina, realizada na cidade de Caracas - Venezuela, de 19 a 22 de maio de 1997, extraíndo-se cópia do citado documento para o pleno conhecimento de cada um dos Senhores Senadores membros desta Comissão, com posterior depósito em seu arquivo, para consulta.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2000. -
José Sarney, Presidente - **Carlos Wilson**, Relator -
José Fogaça - **Luiz Estevão** - **Romeu Tuma** - **Tiã Viana** - **Eduardo Suplicy** - **Moreira Mendes** - **Lucio Alcântara** - **Gilberto Mestrinho** - **Ludio Coelho** - **Bernardo Cabral** - **Pedro Simon**.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO.

(Tradução)

**Parlamento Latino-Americano
Secretaria Executiva**

São Paulo, 6 de junho de 1997

Exmo. Sr.

Senador Antonio Carlos Magalhães

Presidente do Senado

República Federativa do Brasil

Brasília – DF

Senhor Presidente,

Tenho prazer de dirigir-me a Vossa Excelência, acatando instruções dos Deputados Juan Adolfo Singer e Ney Lopes, respectivamente Presidente e Secretário-Geral do Parlamento Latino-Americano, para passar às suas mãos a Ata Final da XIII Conferência Interparlamentar União Européia/América Latina, que se realizou de 19 a 22 de maio passado na cidade de Caracas, Venezuela.

Ficáramos gratos a Vossa Excelência se a levasse ao conhecimento dos membros desse Parlamento.

Aproveito o ensejo para renovar protestos da minha mais elevada estima e consideração.

Atenciosamente, – **Humberto Peláez Gutiérrez** –
Secretário Executivo, Parlamento Latino-Americano.

**XIII CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR
UNIÃO EUROPÉIA – AMÉRICA LATINA**

Caracas, 19 a 22 de maio de 1997

ATA FINAL

22 de maio de 1997 (def)

INTRODUÇÃO

As delegações do Parlamento Latino-Americano e do Parlamento Europeu se reuniram em Caracas, Venezuela, de 19 a 22 de maio de 1997, no âmbito da XIII Conferência Interparlamentar União Européia – América Latina. As conferências anteriores foram celebradas em Bogotá (julho de 1974), Luxemburgo (novembro de 1975), México (julho de 1977), Roma (fevereiro de 1979), Bogotá (janeiro de 1981), Bruxelas (junho de 1983), Brasília (junho de 1985), Lisboa (junho de 1987), São José da Costa

Rica (janeiro/fevereiro de 1989), Sevilha (abril de 1991), São Paulo (maio de 1993) e Bruxelas (junho de 1995).

O Parlamento Latino-Americano foi representado pelas delegações dos seguintes países: Antilhas Neerlandesas, Argentina, Aruba, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguai e Venezuela.

A delegação do Parlamento Europeu estava composta dos membros das delegações para as relações com os países da América do Sul e do Mercosul e para as relações com os países da América Central e do México.

A inauguração solene da Conferência foi realizada na Câmara dos Deputados do Congresso da República de Venezuela. Intervieram na solenidade o Vice-Presidente do Parlamento Latino-Americano, Deputado Henry Bencid, o Presidente do Parlamento Latino-Americano, Exmo. Sr. Juan Adolfo Singer, o Presidente do Congresso da República de Venezuela, Exmo. Sr. Cristóbal Fernández Dalo, o Presidente do Parlamento Europeu, Exmo. Sr. José Maria Gil-Robles, e o Presidente da República de Venezuela, Exmo. Sr. Rafael Caldera.

A sessão plenária de abertura foi realizada na terça-feira, 20 de maio de 1997, começando com discurso proferido pelo Exmo. Sr. Julio María Sanguinetti, Presidente da República Oriental do Uruguai. Esta sessão, assim como as sessões de trabalho da Conferência, foram realizadas no Hotel Eurobuilding da cidade de Caracas.

Assistiram à Conferência, como observadores, os representantes dos seguintes parlamentos sub-regionais:

Parlamento Andino, Parlamento Amazônico, Parlamento Centro-Americano, Parlamento Indígena da América e Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Além disso, assistiram à Conferência:

Os embaixadores da União Européia e dos países latino-americanos acreditados na Venezuela, bem como funcionários da Comissão das Comunidades Européias e do Conselho;

Como convidados externos, representantes das seguintes entidades: Irela, Celare, Sebrae, PNUD, Universidad Externado de Colombia e PNUMA;

Representantes de organismos internacionais: Sela, CAF, OEA, Unesco, Ciat e Orit;

Fundações políticas Konrad Adenauer, Hans Seidel, Pensamento e Ação, Friedrich Ebert;

Presidentes dos partidos políticos venezuelanos, representantes dos grupos políticos regionais e altas autoridades da República de Venezuela.

A Conferência agradece os documentos de base apresentados por diversas entidades com vistas a sua realização, entre as quais o Instituto de Relações Euro-Latinoamericanas (IRELA), o Parlatino, a Direção-Geral de Estudos do Parlamento Europeu, etc.

Quatro relatórios foram apresentados à Conferência, sobre dois temas:

"A luta contra o narcotráfico e a corrupção como condição para a estabilidade política", pelos relatores Pío Oswaldo Cueva (Equador), representando o Parlamento Latino-Americano, e Marlene Lenz (Alemanha), representando o Parlamento Europeu.

"Repercussões da globalização sobre o desenvolvimento: a integração como resposta", pelos relatores Ney Lopes (Brasil), representando o Parlamento Latino-Americano, e Andrea Manzella (Itália), representando o Parlamento Europeu.

No âmbito da Conferência foram realizadas reuniões separadas das duas delegações do Parlamento Europeu com os parlamentos sub-regionais da América Latina: a Delegação para as Relações com os países da América do Sul e do Mercosul teve reuniões com a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, com o Parlamento Andino, com uma delegação do Congresso do Chile e com o Parlamento Amazônico. A Delegação para as relações com os países da América Central e do México, por sua vez, entrevistou-se com o Parlamento Centro-Americano e com uma delegação da Câmara dos Deputados e do Senado do México, bem como com o Parlamento Indígena da América.

A Mesa Diretora do Parlamento Latino-Americano manteve reuniões separadas com os parlamentos sub-regionais, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e o Sela.

Um debate sobre assuntos urgentes e de atualidade, centrado nos temas do meio ambiente, dos direitos humanos e da mulher, foi realizado na quinta-feira, 22 de maio.

A Conferência foi encerrada em sessão solene na quinta-feira 22 de maio de 1997 pelo Senador Humberto Celli, da Venezuela, e pelo Presidente da Câmara dos Deputados da Venezuela, Ramón Guillermo Aveledo, estando presentes Ana Miranda de Lage, Presidente da Delegação para as Relações com os países da América do Sul e do Mercosul do

Parlamento Europeu, José Ignacio Salafranca, Presidente da Delegação para as Relações com os Países da América Central e do México do Parlamento Europeu, e Juan Adolfo Singer, Presidente do Parlamento Latino-Americano.

A presente Ata foi aprovada pela Conferência.

A XIII Conferência Interparlamentar União Europeia – América Latina.

– Congratula-se pela intensificação das relações entre a América Latina e a União Europeia por meio do diálogo político, o desenvolvimento de acordos comerciais e a cooperação, alicerçados no respeito dos Direitos Humanos e do Estado de Direito;

– Apóia a iniciativa espanhola, avalizada pelos Governos de outros Estados membros da União Europeia, de celebrar Reunião de Cúpula de Chefes de Estado e/ou de Governo da União Europeia e da América Latina que, com pauta conveniente, permita aprofundar o diálogo político e a cooperação bi-regional.

– Propõe realizar paralelamente e com o mesmo objetivo uma Reunião de Cúpula Interparlamentar das duas regiões.

I – GLOBALIZAÇÃO

1. Reconhece que a globalização é um processo real e irreversível, cujas potencialidades positivas devemos aproveitar, ao mesmo tempo em que devemos lutar contra os efeitos nocivos que possam acarretar. Partindo desse fato, reconhece o papel fundamental do Estado com suas instituições, entendendo-o como democrático e plural, para que seja um instrumento ágil e eficaz e favoreça um equilíbrio capaz de promover e conciliar os direitos, a governabilidade e obrigações individuais e coletivas. É indispensável encontrar um equilíbrio entre o processo de globalização e políticas convenientes de integração regional;

2. Considera que se deve defender a existência de um Estado democrático ativo que transforme em realidade a igualdade de oportunidades, impemmente a solidariedade por meio de políticas fiscais justas e de políticas redistributivas de renda, assegure níveis educacionais dignos para todos, universalize a saúde pública, zele pela preservação do meio ambiente e garanta definitivamente a dignidade e os direitos inalienáveis dos cidadãos;

3. Convicta de que a primeira preocupação de nossas sociedades é o emprego, manifesta seu desejo de que sejam desenvolvidas políticas ativas em favor do emprego e contra a exclusão social e a pobreza, no âmbito de um crescimento forte e sustentado.

Reconhece, outrossim, que as entidades de classe devem desempenhar um papel nessa atuação;

4. Considera imprescindível o estabelecimento e a aplicação de um código de conduta nas atividades desenvolvidas pelas empresas multinacionais. Esse código deverá contemplar a exigência de que o meio ambiente e os direitos trabalhistas estabelecidos nas convenções da Organização Internacional do Trabalho sejam objeto do mais alto nível de respeito;

5. Reafirma a necessidade de revisar o funcionamento do sistema monetário internacional e das instituições de Bretton Woods para resolver problemas concernentes ao controle da liquidez internacional, ao déficit da balança de pagamentos, à dívida externa, à estabilidade do câmbio e ao financiamento de um desenvolvimento sustentado que gere emprego.

II. NARCOATIVIDADE E CORRUPÇÃO

1. Convida a conscientizar-se da necessidade de dar prioridade, na agenda atual das relações entre a União Européia e a América Latina, ao problema da droga e da corrupção;

2. Reconhece que a narcoatividade e suas sequelas de corrupção são elementos determinantes das distorções da vida social e econômica contemporânea. Por isso, manifesta máxima preocupação com os estragos que estão produzindo o consumo e o comércio de droga. Nesse contexto, destaca-se a importância dos acordos relativos a precursores e da cooperação voltada para a substituição de cultivos;

3. No mesmo âmbito e de forma particular, repele a política de "certificação" exercida pelos Estados Unidos de América, que penaliza exclusivamente os países produtores. Ao mesmo tempo, avaliza a política de co-responsabilidade, que deve ser assumida por ambas as regiões e pelo resto do mundo para combater a droga de forma coordenada. Deve-se, portanto, procurar equilíbrio no comprometimento dos recursos econômicos, educacionais e legais que se destinam a tal propósito;

4. Encarrega as Mesas das Delegações do Parlamento Europeu para as relações com os países da América Latina e do Parlamento Latino-Americano, bem como os relatores, de reunir-se no período compreendido entre as sessões da XIII e XIV Conferências Interparlamentares com vistas a examinar a maneira pela qual se possa delinear uma estratégia comum de luta contra a corrupção, a droga e a lavagem de dinheiro;

5. Recomenda que nas reuniões acima referidas se estudem medidas de reabilitação de dependentes

de drogas e outros instrumentos de luta contra a narcoatividade, incluindo a lavagem de dinheiro e o sigilo bancário;

6. Reconhece que a gravíssima situação por que passa o mundo em relação às matérias mencionadas decorre fundamentalmente de uma crise de valores, sendo competência dos sistemas educacionais neutralizar e reverter esse fenômeno alarmante;

7. Apóia a realização de uma Sessão Extraordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas destinada a examinar a luta contra as drogas e o uso indevido de entorpecentes;

III. DIREITOS HUMANOS

1. No âmbito do fortalecimento das relações entre a União Européia e a América Latina, ressalta a necessidade de incrementar o diálogo político e a intensificação da cooperação, especialmente no que diz respeito a infra-estruturas, meio ambiente, tecnologia da informação e cooperação científico-técnica, o que por sua vez implica aderir a valores comuns, como a democracia, o Estado de Direito e o respeito aos direitos humanos, sociais e da cidadania;

2. Manifesta a necessidade de contribuir para a consolidação do Estado de Direito por meio de um poder judicial realmente justo e independente, que não sufra pressões e seja capaz de julgar e punir todos os casos de impunidade;

3. Exalta a celebração do Acordo Global de Paz firme e duradoura, subscrito na Cidade de Guatemala em 29 de dezembro de 1996, que põe fim a 36 anos de enfrentamentos, e pede que os países da América Latina e da União Européia apoiem e financiem as ações previstas e zelem pelo seu estrito cumprimento;

4. Condena enfaticamente os atos de terrorismo, em todas suas formas e manifestações, como atos delituosos e injustificáveis independentemente de onde e por quem sejam cometidos, comprometendo-se assim, em nome dos países que reúne, a contribuir para a defesa da paz onde esteja ameaçada por obra daqueles que usam a força das armas contra a democracia;

5. Condena qualquer forma de racismo e xenofobia, por constituírem atentado à dignidade e aos direitos fundamentais do ser humano;

IV. SITUAÇÃO DA MULHER

1. No que diz respeito às prioridades específicas da cooperação entre a União Européia e a América Latina, destaca os planos de formação de recursos humanos, a cooperação do setor privado, a evolução da cooperação nas áreas sociais, a luta contra a po-

breza, a cooperação cultural e as políticas de promoção da igualdade da mulher, tudo isso acompanhado de crescente atuação do BEI como instrumento de cooperação entre a União Européia e a América Latina, com seus procedimentos e critérios especiais de financiamento;

V. MIGRAÇÃO E DESLOCADOS

1. Repele qualquer violação dos direitos humanos e trabalhistas dos imigrantes e exorta os Estados receptores a garantir plenamente em suas legislações os direitos trabalhistas migratórios internacionais;

2. Reconhece que a instabilidade política e social e as catástrofes naturais geram fatos que afetam os direitos humanos de vastos e vulneráveis setores da população, entre os quais se pode mencionar os deslocamentos em massa sem qualquer defesa, aos quais nenhum governo pode ser indiferente, e assinala que respostas repressivas são inaceitáveis, devendo ao contrário ser implementada, com o concurso da comunidade internacional, uma proteção integral dos direitos humanos dos deslocados pela violência;

VI. COOPERAÇÃO ECONOMICA

1. Pede que os futuros acordos de cooperação econômica com os países e blocos da zona sejam acompanhados de protocolos financeiros com substancial aumento dos recursos destinados à colaboração com a América Latina; que tais acordos também contemplem a abertura negociada e recíproca dos mercados e compreendam um cronograma de liberalizações comerciais recíprocas;

2. Pede que se usem todos os instrumentos possíveis para promover o investimento de empresas da União Européia, particularmente das pequenas e médias empresas, na América Latina, por exemplo, incrementando os recursos financeiros destinados à ALINVEST, EC-IIP e ao Banco Europeu de Investimentos;

3. Solicita aos Estados membros presentes no Clube de Paris e no Clube de Londres que examinem a possibilidade de aplicar fórmulas inovadoras para reduzir o peso da dívida (conversão em projetos de proteção ambiental e de formação profissional, revisão do sistema de isenções fiscais para reservas bancárias com vistas a cobrir débitos incobráveis);

4. Destaca a necessidade de criar um programa integrado de promoção de exportações que inclua medidas relativas ao comércio, investimento, modernização da estrutura produtiva e acesso ao mercado europeu; um elemento crucial consistiria em prestar apoio logístico a pequenas e médias empresas lati-

no-americanas, sob forma de assistência financeira e técnica, fundos de garantia e abertura de centros de inovação tecnológica;

5. Consta que o princípio de diversificação na cooperação da União Européia com a América Latina ainda tem na ajuda financeira e técnica o mais importante instrumento de cooperação, ao lado da ajuda humanitária, embora esteja diminuindo sua importância relativa; ao contrário, ampliou-se a cooperação econômica, que inclui o fomento de investimentos e atividades no âmbito dos acordos de cooperação de terceira geração;

6. Exige maior cooperação científica e tecnológica entre a Europa e a América Latina e recomenda que no programa de cooperação da União Européia se dê mais espaço à ciência e tecnologia. Ressalta a necessidade de aumentar os orçamentos científicos dos Estados e das empresas. Pede que se inclua o tema da bioética no diálogo euro-latino-americano, com vistas a procurar uma resposta comum aos problemas enfrentados pela humanidade inteira devido ao desenvolvimento da biologia e da biomedicina;

VII. MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1. Considera a política ambiental, mais do que um tema específico de cooperação, um elemento do desenvolvimento global, estreitamente relacionado com outros âmbitos de cooperação, entendendo-o como compromisso ético de promoção do desenvolvimento sustentável, da justiça social a nível internacional, da democracia e dos direitos humanos;

2. Entende que tanto a América Latina quanto a Europa devem enfrentar desafios consideráveis em seus esforços em prol do desenvolvimento sustentável e que ambas as regiões devem alcançar essa sustentabilidade em um contexto de crescente liberalização e competitividade dos mercados, sendo necessário harmonizar o progresso econômico com o desenvolvimento sustentável a nível internacional;

VIII. JUVENTUDE

1. A crescente demanda de plena integração social por parte das novas gerações exige maior atenção das instituições parlamentares européias e latino-americanas; por isso, insta os parlamentos e legisladores a promover e apoiar todas as iniciativas que visem proteger as condições da infância e a condição juvenil, bem como oferecer aos jovens, maiores e melhores oportunidades de emprego, criando canais

para sua plena participação na sociedade democrática, e assegurar o pleno exercício de sua condição de cidadãos;

2. Define como prioritária, dentro das políticas de cooperação, a inclusão de ações de colaboração científica, técnica e econômica voltadas para programas especiais de prevenção e reabilitação, com vistas a combater esse mecanismo de crescimento do consumo de drogas.

A Conferência agradece o documento de base que o Instituto de Relações Euro-Latino-Americanas apresentou à XIII Conferência Interparlamentar, prosseguindo seu trabalho em apoio ao diálogo interparlamentar. A Conferência, que apoiou a criação desse instituto bi-regional, valoriza o papel do IRELA, esperando contar futuramente com suas atividades em prol do fortalecimento das relações euro-latino-americanas.

DECLARAÇÃO

Em nosso papel especial de legisladoras e legisladores do Parlatino e do Parlamento Europeu, convocamos os parlamentares do mundo a:

1. Legislar sobre iniciativas de integração que promovam a igualdade de oportunidades e a equidade entre homens e mulheres;

2. Solicitar aos parlamentos e partidos políticos a execução do Plano de Ação para corrigir os atuais desequilíbrios na participação de homens e mulheres na vida política, adotado pelo Conselho da União Interparlamentar Mundial;

3. Solicitar aos governos, parlamentos e partidos políticos a execução dos acordos aprovados pela IV Conferência Mundial sobre a Mulher, celebrada em Pequim;

4. Exortar os governos e parlamentos a revisar os sistemas educacionais para garantir a formação de uma consciência de igualdade entre mulheres e homens;

5. Instar os governos a cumprir os compromissos assumidos nas conferências internacionais e regionais, bem como a destinar os recursos necessários para seus programas e planos de ação.

Tradução:

Jean François Cleaver
Tradutor-Interprete do Senado Federal

PARECER Nº 678, DE 2000

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2000, e tendo como primeiro signatário o Senador José Alencar, que insere dispositivo na Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares.

Relator: Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

Com o apoio de expressivo número de pares, o nobre Senador José Alencar apresenta à consideração deste Senado Federal Proposta de Emenda Constitucional, tornando obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares. A proposição estabelece, ainda, as seguintes regras, visando garantir a eficácia da disposição principal: (I) as dotações decorrentes das emendas de parlamentares serão identificadas na lei orçamentária; (II) são vedados o cancelamento ou o contingenciamento, total ou parcial, de dotações orçamentárias oriundas das emendas dos parlamentares; (III) a não execução dessas dotações implica crime de responsabilidade, de que trata o art. 85, VI, da Constituição Federal.

Na competente justificação, que acompanha a proposta, seu autor corretamente lembra que, ao apreciar matérias orçamentárias, o Congresso Nacional “não está restrito apenas às junções legislativa e de controle, mas está a exercer um relevante papel nas decisões políticas do mais alto interesse para o País”. Argumenta, ainda, o autor, que em face da rigidez que caracteriza a programação orçamentária, decorrente das inúmeras vinculações existentes entre importantes parcelas de receitas e respectivas despesas, a margem de atuação dos parlamentares no processo de alocação dos recursos é bastante restrita. Como resultado, as alterações possíveis na proposta orçamentária, mediante emendas, acabam sendo, geralmente, de pequena monta.

Não existindo nenhuma garantia de que as dotações decorrentes de emendas serão executadas, o exercício das prerrogativas dos parlamentares fica ainda mais prejudicado. O poder unilateral exercido pelo Executivo, de decidir o que executar e o que não executar, no entender do nobre Senador José Alencar, enseja uma das mais gritantes disfunções exis-

tentes na relação entre os dois Poderes que é a utilização da liberação de recursos oriundos das emendas como instrumento de barganha política.

Além de atual, o assunto que se pretende agora disciplinar tem enorme importância. O tema geral aqui tratado – a execução do orçamento governamental – na realidade, não deve esconder o principal significado da proposição que é a preservação e a valorização das funções do Poder Legislativo na apreciação e na aprovação das matérias orçamentárias.

Depois de longo período em que a Constituição Federal previa, para o Poder Legislativo, papel meramente homologatório das decisões orçamentárias tomadas pelo Poder Executivo, a Constituição de 1988 restabeleceu as prerrogativas dos parlamentares de influírem concretamente na formulação dos planos e dos orçamentos públicos.

As leis orçamentárias trazem duas modalidades de créditos (dotações). Primeiramente, há os créditos de execução compulsória, assim caracterizados por derivarem de leis ordinárias ou de mandamentos constitucionais que determinam obrigações para o Estado; é o caso, por exemplo, das transferências constitucionais, dos pagamentos de precatórios, de pessoal, do serviço da dívida etc. Na segunda modalidade, os créditos assumem caráter autorizativo, ou seja, na ausência de norma substantiva criadora da obrigação, o executor tem a liberdade de executar ou não o crédito orçamentário.

Em várias situações, entretanto, poder-se-ia justificar a não execução de ações orçamentárias. E o que ocorreria, por exemplo, quando do atraso na elaboração dos projetos, da impugnação dos processos licitatórios, de impedimentos legais de várias ordens, ou quando a arrecadação efetiva for menor do que a estimada ou quando for necessária a realização de despesas não previstas no orçamento. Julgamos que apenas nesses casos caberá ao executor protelar, suspender ou deixar de executar os créditos autorizativos – limitativos, discricionários –, já que os demais, inclusive os objeto da proposição em tela, seriam de execução obrigatória.

Assim, considerando-se a natureza das ações a cargo das instituições do Estado, não é possível transformar em obrigatória toda a programação orçamentária. O que se pretende é tornar obrigatória a execução orçamentária daqueles recursos alocados no orçamento da União por meio de emendas de parlamentares.

Finalmente, compensa tecer breve comentário sobre os valores envolvidos no âmbito do orçamento

da União. A Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000 (Lei Orçamentária), que "Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000", foi aprovada com um valor global de R\$1.023.048.234.804,00 (um trilhão, vinte e três bilhões, quarenta e oito milhões, duzentos e trinta e quatro mil e oitocentos e quatro reais), incluindo o orçamento de investimentos das estatais. Desse valor, R\$644.033.686.351,00 (seiscentos e quarenta e quatro bilhões, trinta e três milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, trezentos e cinquenta e um reais) referem-se ao refinanciamento da dívida pública mobiliária federal, a chamada rolagem da dívida, que corresponde a cerca de 63% do orçamento da União.

De acordo com o art. 19 da Resolução nº 2, de 1995-CN, cada parlamentar pode apresentar ao projeto de lei orçamentária, até 20 emendas individuais. Segundo tem estabelecido o parecer preliminar aprovado a cada ano, em função do disposto no art. 15 de citada Resolução, o limite, em valor, para a apresentação de emendas individuais tem sido de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para cada um dos parlamentares.

Somos 594 parlamentares (81 senadores e 513 deputados federais). Se considerarmos a hipótese de que todos os membros do Congresso Nacional se valham da prerrogativa de apresentar emendas individuais, teremos um valor máximo de R\$891.000.000,00 (oitocentos e noventa e um milhões de reais) inseridos no orçamento da União. A título de ilustração, ressaltamos que esse total representa, apenas, 0,09% do montante da Lei orçamentária. Isso mesmo, zero vírgula zero nove por cento. Da mesma forma, se excluirmos do orçamento aprovado os R\$644,0 bilhões do refinanciamento da dívida, e compararmos o valor integral das emendas individuais com o valor daí resultante, ou seja, os 368,8 bilhões que realmente tratam a Lei dos Meios de 2000, esse percentual passaria a representar 0,24% do valor total.

A parcela representada pelas emendas individuais dos parlamentares é verdadeiramente insignificante em relação ao Orçamento. É quase nada já que não alcança nem mesmo 1 % (um por cento) da Lei Orçamentária Anual. E mesmo assim, historicamente, sua execução não é garantida. Os parlamentares, não raro, são levados a fazer peregrinações pela Esplanada dos Ministérios e o pior é que tem havido grandes frustrações de colegas, prefeitos e autoridades em geral, sempre que as migalhas aprovadas são objeto de cortes e reduções por iniciativas das repartições encarregadas da execução orçamentária. É

claro que o ideal seria assegurar-se o cumprimento da lei sobre todas as emendas do Congresso Nacional mas, pelo menos, se salvamos as individuais, já estaremos dando um primeiro passo, importantíssimo, ainda que represente tão pouco como ficou sobejamente demonstrado.

II – Voto do Relator

Diante do exposto, manifesto-me pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2000, na forma proposta pelo Senador José Alencar.

Sala da Comissão, 14 de junho de 2000. – **José Agripino** – Presidente, – **Pedro Simon** – Relator, – **Romeu Tuma** – **Álvaro Dias** – **Bello Parga** – **José Eduardo Dutra** – **Romero Jucá** – **Heloisa Helena** – **Renan Calheiros** – **Djalma Bessa** – **Bernardo Cabral** – **Moreira Mendes** – **Antonio Carlos Valadares**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.969, DE 11 DE MAIO DE 2000

**Estima a Receita e fixa a Despesa
da União para o exercício financeiro de
2000.**

PARECER Nº 679, DE 2000

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1998 (nº 3.770/97, na Casa de origem), que “dá nova redação ao parágrafo único do art. 30 e ao inciso III do art. 31 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma de apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências”.

Relator: Senador José Fogaça

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1998, (nº 3.770, de 1997, na Casa de origem), de autoria do nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, propõe incluir, entre as saudações ao Hino Nacional estipuladas na Lei nº 5.700, de 1971, a manifestação em forma de palmas, após a sua execução.

O Projeto em tela prevê, ainda, a alteração da redação do inciso III do art. 31 da referida legislação, excluindo da vedação prevista a utilização da Bandeira Nacional como roupa ou adereço.

Em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, a proposição não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise

o objetivo precípua do Projeto de Lei em exame é introduzir modificações condizentes com o atual momento histórico-cultural no texto da Lei nº 5.700, de 1971, que prevê as diferentes formas de apresentação dos Símbolos Nacionais, definidos, por sua vez, no § 1º do art. 13 da Constituição Federal.

As alterações propostas parecem bastante pertinentes, já que uma análise, mesmo que superficial, sobre a realidade cultural dos Estados Unidos ou da França, para citar dois exemplos, evidencia a importância e a incorporação dos símbolos nacionais ao cotidiano daquelas nações. Para tais países, os símbolos nacionais constituem a representação da própria nacionalidade. Seu uso nas mais diversas ocasiões e com diferentes finalidades, longe de vulgarizá-los ou banalizá-los de forma desrespeitosa, contribui para a sedimentação desses símbolos como a mais acabada imagem de pátria.

No Brasil, em tempos mais recentes, sob a influência dessa prática observada em outras nações, aliada à crescente incorporação de hábitos cívicos, coadjuvantes do pleno exercício da cidadania, vem sendo verificada a ocorrência cada vez mais frequente de situações em que são homenageados os nossos símbolos pátrios. Contribui para isso, em especial, a nova geração – dos “caras pintadas” no impedimento do governo Collor, aos torcedores de eventos esportivos – que vem introduzindo os símbolos nacionais no cotidiano da nação, como forma, inclusive, de reverenciá-la.

Nesse sentido, a atualização da legislação que disciplina o uso dos referidos símbolos constitui, praticamente, uma imposição do nosso tempo.

De fato, nada impede a estilização das cores nacionais em chapéus, camisetas, adereços.

Tais manifestações não constituem uso da Bandeira Nacional, mas meramente uma associação positiva de sinais de comunicação moderna com os Símbolos Nacionais.

Diferentemente, não se pode admitir o uso da própria Bandeira Nacional em situações que não aquelas recomendadas à sobriedade e à dignidade de um símbolo da pátria.

III – Voto

Pelo exposto, e por considerarmos o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1998 (nº 3.770, de 1997) fiel às normas constitucionais e regimentais, e tendo apreciado a pertinência do seu mérito, manifestamo-nos pela sua aprovação, com a seguinte

EMENDA Nº 1–CCJ

Dê-se ao inciso III do art. 31 da Lei nº 5.700, de 1971, constante do artigo 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1998, a seguinte redação:

.....
Art. 2º

.....
"Art. 31.

.....
III – usá-la como reposteiro, pano de boca, guarnição de mesa, revestimento de tribuna, cobertura de placas, retratos, painéis, monumentos a inaugurar, roupas íntimas, ou como vestimenta ou gravura, cuja forma de utilização ou local de aplicação sejam considerados moralmente aviltantes.
....."

Sala da Comissão, 11 de agosto de 1999. –
José Agripino, Presidente – **José Fogaça**, Relator
– **Antonio Carlos Valadares** (vencido) – **Roberto Freire** (vencido) – **Pedro Simon** (abstenção) – **Álvaro Dias** (vencido) – **Íris Rezende** – **José Eduardo Dutra** (vencido) – **Lúcio Alcântara** (vencido) – **Romeu Tuma** – **Jefferson Péres** – **Maria do Carmo Alves** – **Bernardo Cabral**.

ADENDO

Ao Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1998 (nº 3.770/97, na Casa de origem), que "dá nova redação ao parágrafo único do art. 30 e ao inciso III do art. 31 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma de apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências".

Objetivando a adequação formal do texto do parecer em epígrafe aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, sem que, com isso, se promova qualquer alteração em sua substância, propomos as seguintes emendas de redação à matéria:

EMENDA Nº 2–CCJ

Suprima-se o art. 4º do PLC nº 14, de 1998.

EMENDA Nº 3–CCJ

Acrescente-se ao final do parágrafo único do art. 30 da Lei nº 5.700, de 1971, constante do art. 1º do PLC nº 14, de 1998, e do inciso III do art. 31 daquela lei, com a redação dada pela Emenda nº 1 – CCJ ao art. 2º do projeto, a indicação (NR).

Senador **José Fogaça**, Relator.

DOCUMENTO ANEXADO PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

OF. SF/703/99

Em 18 de agosto de 1999

Senhor Senador,

Tomo a liberdade de pedir a atenção de V. Exª para as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que afetaram a redação do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1998, relatado por V. Exa. na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cujo parecer foi aprovado por aquele Órgão no dia 11 do corrente, em especial ao disposto no art 9º (cláusula revogatória genérica), constante do art 4º da referida matéria.

Em razão do exposto, remeto a V. Exa. a matéria, encarecendo-lhe as providências necessárias à adequação do seu texto às novas regras de redação legislativa contidas na mencionada Lei.

À oportunidade, reitero a V. Exa. meus protestos de consideração e apreço.

Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

§ 1º São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.
.....

PARECER Nº 680 DE 2000

Da Comissão de Educação, sobre Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2000 (nº 4.733/98, na origem) que institui o dia 8 de julho como o Dia Nacional da Ciência e dá outras providências.

Relatora ad hoc: Senadora Marina Silva

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2000 (nº 4.733, de 1998, na origem), de autoria do nobre Deputado Marcelo Deda, institui o Dia Nacional da Ciência a ser comemorado no dia 8 de julho.

O ato em epígrafe determina ainda que o Poder Público incentivará tanto a divulgação da referida data como a sua comemoração nos estabelecimentos educacionais do País.

Aprovado na Câmara dos Deputados e distribuído a esta Comissão, o projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise

Em boa hora vem o Congresso Nacional eleger o dia 8 de julho – data de fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) – para a comemoração do Dia Nacional da Ciência.

Não parece demasiado repetir a evidência de que o investimento em ciência e tecnologia é fator indispensável para o desenvolvimento de um país.

Nos dias de hoje, é quase impossível conceber o avanço tecnológico sem a respectiva sustentação científica. Nas nações desenvolvidas, o conhecimento científico é entendido como base para o avanço tecnológico que, por sua vez, é determinante no chamado processo de desenvolvimento econômico.

Pode-se afirmar, com segurança, que a ciência atingiu um patamar jamais imaginado. Além de alargar os limites do conhecimento, as grandes descobertas e os formidáveis avanços científicos de nossa época são muito mais acessíveis, diariamente presentes entre nós, estampados nas páginas dos jornais e ocupando as telas dos aparelhos de televisão e dos computadores.

Apesar disso, a ciência não se encontra exatamente incorporada à vida brasileira como objeto de genuíno interesse da população, a não ser de modo eventual e episódico. Esse fato, de certa forma, evidencia a indisposição dos próprios governos em relação à matéria, praticamente ausente nas prioridades das políticas públicas, nas últimas décadas. Ao con-

trário, o que se observou, nesse período, foi a lamentável “fuga de cérebros”, o êxodo de nossos cientistas em direção a países que abrem espaço em suas agendas e orçamentos para o desenvolvimento da ciência.

Mesmo registrando e considerando a recente criação dos fundos setoriais pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, destinados à subvenção da pesquisa científica em diferentes áreas, entendemos que o tema continua alheio ao nosso cotidiano.

Nesse sentido, parece, oportuna a instituição de uma data especialmente definida para lembrar a importância da ciência. Oportuna também nos parece a eleição da data de fundação da SBPC para as comemorações. Entidade que já conta meio século de existência, congregando cientistas brasileiros de todas as áreas, a SBPC tem sido responsável pelo debate e pela preservação do desenvolvimento da ciência no País, sendo merecedora desse reconhecimento público.

III – Voto

Pelo exposto, apreciado o mérito da proposição e não encontrando óbices de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa, pronunciamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2000 (nº 4.733, de 1998, na origem).

Sala da Comissão, 6 de junho de 2000. – **Freitas Neto**, Presidente – **Marina Silva**, Relatora ad hoc – **Djalma Bessa** (contrário) – **Lúcio Alcântara** – **Geraldo Cândido** – **Agnelo Alves** – **Ricardo Santos** – **Álvaro Dias** – **Jonas Pinheiro** – **Lúdio Coelho** – **Osmar Dias** – **Luiz Otávio** – **Hugo Napoleão** – **Ribamar Fiquene** – **Geraldo Althoff** – **Mozarildo Cavalcanti**.

PARECER Nº 681, DE 2000

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 22 de 2000 – Complementar (nº 114/2000 – Complementar na Casa de Origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal

e de comunicação e dá outras providências.

Relator: Senador **José Alencar**

I – Relatório

Com muita honra e sentido de responsabilidade, recebemos do Sr. Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos a atribuição de elaborar relatório sobre o projeto de lei complementar referido na ementa, no qual são propostas alterações na legislação relativa ao ICMS, bem assim na sistemática de ressarcimento, pela União, aos Estados e Municípios em decorrência da redução em suas receitas tributárias provocada pelas inovações constantes da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, hoje, conhecida por "Lei Kandir".

A proposição é da iniciativa do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição, solicitou urgência na sua apreciação. Na Câmara dos Deputados, foi apensada o projeto que tramitava naquela Casa, ganhando preferência sobre este conforme proposta dos Relatores da matéria, e sendo aprovado, dentro do prazo constitucional, em turno único de discussão e votação.

Seu art. 1º visa a introduzir as seguintes alterações na Lei Complementar nº 87, de 1996:

1ª) Permitir a cobrança do ICMS incidente sobre a aquisição de energia elétrica oriunda de outro Estado quando não destinada à comercialização ou à industrialização. Para isso, altera o inciso IV do art. 4º, estabelecendo a definição legal do contribuinte nessa hipótese, e o inciso XII do art. 12, determinando o momento em que se considera, na mesma hipótese, ocorrido o fato gerador do imposto.

2ª) Acrescentar alínea ao inciso III do art. 11, definindo, como local da prestação, e do estabelecimento ou domicílio do tomador do serviço, no caso prestação onerosa de serviço de comunicação por meio de satélite.

3ª) Estabelecer, mediante acréscimo do § 6º ao art. 11, que na hipótese de prestação onerosa de serviço de comunicação envolvendo localidades situadas em diferentes Unidades da Federação, quando os serviços forem cobrados por períodos definidos e não forem medidos, o imposto devido será recolhido em partes iguais para as Unidades da Federação onde estiverem

localizados o prestador e o tomador.

4ª) Alterar § 5º do art. 20, sujeitando o crédito do ICMS incidente sobre as aquisições de mercadorias

destinadas ao ativo permanente a aproveitamento em quarenta e oito parcelas iguais e mensais, a partir do mês em que ocorrer a entrada da mercadoria no estabelecimento, obedecidas, ainda as seguintes regras:

a) não será permitido o creditamento em relação à proporção das operações de saídas ou prestações isentas ou não tributadas sobre o total das operações de saídas ou prestações efetuadas no mesmo período;

b) o montante do crédito a ser apropriado será o obtido multiplicando-se o valor total do respectivo crédito pelo fator igual a um quarenta e oito avos da relação entre o valor das operações de saídas e prestações tributadas e o total das operações de saídas e prestações do período, equiparando-se às tributadas, para tais fins, as saídas e prestações com destino ao exterior;

c) o quociente de um quarenta e oito avos será proporcionalmente aumentado ou diminuído, **pro rata die**, caso o período de apuração seja superior ou inferior a um mês;

d) na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, antes de decorrido o prazo de quatro anos contado da data de sua aquisição, não será admitido, a partir da data da alienação, o creditamento em relação à fração que corresponderia ao restante do quadriênio;

e) os créditos relativos a entradas para o ativo permanente serão objeto de outro lançamento, além do lançamento em conjunto com os demais créditos, em livro próprio ou de outra forma que a legislação determinar, para aplicação dessas novas regras; e

f) ao final do quadragésimo oitavo mês contado da data da entrada do bem no estabelecimento, o saldo remanescente do crédito será cancelado.

5ª) Reduzir a rigidez do princípio da autonomia dos diversos estabelecimentos de um mesmo titular em relação às suas obrigações tributárias pertinentes ao ICMS, alterando o **caput** do art. 25, para permitir que os saldos credores e devedores sejam compensados entre todos os estabelecimentos do mesmo sujeito passivo localizados no Estado.

Além dessas alterações, o art. 1º do projeto modifica, ainda, o art. 31 da "Lei Kandir", que, por uma questão de lógica, deixamos para explanar mais à frente, bem como o seu art. 33. Neste último, altera a redação do inciso II e adiciona o inciso IV, com a finalidade de, até o final do ano de 2002, restringir drasticamente o direito ao crédito do imposto incidente em operações de entrada de energia elétrica no estabelecimento e em prestações de serviços de comunicação por ele utilizados. Assim, permite o creditamento do ICMS relativo a essas operações e prestações apenas nas seguintes hipóteses:

1ª) Quanto à entrada de energia elétrica:

a) quando for objeto de operação de saída de energia elétrica;

b) quando consumida no processo de industrialização;

c) quando seu consumo resultar em operação de saída ou prestação para o exterior, na proporção destas sobre as saídas ou prestações totais;

d) a partir de 1º de janeiro de 2003, nas demais hipóteses.

2ª) Quanto ao recebimento de serviços de comunicação:

a) que tenham sido prestados na execução de serviços da mesma natureza;

b) quando sua utilização resultar em operação de saída ou prestação para o exterior, na proporção desta sobre as saídas ou prestações totais;

c) a partir de 1º de janeiro de 2003, nas demais hipóteses.

Voltando à modificação proposta no art. 31, deve-se dizer que se trata justamente do dispositivo que cuida do "seguro-receita", ou seja, do ressarcimento, aos Estados e Municípios, das perdas decorrentes das desonerações instituídas pela "Lei Kandir". Obviamente, são instituídas novas regras para o mencionado repasse, estas constantes do Anexo ao projeto.

A interpretação da redação proposta para o art. 31, combinada com o disposto no art. 2º e no Anexo ao projeto, nos informa que os valores a serem entregues pela União aos Estados e Municípios nos exercícios de 2000, 2001 e 2002, deixarão de obedecer aos critérios hoje fixados no Anexo da Lei Complementar nº 87, de 1996, e terão os valores fixos seguintes, distribuídos conforme a tabela de coeficientes constante do subitem 2.1 do Anexo do projeto:

– exercício de 2000 = R\$3.864.000.000,00;

– exercício de 2001 = R\$3.148.000.000,00;

– exercício de 2002 = R\$3.148.000.000,00.

Os valores relativos aos exercícios de 2001 e 2002 seriam atualizados pelo Índice Geral de Preços, conceito Disponibilidade Interna, IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, ou, na sua ausência, por outro índice de preços, de caráter nacional, que o substitua.

A partir de 1º de janeiro de 2003, voltariam a vigorar as regras do "seguro-receita" estabelecidas na redação original do art. 31 e do Anexo da "Lei Kandir".

No art. 3º do projeto, fica garantido que a mudança na sistemática de entrega de recursos prevista no art. 31 da Lei Complementar nº 87, de 1996, não poderá implicar interrupção no fluxo mensal de entrega de recursos aos Estados e seus Municípios. Os valores correspondentes aos períodos de competência dos meses de novembro e dezembro de 1999, de que trata o item 3 do Anexo à referida Lei Complementar, deverão ser entregues pela União aos Estados e seus Municípios, até fevereiro de 2003. Tais valores serão corrigidos nos mesmos moldes já vistos para os valores a serem entregues em 2001 e 2002, ou seja, utilização do IGP-DI ou, na sua ausência, de outro índice de preços, de caráter nacional, que o substitua, até o mês anterior ao da efetiva entrega e, sendo o caso, de atualização **pro rata die**.

§ 3º do art. 3º da proposição autoriza a utilização, a qualquer momento, dos créditos dos Estados e Municípios para abatimento do saldo devedor remanescente da amortização extraordinária a que se refere o art. 7º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

De acordo com § 4º do art. 3º, a partir do exercício de 2001, fica autorizada, também, a utilização dos referidos créditos, correspondentes à quota-parte do Estado, para abatimento do estoque da dívida dos Estados financiada pela União sob a égide da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

O último parágrafo do art. 3º prescreve que a distribuição das quotas-partes dos Municípios relativas a novembro e dezembro de 1999 observará os índices vigentes para o mesmo exercício.

O art. 4º do projeto retorna ao disciplinamento do ICMS, autorizando que os saldos credores do imposto acumulados até 31 de dezembro de 1999, e que podiam, em razão da própria Lei Complementar nº 87, de 1996, ou de lei estadual, ser imputados a outro estabelecimento ou outro contribuinte, e que, porventura, não tenham sido compensados ou transferidos, sejam, a critério de cada Estado, transferidos a

outros contribuintes do mesmo Estado, para compensação parcelada, mediante emissão, pela autoridade competente, de documento que reconheça o crédito.

O art. 5º volta a tratar do “seguro-receita”, concedendo aos Estados em atraso na apresentação do balancete contábil mensal ou do relatório resumido da execução orçamentária mensal o prazo de três meses para fornecê-los ao Ministério da Fazenda, a fim de receberem os repasses relativos aos períodos de competência até dezembro de 1999.

O projeto prevê, ainda, que a revisão e a compatibilização anual dos valores entregues aos Estados e Municípios, com base no respectivo balanço, serão realizadas por meio de acréscimos ou descontos dos recursos devidos pela União às Unidades Federadas, por força do Anexo ao projeto, aplicando-se a regra, inclusive, às distribuições suplementares de recursos realizadas em 1997, 1998 e 1999.

Encerrando as alterações no “seguro-receita”, a proposição estatui que, antes de serem entregues os recursos na conformidade de seu anexo, deve ser deduzido integralmente o eventual saldo remanescente do adiantamento prestado pela União ao conjunto dos Estados nos primeiros trinta dias de vigência da “Lei Kandir”.

A vigência da lei complementar que resultar do projeto é prevista para o primeiro dia do mês subsequente ao da sua publicação.

Ao final, é proposta a revogação do § 1º e dos §§ 4º a 8º, todos do art. 21 da Lei Complementar nº 87, de 1996.

Acompanha o projeto Anexo que disciplina a entrega de recursos pela União aos Estados e Municípios nos exercícios de 2000 a 2002, nos montantes já informados.

Ao projeto não se apresentaram emendas.

E o relatório.

II – Análise

Direito Tributário é matéria compreendida na competência legislativa da União, de acordo com o disposto no art. 24, inciso I, da Constituição. Ao Congresso Nacional cabe dispor sobre o mesmo tema, nos termos do art. 48, inciso I, do Diploma Supremo, e a iniciativa de leis complementares está afeta ao Presidente da República, entre outros, consoante dispõe o seu art. 61, **caput**.

Além dos dispositivos constitucionais já mencionados, a iniciativa encontra amparo nos arts. 146, III, a, e 155, XII, do Estatuto Político.

A esta Comissão compete, nos termos do art. 99, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, examinar a matéria sob os seus aspectos econômico e financeiro e sobre ela emitir parecer.

Com o advento da Lei Complementar nº 87, de 1996, tivemos a maior transformação já verificada no ICMS, desde a sua primeira criação. O imposto que, até então, onerava as exportações de produtos primários e de grande parte dos produtos semi-elaborados, deixou, finalmente, de incidir sobre tais operações, fato que permitiu aos agentes econômicos instalados no País competirem em igualdade de condições com as empresas de nossos parceiros comerciais. Deixamos, desde então, de exportar tributos, o que contribuiu, nos anos seguintes, para o reequilíbrio de nossa balança comercial. Não há, pois, como negar a importância da providência que agora nos parece tão óbvia, mas que demorou décadas para ser adotada.

Outra inovação de suma importância introduzida pela “Lei Kandir” foi o reconhecimento do direito ao crédito do ICMS incidente sobre a aquisição de bens para o ativo imobilizado das empresas. Representou, na época, e ainda representa, a remoção de um grande obstáculo à ampliação e modernização dos estabelecimentos comerciais, industriais, produtores e prestadores de serviços, contribuintes do imposto.

Pela felicidade com que resumiu o tema, é digno de citação o trecho do parecer elaborado pelo distinto Relator da matéria, nesta Casa, Senador José Fogaça, que, à época, assim se pronunciou:

“Em primeiro lugar, dar crédito nas aquisições de mercadorias destinadas ao ativo permanente é sinônimo de incentivar a renovação do parque industrial brasileiro e da estrutura administrativa das empresas, fomentando a aquisição de novas máquinas e equipamentos de última geração, que a cada dia reúnem novos recursos, como os equipamentos de informática, e tornando, assim, mais produtivas e eficientes as empresas, com conseqüente melhoria da qualidade e redução dos custos de sua produção. O crédito do ICMS, nesse caso, equivalerá a um desconto do tamanho da alíquota do tributo no preço do novo ativo.

Completando, é preciso que se esclareça que a não cumulatividade do ICMS é estanque, restringindo-se às mercadorias ou serviços objetos de mercancia do esta-

belecimento do sujeito passivo. Sempre foi sonegado aos contribuintes o pleno direito ao aproveitamento dos créditos do imposto, o que, de certa forma, o torna cumulativo. A proposição, reconhecendo, além do crédito físico, também o crédito financeiro (para usar expressões saudosistas), a par de instituir a verdadeira não-cumulatividade preconizada na Constituição, está nos aproximando dos países desenvolvidos, especialmente da União Européia que, de longa data, já adota a sistemática defendida pelo autor."

Note-se, pois, que a polêmica "Lei Kandir", por vezes tão atacada sob outra ótica, por governadores e prefeitos, possui virtudes que compensam as distorções que possa ter provocado nas receitas de Estados e Municípios.

Não obstante, como nada neste mundo é perfeito, mormente em se tratando de uma lei tão complexa como a que ora se deseja aperfeiçoar, com o passar dos anos, algumas omissões foram observadas em seu texto. Verificou-se, também, que os valores repassados pela União para os Estados e Municípios, a título de "seguro-receita", revelaram-se muito menores que o montante da receita de ICMS que deixou de ser arrecadada por causa da exoneração das exportações e do crédito relativo aos bens do ativo permanente.

Nesse sentido, é de se louvar a iniciativa que vem suprir algumas lacunas que impedem a exigência do ICMS em determinadas situações, ou que pelo menos ensejam controvérsias em relação à exigência.

Destarte, são bem-vindas as alterações que permitem a cobrança do ICMS incidente sobre a entrada, no território do Estado destinatário, de energia elétrica destinada a consumidor final. Referimo-nos à definição legal do adquirente como contribuinte do imposto nessa hipótese, bem como à determinação do momento em que se considera ocorrido o fato gerador na mesma hipótese, qual seja o da entrada da energia elétrica no território do Estado destinatário.

Igualmente positiva é a definição do estabelecimento ou domicílio do tomador do serviço como o local da prestação, no caso prestação onerosa de serviço de comunicação por meio de satélite. A modificação deslinda o elemento territorial do fato gerador do ICMS na hipótese em foco, permitindo a identificação do estabelecimento responsável pela obrigação tributária correspondente, bem assim a do Estado titular da respectiva receita.

O acréscimo do § 6º no art. II da Lei Complementar nº 87, de 1996, a exemplo das alterações anteriores, é medida ao mesmo tempo aperfeiçoadora e conciliatória, haja vista que vem encerrar controvérsias relativas à titularidade da receita do ICMS incidente na prestação onerosa de serviço de comunicação que envolva localidades situadas em diferentes Unidades da Federação, quando os serviços forem cobrados por períodos definidos e não forem medidos. Destaque-se a equidade a que visa o dispositivo, pelo qual se determina o recolhimento do imposto em partes iguais para as Unidades da Federação onde estiverem localizados o prestador e o tomador do serviço.

No que concerne ao disciplinamento do ICMS, a inovação mais relevante e meritória contida no projeto é, no nosso entender, aquela que atenua a rigidez do princípio da autonomia das diversas filiais de uma mesma empresa em relação aos seus débitos e créditos do imposto. Até o presente, a compensação entre os créditos do ICMS, a que a empresa faz jus pela entrada de mercadorias em seu estabelecimento, com os débitos do imposto pela saída de mercadorias, está restrita às operações praticadas pelo próprio estabelecimento. Assim, os eventuais saldos credores de ICMS não podem ser transferidos para outros estabelecimentos, ainda que do mesmo titular.

A legislação atual somente permite a transferência de créditos do ICMS em duas hipóteses:

1ª) Quando a lei estadual determinar que se leve em conta o conjunto dos débitos e créditos de todos os estabelecimentos do sujeito passivo no Estado.

2ª) Por estabelecimentos que realizem operações e prestações de exportação, obedecida a proporção que estas saídas representem em relação ao total das saídas realizadas pelo estabelecimento, podendo os saldos credores acumulados serem transferidos, inclusive, a outros contribuintes do mesmo Estado, mediante a emissão, pela autoridade competente, de documento que reconheça o crédito.

Com efeito, verificamos, agora, que não faz sentido obstar o direito de a empresa utilizar os créditos de ICMS acumulados em um de seus estabelecimentos para compensar os débitos apurados em outro. Afinal, embora podendo realizar suas operações através de inúmeros estabelecimentos, a pessoa jurídica continua uma só, de modo que, mesmo se considerados todos os estabelecimentos de determinado contribuinte, será ele um único devedor (ou credor) do imposto.

Lamentamos o fato de não ser o ICMS um tributo federal, o que permitiria a transferência de crédito

entre estabelecimentos localizados em quaisquer Estados do País.

Não fossem algumas restrições impostas, providencial seria, também, a autorização, contida no art. 4º do projeto, para que os estoques de saldos credores acumulados até 31 de dezembro de 1999 e não compensados ou transferidos até a data da entrada em vigor da lei complementar que resultar do projeto, sejam, a requerimento do sujeito passivo, transferidos a outros contribuintes do mesmo Estado, mediante a emissão, pela autoridade competente, de documento que reconheça o crédito.

As restrições, das quais discordamos, são as que submetem a transferência do crédito à observância de critério fixado por cada um dos Estados e o seu aproveitamento, pelo contribuinte que o receber, mediante parcelamento sem prazo determinado. Ora, quem é que pode prever quais critérios serão criados pelos Estados para observância obrigatória na transferência dos saldos credores acumulados? E, porque não fixar, na própria lei complementar, o prazo máximo dentro do qual os Estados terão que autorizar o referido creditamento?

Observa-se, primeiramente, que o dispositivo é falho ao não definir, ele próprio, o critério para a transferência dos saldos credores acumulados, nem estabelecer o número de parcelas e a periodicidade do aproveitamento. Além disso – o que é mais grave –, submete o exercício de um direito líquido e certo do contribuinte a critérios ainda inexistentes, fato este que configura impropriedade jurídica, pois sujeita o contribuinte e seu direito ao inteiro alvedrio das autoridades fazendárias estaduais.

Não compreendemos, também, as razões que levaram o autor a não estipular o número de parcelas com que será efetuada a transferência desses saldos credores acumulados antes do final de 1999. A nós, parece que os contribuintes titulares de saldos nessas condições já foram penalizados injustamente ao não poderem recuperar tais créditos na época de sua escrituração. O montante dos créditos acumulados já está corroído pela inflação de muitos meses e seu custo no mercado tem sido nulo. Então, por que penalizar ainda mais o contribuinte, criando empecilhos à utilização desses créditos?

Ademais, o montante dos créditos acumulados é irrisório em comparação com o valor total da receita do ICMS na maioria dos Estados, que poderão permitir a transferência dos créditos de uma única vez. Para aqueles Estados onde exista grande volume de saldo credor acumulado, o prazo máximo de um ano parece

bastante razoável no sentido de que a inovação não comprometeria suas finanças. Na intenção de proceder a essa modificação no projeto, oferecemos a Emenda nº 4.

Passando para as mudanças nas regras da compensação financeira concedida pela União aos Estados e Municípios, em decorrência das perdas tributárias verificadas com as exonerações da "Lei Kandir", não há muito o que comentar, haja vista que as alterações introduzidas pelo projeto no art. 31 da Lei Complementar nº 87, de 1996, bem como as normas contidas no Anexo do projeto e em seus arts. 2º, 3º, 5º e 6º, são resultado de prolongados esforços de entendimento entre as autoridades estaduais e federais, inclusive, no âmbito do Confaz, com o escopo de estipular uma justa indenização aos Estados, que vêm suportando grande parte das mencionadas perdas, as quais, a princípio, deveriam ser custeadas pela União.

Dessa forma, embora não nos tenha agradado a técnica legislativa com que foi elaborada a alteração proposta no art. 31 da "Lei Kandir", não temos qualquer reparo a fazer, já que estamos diante de um acordo há muitos anos esperado e, enfim, consagrado, não sendo prudente nele tocar. Ao contrário, nossa posição é de enaltecer o resultado do acordo que, finalmente, satisfaz o anseio dos Estados e Municípios, sem, contudo, comprometer as finanças federais.

Na tabela abaixo, comparamos os valores recebidos a título de "seguro-receita" pelos Estados e Municípios nos exercícios de 1998 e 1999, com os valores que lhes deverão ser entregues pela União nos exercícios de 2000, 2001 e 2002, de acordo com o Anexo do projeto.

1998	1999	2000	2001*	2002*
RS 630.234.255,00	RS 3.075.417.195,00	RS 3.864.000.000,00	RS 3.48.000.000,00	RS 3.648.000.000,00

* valores a serem ainda corrigidos pelo IGP-DI

Resta examinar três alterações contidas na proposição que representam incompreensível retrocesso se analisadas sob o aspecto da evolução do sistema tributário nacional e que, se aprovadas, prejudicariam sobremaneira as empresas e, via de consequência, toda a economia nacional.

A primeira delas é a que impede o contribuinte de se creditar, no período de apuração em que se verificar a entrada da mercadoria no estabelecimento, do ICMS incidente sobre as mercadorias adquiridas para integrar o ativo permanente, restringindo o crédito mensal a 1/48 do valor total do imposto pago.

Já dissemos que o reconhecimento do direito ao crédito do ICMS incidente sobre a aquisição de bens para o ativo imobilizado das empresas foi uma das inovações de suma importância introduzidas pela "Lei Kandir". Surtiu inegáveis efeitos positivos sobre o nível de investimentos, com o conseqüente impacto favorável sobre o emprego e a atividade econômica, além de estar melhorando, no decorrer dos anos, as condições da infra-estrutura econômico-social do País.

Não é verdade que, às portas do século XXI, o País esteja planejando tornar seu imposto de consumo novamente cumulativo, num sentido inverso ao da evolução da economia mundial. Esta Casa não poderia permitir que, sob o pretexto de aumentar a receita imediata das Unidades da Federação, fossem jogados por terra todos os já comprovados benefícios à economia propiciados pela desoneração dos bens do ativo imobilizado.

Como o ICMS está embutido no preço da mercadoria, ao adquiri-la a empresa está pagando o imposto sem qualquer parcelamento, de modo que submeter o crédito a parcelamento em quarenta e oito meses equivaleria, a nosso juízo, a um empréstimo compulsório em favor dos Estados, restituível em igual número de parcelas, fato que reduziria o volume de recursos à disposição das empresas para novos investimentos, prejudicando, sobretudo, as de menor poder econômico.

Sob o aspecto jurídico, entendemos plausível a idéia de que o retrocesso proposto é, ainda, inconstitucional, porquanto o princípio da não cumulatividade do ICMS está explícito na própria Carta Constitucional, não podendo a lei complementar restringi-lo, mas apenas regulá-lo. Além disso, a sujeição do direito ao crédito a parcelamento traria insegurança nas relações entre o Fisco e os contribuintes, estes mais uma vez surpreendidos com alterações na legislação tributária danosas ao seu patrimônio.

O estabelecimento do prazo de quarenta e oito meses aqui discutido serviria, outrossim, para complicar ainda mais o emaranhado de normas tributárias a que estamos sujeitos, indo de encontro ao princípio da simplicidade, atualmente, tão exaltado.

Por tudo isso e para evitar uma nova enxurrada de ações judiciais, só nos restou outra alternativa senão a de propor a supressão da alteração, bem como a supressão da cláusula revogatória que a complementava, mediante a apresentação das Emendas nºs 1 e 2.

As duas últimas alterações prejudiciais às empresas e à economia nacional e que representam enorme retrocesso podem, na realidade, ser resumidas em uma única: trata-se da restrição, até o final do ano de 2002, do creditamento do ICMS incidente sobre a energia elétrica consumida pelo estabelecimento e sobre os serviços de comunicação por ele utilizados. Em ambos os casos, hoje, é permitido o amplo aproveitamento do crédito, sem nenhuma restrição, desde que o serviço ou a energia elétrica não sejam utilizados em atividades alheias às da empresa.

Antes de tudo, deve-se investigar o motivo pelo qual foi proposta a restrição aos créditos apenas até o final do exercício de 2002, coincidindo exatamente com o término do mandato dos atuais Governadores. Por que tentar aumentar a receita do ICMS (ainda que à custa da imposição de maior sacrifício às empresas) apenas durante o mandato atual? Se foi essa a intenção que norteou a proposta, fica evidente que seu caráter antiético impõe sua rejeição.

A conseqüência óbvia dessa restrição aos créditos seria a imediata elevação dos custos de produção de todas as empresas, sendo maior essa elevação nas empresas que possuam menor volume de produção. Os reflexos viriam de imediato no aumento do preço dos produtos nacionais, na perda do poder aquisitivo da moeda nacional, na perda de competitividade da indústria brasileira, na queda no volume de exportações e no aumento das importações, entre outros resultados nefastos.

Impedir, nesse momento, que se aproveite plenamente o crédito do ICMS relativo a energia elétrica ou a serviço de comunicação equivaleria a retroceder à época anterior ao antigo ICM, ou seja, à época do Imposto sobre Vendas e Consignações, que, até meados da década de 1960, incidia em cascata sobre as diversas operações em que eram transacionadas as mercadorias, sem direito a qualquer abatimento no imposto devido em cada uma dessas operações. Representaria um duro golpe na empresa nacional, cuja preservação como célula básica da economia, geradora de empregos e de riquezas, exige que o pretendido retorno à incidência em cascata seja repellido com firmeza pelo Congresso Nacional. A supressão necessária está contida na Emenda nº 3, adiante proposta.

Para facilitar a compreensão deste relatório, ao final, transcrevemos, consolidado, o inteiro teor do projeto, já incluídas as emendas por nós oferecidas. Não transcrevemos, porém, o Anexo, por não ter sido modificado.

III – Voto

Em face dos motivos expostos, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa adequação à técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2000-Complementar e, no mérito, pela sua aprovação, com as seguintes emendas:

EMENDA

(Rejeitada após destacada)

Suprima-se, na forma do art. 1º do projeto, a alteração proposta para o § 5º do art. 20 da Lei Complementar nº 87, de 1996.

EMENDA

(Rejeitada após destacada)

Suprimam-se na forma do art. 1º do projeto, a alteração proposta para o inciso II do art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 1996, e a sugerida mediante o acréscimo do inciso IV a esse mesmo artigo.

EMENDA

(Rejeitada após destacada)

Dê-se ao art. 4º do projeto a seguinte redação:

Art. 4º Os saldos credores acumulados na forma prevista nos §§ 1º e 2º do art. 25 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, existentes em 31 de dezembro de 1999 e ainda não compensados ou transferidos até a data da entrada em vigor desta Lei Complementar, podem ser, a requerimento do sujeito passivo, integralmente transferidos a outros contribuintes do mesmo Estado, para compensação parcelada no prazo máximo de doze meses, a critério de cada um dos Estados. Mediante a emissão, pela autoridade competente, de documento que reconheça o crédito.

EMENDA

(Rejeitada após destacada)

Suprima-se o art. 8º do projeto.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2000. – **Ney Suassuna**, Presidente – **José Alencar**, Relator – **Bello Parga** – **José Eduardo Dutra** – **Gilberto Mes-trinho** – **Wellington Roberto** – **Gerson Camata** – **Sérgio Machado** – **Lúdio Coelho** – **Jefferson Péres** – **José Roberto Arruda** – **Eduardo Suplicy** – **Paulo Sérgio** – **Alberto Silva** – **Agnelo Alves** – **Heloisa Helena** – **Ricardo Santos** – **Romero Jucá** – **Freitas Neto** – **Francelino Pereira**.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 48.* Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

Art. 61.* A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Art. 64. A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.

§ 1º O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

Art. 146. Cabe à lei complementar:

I – dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II – regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;

III – estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;

b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;

c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

Art. 155.* Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

XII – cabe à lei complementar:

- a) definir seus contribuintes;
- b) dispor sobre substituição tributária;
- c) disciplinar o regime de compensação do imposto;

d) fixar, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços;

e) excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e outros produtos além dos mencionados no inciso X, a;

f) prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias;

g) regular a forma como, mediante liberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

§ 3º À exceção dos impostos de que tratam o inciso II do **caput** deste artigo e o art. 153, I e II, nenhum outro tributo poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Resolução nº 25, de 2000, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1998, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 30 e ao inciso III do art. 31 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma de apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências; e o Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2000, que institui o dia 8 de julho como o Dia Nacional da Ciência e dá outras providências, cujos pareceres foram lidos anteriormente, ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

* Alterado pela Emenda Constitucional nº 19/98.

* Alterado pela Emenda Constitucional nº 18/98.

* Alterado pela Emenda Constitucional nº 3/93.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2000 – COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)
(Votação nominal)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2000 – Complementar (nº 113/2000 – Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22, tendo

Pareceres favoráveis, sob nºs:

– 611, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e, em separado, do Senador José Eduardo Dutra; e

– 612, de 2000, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Moreira Mendes, com votos contrários dos Senadores Geraldo Cândido, Tião Viana, da Senadora Marina Silva e, em separado, da Senadora Heloísa Helena e abstenção do Senador Sebastião Rocha.

A Presidência esclarece ao Plenário que, durante o prazo único previsto no art. 375, I, do Regimento Interno, não foram oferecidas emendas à proposição perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A matéria constou da pauta de ontem, quando teve iniciada a sua discussão, tendo usado da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Moreira Mendes, José Eduardo Dutra e a Senadora Heloísa Helena, ficando para hoje o prosseguimento de sua discussão.

Em discussão o projeto.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não se trata de matéria de natureza política ou ideológica. Trata-se da invocação do bom senso.

Não há sentido algum em institucionalizar desigualdades salariais entre os Estados da Federação. Isso pode originar guerras salariais, manobras de todo o tipo para atrair empresas ou para que empresas deixem determinados Estados em proveito de outros. Enfim, não há mais nenhuma razão que justifique um projeto como esse. Como disse o Senador José Eduardo Dutra, essa proposta governamental prendia-se à decisão do salário mínimo, que já foi tomada em prejuízo da população trabalhadora. Cessaram os motivos, e o bom senso clama por uma retirada ou por uma negativa, por um voto contrário ao projeto em pauta.

Sr. Presidente, aproveito o ensejo da discussão deste projeto para comentar a decisão tomada ontem pelo Comitê de Política Monetária – Copom. O Copom surpreendeu o mercado, que esperava a manutenção do chamado viés de baixa na taxa de juro básica ou um decréscimo de 0,5%, porque há ainda um certo clima de incerteza no mercado internacional com as possíveis decisões futuras do **Federal Reserve**, do Banco Central americano, aliado à questão dos preços internacionais do petróleo.

Entretanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, baixou o espírito santo no Comitê de Política Monetária. A decisão de reduzir em 1% a taxa básica gera para o Governo Federal uma redução de despesas, só no segundo semestre, da ordem de R\$3 bilhões. Isso ocorre devido a uma simples decisão tomada sob a influência do espírito santo! Realmente, algo extraordinário aconteceu.

Esses R\$3 bilhões seriam suficientes, por exemplo, para cobrir o aumento de despesas com o salário mínimo de R\$177,00, em vez do salário mínimo que foi aprovado ridiculamente. Houve toda aquela resistência por parte do Governo para não elevar o salário mínimo, e, de repente, o Governo compreende a gravidade da situação e reduz a taxa de juros em 1%.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a resolução do Copom foi mais importante do que todo o Plano de Segurança Nacional para o Combate à Criminalidade. Liberar

R\$3 bilhões significa reativar a economia das empresas que estão asfixiadas pelos juros, significa aliviar as despesas do Governo e, por conseguinte, criar possibilidade de repasses do Governo Federal para os Governos estaduais, que estão precisando dramaticamente desses repasses.

Quero citar o caso da minha cidade, o Rio de Janeiro. Pensar em combater eficazmente o crescimento da criminalidade do Rio de Janeiro significa, necessariamente, aumentar os efetivos policiais e os salários dos policiais cariocas. O novo comandante da Polícia Militar do Rio tomou a decisão acertada de colocar na rua aqueles que estavam no trabalho burocrático nos quartéis. Com isso, mil soldados serão integrados ao policiamento ostensivo. Mas, Sr. Presidente, o Rio de Janeiro está precisando de mais de dez mil policiais militares na rua, no policiamento ostensivo, na Capital e de mais uns cinco ou seis mil policiais na periferia e no interior do Estado. Sem aumento de efetivo policial, sem melhoria do policiamento ostensivo, medida mais eficaz contra os assaltos, contra a criminalidade que começa nos assaltos, é impossível se pensar em redução de roubo de carros, assaltos, enfim, crimes cometidos nas ruas. Sem melhoria dos salários também. Como podemos exigir de um policial que ganha R\$300 a consciência, o controle emocional, a pontaria, para, enfim, acertar o alvo correto ao invés de errar, da forma mais lamentável e degradante, como aconteceu no caso do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro. Os policiais ganham essa miséria e estão submetidos a grande tensão, porque travam uma guerra que sabem que dificilmente vencerão. Assim, como exigir dessa polícia um comportamento minimamente eficiente no combate à criminalidade?

Nesse sentido, o plano de combate à criminalidade apresentado pelo Governo é muito bom. Não vamos fazer da crítica ao plano um motivo político de oposição. Vamos aplaudir pelo menos a preocupação, a intenção do Governo de, a longo prazo, melhorar as condições para a segurança do cidadão. Entretanto, no prazo curto e médio, é preciso aumentar o gasto com o social, para prevenir o problema na raiz, e aumentar o gasto com a polícia, não só com o equipamento, mas principalmente com o efetivo. Fala-se muito do equipamento, mas sabe-se que o da polícia do Rio não é ruim. Pelo que conheço, é adequado, internacionalmente considerado bom. O que falta no Rio de Janeiro é um efetivo policial e salário digno para que esses policiais possam ter melhor atuação. E isso requer gastos.

Se o Governo não pode gastar porque o FMI não deixa, há outra solução que só depende dele: a redução das taxas de juros. E temos um exemplo. Baixou ontem o Espírito Santo no Copom, que reduziu a taxa de juros em 1% e liberou três bilhões no segundo semestre, seis bilhões em cerca de um ano. O Copom pode reduzir ainda mais essa taxa, e isso terá efeito sobre a entrada de capital estrangeiro que o Governo quer sempre atrair. Isso obrigará o Governo a tomar outras medidas de natureza cambial, para, enfim, pôr termo à irresponsabilidade que vem sendo cometida nesse setor durante anos.

O caminho certo é este: reduzir juros, ativar a economia, redinamizar as empresas, melhorar o nível de emprego, enfim, criar renda, criar receitas governamentais e reduzir as despesas com a rolagem da dívida, despesas dos encargos financeiros do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais.

Quero ainda comentar que o bom senso clama pela rejeição, liminarmente, sem maiores discussões, do projeto que está em pauta, já que não tem mais sentido algum a diferenciação de pisos, ou seja, o fato de se institucionalizar uma diferença de salários mínimos. Qual o governador que vai ousar elevar o salário mínimo do seu Estado e correr o risco de, no dia seguinte, ver várias empresas deixando o Estado e migrando para outros que não tenham essa exigência? Esse projeto é absurdo, resultou de uma manobra política. Não tem sentido algum, razão pela qual é preciso rejeitá-lo.

Vamos aproveitar a discussão desse projeto para verificar o que está acontecendo com os gastos do Governo Federal e dos governos estaduais. E que a resolução de ontem, de redução das taxas de juros, repita-se na próxima reunião do Copom, já que o melhor instrumento de que o Governo dispõe para combater a criminalidade é a redução das taxas de juros. E enfrentemos o FMI com soberania, com o sentido de interesse nacional.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse projeto, de iniciativa do Governo, nos coloca em uma situação, de certa forma, delicada. Aprecio, como se diz no meu Estado, a coragem da Oposição em dizer, de forma destemida, que vota contrariamente a um projeto desses.

Na Comissão de Assuntos Sociais, quando debatemos esse projeto, votei pela abstenção e anun-

ciei que, no plenário, tinha uma tendência a votar favoravelmente ao projeto, exatamente por reconhecer, naquela oportunidade, que seria bom para alguns Estados se os governadores pudessem estabelecer um piso acima desse salário mínimo aviltante que o Congresso Nacional acatou recentemente de R\$151.

Porém, após a reunião da Comissão de Assuntos Sociais, refleti e pesquisei quais os governadores de Estado manifestaram-se no sentido da determinação, do interesse e da decisão de estabelecer em seu próprio Estado um piso salarial acima do patamar vergonhoso que o Congresso aprovou com a conivência do Governo Federal. Não consegui constatar nenhum. O Senador Edison Lobão está aqui e pode confirmar se a Governadora do Maranhão fez essa opção, porque a imprensa especulou que ela estabelecerá um piso salarial diferenciado para o Estado do Maranhão. O Senador Edison Lobão confirma com a cabeça que é fato. Qual foi o valor, Senador Edison Lobão?

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Cento e setenta e sete reais.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Cento e setenta e sete reais. Pelo menos um Estado propôs, ao contrário do que eu vinha afirmando. Parece-me que o Senador Gilberto Mestrinho também informa que o Governador do Amazonas vai instituir um piso salarial diferenciado. Qual foi o valor, Senador Gilberto Mestrinho?

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – No Amazonas, foi estabelecido o piso de duzentos reais.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Para o Estado do Amazonas foi estabelecido o piso de duzentos reais. Na Bahia também havia uma previsão nesse sentido. Não sei se o Senador Paulo Souto confirma que o Governador também estabelecerá um piso salarial diferenciado.

O Sr. Paulo Souto (PFL – BA) – Foi estabelecido.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Também foi estabelecido um piso salarial diferenciado para o Estado da Bahia.

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Sebastião Rocha, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sim.

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Gostaria que os Senadores que estão se pronunciando falem se isso é piso mínimo ou se é piso salarial de servidor público.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP)

– É piso salarial de servidor público.

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Mas

nesse caso não é necessário um projeto.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP)

– Mas temos que fazer essa distinção, porque o Governador Anthony Garotinho, no Rio de Janeiro, também estabeleceu um piso de servidores em torno de R\$400. Estamos questionando é o piso estadual para todos os empregados, para todos os trabalhadores, que é o que diz a lei. O projeto não menciona piso para servidor público estadual.

Portanto, eu pediria que os Senadores que se manifestaram anteriormente que dessem essa informação ao Plenário, inclusive porque ela é importante para que eu consolide o meu voto. Se, de fato, os Governadores estabeleceram pisos salariais acima desses vergonhosos R\$151 para os trabalhadores nos seus Estados, voto a favor novamente. Retorno à posição inicial e voto favoravelmente ao piso regional, porque não quero prejudicar trabalhador de nenhum Estado onde possa estar havendo um piso salarial mais elevado, já que a lei não impede isso. Se não aprovarmos a lei, não estaremos impedindo os governadores de estabelecerem um piso salarial mais elevado para os servidores estaduais. A ausência da lei não impede que isso seja feito.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Permite V. Exª um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP)

– Ouço o aparte de V. Exª, nobre Senador Gilberto Mestrinho.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Nobre Senador, V. Exª tem razão. No Amazonas, foi estabelecido o piso de R\$200 para o servidor público, mesmo porque os Governadores só poderão estabelecer pisos regionais após a aprovação dessa lei.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP)

– Exato. De fato, temos dificuldade em aprovar um projeto dessa natureza. Se eu votar favoravelmente a esse projeto, irei imediatamente pedir ao Governador Anthony Garotinho que procure, dentro das suas possibilidades, garantir um piso salarial maior para o Rio de Janeiro. No meu entendimento, seria interessante que os Senadores que votarão favoravelmente ao projeto estimulem os Governadores dos seus partidos a apresentar projetos dessa natureza e fazer com que sejam aprovados nas Assembléias Legislativas.

Se isso não ocorrer, estaremos compactuando com o discurso governista de que é possível e bom para o País que os Estados estabeleçam piso acima

do aviltante patamar de R\$151, nivelado quase que somente para os aposentados. Se os partidos em geral, por meio de suas lideranças, aprovarem esse piso hoje e futuramente nada acontecer, será uma desmoralização para o Senado e para o Congresso Nacional.

O Sr. Artur da Távola (PSDB – RJ) – Permite V. Exª um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP)

– Ouço o aparte de V. Exª, nobre Senador Artur da Távola.

O Sr. Artur da Távola (PSDB – RJ) – Senador Sebastião Rocha, V. Exª está agindo de forma precisa ao conclamar que os governadores estabeleçam o piso que, a partir de agora, será possível estabelecer, no entendimento que eles façam com as forças empresariais dos seus Estados. Quero dar-lhe uma sugestão: tenho a impressão de que o Rio Grande do Sul merece um salário mínimo de R\$800. Não dar R\$800 de salário mínimo no Rio Grande do Sul é uma violência contra o trabalhador de um dos Estados mais prósperos da nossa Federação. É um carregado de riqueza graças ao trabalho daquele povo e ao alto nível educacional atingido no Rio Grande do Sul. Considero que V. Exª está a tocar no ponto correto, quando solicita que os governadores façam, cada um, a sua determinação, porque essa foi a grande reivindicação, o grande problema, a grande dor de todos que fomos obrigados a votar favoravelmente a um salário mínimo que, atrelado à questão da aposentadoria, impede de se proporcionar ao trabalhador as condições que ele merece no trabalho, de acordo com produtividade e com as diferenças de categorias. O Rio Grande do Sul, esse Estado exemplar, deve definir o salário mínimo de R\$800, solicitado e clamado pelo brilhante Deputado Paulo Paim, que defende essa tese com uma profunda sinceridade, sem qualquer laivo de demagogia – ao contrário, S. Exª está convencido de que não apenas os trabalhadores do Rio Grande do Sul, mas de todo o Brasil devem chegar até lá. Pelo menos os trabalhadores do Estado dele, que S. Exª deve conhecer muito bem, mesmo não sendo um representante do Rio Grande do Sul. Conclamo, inclusive, a ilustre e brilhante Bancada gaúcha a solicitar do seu Governador o salário mínimo de R\$800. No caso do meu Estado, gostaria de ver o Governador Garotinho dar o piso de R\$400. V. Exª, que é do Partido dele, disse muito bem: "Eu vou conversar com o Governador". Faça-o, Senador. V. Exª tem razão, tem o nosso apoio e terá o apoio da Bancada do Rio de Janeiro no Senado. É justíssimo que os traba-

lhadores do Rio de Janeiro tenham um salário de R\$400. E agora está nas mãos do Governador Garotinho dar esse salário, sem o que a mesma barbaridade vai incidir sobre essa massa trabalhadora do País, infelicitada. O País assistiu à discussão sobre o salário mínimo. Em momento algum, já que aquela discussão era passional, pude intervir. O que é dramático no Brasil não é só o salário mínimo: a política salarial brasileira é, há décadas, uma das mais injustas. Por essa razão – não quero tomar o tempo de V. Exª –, cumprimento-o pela exortação que está a fazer dos governadores para que, a partir da votação dessa lei, cumpram-na, e que o trabalhador brasileiro possa, enfim, ter aquilo por que as oposições têm aqui tanto lutado: salários dignos, elevados, consentâneos com o mérito do trabalhador brasileiro.

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Sebastião Rocha, V. Exª me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Infelizmente, peço ao Senador Sebastião Rocha que conclua, porque a pauta hoje é extremamente longa.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que eminente Senador Artur da Távola que a exortação da qual falou também se refere ao Estado de São Paulo, governado pelo PSDB; ao Mato Grosso; ao meu vizinho e querido Estado do Pará, onde nasci. Pela linha de raciocínio do Senador Artur da Távola, parece que só os Governadores da Oposição, que defendeu um piso salarial maior a nível nacional, é que estariam com a obrigação, com o compromisso inarredável de garantir um melhor salário para os trabalhadores.

Como acredito que, de fato, isso aqui parece mais uma cena de teatro do que uma cena da vida real, realmente não tenho condições de votar favoravelmente ao projeto. No entanto, se o Senado Federal aprová-lo, vou exortar o Governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, e o Governador do Rio de Janeiro, Antony Garotinho, do PDT, para que no meu Estado e no Estado governado pelo meu Partido, os governadores busquem meios para garantir um piso salarial acima dessa vergonha que é o salário mínimo de R\$151.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ). Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero responder a ironia do

Senador Artur da Távola, que fez uma brincadeira, porque S. Exª sabe que não é assim.

O projeto que está sendo discutido somente beneficiará os servidores do Estado. O que o País defendeu foi um salário mínimo para os trabalhadores do Brasil inteiro, incluindo também aqueles que trabalham na iniciativa privada.

Portanto, esse projeto que pretende beneficiar apenas um setor dos trabalhadores, os servidores dos Estados, é uma meia-sola. Naquela época, defendemos um salário melhor para todos os trabalhadores brasileiros e que os governadores não tivessem o poder de privilegiar um setor e deixar outro a descoberto. A maioria dos trabalhadores neste País ganha salário mínimo. Portanto, a maioria dos trabalhadores não terá o salário melhorado. Logo, a provocação do Senador Artur da Távola não é apropriada.

Se aprovarmos esse projeto hoje, vamos experimentar um retrocesso. A partir da Reforma Constitucional de 1926, de conteúdo fortemente centralizador, em razão da trágica experiência de intermináveis intervenções federais para manutenção do pacto federativo, é que a União passa a deter a competência privativa de legislar sobre direito do trabalho (art. 34, item 28, da Constituição de 1981, com as emendas de 1926). Sobre isso, assim escreveu o eminente jurista Mozart Victor Russomano:

A reforma constitucional de 1926, por seu turno, possui especial significado; pela primeira vez, o legislador constituinte fez expressa referência ao direito do trabalho e fê-la para atribuir à União a competência privativa para legislar sobre a matéria. Devemos essa iniciativa ao Congresso de 1926 e, em consequência, tornou-se possível a uniformização das normas sobre o trabalho, bem como seu mais rápido desenvolvimento e progressiva melhoria técnica.

Pela ótica do grande jurista Victor Russomano, o que está sendo discutido hoje é um retrocesso a 1926.

Assim, de acordo com o insigne Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, a outorga à União da atribuição de, privativamente, legislar sobre o Direito do Trabalho tornou possível a uniformização das normas sobre o trabalho, bem como seu rápido desenvolvimento e progressiva melhoria técnica.

Politicamente, isso significou importante medida para a restauração do federalismo e afirmação da nacionalidade.

Nesse passo, cumpre contraditar um argumento que vem sendo muito utilizado para justificar essa proposição. Tanto o Senador Sérgio Machado, como o Senador José Fogaça, ou o Senador Roberto Freire sustentaram, na CCJC, que esse projeto reforça o pacto federativo, quando isso é um engano, conforme se verá mais adiante, a partir da própria experiência brasileira.

A título de introdução, cumpre destacar que, mesmo nos EUA, país em que se pratica o federalismo na sua forma mais exacerbada, desde 1938, ou seja, desde o Governo Roosevelt, há uma legislação federal uniformizadora do salário mínimo: o Fair Labor Standards Act (29 US Code, Chapter 8, 206). Atualmente, essa legislação, aplicável não apenas aos Estados federados, mas também em Porto Rico, Ilhas Virgens e Samoa, estabelece um piso remuneratório unificado em todo o País de US\$5,15 por hora (há regulamentação sobre salário por hora, e não do valor mensal). O salário mínimo horário no Brasil, hoje, é de R\$0,73 (setenta e três centavos de real) por hora, o que significa aproximadamente US\$0,40 (quarenta cents de dólar norte-americano)!

No nosso entender, essa proposição é mais um ato de pirotecnia do Governo Federal em matérias concernentes a direitos sociais, sempre na linha de desconstituição de direitos, como se isso, em longo prazo, viesse a resultar em benefícios para os trabalhadores. Mas, como dizia Keynes, a longo prazo, todos nós já estaremos mortos...

O Presidente da República, que se diz um "progressista" (v. **Folha de S. Paulo**, 01/06/00, 1ª cad., p. 3), quer, em verdade, o retorno à situação anterior a 1926, época em que um "contrato de trabalho não se distinguia de um contrato de locação" (cf. MORAES, Evaristo de. *Apostamentos de Direito Operário*, 2ª ed. São Paulo: LTr, 1971).

Se há algo que caracteriza o período da República Velha é a inexistência de um real pacto federativo. Como já foi dito, as intervenções federais eram rotineiras, e não exceção.

Por esse motivo, votamos contrariamente ao projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça, para discutir.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Pá. 1 discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, este projeto foi amplamente debatido nas comissões. Fiz intervenções na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e na Comissão de Assuntos Sociais e tive agora a honra de ser citado pelo ilustre Senador Geraldo Cândido.

Este projeto é, sem dúvida nenhuma, a salvação da Previdência Social no Brasil; é a garantia mais afirmativa, segura e sólida de que, em poucos anos, os patamares da Previdência Social no Brasil vão mudar positivamente. É a certeza de que o déficit previdenciário, que ainda existe, desaparecerá, e, em breve, os patamares e inclusive o próprio salário mínimo nacional unificado não mais sofrerão essa barreira rígida que lhes é imposta pela Previdência Social.

Hoje, quando se estabelece um salário mínimo nacional – e nacional unificado –, é preciso entender que não existe unificação por cima. Isto é, não é uma lei escrita nos textos jurídicos, mas esta é uma lei da natureza. Não se unificam, não se uniformizam valores por cima. Quando é preciso unificar, uniformizar, igualar, o fazemos por baixo. Isso é extremamente óbvio e absolutamente indiscutível.

Vamos tomar como exemplo São Paulo, que é a cidade mais rica do País, e como exemplo antípoda, contrário, oposto, a cidade mais pobre da região mais pobre do Brasil. Nessa cidade mais pobre da região mais pobre do Brasil, o salário mínimo talvez seja efetivamente de R\$151,00, estando dimensionado, fixado por uma lei que também é imutável numa economia de mercado. O parâmetro do salário mínimo é exatamente aquele que faz não desaparecerem os empregos, ou seja, a sua medida é a preservação e a continuidade dos empregos.

Então, há de se perguntar: qual o salário que pode pagar a Prefeitura mais pobre da região mais pobre do Brasil? Esse salário mínimo, graças a um sistema chamado nacional unificado, vai ter que ser imposto na sua pequenez, no seu nanismo, nos seus valores miseráveis para o resto do País. Por que predomina o valor mais baixo? Porque só se unifica, só se iguala, só se uniformiza por baixo. Ou se vai querer contrariar essa lei dinâmica da economia, dizendo que é preciso uniformizar por cima o piso salarial e o que for fixado para São Paulo, de R\$400 ou R\$500, leve ser aplicado a todas as cidades e Municípios brasileiros, inclusive os mais pobres das regiões mais necessitadas do País?

Ora, se isso vier a ocorrer, há Municípios no interior do Nordeste brasileiro e até em algumas re-

giões do sul do Brasil e Municípios no norte de Minas Geral, enfim, há algumas regiões em condições econômicas realmente dramáticas. E ali, inclusive, a Prefeitura é uma empregadora. É ela que muitas vezes mantém um certo nível de empregos mediante frentes de trabalho, criadas artificialmente só para poder garantir uma renda mínima a determinadas pessoas.

Neste momento, a pergunta é a seguinte: é possível que um salário mínimo absolutamente razoável em São Paulo, absolutamente realista em São Paulo, que é de R\$450,00 por mês e, no Rio de Janeiro, R\$400,00 mensais, possa ser imposto para essa cidade mais pobre para a região mais pobre do Brasil? É evidente que não, é óbvio que não.

O que ocorreria naquela cidade pobre, da região mais pobre com a imposição de um salário mínimo de R\$400,00? O desaparecimento dos empregos; os empregos seriam pulverizados, iriam desaparecer como fumaça. Daí por que insisto e repito: toda uniformização empurra para baixo. Repito: uniformizar significa puxar para baixo o salário mínimo nacional. A média de ganho do trabalhador brasileiro é renivelada por baixo, graças a esse sistema unificado. O salário mínimo único nacional significa o **maximus maximum** da pobreza.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, a forma pela qual podemos romper com esse ciclo é por meio da aprovação desse projeto de lei que estamos aqui votando, examinando e apreciando. Este projeto, tornado lei, permitirá que cada região, de acordo com as suas condições econômicas próprias, crie um salário mínimo regional próprio. Em São Paulo, se alguém procurar um trabalhador para 44 horas semanais, pagando menos de R\$400,00, simplesmente não o encontrará. Não é possível, em São Paulo, pagar menos que isso. Há outras regiões em que os valores são diferenciados.

Agora, imaginem V. Ex^{as} se pudermos ter um salário mínimo de R\$400,00 em São Paulo e no Rio de Janeiro, de R\$300,00 no Rio Grande do Sul, de R\$250,00 na Bahia, de R\$200,00 no Amazonas e assim sucessivamente. Isso vai garantir, em primeiro lugar, um maior patamar de ganho para os trabalhadores não qualificados, para os trabalhadores de baixa renda, ou seja, uma elevação imediata e generalizada do ganho dos trabalhadores no País; em segundo lugar, mas não menos importante, como hoje muitas pessoas assinam carteira com R\$150,00 e pagam, em cima deste valor, os 8% da Previdência, isso não poderá mais acontecer. Por exemplo, no Estado de São Paulo, se o salário mínimo for para R\$400,00, a

contribuição previdenciária federal será calculada, no mínimo, em cima desse valor, porque esse será o piso salarial legal, reconhecido e registrado em São Paulo.

Imaginem, Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, a melhora efetiva que isso propiciará na arrecadação da Previdência. Será uma melhora imediata, sensível, significativa da sua arrecadação. Se aprovarmos esse projeto de lei hoje, em maio do ano que vem, quando se for rediscutir o salário mínimo, o argumento, hoje verdadeiro, de que a Previdência não pode pagar mais do que o que está pagando, não mais existirá. Estaremos destruindo esse argumento hoje se aprovarmos o projeto aqui. Destruímos o argumento de que a Previdência não pode pagar um piso mais elevado. Por quê? Porque essa medida garantirá que os Estados mais ricos, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia – que nos levou a Ford, com pisos mais elevados, dêem uma contribuição maior à Previdência. A contribuição não será de 8% sobre R\$151,00; mas na base dos R\$400,00.

Imaginem V. Ex^{as} qual não será o impacto positivo que isso causará na arrecadação e na solução do déficit previdenciário. Conseqüentemente, no ano que vem, ninguém poderá comentar que a Previdência está quebrada; logo, não poderão aumentar o piso dos aposentados: o salário mínimo.

Para romper esse ciclo negativo, esse círculo vicioso, devemos hoje aprovar essa lei complementar que garantirá a governadores, comunidades e empresários que estudem, em cada Estado, aquilo que a sua realidade econômica lhes permite e propicia.

Evidentemente, é um argumento neoliberal com o qual não concordo; é um neoliberalismo dizer que salários diferenciados levarão empresas daqui para lá. Desculpem-me V. Ex^{as}, mas se trata de uma visão neoliberal com a qual não concordo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2000-Complementar.

Concedo a palavra à Senadora Heloisa Helena para encaminhar a votação.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, como ontem tive a oportunidade de discutir a questão do salário mínimo, não gostaria de voltar ao tema hoje. No en-

tanto, a saudável provocação do Senador Artur da Távola me traz novamente à tribuna.

É evidente que o Senador, de fato, na sua sincera provocação, refletiu, com a mais absoluta objetividade, a intenção do Governo quando apresentou esse projeto. Com total fidedignidade, S. Ex^a refletiu que, de fato, esse projeto é uma manobra demagógica e eleitoreira para descentralizar a tensão, que até então recaía sobre o Governo Federal, repassando-a aos governos estaduais, quebrando a espinha dorsal do movimento unificado dos trabalhadores em torno de um salário mínimo.

Antes de ingressar propriamente no tema, solicito o apoio do Senador Artur da Távola no que diz respeito ao PSDB do Rio Grande do Sul – que inclusive foi o principal entrave, tendo votado contra o projeto encaminhado pelo Governador Olívio Dutra, que estabelecia para os servidores públicos piso de R\$320,00. Trata-se do Partido de V. Ex^a, que acabou, infelizmente, derrotando a proposição naquele Estado.

Mas, com certeza, V. Ex^a e o seu Partido estarão ajudando ao Governador do Espírito Santo da mesma forma como estou fazendo com Alagoas – o meu Estado e o do Presidente Nacional do PSDB –, que tem inclusive os piores indicadores sociais e 60% dos Municípios mais pobres do Brasil. A pior cidade alagoana em efetivas condições sociais é administrada também pelo Partido de V. Ex^a. Entretanto, estou lá, com toda a minha capacidade de luta e de trabalho, prestando auxílio ao meu querido Estado de Alagoas – pouco ajudado pelo Governo Federal, é verdade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje eu estava disposta a falar muito mais sobre o chamado plano de segurança, o chamado plano bala, bola e lâmpada, que trata da segurança pública no Brasil; porém, vou fazer isso pela Liderança em outro momento.

Gostaria de fazer algumas considerações porque, embora saibamos de fato o que está por trás da discussão, nós, do Senado Federal, estamos perdendo a grande oportunidade de escolher – e era pelo que deveríamos primar nesse debate – qual o modelo de federalismo queremos. Ora, nós, do PT, defendemos o unicameralismo, com a extinção do Senado. Mas, se ao Senado cabe representar a Federação, que possamos discutir a matéria à luz de uma questão extremamente objetiva, qual seja, a de saber por qual o modelo de federalismo optamos.

É evidente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que sabemos quais são as alternativas que estão postas em relação à Previdência Social para combater o suposto rombo da Previdência Social e do qual não se apresentam os arrombadores. Sabemos que várias entidades, como a associação nacional que representa os fiscais da Previdência, estão cansadas de mostrar todas as opções existentes: os R\$70 bilhões que são sonegados da Previdência, mais os R\$50 bilhões que o próprio Governo Federal não deposita na sua quota previdenciária, ainda que por força de lei esteja obrigado a fazê-lo.

Só no ano passado saquearam da Previdência cerca de R\$28 bilhões para fazer o tal do ajuste fiscal. É a própria política econômica do Governo Federal que empurra mais de 30% da população economicamente ativa na informalidade. Portanto, é mais problema para a Previdência.

De fato, poderíamos fazer um grande debate sobre que federalismo estamos trabalhando com esse tipo de medida.

Sr. Presidente, alguns Senadores teimam em dizer que não pode haver deslocamento de massas de trabalhadores de um Estado para outro em função dessa política diferenciada. A argumentação é legítima, haja vista os dados das frias estatísticas oficiais que mostram a mobilidade de massas de trabalhadores, a mobilidade populacional, a distribuição espacial dessas populações, inclusive sob o rigoroso aspecto da desigualdade regional.

Infelizmente, apesar de, durante seis anos de governo, o PPA apresentar uma carta de intenções para superar as desigualdades regionais, não alcançou os seus objetivos, porque não foram estabelecidos os mecanismos claros, ágeis, concretos, eficazes. E o que estamos fazendo? Ora, se alguém diz que não vai haver mobilidade de massas de trabalhadores conforme os salários mínimos, os pisos salariais que estejam ou não estabelecidos – por isso tínhamos a obrigação de fazer esse debate –, isso é mais um instrumento em uma incontrolável guerra fiscal que está acontecendo no Brasil.

Sei que alguns Senadores defendem um tipo de federalismo não cooperativo, mas um federalismo competitivo. Mesmo na maior expressão do federalismo competitivo, que são os Estados Unidos, não há esse tipo de prerrogativa em relação aos pisos salariais. É justamente mais um instrumento de uma guerra fiscal incontrolável. Ora, sejamos éticos. É evidente que um determinado Estado da Federação

não vai estabelecer um piso salarial de tal forma alto, como mais um instrumento da guerra fiscal. A capacidade de arrecadação dos Estados está completamente comprometida; o nível de incentivo fiscal que já foi dado para atrair investimentos produtivos inviabiliza determinados Estados a dar mais incentivos. Não tem mais condição. A capacidade de arrecadação dos Estados está no esgotamento em função disso.

Qual vai ser o novo instrumento da guerra fiscal? Justamente o salário mínimo, é evidente. Que Estado vai estabelecer um determinado piso mínimo com o Estado vizinho, sob as mesmas condições, suponhamos, de infra-estrutura e de uma lei de incentivos fiscais? Qual é o novo gancho? Qual é o novo mecanismo de sedução? É o salário mínimo achatado. Essa é a questão que deveríamos discutir.

Exatamente por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Bloco da Oposição vota contra, não apenas em função de entendermos com clareza. Alguns Senadores, até de forma mais sincera, objetiva, clara e transparente, conseguem mostrar, de fato, qual é a intenção do governo. Já mostraram. Já sabíamos, mas graças a Deus, a cada momento, dispõem-se a mostrar isso.

A grande discussão que fazemos é em função desse modelo incontrolável que está acontecendo no País e que vai ser mais um mecanismo da guerra fiscal.

A Oposição vota contra, Sr. Presidente. É evidente que eu não precisaria citar vários exemplos, inclusive nos Estados Unidos, onde há, de fato, como todos nós sabemos, um federalismo competitivo, uma legislação federal que uniformiza, embora isso também esteja acontecendo aqui, porque todo vai ter que aumentar o salário mínimo. É só uma manobra para se livrar da pressão unificada nacionalmente, mas todo ano vai ter que se discutir.

É verdade, está na Constituição. Só que a diferença entre Brasil e Estados Unidos é que o salário mínimo horário no Brasil, hoje, é de 51 centavos de real, portanto, 28 cents de dólar norte-americano. Sabem quanto é o piso remuneratório unificado nos Estados Unidos? 5.15 dólares/hora.

É exatamente por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que nos Estados que estamos governando fazemos um esforço gigantesco – mesmo à luz de uma política econômica e social irresponsável do Governo Federal, que está destruindo, que-

brando parques produtivos inteiros, acabando com a estrutura econômica e social do nosso País – para que nossos trabalhadores possam ser respeitados, como o serão, mas não com esse tipo de medida, infelizmente, demagógica.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para discutir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Não, porque V. Ex^a falou ontem e já expôs o seu ponto de vista.

V. Ex^a deseja encaminhar?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, a Senadora Heloisa Helena disse o que eu gostaria de ter dito. Assim, como já expressei meu ponto de vista ontem, atenderei o apelo de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Artur da Távola, pela Liderança do Governo.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ. Como Líder, para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou me ater ao espírito específico da matéria em relação a qual estamos a votar. Uma pequena recordação: a Constituição Federal, quando trata "Dos Direitos Sociais", art. 7º, dispõe:

IV – Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim".

V – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

A mesma Constituição, em seu art. 22, dispõe:

Compete privativamente à União legislar sobre:

(...)

XVI – organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício das profissões.

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

Quando o legislador, em 1988, votou a competência da União, exatamente pela razão exposta pela Senadora Heloisa Helena, a questão federativa, abriu a perspectiva de que a Federação não ficasse encapsulada num tipo de competência da União que impedisse, conforme situações momentâneas, conjunturais, fazer alterações na legislação mediante lei complementar. Repito o parágrafo único: "Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo."

Portanto, o legislador, ali, anteviu problemas e deixou aberta a possibilidade de algumas soluções em função de conjuntura política. Sabemos que conjuntura política existe. Passam-se os anos, a questão da Previdência torna-se dramática, e o fato de que o mesmo legislador de 1988 houvera, com a melhor das intenções, mas talvez por erro econômico, vinculado a questão da aposentadoria à do salário mínimo, com a falência do sistema de Previdência, evidentemente, e com o peso de tudo que se refira à Previdência na dívida pública, tornou-se inviável fazer-se justiça salarial enquanto a matéria estivesse atrelada à questão da aposentadoria. Isso significa que o País, doravante, tem que ter uma filosofia de ação para o aposentado evidentemente muito melhor do que a que tem hoje, não há dúvida, e uma filosofia para o trabalhador. O que não é possível é ficar um atrelado ao outro, impedindo-se que no campo do trabalho, sobretudo quando a economia se expande, fique, no caso do salário mínimo, tanto urbano quanto rural, tudo amarrado a uma questão que não tem a ver diretamente com isso.

O que pretende a lei complementar? A lei complementar pretende alterar o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22. É o que acabei de ler. Então, o que diz, diferentemente do que foi em certos momentos debatido nesta Casa, o art. 1º?

Art. 1º. Os Estados e o Distrito Federal ficam autorizados a instituir, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, o piso salarial de que trata o inciso V do art. 7º da Consti-

tução Federal para os empregados..." – não é para os servidores, como foi dito aqui – "...que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Ora, aqui se fere uma questão muito mais importante do que pró-Governo ou contra Governo. Aqui se fere a questão de se buscar, com criatividade, de acordo com as diferenças regionais do País, a possibilidade de uma remuneração condigna numa relação entre produção, empresariado, massa trabalhadora. Está-se, pela primeira vez, dando a oportunidade à Federação para que realize o fundamento da idéia democrática e, particularmente, da idéia socialdemocrática. A idéia é a de que a sociedade, em seu entrosamento, mediada pelo Poder Público, seja o verdadeiro instrumento de desenvolvimento, e não apenas o Estado, como sempre se consagrou. Por isso é que as vozes da Esquerda anacrônica insistem em querer que seja o Estado, permanentemente, a única voz autorizada nessa matéria. Digo "Esquerda anacrônica" porque me considero um partícipe da Esquerda contemporânea. Creio que meu Partido até se diminui muito quando aceita – o que não é desonroso, mas apenas não coincide com suas idéias – a posição de um Partido neoliberal, o que ele não é, não está em seu programa, não é o que ele em; ele é um Partido de Esquerda, um Partido da Esquerda moderna, de uma Esquerda que concebe o Estado exatamente como o intermediário, o mediador, e, por vezes, o reitor das questões sociais e não o Estado apenas como factor de ação no campo social.

Estamos a dar um passo no interesse dos trabalhadores, sim. E creio que, curiosamente, é essa matéria é uma vitória do Sr. Luiz Antonio de Medeiros e do PFL, ao qual ele pertence. Essa **new face** do liberalismo – não diria Direita moderna, mas o liberalismo contemporâneo de setores do PFL – se apresenta e deve ser considerada na vida brasileira, porque os setores mais avançados do empresariado não são setores fechados como os setores clássicos do empresariado, que sempre tentaram crescer à custa do trabalho e do suor do trabalhador.

Portanto, estamos tratando de uma matéria de avanço, sob o ponto de vista legislativo e também de avanço do ponto de vista federativo. Razão pela qual, sem nenhuma hipótese de que esteja a fazer qualquer ironia, porque não fiz nem agora nem quando pedi ao Governador Olívio Dutra que enviasse um projeto ao Poder Legislativo, consagrando

os R\$800,00 do salário mínimo, estamos, isto sim, levando à realidade brasileira uma solução jurídica que pode dar.

Sr. Presidente, para concluir, o único ponto que realmente pode haver problemas e que foi citado com muita precisão pelo Senador Roberto Saturnino é o das disparidades que, efetivamente, podem trazer problemas sérios para a Federação. Mas essa matéria, na prática, gradativamente, há de se ir reconstruindo, porque se está legislando com uma transformação importante, significativa e profunda.

Por essa razão, eu ia falar em meu nome próprio, mas o Líder do Governo me fez ser porta-voz da sua opinião, encaminhamos o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem a palavra o Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recusando-me o enquadramento topográfico para discutir essa questão, mesmo porque as contradições, às vezes, são de tal ordem que o enquadramento topográfico é revogado pelas posições. Venho, na condição de Líder do meu Partido, em primeiro lugar, dizer que participamos desta discussão porque é importante para a sociedade brasileira.

Essa sociedade brasileira, Sr. Presidente, como tantas outras no mundo, vive, neste momento, uma situação profundamente paradoxal. Em primeiro lugar, a questão da globalização e da modernização tecnológica invadem todos os países do mundo, sejam eles seus governos topograficamente situados à esquerda, à direita, ao centro, esquerda moderna, esquerda atrasada, direita liberal, enfim, a questão da globalização e da modernização tecnológica é mais ou menos como AIDS: existe, é inevitável e as sociedades terão que conviver com essa situação. No caso da sociedade brasileira, agrava-se, como em tantas outras, pelo perfil de distribuição de renda. A nossa sociedade padece neste momento, no momento em que a sociedade mundial tem como lema de avanço a competitividade; sofremos, porque temos um terço da nossa população marginalizada, não inserida no mercado e, portanto, sem condições de estar inserida neste crescimento que deriva, em alguns casos, da globalização, do avanço tecnológico. Pelo contrário, agrava-se e, em países como o nosso, os governos e a sociedade só têm um caminho a trilhar, que é o caminho de políticas compensatórias. Qualquer governo que queira

atenuar a realidade social, como é a nossa, terá de investir mais em educação, mais em saúde, mais em habitação, procurando ajudar os mais pobres, porque fora disso todos os governos serão impopulares, todos os governos não conseguirão, de forma alguma, avançar em um modelo que aí está e que é inevitável. Só com políticas sociais compensatórias será possível atenuar o quadro que está aí.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, venho participar dessa discussão, como participei da discussão do salário mínimo, entendendo – e volto a repetir que a questão do salário mínimo para o Governo Federal está atrelada única e exclusivamente na repercussão da Previdência. Não há um funcionário público federal recebendo menos do que um salário mínimo. Então, não era esse o problema, e sim a repercussão na Previdência Social.

Esse projeto, no meu entendimento, abstraindo questão ideológica, até porque os governos estaduais estão razoavelmente distribuídos pelas diversas legendas partidárias, entendo que seja um avanço em matéria de distribuição de renda e de política salarial.

Esse projeto obrigará, em cada Unidade da Federação, a se estabelecer um debate envolvendo o Governo do respectivo Estado, a Assembléia Legislativa, a classe empresarial e os trabalhadores. E creio que, estabelecido esse debate em cada Estado, poderemos ampliar o perfil de renda através de política salarial.

Não vejo, portanto não vou aqui propor, com todo o respeito ao Senador Artur da Távola, R\$800,00 para o Rio Grande do Sul, mas creio que o Governador do Rio Grande do Sul, assim como o do meu Estado, deve propor um debate. Por que não? Se o Rio Grande do Sul pode pagar 400 – quem vai pagar é todo o sistema produtivo –, o meu Estado pode pagar 400, 300 ou 200. No meu entendimento, será um avanço. Agora, recusar este projeto e dizer que ele não presta, que é uma manobra governamental é não querer enfrentar a situação. Concorro com o Senador Artur da Távola. Quem disse que dá para pagar mais, mais do que nunca, tem o dever de se engajar neste debate. Por que não? O problema não é nem o de viabilizar as administrações. Quem vai pagar isso é todo o sistema produtivo.

Então, este projeto é um avanço. Não vejo atraso nenhum nele, que retira o discurso e é um desafio para quem quer ficar só no discurso. Não!

Agora, ele estabelece o debate em cada Unidade da Federação, ele divide a co-responsabilidade entre o Governo e a sociedade no que diz respeito à política salarial. Dessa forma, a sociedade avança e, dessa forma, isso poderá se transformar num instrumento de distribuição de renda.

Por isso, Sr. Presidente, em nome do PMDB, votamos favoravelmente a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o nobre Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de dizer que o meu partido contribuiu em muito para a consecução de uma nova fase na questão do salário em nosso País. E o fez de uma maneira aberta, desabrida e, mais, dentro do contexto geral de discussões que se viu na Medida Provisória do Salário Mínimo, algumas posições ficaram absolutas e rigorosamente claras.

A primeira delas é que conseguimos um avanço de maio, do ano passado, para abril deste ano; a segunda é que conseguimos abrir a discussão, no ano de 2001, já não mais para maio nem abril, mas a partir de janeiro – e quem sabe até com características de retroatividade –; a terceira é que abrimos a possibilidade para que o País, também neste campo, afirme-se sob o ponto de vista de federação que sempre desejou ser, sempre quis ser – em certos aspectos o é –, mas sobretudo o é sob o ponto de vista constitucional e institucional.

Com isso, abre-se uma perspectiva, abre-se uma possibilidade, abre-se um contexto novo para que, em cada região do País e ao sabor das necessidades, das possibilidades, haja uma conversação muito aberta em torno da matéria.

Não entendo por que tanta celeuma possa causar, até porque a União Federal, através do presente projeto de lei complementar, não está absolutamente impondo ou tirando, não está dizendo “ficam os Estados obrigados” – e nem poderia fazê-lo, e nem deveria fazê-lo –, nem está também retirando a autonomia; ao contrário, está conferindo autonomia e, em conseqüência, é preciso que se diga que todas aquelas observações do jurista Ives Gandra Martins, que constam da exposição interministerial de motivos ao Senhor Presidente da República, são absolutamente corretas sob o ponto de vista consti-

tucional. Então, não se trata de imposição, não se trata de obrigação; trata-se de uma permissão.

Por essas razões jurídicas e razões de fato também, reconhecendo que se trata de um avanço, o que deseja o Partido da Frente Liberal é um trabalho de resultados, não um trabalhismo desvairado. Nós não estamos aqui para bancar Dom Quixote de La Mancha, enfrentando os moinhos de vento; aqui estamos para, com a razão, acima do coração e muito acima dos pés, decidir de acordo com a nossa consciência e com a melhor brasilidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dizia Lord Keynes que a Economia é uma ciência muito perigosa e aqui, neste plenário, ela se torna perigosíssima, porque as armas que são aqui empunhadas, com tanto denodo, realmente fazem com que fiquemos um pouco receosos do que poderá acontecer a este País.

Ouvi aqui, entre outras coisas que me arrepiam um pouco – não sei se estou gripado ou se é realmente um certo tipo de discussão que me traz calafrio, que há leis naturais, eternas e uma delas seria aquela segundo a qual o salário é o mínimo, não se fixa senão o salário mínimo. Ledo engano.

Quando na Inglaterra, por volta de 1680, houve uma escassez enorme de mão-de-obra, os salários se elevaram tanto, porque os trabalhadores se encontravam – os **yoemen** –, em parte ainda, presos à gleba, ao feudo; ainda não haviam aumentado suficientemente a oferta de mão-de-obra para reduzir os salários, como acontece no Brasil hoje. Naquela ocasião, a legislação inglesa impôs o salário máximo e não o salário mínimo, a fim de evitar que essa demanda por trabalhadores fizesse com que os trabalhadores ingleses conseguissem elevações reais de salário.

De modo que, então, percebemos que este é o campo mais elivado de enganos, de engodos. E eu gostaria apenas de dizer o seguinte: nós estamos realmente iniciando agora uma guerra salarial que se superpõe à guerra fiscal e a outras guerras que acontecem neste País. Essa guerra salarial é altamente perigosa.

De acordo com Armstrong e mais dois companheiros que escreveram um livro chamado *Capita-*

lism Since 1946 – o Capitalismo desde 1946 –, eles mostram aquilo que, para mim, sempre foi evidente: ao contrário do que parece, é o salário mais elevado possível que faz com que a economia incorpore inovações tecnológicas e se desenvolva. O salário baixo é capaz de atrair capital, mas, depois, entra num marasmo, pois não há por que esse capital, esse equipamento, esse **capital equipment**, esse capital constante, como dizia Marx, esse capital-máquina-coisa se renovar, porque a produção pode ser incrementada por meio da contratação de mão-de-obra baratíssima. De modo que aquilo que é de início bom, dinamizador, que aumenta os investimentos, atrai o capital para uma região, que são os salários baixos, congela o processo no momento seguinte. Foi o que aconteceu no Brasil. Agradeço ao Armstrong e aos seus dois companheiros de trabalho pela lembrança que eles trazem em seu livro deste pensamento de Marx que, para mim, é inegável.

Assim, o que vemos agora, para perplexidade nossa, é que aqueles que lutavam, há tão pouco tempo, pelos R\$151,00, míseros reais de salário mínimo, agora se tornam, de repente, tocados pelo amor ao próximo, tocados pelo neo-não-sei-o-quê... Outro dia ouvi um eminente dizer, após voltar de Portugal, que era neo-socialista. Lá em Portugal, um professor disse a ele que a socialdemocracia já acabou no mundo inteiro há muitos anos. Então, ele resolveu dizer que era neo-socialista, mas esse apelido não durou mais e uma semana, não pegou.

Agora, vemos este Governo, que lutou pelos R\$151,00, de acordo com a Teresa Ter-Minassian, do Fundo Monetário Internacional, que disse em Seattle que o salário mínimo no Brasil tinha de ser R\$151,00 e falou isso antes de o Governo do PSDB ter falado. O que sabemos é que realmente não há apenas, aparentemente, uma mudança por parte daqueles que defendem os interesses dos trabalhadores, mas por parte daqueles que se colocam no pólo oposto e que há poucos dias defendia os R\$151,00. Agora parece que estão chorando lágrimas de crocodilo e pretendendo empurrar para os Estados essa possibilidade que eles não aproveitaram quando estavam com a faca e o queijo na mão.

Por que não puseram esse salário em R\$187,00? Por que não puseram esse salário num nível mais digno. Todos sabemos que isso poderia muito bem ser experimentado.

Do meu ponto de vista, o salário mínimo é incompatível com a dinâmica do capitalismo. É impossível dinamizar o capitalismo. O Japão, ao manter um nível elevadíssimo de salário, a partir de 1865, sucateou o seu equipamento antigo, trocando a mão-de-obra cara pelo equipamento mais barato e dinamizando fantasticamente a economia daquele País. E todos os outros países, que experimentaram esse perfil de salário, conseguiram realizar esse trabalho.

Sabemos que há segundas intenções na atitude daqueles que antes defendiam um salário de R\$151,00 e que agora estão muito pródigos com o bolso alheio, fazendo prodigalidade e estabelecendo níveis elevados de salário, às custas do bolso dos Estados, tendo perdido a oportunidade de realizar isso em nível nacional. Se houvesse primeiras intenções e urgência, isso teria sido feito, pelo menos, de acordo com o valor proposto pelo Presidente Antonio Carlos Magalhães de R\$187,00 por mês, e não apenas R\$151,00 míseros reais, como foi fixado por ordem e força do Governo.

Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de lembrar que Fernando Collor de Mello propôs um salário de US\$300 por mês ao final do seu Governo. O Presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que, no encerramento do seu primeiro quadriênio, deixaria o salário mínimo valendo US\$250 por mês. Atualmente, quem fala em US\$100 é chamado de demagogo, e o valor do salário mínimo está em torno de US\$70 miseráveis dólares.

Desse modo, um aumento seria bom para que o Presidente da República fosse considerado menos mentiroso e se aproximasse de sua promessa descumprida.

Era o que eu tinha dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Lauro Campos, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade para encaminhar.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, chama-me atenção a for-

ma como são feitos os encaminhamentos dessa matéria, especialmente pelas palavras dos Senadores José Fogaça e Artur da Távola.

Há fatos aos quais as pessoas não estão atentas. Salvo engano, ontem ou anteontem, o **Jornal da Globo** anunciava o balanço das contas do Governo do mês de maio e demonstrava claramente que, nessas contas, entre o que se arrecadou e o que se gastou, havia um superávit, ou seja, uma sobra de recursos da ordem de R\$3.5 bilhões. Ressaltava a repórter que esse superávit era sem levar em conta o pagamento dos juros do nosso País.

Quando se colocava o pagamento dos juros, o superávit desses R\$3.5 bilhões se transformava em um déficit de R\$5 bilhões, o que significa claramente que, em um único mês, o Governo pagou de juros por sua dívida interna cerca de R\$8.5 bilhões. Essas questões ninguém discute. O salário mínimo não pôde passar de R\$151,00 porque, em um ano, se chegassemos a R\$180,00, aumentaríamos o déficit da Previdência exatamente em R\$2.8 bilhões.

Ora, o superávit fiscal do mês de maio deu R\$3.5 bilhões. Em um mês, pagamos R\$8.5 bilhões, portanto, só de juros daria para cobrir o rombo da Previdência com o salário de R\$180,00 em três anos e isso ninguém leva em conta.

O Senador Artur da Távola diz que o Governo Fernando Henrique nem o PSDB são neoliberais. É um governo socialdemocrata. Parece-me que de socialdemocrata o PSDB só tem o nome porque a prática é totalmente neoliberal. É a prática do fortalecimento do sistema econômico e do enfraquecimento do poder do Estado. Seria bom que o Governo pudesse nos responder algumas questões. Por exemplo, hoje o Governo quer privatizar a hidrelétrica de Tucuruí, a maior hidrelétrica do Brasil, inteiramente nacional. O Governo está fazendo, com recursos próprios, a segunda fase da hidrelétrica de Tucuruí. Vai gastar quase R\$2 bilhões. Ele não conseguiu ninguém da iniciativa privada para fazer a obra. Se o Governo quer privatizar tudo, porque está gastando recursos próprios para executar uma obra que ele vai, em seguida, privatizar? Uma obra que custou aos cofres públicos brasileiros US\$11 bilhões, com mais R\$2 bilhões agora, em torno de US\$1.2 bilhão, vai vender tudo isso por US\$1 bilhão. Pergunto: é um governo desse socialdemocrata? É um governo desse que tenta interferir nas relações capital-trabalho para impedir a exploração abusiva do capital sobre o trabalho? Não, é um governo extremamente neoliberal. Não há resposta a fatos concretos como esses.

Portanto, independentemente da inconstitucionalidade dessa lei e do próprio estabelecimento da medida provisória que criou o salário mínimo de R\$151,00... E é uma desculpa do PMDB dizer que é porque quebrava a Previdência. Não, é porque é obediente ao Governo Fernando Henrique, como é o PFL, como é o PSDB. Tem que fazer o que o Governo manda, sem ter direito de discutir. Ninguém aqui tem o direito de discutir. O Congresso Nacional não tem o direito de dizer se pode ser R\$151,00, R\$160,00, R\$180,00 ou R\$200,00. O Poder Executivo diz: "É R\$151", e acabou! Os Líderes do PMDB, do PFL e do PSDB têm de obedecer. Acabou! É ordem! O Congresso Nacional lamentavelmente deixa de cumprir o seu papel para obedecer as ordens do Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso, um "socialdemocrata" que segue a política do neoliberalismo do Partido da Frente Liberal.

Os trabalhadores brasileiros deveriam pensar nisso, lutar por isso, fazer greve por isso, paralisar o País por isso, como ameaçaram os juizes da nossa Pátria. Se fossem prestar atenção ao que está na Constituição, jamais aceitariam esse salário de R\$151.

O Brasil, infelizmente, sendo potencialmente uma nação das mais ricas do planeta, tem hoje um salário mínimo doze vezes menor que o salário mínimo estabelecido nos Estados Unidos.

A vergonha está aí. O **Correio Braziliense** coloca hoje o Brasil em 122º lugar entre os países do mundo no quesito atenção à saúde da população.

É essa a vergonha que vivemos. Dizer que este Governo não é neoliberal é ficção, é brincadeira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 288, inciso III, a, do Regimento Interno, a matéria depende, para a sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Solicito às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes para dirigirem-se ao plenário, pois teremos votação nominal neste momento.

O Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O encaminhamento de votação está encerrado. Só posso conceder a palavra para orientação de Bancada.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – PE) – Está encerrado porque V. Exª não viu quando levantei a mão, dizendo que queria encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª me desculpe. Se eu soubesse que V. Exª estava aí, não teria tirado a vista de V. Exª.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – PE) Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Popular Socialista, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, encaminhou favoravelmente a votação, argumentando que o salário mínimo é nacional, abre a perspectiva, por questões regionais e setoriais da economia que já estavam abertas, de que possa haver outros pisos salariais.

Determinadas categorias econômicas já não se subordinam ao salário mínimo. Já têm seus pisos salariais determinados por dissídio. O que se abre com este projeto não é nenhuma panacéia. Não vamos imaginar que haverá neste País uma grande melhora e que isso significará algum ganho para a classe trabalhadora, para os assalariados brasileiros. Mas o projeto abre perspectiva de que os Estados possam ter pisos salariais diferenciados em função do seu dinamismo, da sua produtividade e do peso que possam ter as categorias organizadas, tal como hoje é feito na atividade econômica privada, na qual sindicatos mais fortes conseguem ter dissídios coletivos que lhe dão piso salarial muito acima do salário mínimo.

Nesse sentido, o Partido Popular Socialista vota favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, solicito que considere registrado o meu voto por escrito, além da manifestação oral que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª dá como lido o documento que trouxe. V. Exª será atendido.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, está na pauta de hoje do plenário do Senado Federal o PLC nº 19/2000 correspondente a proposta do Governo Federal de autorizar os Estados a legislar sobre a fixação de salários, o que não passa de um artifício destinado a burlar o direito social do trabalhador a ter um salário mínimo que lhe assegure a dignidade.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso editou a Medida Provisória nº. 2.019, de 23-3-00, fixando o salário mínimo em R\$151,00, alegando que seria impossível conceder um reajuste maior, porque inviabilizaria a Previdência. Esse valor dispensa comentários, porque é absolutamente insuficiente, em face do disposto no inciso IV do art. 7º da Constituição Federal: o salário mínimo deve ser capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo.

Assim, tendo em vista as reações ocorridas quando o Governo pretendeu criar, embora até hoje não se saiba se a idéia foi do Presidente do Congresso Nacional, Senador Antônio Carlos Magalhães ou do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, um salário-base específico para a Previdência, que substituiria o salário mínimo, hoje usado como referência para o cálculo de proventos e pensões de doze milhões de brasileiros, os juristas a soldo do Governo tiveram essa brilhante idéia: permitir, através de lei complementar, com fundamento no parágrafo único do art. 22 da Constituição Federal, que os Governadores fixem pisos estaduais superiores ao salário mínimo, para cada categoria profissional, e até para cada região do Estado, conforme já está sendo entendido.

As reações foram imediatas. No Rio de Janeiro, o Governador já fixou o piso de R\$400,00 para o funcionalismo. No Maranhão, a Governadora fixou em R\$175,00 o piso para o funcionalismo estadual, e enviou à Assembléia Legislativa um projeto estendendo esse piso regional à iniciativa privada e ao funcionalismo municipal. O interessante é que a lei complementar ainda não foi aprovada pelo Congresso Nacional, de modo que qualquer lei estadual, fixando pisos salariais, é inconstitucional, porque estará invadindo a competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho, prevista no art. 22, inciso I, da Constituição Federal.

O projeto do Governo vem sendo defendido pelo Ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, que afirma que os Governadores terão autonomia para criar mais de um piso salarial dentro do Estado, levando em conta as diferenças econômicas regionais e das categorias profissionais.

Todavia, tenho divergência desse e de outros arautos do Governo, porque a prevalecer essa idéia, dentro de algum tempo, esses pisos estaduais estarão vigorando em todo o Brasil e somente estarão excluídos de sua incidência os trabalhadores que tenham piso salarial fixado por acordo coletivo de trabalho, ou por lei federal, além, é claro e evidente, dos doze milhões de aposentados e pensionistas. Saltam aos olhos as inconstitucionalidades. Primeiro, a da Medida Provisória que fixou valor muito inferior ao da previsão constitucional. Depois, a da proposta de Lei Complementar que com evidente desvio de poder permite os pisos estaduais, ou permitirá, caso seja aprovada pelo Congresso Nacional, porque é claro seu objetivo de alcançar fins diversos ou contrários àqueles previstos na Constituição.

Ora, a questão do piso salarial foi oriunda da crescente perda do caráter liberal de muitas profissões, que passaram a ter parte substancial de seus contingentes engajada em relações trabalhistas, e para evitar que estas mesmas profissões, em regra de nível universitário, sofressem uma degradação salarial não compatível com a sua condição, fez com que passassem essas profissões a reclamar salários específicos, a constituírem-se em pisos para suas categorias. Historicamente há diversos exemplos de salários profissionais, ou seja, piso de um salário específico para determinada profissão. Os médicos a receberam por meio da Lei nº 3.999/61, e os radialistas pelo Decreto-Lei nº 7.984/45.

As diferenças que surgem claras são: o piso salarial não é voltado ao trabalho sem qualificação profissional; ele tem de ser específico para as profissões que pretende beneficiar. Demanda, ainda, que se leve em conta a qualidade desse trabalho e, sobretudo, a sua complexidade. Feitas essas distinções senhor Presidente, cumpre esclarecer que não pode o governo federal autorizar Estados a legislar sobre salário mínimo, pois este requer que seja "unificado nacionalmente".

Não tenho dúvidas de que haverá contravenção à Constituição se os Estados, nada obstante terem sido autorizados a legislar sobre pisos salariais,

venham na prática a fazê-lo de forma fraudulenta, definindo o que seria um piso único para qualquer trabalho, em todo o Estado, confundindo propositamente piso salarial e salário mínimo.

Além do mais senhoras e senhores Senadores, a bem da verdade a proposta dos pisos regionais, além de inconstitucional, é imoral, porque não passa de uma jogada, ou de um artifício, dolosamente destinado a torcer o texto constitucional, para resolver um problema político, que não foi possível resolver pela desvinculação do salário mínimo dos pagamentos da Previdência, porque para os trabalhadores das diversas categorias profissionais, serão fixados pisos específicos, em cada Estado, mas os aposentados, esses estarão condenados a receber o salário mínimo de R\$151,00, fixado pelo Governo. De qualquer maneira, o mais ridículo é que já existe a esperança de que, em janeiro de 2001, seja concedido mais um reajuste para o mínimo, talvez de dez reais.

O § 5º do art. 201 da Constituição Federal assegura que nenhum benefício terá valor mensal inferior ao salário mínimo. Como não foi possível revogar explicitamente essa norma, pela reação que a idéia provocou, os juristas do Governo imaginaram esse "jeitinho", na interpretação do art. 7º da Constituição Federal, que consiste basicamente em esquecer a norma constitucional que determina que o salário mínimo será nacionalmente unificado e, naturalmente, em dizer que o piso salarial não se confunde com o salário mínimo.

A Constituição Federal dispõe, em seu art. 7º, que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais: o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado (inciso IV) e o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho (inciso V). Como o legislador constituinte esqueceu de deixar bem claro que a fixação do piso salarial não poderia ser utilizada para desvirtuar a determinação de que o salário mínimo deverá ser nacionalmente unificado, os juristas do governo criaram essa fórmula, salvadora para as contas da Previdência, mas fatal para os aposentados e pensionistas. Quem não concordar, que recorra ao Judiciário, e espere dez anos, se possível.

É triste que uma solução desse tipo seja apresentada como jurídica, primeiro porque ao Estado cumpre o dever indeclinável de sinalizar à sociedade o exemplo do respeito à lei e à Constituição, e depois porque esse artifício jurídico atingirá em particular os estratos mais empobrecidos da sociedade, a mai-

oria dos doze milhões de aposentados que não terão como sobreviver com um salário mínimo cada vez mais defasado, especialmente porque a fixação de pisos estaduais, bem maiores do que o mínimo, realimentará a inflação.

Antes da vigência da Constituição Federal de 1988, o salário mínimo era regionalizado, o que permitia sua fixação de acordo com a realidade econômica de cada Estado. Mas hoje, nos termos do inciso IV do art. 7º do Estatuto Federal, ele deverá ser o mesmo em todo o País. O Governo vem encontrando, nos últimos anos, sérias dificuldades para a fixação desse valor, o que tem sido feito através de medidas provisórias, sucessivamente reeditadas, com a conivência do Congresso Nacional, que ainda não conseguiu estabelecer os necessários limites a essa atividade legislante exacerbada do Presidente.

O maior problema prático enfrentado pelo Governo para o aumento do salário mínimo é o das contas da Previdência, porque o parágrafo 5º do art. 201 da Constituição Federal assegura que nenhum benefício terá valor mensal inferior ao do salário mínimo, e como doze milhões de aposentados e pensionistas recebem esse valor, seu aumento inviabilizaria a Previdência. Por essa razão, o Governo tentou, no ano passado, desvincular o valor dos benefícios previdenciários, através da criação de um salário-base específico, o que somente não foi feito em decorrência das reações contrárias a esse verdadeiro atentado contra os doze milhões de brasileiros que sobrevivem com os benefícios que lhes são pagos.

Por isso senhor Presidente, senhoras e senhores Senadores, hoje diante deste quadro de apologia à fraude, é importante a demonstração de que o Congresso Nacional é a Casa do Povo, e com responsabilidade e independência também determina os rumos do País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, o PMDB encaminha o voto "sim".

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, o Bloco encaminha o voto "não".

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Sr. Presidente, o PSB encaminha o voto "não".

O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, o PSDB encaminha o voto "sim".

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, o PFL encaminha o voto "sim".

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Sr. Presidente, ao encaminharmos o voto "sim", peço licença a V. Exª para reiterar a solicitação de que os Senadores compareçam ao plenário para a votação nominal. Além desta matéria, há outros itens que precisam de votação nominal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência esclarece que a aprovação desta matéria exige **quorum** qualificado, sendo necessário que haja pelo menos metade da composição da Casa e não metade dos Senadores presentes. É necessário metade mais um do total de membros da Casa.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço desde logo a compreensão de V. Exª. Como houve um período de discussão e de encaminhamento bastante longo e como estamos numa sessão atípica, devido ao tempo, vários Senadores, em função de compromissos em Ministérios ou mesmo em seus gabinetes, retiraram-se do plenário com o compromisso de retornarem no momento da votação nominal. Além das campanhas que V. Exª acionou, estamos fazendo a convocação, e tenho a impressão de que, em poucos minutos, estaremos com o **quorum** qualificado. Por isso, agradeço a compreensão de V. Exª por aguardar mais alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Mesa compreende e participa da preocupação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Solicito às Srªs e aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa para dirigirem-se ao plenário, pois estamos tendo votação nominal neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Antes de anunciar o encerramento da votação, convindo, mais uma vez, os Senadores que estiverem em seus gabinetes a virem ao plenário.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para confirmar, encaminhamos o voto "sim". Um ou outro Senador pode ter tido alguma dúvida e ainda há tempo de fazer a correção.

O voto é "sim", favorável ao projeto.

(Procede-se à apuração)



Senado Federal

VOTAÇÃO NOMINAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2000 - COMPLEMENTAR

AUTORIZA OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL A INSTITUIR O PISO SALARIAL A QUE SE REFERE O INCISO V DO ART. 7 DA C.F.

Nº Sessão: 1

Nº vol.: 1

Data Início: 21/06/2000

Hora Início: 17:32:18

Sessão Data: 21/06/2000

Hora: 14:30

Data Fim: 21/06/2000

Hora Fim: 17:44:18

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSR	PA	ADEMAR ANDRADE	NÃO	BLOCO	AP	SEBASTIÃO ROCHA	NÃO
PMDB	RN	AGNELO ALVES	SIM	PMDB	PB	WELLINGTON ROBERTO	SIM
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM				
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM				
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO				
PTB	MG	ARLINDO PORTO	SIM				
PSDB	RJ	APIUR DA TAVOLA	SIM				
PFL	MA	BELLO PARGA	SIM				
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	SIM				
PFL	TO	CARLOS PATROCÍNIO	SIM				
PTB	PE	CLODOALDO TORRES	SIM				
PFL	BA	DJALMA BESSA	SIM				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM				
BLOCO	SP	EDUARDO SUPUCY	NÃO				
BLOCO	RS	EMÍLIA FERNANDES	NÃO				
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	SIM				
PFL	PI	FREITAS NETO	SIM				
BLOCO	RJ	GERALDO CÂNDIDO	NÃO				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM				
BLOCO	AL	HELOISA HELENA	NÃO				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	SIM				
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM				
BLOCO	AM	JEFFERSON PERES	SIM				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM				
PMDB	MG	JOSÉ ALENCAR	SIM				
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	NÃO				
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM				
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	SIM				
PFL	MS	JUVÊNIO DA FONSECA	SIM				
BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	NÃO				
PPB	TO	LEOMAR GUNTANILHA	SIM				
PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	SIM				
PSDB	MS	LÚCIO COELHO	SIM				
	PA	LUIZ OTÁVIO	SIM				
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM				
PFL	RO	MOREIRA MENDES	SIM				
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	SIM				
PPS	ES	PAULO HARTUNG	SIM				
PFL	BA	PAULO SÓLITO	SIM				
PSDB	SP	PEDRO PIVA	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM				
PFL	MA	RIBAMAR FIGUEIRE	SIM				
PSDB	ES	RICARDO SANTOS	SIM				
PPS	PE	ROBERTO FREIRE	SIM				
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	SIM				
PSB	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO				
PFL	SP	ROMÉU TUMA	SIM				
PMDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	SIM				

Presd: GERALDO MELO

1ª Sec:

2ª Sec:

3ª Sec:

4ª Sec:

Operador: HEITOR LEDUR

Votos SIM: 45

Votos NÃO: 10

Total: 55

Votos ABST: 0

Emissão em 21/06/2000 - 17:44:19

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Votaram SIM 45 Srs. Senadores; e NÃO 10 Srs. Senadores.

Não houve abstenção.

Total de votos: 55

Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2000-Complementar.

A matéria vai à sanção

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 19, DE 2000-COMPLEMENTAR**

(Nº 113/2000 – Complementar, na Casa de origem)
De iniciativa do Presidente da República)

Autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal ficam autorizados a instituir, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, o piso salarial de que trata o inciso V do art. 7º da Constituição Federal para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

§ 1º A autorização de que trata este artigo não poderá ser exercida:

I – no segundo semestre do ano em que se verificar eleição para os cargos de Governador dos Estados e do Distrito Federal e de Deputados Estaduais e Distritais;

II – em relação à remuneração de servidores públicos municipais.

§ 2º O piso salarial a que se refere o caput poderá ser estendido aos empregados domésticos.

Art. 2º Esta lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Item 2:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 20, DE 2000**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64,

§ 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2000 (nº 2.549/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe

sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, tendo

Pareceres favoráveis sob nºs:

– 649, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francelino Pereira, com abstenção do Senador José Eduardo Dutra; e

– 650, de 2000, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Romero Jucá, com votos contrários do Senador Geraldo Cândido e da Senadora Emilia Fernandes, e, em separado, da Senadora Heloísa Helena.

A Presidência esclarece ao Plenário que, durante o prazo único, previsto no art. 375, inciso I, do Regimento Interno, foram oferecidas vinte emendas à proposição, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que, não acatadas pela Comissão, somente serão submetidas ao Plenário nos termos do art. 124, inciso III, do Regimento Interno, mediante interposição de recurso, subscrito por um décimo dos Membros do Senado Federal.

Nesse sentido, há sobre a mesa recursos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes:

RECURSO Nº 12, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do inciso III do art. 124 do Regimento Interno, a votação da Emenda nº 17, ao PLC nº 20/2000.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **Heloísa Helena – Roberto Saturnino – Geraldo Cândido – Antonio Carlos Valadares – Emilia Fernandes – Jefferson Péres – José Eduardo Dutra – Sebastião Rocha – Paulo Hartung.**

RECURSO Nº 13, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do inciso III do art. 124 do Regimento Interno, a votação da Emenda nº 18, ao PLC nº 20/2000.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **Heloísa Helena – Roberto Saturnino – Geraldo Cândido – Antonio Carlos Valadares – Emilia Fernandes – Jefferson Péres – José Eduardo Dutra – Sebastião Rocha – Paulo Hartung.**

RECURSO Nº 14, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do inciso III do art. 124 do Regimento Interno, a votação da Emenda nº 19, ao PLC nº 20/2000.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **Heloisa Helena – Roberto Saturnino – Geraldo Cândido – Antonio Carlos Valadares – Emilia Fernandes – Jefferson Péres – José Eduardo Dutra – Sebastião Rocha – Paulo Hartung.**

RECURSO Nº 15, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do inciso III do art. 124 do Regimento Interno, a votação da Emenda nº 20, ao PLC nº 20/2000.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **Heloisa Helena – Roberto Saturnino – Geraldo Cândido – Antonio Carlos Valadares – Emilia Fernandes – Jefferson Péres – José Eduardo Dutra – Sebastião Rocha – Paulo Hartung.**

RECURSO Nº 16, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do inciso III do art. 124 do Regimento Interno a votação da Emenda nº 13, ao PLC nº 20/2000.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **Heloisa Helena – Roberto Saturnino – Geraldo Cândido – Antonio Carlos Valadares – Emilia Fernandes – Jefferson Péres – José Eduardo Dutra – Sebastião Rocha – Paulo Hartung.**

RECURSO Nº 17, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do inciso III do art. 124 do Regimento Interno, a votação da Emenda nº 15, ao PLC nº 20/2000.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **Heloisa Helena – Roberto Saturnino – Geraldo Cândido – Antonio Carlos Valadares – Emilia Fernandes – Jefferson Péres – José Eduardo Dutra – Sebastião Rocha – Paulo Hartung.**

RECURSO Nº 18, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do inciso III do art. 124 do Regimento Interno, a votação da Emenda nº 16, ao PLC nº 20/2000.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **Heloisa Helena – Roberto Saturnino – Geraldo Cândido – Antonio Carlos Valadares – Emilia Fernandes – Jefferson Péres – José Eduardo Dutra – Sebastião Rocha – Paulo Hartung.**

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – As Emendas de nºs 13, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, objeto dos recursos que acabam de ser lidos, serão submetidas à deliberação do Plenário sem discussão, nos termos do art. 124, inciso III, *in fine* do Regimento Interno.

Cópia dos recursos e das emendas encontram-se à disposição dos Srs. Senadores nas respectivas bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Passa-se à discussão do projeto, em turno único.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra à Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Melo, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de saber se o rito desta sessão será igual ao de ontem, em que os autores dos destaques poderão fazer uso da palavra para defender a emenda. Se o procedimento for mantido, não vou tratar das emendas agora, assim como a Senadora Emilia Fernandes, que está encabeçando o destaque. Se não for, mantereí a discussão sobre o projeto global e incorporarei minha discussão sobre as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O procedimento adotado na sessão de ontem será repetido na sessão de hoje, por ser essa a disposição regimental.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fizemos um esforço muito grande para, de alguma forma, contribuir para o aperfeiçoamento da estrutura de recursos humanos das chamadas agências reguladoras. Apresentamos várias emendas que traziam questões desde aquelas relacionadas ao caráter da constitucionalidade ou não, em relação à nomeação de pessoal por regra que não seja a já prevista na Lei nº 8.112, de 1990, que trata do Regime Jurídico Único, tendo em vista a natureza das atividades da Agência, que seja concurso público.

Fizemos um esforço igualmente gigantesco no sentido de trazer alguns instrumentos específicos de avaliação de desempenho dos servidores, bem como

no sentido de tratar a discussão dos fundos de pensão dos empregados das estatais.

Infelizmente, Sr. Presidente, nenhuma das emendas foi aceita. Tivemos a oportunidade, ontem, de deixar claro que nenhuma desculpa regimental pode ser bem-vinda ou acatada, mesmo porque temos a obrigação de conhecer muito bem o Regimento Interno. Estamos adiantados nos prazos que essa matéria precisa ter na Casa, além de conhecermos os prazos a serem cumpridos pela Câmara. Portanto, ainda este mês, antes do recesso, poderíamos dar conta dessa matéria. Mas nada disso foi acolhido.

Começarei agora a tratar de três emendas que poderão ser acolhidas pelos Srs. Senadores. São emendas que, de fato, modificam o art. 39, revogando artigos e parágrafos de outra lei, os quais determinavam um mínimo necessário de moralidade pública. Não estamos nem discutindo o papel do Estado e dessas agências reguladoras. Estamos ao menos tentando, com as nossas emendas, impedir que sejam revogados artigos – Emendas 13, 15 e 16 –, como o art. 39, imposto pela referida lei, que, cheio de números, confunde as nossas cabeças. Nós conseguimos decifrar os mistérios de tantos números, parágrafos, artigos e leis. Quanto à legislação que estamos avaliando agora, se não forem acolhidas as emendas, serão suprimidos dispositivos que propugnam pela moralidade pública, como é o caso do art. 28, que veda – convém ressaltar – ao conselheiro da Anatel ter interesse direto ou indireto em empresa relacionada com telecomunicações. Imaginem a gravidade! Uma determinada personalidade, dono de uma empresa que tenha interesse direto ou indireto na área de telecomunicação. Pelo art. 28 da Lei nº 9.472, era vedado. Agora, esse artigo está sendo revogado. Um princípio fundamental de moralidade pública está sendo revogado, e nós estamos implorando, quase que de joelhos, pedindo por Nossa Senhora, por qualquer santo em que alguém aqui acredite, que preservem esse princípio fundamental de moralidade pública.

O art. 39 do projeto está revogando artigo da lei anterior da Anatel que versava sobre a vedação de conselheiro detentor de negócios diretamente relacionados a sua área de atuação.

Está proposto, então, num único artigo deste projeto, numa salada horrorosa e vergonhosa, a retirada de tudo aquilo que garantia o princípio de moralidade pública. Tiraram tudo! Está sendo retirado, Senador Paulo Hartung, o art. 31 da mesma lei, que dispõe que "o Presidente do Conselho Diretor da Anatel será nomeado pelo Presidente da República dentre

os seus integrantes, vedada a sua recondução". Já o art. 13 da Lei 9.478, que é a Lei do Petróleo, se revogado for, estará permitindo que ocupe o cargo de diretor da Agência Nacional de Petróleo pessoa que mantenha ou tenha mantido nos doze meses anteriores à data do início do mandato vínculos com empresa que explore qualquer das atividades integrantes da indústria de petróleo ou de distribuição.

Ora, tal qual no sistema financeiro, é imperioso manter clara a distinção entre a condução de políticas de defesa dos cidadãos e os interesses particulares dos diretamente responsáveis por referida condução.

Manter o dispositivo da Lei nº 9.478/97 é necessário e fundamental para preservar a moralidade na gestão pública. A Constituição diz que é crime contra a administração pública não haver impessoalidade.

Sei que é um exercício inglório, às vezes, mas ainda estou fazendo esse pedido. Mesmo sabendo que existem os testas-de-ferro, que existe alguém que não tem vínculo, mas que é amigo do que tem vínculo, e, efetivamente, o tráfico de influência funciona, tirar algo que garante o mínimo de independência é demais.

Nesse mesmo sentido, estamos apresentando as Emendas 15 e 16 para que se acrescentem os artigos onde couberem, pelo amor de Deus ou de qualquer santo. Se a moralidade pública, se os instrumentos da Constituição, se o respeito ao estado de direito e à ordem jurídica vigente não puderem sensibilizar, vamos ter que perguntar qual é o santo de cada um, para ver se isso sensibiliza. Estamos solicitando que se acrescentem, onde couber, os seguintes artigos:

1 – Aos Conselheiros e Diretores é vedado o exercício de qualquer outra atividade profissional, empresarial, sindical ou de direção político-partidária, salvo a de professor universitário, em horário compatível".

2 – Está impedido de exercer cargo de Conselheiro ou Dirigente a pessoa que mantenha ou haja mantido, nos 12 meses anteriores à data do início do mandato, um dos seguintes vínculos com empresa que explore qualquer das atividades integrantes dos setores sob regulação da agência: acionista ou sócio da respectiva empresa controladora, administrador, sócio-gerente ou membro do conselho fiscal, empregado, ainda que o respectivo contrato de trabalho esteja suspenso, inclusive da empresa controladora.

Sr. Presidente, acolho a orientação de V. Exª, que sinaliza que o meu tempo já está esgotado. O Bloco encaminha o voto contra, porque, infelizmente, sem serem acolhidas essas emendas, é impossível votarmos esta matéria. Para que possamos continuar respeitando a democracia, o estado de direito, os princípios que norteiam a administração pública, aquilo que

está definido no Código Penal como crime contra a administração pública, aquilo que é imperioso na Constituição, estamos pedindo, por favor, que seja mantido. Tudo isso é fundamental para aquilo que muitos ontem aqui denominavam de independência. Como se configura a independência desse jeito?

Sr. Presidente, voltarei ao assunto na hora da discussão dos destaques das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª tem a palavra.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS. Para um esclarecimento. Sem revisão da oradora.) – Também entramos com alguns recursos. Pergunto a V. Exª se a discussão outros recursos ou especificamente dos encabeçados pela Senadora Heloísa Helena, que também subscrevemos, poderia se dar nesse momento ou se poderíamos falar agora sobre essa pauta e, logo depois, sobre os recursos que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência encerrou a discussão. Os requerimentos serão lidos e comunicados à Casa no momento oportuno. Nessa ocasião, V. Exª, como autora de alguns dos recursos, terá assegurada a palavra.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, requerimentos de destaque para votação em separado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 366, DE 2000

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 13, ao PLC nº 20/2000.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **Heloísa Helena**.

REQUERIMENTO Nº 367, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 15, ao PLC nº 20/2000.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **Heloísa Helena**

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 16, ao PLC nº 20/2000.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **Heloísa Helena**.

REQUERIMENTO Nº 369, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 17, ao PLC nº 20/2000.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **Emília Fernandes – Heloísa Helena**.

REQUERIMENTO Nº 370, DE 2000

Requeiro nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 18, ao PLC nº 20/2000.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **Emília Fernandes – Heloísa Helena**.

REQUERIMENTO Nº 371, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 19, ao PLC nº 20/2000.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **Emília Fernandes – Heloísa Helena**.

REQUERIMENTO Nº 372, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 20, ao PLC nº 20/2000.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **Emília Fernandes – Heloísa Helena**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – As Emendas nºs 13, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 serão submetidas à deliberação do Plenário, sem discussão, nos termos do art. 124, III, *in fine*, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 373, DE 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 315, combinado com o inciso III do art. 279 do Regimento Interno, requeiro adiamento da votação do Projeto de Lei da Câmara nº 20 de 2000, a fim de ser feita na sessão de 26 de junho de 2000.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **José Roberto Arruda.**

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Em votação o requerimento lido, de adiamento da votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

A matéria constará da Ordem do Dia para votação na sessão deliberativa de 26 de junho.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Tem a palavra V. Ex^a.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, indago de V. Ex^a se a palavra me será garantida na hora da discussão dos recursos que apresentamos?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Perfeitamente, Excelência. Dar-se-á sequência a todos os atos que ocorreriam na apreciação da matéria e dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sr^{as} e Srs. Senadores, em virtude da extensão da pauta de hoje e de, como se observa, estarmos com **quorum** suficiente para votar, mas ainda baixo para votação de propostas de emendas à Constituição, a Presidência retira da pauta de hoje os Itens 3, 4 e 5 e os designa para a Ordem do Dia de segunda-feira.

São os seguintes os itens retirados:

Item 3:

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 24, DE 1999**
(Votação nominal)

Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Lúcio Alcântara, que dá nova redação à alínea "c" do inciso I

do art. 12 da Constituição Federal (nacionalidade brasileira), tendo

Parecer sob nº 589, de 2000, da Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Amir Lando, oferecendo a redação para o segundo turno.

Item 4:

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2000**
(Votação nominal)

Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Bernardo Cabral, que dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 73 da Constituição Federal (preenchimento de cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União por auditores), tendo

Parecer favorável, sob nº 559, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Amir Lando.

Item 5:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 124, DE 1999 – Complementar
(Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 1999 – Complementar, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que estabelece normas de acesso ao SIAFI – Sistema de Administração Financeira – e outros sistemas de informações de órgãos públicos, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 395, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Rezende, favorável nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que oferece; e

Pareceres da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Roberto Saturnino, sob nºs:

– 978, de 1999, (em audiência, conforme Requerimento nº 548/99), favorável ao Projeto e à Emenda nºs 1-CCJ (Substitutivo), com Subemendas nºs 1 e 2-CAE que apresenta; e

– 566, de 2000, (em reexame, nos termos do Requerimento nº 190/2000), favorável, nos termos dos Pareceres anteriores, com Subemendas nºs 3 a 6-CAE.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Item 6:**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 8, DE 2000**

(Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 342, de 2000)
(Tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 18, de 2000)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 8, de 2000, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que autoriza os Municípios a contratarem operações de crédito com a Caixa Econômica Federal, destinadas à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal, tendo

Parecer sob nº 644, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Roberto Saturnino, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição do Projeto de Resolução nº 18, de 2000, com o qual tramita em conjunto.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, farei uma rápida colocação sobre o item da pauta que entra em discussão.

Temos, se não me engano, sob exame deste Plenário dois projetos: um, de autoria do Senador Jorge Bornhausen; e outro, de autoria do Senador José Roberto Arruda; todos dois tratando do mesmo tema.

Sr. Presidente, eu queria, fazendo uma pequena brincadeira com o Senador Paulo Souto, dizer a S. Exª que, quando cheguei a esta Casa, propus Resolução idêntica. Como, naquela época, o Senador Paulo Souto votava com o Governo e o Governo votava com o Senador Paulo Souto, o meu projeto recebeu parecer pela rejeição. Infelizmente, perdemos todo esse tempo.

Este é um importante projeto no sentido da flexibilização da concessão de um crédito de boa qualidade, um crédito para um programa de modernização das administrações tributárias e para os programas sociais dos municípios.

Originalmente, o Senador Jorge Bornhausen apresentou um projeto para viabilizar um programa da Caixa Econômica Federal que tem origem no Ministério da Fazenda. A instituição multilateral que irá financiar esse programa ainda não fechou o respectivo acordo com o Ministério da Fazenda. Todavia, esse é um programa que existe no BNDES, criado no período em que eu estava à frente da Diretoria Social daquela instituição. Assim, quando o Senador Roberto Saturnino foi relatar o projeto, sugeri verbalmente a S. Exª que incluísse o PMAT – Projeto de Modernização da Administração Tributária do BNDES, sugestão essa que S. Exª acabou por acatar. Posteriormente, foi retirado da Caixa, ainda que, seguramente, seja colocado no futuro.

Sr. Presidente, quero apenas dizer que se trata de um programa importante, que pode fazer com que a arrecadação dos municípios cresça, tanto do IPTU como do ISS. Na medida em que se consiga dinheiro para melhorar o Cadastro dos Municípios, pode-se investir em equipamentos, em máquinas, em computadores, em treinamento de fiscais, podendo significar esse aumento de receita uma injeção maior de recursos em políticas sociais, como educação, saúde, urbanização de favelas e outros programas.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Concedo-me V. Exª um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Com prazer ouço o aparte de V. Exª.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Serei breve, Excelência. Eu não queria deixar passar a oportunidade de dar o meu testemunho. Apresentei parecer favorável ao projeto, incluindo, por sugestão de V. Exª, o BNDES, porque testemunhei o resultado importante do programa no Município Niterói. Eu estava à testa, à frente da Agência de Desenvolvimento de Niterói, quando, tendo notícia desse programa do BNDES, procurei o então Diretor do Banco, Dr. Paulo Hartung, que me explicou as diretrizes gerais. V. Exª era o idealizador, enfim, o coordenador do programa. Niterói pleiteou, conseguiu o financiamento e obteve um resultado importantíssimo no crescimento das suas receitas, fruto exclusivamente da racionalização possibilitada por esse tipo de financiamento. Dessa forma, com fundamento nesse exemplo concreto que conheço e que vivi, dei o meu parecer com muito entusiasmo, até porque penso que esse programa pode possibilitar aos municípios do Brasil, como um todo, um grande aperfeiçoamento nas suas arrecadações. Lamentavelmente, tivemos que tirar a Caixa Econômica Federal, haja vista que ela ainda não dispõe dos recursos. Contudo, o fato de abrimos autorização

para o BNDES significa que esse programa terá continuidade, ficando para o ano próximo, quando for assinado o contrato da Caixa Econômica Federal com o BID, certamente, a aprovação do projeto de autorização também para aquela importante instituição de crédito.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Acolho o aparte de V. Exª com muita satisfação.

Queria dizer, Sr. Presidente, que esse é o tipo do projeto que, de certa forma, caminha em direção inversa a essa cultura da exclusividade da macroeconomia, predominante em nosso País nos últimos anos. Esse é um projeto que caminha na direção do ajuste fiscal de boa qualidade – e as dificuldades são enormes.

Lembro que aprovaremos essa matéria, se tudo correr nesta sessão, praticamente às vésperas de um processo eleitoral que irá renovar o poder nos municípios brasileiros. Algumas dessas operações terão dificuldades de ser contratadas, o que é importante também frisar.

Quero registrar novamente que, dos primeiros projetos que apresentei nesta Casa, um projeto que não é semelhante, mas praticamente idêntico a este, nós perdemos um ano. E, por várias vezes, estive discutindo com a representação da equipe econômica do Governo Federal. Na verdade, não havia compreensão para essa matéria, mas, felizmente, acho que agora a reflexão mudou. Está mudando também em relação às atitudes do Copom – um pouco tarde, mas está mudando. Ontem, baixaram os juros do interbancário, surpreendendo até o mercado. Porque é difícil realmente entender, depois de quase metade de um ano de bons resultados em termos de indicadores da economia brasileira, uma paralisia conservadora em torno dos 18,5%, da taxa de juros do interbancário. Só ontem é que se deu esse passo, mas é melhor que se tenha dado, é bom que se diga. Melhor também que possamos votar um projeto flexibilizando essa possibilidade de acesso ao crédito. Todo bloqueio linear ao crédito é burro, assim como é o contingenciamento linear ao crédito na área de saneamento.

Sr. Presidente, estamos vendo os indicadores na área de saúde publicados nas primeiras páginas dos jornais e hoje, e sabemos o que é saneamento na qualidade de vida da população, principalmente na saúde pública, onde a cada R\$1,00 investido na área de saneamento economizam-se de R\$4,00 a R\$5,00 em remédio, em assistência médica, e assim por diante.

Por isso, a minha posição e a do meu partido é favorável a este Projeto de Resolução.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio, para discutir.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei breve, até porque algumas dúvidas que eu tinha já foram, pelo menos parcialmente, dirimidas pelo eminente Senador Roberto Saturnino, Relator da matéria.

Este é um projeto de mais alta importância para os Municípios brasileiros. Cerca de 3.800 já se inscreveram para receber os recursos do PNAFM (Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios), crédito altamente subsidiado, a fim de que os Municípios possam implementar a modernização de sua máquina administrativa e financeira. Vem em muito boa hora, pois será um importante coadjuvante na implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal e porque, atualmente, poucos Municípios brasileiros possuem as condições ideais para implementar essa Lei que aprovamos aqui, o que é muito difícil. Portanto, trata-se da modernização da máquina administrativa dos Municípios. Creio que praticamente todos terão acesso ao programa.

Sr. Presidente, o Senado Federal já aprovou, em novembro do ano passado, autorização para contratar empréstimo do BID, que seria o agente financeiro desta matéria, e o BID propiciaria os recursos que seriam repassados pela Caixa aos Municípios, com juros de até 5%, ao ano, para os Municípios brasileiros menores, com vinte anos para pagar.

Gostaria, então, de solicitar mais esclarecimentos ao Senador Roberto Saturnino. Se os juros que serão oferecidos nesse programa, que me parece chama-se Pmat, que é do BNDES, também são semelhantes àqueles juros que seriam concedidos por meio de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento?

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Sr. Senador, os juros também são favorecidos, tendo em vista que os Municípios não têm disponibilidade para pagar juros elevados. É a taxa de longo prazo – TJLP, mais um acréscimo relativamente pequeno de 2% ou 3%, que não afeta a economicidade das operações.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, na realidade, até retifico que os juros do PNAFM, cujo investidor seria o BID, seriam de até 6,5%, ao ano, para os pequenos Municípios brasileiros, única e exclusivamente, creio eu, e com a exigência de no máximo 5% de contrapartida dos Municípios

menores do Brasil. De qualquer maneira, também o BNDES certamente estará propiciando juros compatíveis com o endividamento dos Municípios. Pensamos que este projeto vem em boa hora. Não se pode deixar de receber os recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de cerca de 2,2 bilhões, em investimentos para os Municípios, com juros muito melhor subsidiados do que esses que propõe o BNDES.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PFL – MS) – Senador Carlos Patrocínio, V. Exª me permite um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Ouço com prazer V. Exª.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PFL – MS) – Senador Carlos Patrocínio, aproveito o aparte a V. Exª para evitar que se faça uma apresentação das minhas idéias em mais tempo. Será um aparte rápido, mas eu não poderia deixar de dar este testemunho. Fui Prefeito de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, por duas vezes. Na segunda administração, com recurso próprio, fizemos a reforma fiscal-administrativa justamente como está proposto por esse financiamento que se avizinha e que vai acontecer. Campo Grande, hoje, é uma administração enxuta, uma administração que aproveita toda sua potencialidade financeira. Hoje, a questão fiscal desse Município é tranqüila, inclusive com investimentos recursos próprios. Testemunho aos meus companheiros a dificuldade que tem o Município de investir maciçamente num programa como esse, porque é um investimento pesado. Não só o investimento em material humano, mas também em informatização, na qualificação dos servidores. Enfim, é um trabalho exaustivo de dois, três anos, para alcançar o resultado que alcançamos em Campo Grande. Felicito-o pela iniciativa. Esse programa é excepcional. Com ele, vamos alcançar, em âmbito nacional, uma tranqüilidade fiscal que dificilmente seria encontrada por outro meio. Parabéns pelo pronunciamento de V. Exª.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Concordo plenamente com a intervenção do eminente Senador Juvêncio da Fonseca. Obrigado pelo seu aparte.

Eu gostaria de encerrar minha participação, Sr. Presidente, cumprimentando o Presidente do meu Partido, o Senador Jorge Bornhausen, e também o Senador José Roberto Arruda...

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Posso ainda dar meu último aparte a V. Exª?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Perfeitamente, eminente Relator.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Quero apenas ressaltar que é importante que seja cumprido o compromisso assumido, no momento em que retiramos a Caixa, de no início do próximo ano – uma vez concertado o financiamento do BID com a Caixa Econômica -, a autorização seja também estendida à Caixa Econômica, que, naturalmente, tem uma capilaridade muito maior do que o BNDES. Este não possui agências pelo território brasileiro e só poderá atender a capitais e grandes cidades. A capilaridade desse financiamento, essencial para o pequeno Município, só poderá ser plenamente atendida no momento em que a autorização abranja, também, a Caixa Econômica. A importantíssima aprovação do projeto, tal como está, não prescinde de que, no próximo ano, façamos também um projeto de autorização para a Caixa Econômica, já dispondo dos recursos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Espero que seja no decorrer deste ano ainda, eminente Senador Roberto Saturnino. A participação da Caixa é imprescindível, principalmente devido à sua estrutura espalhada por todo o Brasil.

Sr. Presidente, finalizo cumprimentando o eminente Senador Jorge Bornhausen e o Líder do Governo, José Roberto Arruda, pela iniciativa de terem apresentado este projeto de resolução, que merece a aprovação de todos os membros desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Para discutir. Sem revisão do orador. – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, registro, em primeiro lugar, a importância deste projeto. Sem dúvida nenhuma, reestruturar as prefeituras e dar-lhes capacidade de cobrar impostos e controlar gastos é um instrumento muito importante para a melhoria da qualidade do serviço público.

Gostaria de ressaltar que, na discussão, retiramos a Caixa Econômica porque, infelizmente, segundo as informações da mesma, não havia ainda sido assinado o contrato com o Banco Mundial que daria condições para o financiamento desse tipo de atividade para as prefeituras.

Quero registrar que já há um projeto de resolução pronto e, no momento em que for contratado o empréstimo junto ao BID, apresentaremos à CAE estendendo essas condições do BNDES também para o programa da Caixa Econômica porque sabemos da importância dessas atividades.

Em nome da Liderança do Governo, aproveito a oportunidade para encaminhar favoravelmente à votação do projeto.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Para discutir, tem a palavra o eminente Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, vim à tribuna mais para que a Casa me esclareça do que propriamente para trazer esclarecimentos.

Essencialmente, parece-me que a idéia do projeto é a de simplificar, flexibilizar a operação de contratação de financiamentos para os Municípios, o que, à medida que simplifica, desburocratiza e flexibiliza, saúde como uma iniciativa saudável para o funcionamento do serviço público. Entretanto, até onde sei, estamos num ano de eleição, no último ano de mandato dos Prefeitos atuais e me parece temerário, sem que incluamos nesse projeto algum mecanismo de proteção que evite a contratação de financiamentos por mais importante que seja o programa e por mais e meritórias que sejam as idéias que o inspiram à contratação de financiamentos nos municípios brasileiros, com tal facilidade, com tal flexibilidade às vésperas de uma eleição.

Seria muito bom se os receios que transparecem do que estou dizendo não tivessem fundamento, que vivêssemos num país em que não houvesse razão para se temer o desvio desses recursos. Seria muito bom se tivéssemos certeza de que recursos assim obtidos pelos municípios serão integralmente e totalmente utilizados na modernização da máquina e no aumento da eficiência operacional dos governos municipais. Duvido que haja alguém aqui que esteja disposto a empenhar sua garantia de que isso realmente acontecerá em todos os casos.

Creio que o espírito da Lei de Responsabilidade Fiscal sugere com muita clareza a todos nós que não se recomenda a contratação de financiamentos, muito menos de financiamentos que não sejam pagos até o final do mandato no último ano da eleição.

Acredito que, depois de termos festejado a Lei de Responsabilidade Fiscal como festejamos no País inteiro, aprovar sem reservas o que este projeto pro-

põe é uma temeridade. Por essa razão, já que isso só poderia ser feito até o final da discussão, estou apresentando uma emenda que preserva o projeto integralmente mas veda a contratação dos financiamentos nos seis meses anteriores à eleição. Fora desse período, digamos assim, de defeso, sou totalmente favorável ao projeto, mas entendo que o interesse público recomenda a cautela a que me refiro, a não ser que os Srs. Senadores me esclareçam e convençam de que estou enganado.

O Sr. Roberto saturnino (PSB – RJ) – Permite-me V. Exª um aparte.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Ouço V. Exª, se a Mesa concordar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Mesa concorda, Excelência.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – V. Exª, com certeza, esclarecerá.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Penso que a proibição nos seis meses antes das eleições já existe. Os contratos das prefeituras que tiverem de receber esses financiamentos terão de ser assinados agora até 30 de junho. Daí a urgência requerida na Comissão. Em todo caso, a emenda de V. Exª vem confirmar essa proibição, que me parece inteiramente justa. Entretanto, eu apenas gostaria de esclarecer, nobre Senador Geraldo Melo, que a preocupação de V. Exª é inteiramente procedente, mas na medida em que o que está sendo aprovado aqui se limita ao BNDES, e conhecendo os mecanismos de fiscalização daquela instituição, que são extremamente rigorosos e, até hoje, funcionaram perfeitamente bem, tranquilizo-me quanto à possibilidade de haver desvios. Penso que no tocante ao BNDES não haverá. Contudo, no momento em que se abrir para todos os municípios através da Caixa, penso que será necessário também incluir alguns mecanismos mais específicos, voltados para a efetiva fiscalização. V. Exª tem razão na sua preocupação. Apenas quero esclarecer que, no caso vertente, a emenda de V. Exª é procedente, penso que merece apoio, mas não vai prejudicar o que está proposto.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Senador Roberto Saturnino, sendo prazo limite até o dia 30/6 já não garante seis meses. Entre 30-6 e 1º-10, não há espaço de seis meses.

Em segundo lugar, participo da confiança de V. Exª no BNDES. Todavia, no processo de privatização das empresas de energia elétrica nos Estados, o BNDES fez antecipações em muitos Estados – não estou me referindo especificamente a nenhum Esta-

do, nem ao meu – para facilitar o processo de privatização, por coincidência, num ano eleitoral. O País inteiro questionou o uso desses recursos. Tenho a impressão de que seria uma medida salutar proteger o programa para garantir que ele seja executado com os propósitos que o inspiram efetivamente.

Por isso, a emenda e a minha confiança de que o Senado não vai colaborar para que recursos difíceis de obter e mais difíceis ainda de pagar sejam mal utilizados.

O Sr. Jorge Bornhausen (PFL – SC) – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Concedo o aparte com muita alegria a V. Ex.^a.

O Sr. Jorge Bornhausen (PFL – SC) – Senador Geraldo Melo, esclareço a V. Ex.^a e ao Plenário que, no mês de janeiro deste ano, o Presidente da Caixa Econômica Federal, em visita a Santa Catarina, recebeu, em Joinville, do Prefeito Luiz Henrique da Silveira e de outros prefeitos presentes essa justa solicitação.

Esclareceu o Senador Carlos Patrocínio que há mais de 3.300 pedidos nesse sentido no Banco Central. Estamos no final de junho – dia 21 de junho. Apresentamos esse projeto de resolução no dia 1º de fevereiro. Evidentemente, quem, antecipadamente, no curso do tempo, preparou seus documentos, foi ao Banco Central, está absolutamente em ordem, poderá, até o dia 30, obter o financiamento. O que não é provável porque leva tempo até votarmos, ser publicada a resolução e o Banco Central lhe dar curso. Apelo a V. Ex.^a que não leve à frente sua emenda. Se paralisarmos, quem sofrerá mais é o País, que contratou, via BNDES, esse empréstimo e vai pagar juros sobre o dinheiro não aplicado. Vamos, então, dar prejuízo ao País e aos Municípios – não serão muitos, nem sei quais – que terão uma duvidosa oportunidade de, daqui até o dia 30, poder celebrar esse convênio com o Banco Central. A finalidade é de apoiar a gestão administrativa e fiscal e diminuir as despesas municipais. Relembro-lhe que essa iniciativa vem de fevereiro. O projeto foi aperfeiçoado pelo Senador Roberto Saturnino e mereceu aplauso do Senador Paulo Hartung. Até a retirada da Caixa Econômica Federal, para mim, foi surpreendente! Contudo, já foi abordado o problema pelo Senador Romero Jucá, uma vez que a capilaridade da Caixa Econômica Federal pode dar uma ação correta e mais ágil a esta resolução. Como mais de três mil Municípios estão à espera dessa solução e da possibilidade de pagarmos juros sobre um montante não aplicado, deixo um apelo a V. Ex.^a, um Senador que tem honrado sempre

esta Casa e que, certamente, tem preocupações com o dinheiro público, que é muito valioso – o que é muito importante –, para permitir que este projeto de resolução, aprimorado na CAE pelo relatório do Senador Roberto Saturnino, seja aprovado.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Um apelo de V. Ex.^a, com sua reconhecida seriedade e autoridade nesta Casa, cria-me grande dificuldade, porquanto o meu impulso imediato é de atender à sua solicitação. Entretanto, V. Ex.^a inclui, nas informações que acaba de dar, alguns ingredientes que me assustaram ainda mais. Já existem mais de três mil Municípios interessados – o que me intimida de certa forma, porque conheço tanto quanto V. Ex.^a o risco que aí está. O uso indevido desses recursos talvez represente para o Senado brasileiro, Senador Jorge Bornhausen, um prejuízo maior do que os juros que eventualmente venhamos a pagar pela sua não utilização.

Embora seja o autor da emenda que fixa em seis meses o prazo de vedação do financiamento, permito-me sugerir, se a Casa assim entender e desejar acolher a minha emenda, que o prazo seja fixado em quatro meses ou que se proíba a contratação após 30 de junho. Assim, acredito que isso contorne o problema e, ao mesmo tempo, evite que se inicie um processo de pressão – que há de ser desmesurada – por parte dos prefeitos que estejam interessados em obter recursos, numa hora tão delicada como esta.

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – V. Ex.^a me concede um aparte?

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Concedo um aparte a V. Ex.^a, se a Presidência me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Solicito ao Senador Agnelo Alves que seja bastante breve.

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – Senador Geraldo Melo, participo totalmente das preocupações de V. Ex.^a, em que pese aos argumentos dos Senadores Jorge Bornhausen e Roberto Saturnino. Mas, num ano eleitoral, colocar dinheiro a mais na mão de prefeitos que estão disputando a reeleição é extremamente perigoso, porque conhecemos a realidade. Uma questão são Municípios tecnicamente preparados e equipados, com condições de dificultar ações de corrupção; outra são Municípios – que conhecemos muito bem – que pegariam esse dinheiro e, com toda certeza, o utilizariam na campanha eleitoral. De maneira que faço um apelo ao Senador Jorge Bornhausen para que transfiramos a aprovação deste projeto para uma outra oportunidade ou, então, para que ele passe a vigor a partir de 1º de janeiro, quando

tomarão posse os novos prefeitos. Aí, sim, eles poderão realmente fazer um trabalho de modernização da máquina administrativa que irão gerir.

O SR. GERALDO MELO (PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª e, para encerrar as minhas palavras, considero muito difícil para um prefeito que está a seis meses de deixar o cargo, além do ânimo de disputar a eleição, iniciar uma reforma administrativa e um programa de modernização e atualização da máquina administrativa do Município.

Agradeço a V. Exª pela tolerância e à Casa pelo acolhimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Ricardo Santos.

O SR. RICARDO SANTOS (PSDB – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei breve. Não poderia deixar de me manifestar favoravelmente ao projeto na sua versão original e parabenizar o Senador Bornhausen, o Senador Paulo Hartung, pôr suas idéias originais e também o Relator, Senador Roberto Saturnino, pelo aperfeiçoamento do projeto.

Destaco o elevado alcance social que tem este projeto, porque não se restringe apenas à minoria da máquina fazendária dos Municípios, ainda que a origem desse programa tenha sido o chamado Pmat, que era o antigo Programa de Modernização da Administração Tributária dos Municípios, comandado pelo BNDES.

Esta Casa tem um bom número de ex-Governadores, que sabem muito bem que a descentralização administrativa nos campos da saúde, da educação, das políticas de apoio à criança e ao adolescente, na promoção agrícola e mesmo no campo da segurança sempre esbarra nas dificuldades e nas deficiências institucionais e administrativas das prefeituras municipais, conforme as políticas de descentralização do Governo Federal e da maioria dos Governos estaduais. Políticas essas muito meritórias a medida que, se os serviços públicos são prestados pelo poder local nesse processo de descentralização, maior será o controle social sobre a ação pública e sobre os gastos públicos. Então, neste sentido, quero aqui manifestar o meu apoio ao projeto na forma como foi concebido e apresentado pelo Senador Jorge Bornhausen, com o parecer do Relator.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Consulto o eminente Senador Geraldo Melo se vai apresentar ou não sua emenda.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Vou apresentá-la, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, emenda que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

É lida a seguinte:

EMENDA Nº 2–PLEN

Ao Projeto de Resolução do Senado nº 8/2000
Inclua-se onde couber:

Art. É vedada a realização de operação de crédito prevista nesta resolução seis meses antes das eleições.

Justificação

O objetivo da presente emenda é ajustar o presente projeto ao espírito da Lei de Responsabilidade Fiscal, que não anima a obtenção de financiamentos no último ano de mandato dos governantes.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **Geraldo Melo**.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Com a apresentação da emenda, consulto o Relator, Senador Roberto Saturnino, se deseja usar o prazo de 24 horas, previsto no Regimento, para proferir o parecer.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Sr. Presidente, sinto-me apto a produzi-lo agora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

PARECER Nº 68, DE 2000–PLEN

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, o meu parecer é contrário à emenda, porque ela simplesmente impossibilita a realização de qualquer operação ainda este ano, sabedor que sou de que há Municípios inteiramente preparados, com as documentações e os pareceres prontos e com o contato feito com o BNDES.

Confio inteiramente na capacidade de fiscalização do BNDES, pois conheço a instituição. Fazemos críticas quanto a determinadas linhas de financiamento, como, por exemplo, para privatização de empresas, concedendo créditos a multinacionais para esse fim. Entretanto, isso nada tem a ver com o desvio de recursos que se observa na utilização de um financiamento de que a sociedade, a Nação brasileira nunca teve notícia, de que o BNDES fosse permissivo em relação a esses desvios. A fiscalização é absolu-

tamente rigorosa e permanente durante todo o prazo de utilização dos créditos.

Tenho absoluta confiança de que não haverá esse tipo de distorção na utilização desse financiamento, extremamente benéfico para as finanças dos Municípios tão necessitados.

Se a emenda for aprovada, simplesmente derubará todo o projeto. Seria melhor rejeitá-lo, propondo uma nova resolução para o próximo ano, já incluindo a Caixa Econômica.

Mas, tendo em vista o fato de que conheço situações de Municípios que estão, por ocasião da contratação, prestes a cumprir todas as exigências, confiando plenamente na capacidade de fiscalização do BNDES, meu parecer é contrário à emenda. Aceitaria a emenda se a data estabelecida fosse 30 de junho, mas esta já é a data-limite fixada pela Lei Eleitoral, e não pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Desse modo, se determinado o dia 30 de junho, a emenda seria inócua.

Assim, Sr. Presidente, meu parecer é contrário à emenda, não obstante todo o respeito que tenho pelo Senador Geraldo Melo e a compreensão das razões que levaram S. Ex^a a apresentá-la.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O parecer do Sr. Relator é pela rejeição da emenda. O encaminhamento do projeto e da emenda será em conjunto.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votamos favoravelmente ao projeto e aguardaremos o encaminhamento do Senador Geraldo Melo quanto à emenda para nos manifestarmos sobre ela.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo para encaminhar a emenda.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, quero dar uma explicação ao Senador Jorge Bornhausen. A emenda já estava feita sobre a mesa, tinha que ser apresentada antes do encerramento da discussão e não havia tempo de ser reformulada nos termos da sugestão de S. Ex^a.

Mantenho os pontos de vista que acabo de proferir sobre essa matéria e penso que é inconcebível que se considere necessário financiar o início de uma reforma administrativa pelas mãos de prefeitos que sairão em seis meses. Mas se esses prefeitos forem reeleitos e voltarem aos cargos, voltam qualificados para iniciar essa reforma ou qualquer uma outra que desejem.

Não quero, todavia, ser responsável por uma frustração como a que me explicou pessoalmente o Senador Roberto Saturnino em relação a Municípios que tenham podido atender a todas as exigências que o BNDES costuma fazer a todos os seus mutuários. Fico muito admirado que o BNDES tenha definido normas operacionais para um programa que nem sequer aprovado foi e que haja mutuários com toda a sua documentação pronta.

Estranho porque não sei se esse tipo de dinamismo se aplica a todas as operações que o BNDES faz. Na realidade, é uma grande instituição que tem a minha admiração, o meu respeito e minha confiança. A minha confiança é tanta que quero comunicar à Mesa que não sei qual é a forma regimental de fazer isso porque não sei, mas a concordância que expressei ao Senador Jorge Bornhausen mantenho.

Se houver uma forma de substituir a vedação de seis meses por uma limitação de quatro meses, o que significaria que, após o dia 30 de junho, não seria mais possível contratar, não vou opor-me a isso. É uma maneira de facilitar um entendimento que espero que se construa por esse caminho.

Então, se a Mesa encontrar uma forma de substituir a minha vedação de seis meses por uma vedação de 120 dias ou por uma estipulação de data a partir da qual não seria mais possível contratar, e neste caso, se o dia 30 for uma sexta-feira, tenho receio de que isso já signifique que os dias 1º e 2 sejam considerados prazo de prorrogação. Então, prefiro colocar o dia 29 de junho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Eminentemente Senador Geraldo Melo, a Mesa esclarece a V. Ex^a que, infelizmente, tendo sido encerrada a discussão, não pode mais ser apresentada subemenda.

O SR. GERALDO MELO (PSDB RN) – Então, mantenho a emenda como apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Ela será submetida à votação.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Para um esclarecimento, concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB RJ. Para um esclarecimento. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Senadores, esse programa do BNDES é muito antigo. Já relatei que pleiteei, pela Prefeitura de Niterói, esse financiamento, e os resultados obtidos foram extremamente favoráveis. O programa do BNDES já existe. Várias Prefeituras já recorreram a ele. O que esse projeto introduz é exatamente uma facilitação da contratação da operação na medida em que, para este fim, tendo em vista que essa operação produzirá aumento de receita e redução de custo, que esse tipo de financiamento não seja submetido aos limites da Resolução nº 78. Porque há vários municípios que já estão com as suas operações para contratar, mas não podem fazê-lo porque não cumpriram os limites fixados na Resolução nº 78. É apenas uma facilitação, tendo em vista que o resultado do financiamento será o de melhoria do equilíbrio fiscal das respectivas Prefeituras. Por conseguinte, o BNDES já faz esse financiamento há mais de dois anos, há três ou quatro anos, com resultados muito bons.

Era só esse o esclarecimento que eu queria prestar. Agora, 30 de junho é a data que a Lei Eleitoral já fixa como impeditiva, além da qual não se pode fazer financiamento algum.

Assim sendo, aceitaria a emenda a partir de 30 de junho, embora pense que ela seja inócua.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Consulte o Senador Romero Jucá se deseja usar a palavra agora por ordem de inscrição, ou se quer deixar para o fim.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em 30 de junho, a Lei Eleitoral proíbe não apenas contrato, mas qualquer convênio, qualquer liberação. Mesmo que fosse a fundo perdido, haveria a proibição. Então, a partir de 30 de junho, não é possível. O que haverá é o interstício entre a aprovação, a promulgação do que estamos votando agora, e o dia 30 de junho. Portanto, uma semana. Essa é a questão.

A minha preocupação é pertinente à colocação do Senador Geraldo Melo de que vai haver pressão para se liberar isso durante estes 10 dias. Mas, dentro do processo de estudo e confiando na capacidade técnica do BNDES, encaminhamos favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Com a palavra o eminente Senador Hugo Napoleão para encaminhar.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é para deixar bem claro o seguinte: em primeiro lugar, o projeto é extremamente válido para as prefeituras; em segundo lugar, a lei já estabelece aquilo que a emenda do Senador Geraldo Melo propõe. Já está fixado, nós votamos nesta Casa. É como diz o Senador Bernardo Cabral: é *bis in idem*, é chover no molhado. A situação é clara sob o ponto de vista legal; em terceiro lugar, o Relator da matéria, eminente Senador Roberto Saturnino, expressou-se com muita clareza, mostrando que o programa é extremamente útil; em quarto lugar, isso visa, não ao aumento, mas à redução das despesas. Será que não estamos enxergando neste plenário? Isso visa à redução das despesas do município. Então, se um Prefeito que esteja de saída não quiser bem ao seu próprio Município, isso será inaceitável.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Um momento, por favor, pois estava com a palavra.

Apenas gostaria de dizer que, em quinto lugar, é imperioso demonstrar que, se não votamos da maneira como está posta a situação, ou seja, o projeto do eminente Senador Jorge Bornhausen, com a emenda oferecida pelo Senador Roberto Saturnino, vamos prejudicar prefeituras que estão para viabilizar os empréstimos agora e, conseqüentemente, vamos evitar também que elas reduzam as suas despesas para o futuro.

Gostaria de esclarecer esses pontos, que são extremamente importantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Hartung para encaminhar.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, peço desculpas ao Senador Hugo Napoleão, que estava com a palavra quando a pedi pela ordem, receoso de que o Líder do Governo fosse usar mais de uma vez da palavra, e eu não tivesse oportunidade de usá-la.

Sr. Presidente, não estamos aprovando um programa. Ele já existe há muitos anos, com resultados magníficos. Só para elucidar o que estamos discutindo, as prefeituras, com equilíbrio financeiro, com re-

sultado primário positivo, com suas contas em dia, já contrataram essa operação. O que estamos fazendo agora é flexibilizando um pouco a resolução do Senado, para que outros Municípios, que não estão em condições tão vantajosas de equilíbrio fiscal possam também ter acesso a esse dinheiro, que não deve ser destinado à construção de escolas e pontes a serem inaugurados em campanha eleitoral. Tenhamos juízo, pelo amor de Deus, do que estamos votando! Esse dinheiro serve para comprar equipamentos, para pagar treinamento de fiscais, para pagar a atualização dos cadastros municipais, do IPTU, do ISS, dos cadastros defasados. Muitas vezes, a prefeitura não tem dinheiro para pagar a atualização de cadastro. Mas quando o faz, arrecada o suficiente não apenas para pagar suas contas como para investir em outras áreas.

É o contrário do que foi dito aqui. Se essa votação tiver algum resultado político, ele virá para as futuras administrações e não para as atuais. Ou seja, é um contra-senso inverter a ordem das coisas. Se tiver que dar resultado, dará. As prefeituras do País que tomaram o empréstimo – Teresina e Niterói, por exemplo –, obterão resultados daqui a seis, oito meses. Atualização de cadastro é uma operação de alta complexidade.

O temor que sentimos não tem cabimento. Estamos com esse processo atrasado não um mês, mas um ano. O assunto começou a ser discutido no Senado Federal há um ano, e não conseguimos fazê-lo avançar. Já contei essa história aqui.

É o que gostaria de defender, Sr. Presidente. Não deveríamos adiar a votação deste projeto. Apelo aos Senadores que porventura estejam articulando o adiamento para que tomemos a decisão, dando espaço para que essas prefeituras tenham acesso a esse crédito. Esse contingenciamento de crédito feito de forma linear é irracional, para não dizer que é burro, e já atrapalhou muito o País – e isso resolve o problema fiscal do País.

Não sei se serei ouvido no meu apelo. Tranqüilizo os Senadores. Isso não tem interferência em processo eleitoral. Esse dinheiro é específico, é liberado **pari passu** para a aquisição desse tipo de serviços e de produtos que citei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos conversando com a Base, e há uma discrepância quanto à questão da emenda. O projeto já está aprovado, e estamos discutindo a emenda. Para que não haja problema na sessão e para que, efetivamente, se possa aprovar este projeto e beneficiar as prefeituras, estamos encaminhando requerimento solicitando o adiamento desta votação para a próxima sessão, exatamente para que se possa chegar a um consenso para aprovar esta importante matéria. Apresento o requerimento para adiamento por 24 horas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Eminente Senador Romero Jucá, como o projeto encontra-se em regime de urgência, não há possibilidade de se fazer o adiamento da matéria, exceto por um acordo de Lideranças.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Já houve um acordo?

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Não. Vamos votar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental, ressalvada a emenda.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 374, DE 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 2 – PLEN ao PRS nº 8/2000, para fazer constar na emenda nº 1 – CAE (Substitutivo).

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **Geraldo Melo**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Em votação o requerimento de destaque.

O SR. AGNELO ALVES (PMDB – RN) – Não entendi esse requerimento, e ninguém aqui está entendendo, inclusive o Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Estamos colocando em votação o requerimento de destaque nº 374, de 2000, para votação em separado da Emenda nº 2, de autoria do eminente Senador Geraldo Melo.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de destaque.

Em votação o substitutivo, ressalvada a emenda nº 2-Plen. O substitutivo tem preferência regimental.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação a Emenda nº 2-Plen, de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, parece-me que houve modificação na emenda. Gostaria de saber o texto da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Estamos votando a emenda originalmente apresentada pelo eminente Senador Geraldo Melo em turno único. Posteriormente, teremos turno suplementar, já que se trata de um substitutivo, quando poderá ser apresentada uma emenda ou subemenda.

Em votação a Emenda nº 2-Plen, de autoria do Senador Geraldo Melo.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação do vencido.

É a seguinte a emenda rejeitada:

EMENDA Nº 2-PLEN

Inclua-se onde couber:

Art. É vedada a realização de operação de crédito prevista nesta resolução seis meses antes das eleições.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar do Projeto de Resolução nº 8, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

É lido o seguinte:

PARECE Nº 683, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 8, de 2000.

A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 8, de 2000, que dispõe sobre as operações de crédito de municípios a serem contratadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinadas à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de junho de 2000. – **Geraldo Melo**, Presidente – **Nabor Júnior**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Carlos Patrocínio**.

ANEXO AO PARECER Nº 683, DE 2000

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2000

Dispõe sobre as operações de crédito de municípios a serem contratadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinadas à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Não serão computados, para efeito dos limites previstos nos incisos I, II e III do art. 6º, da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, as operações de crédito a serem realizadas pelos municípios destinadas à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

§ 1º Para a realização das operações de crédito de que trata esta resolução fica o tomador dos recursos dispensado das seguintes exigências:

I – não ter resultado primário negativo no período de apuração da Receita Líquida Real, conforme previsto no art. 7º da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal;

II – apresentar as certidões previstas no inciso V do art. 13 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal.

Art. 2º As certidões de que tratam os incisos III e IV do art. 13 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, serão relativas ao último exercício analisado pelos órgãos responsáveis por suas respectivas emissões.

Art. 3º Banco Central do Brasil informará ao Senado Federal, mediante relatório trimestral, todos os municípios que realizaram as operações de que trata esta resolução, discriminando os seguintes itens, por município:

I – valor da operação;

II – condições de pagamento, incluindo o prazo e as bases financeiras.

Art. 4º As demais condições e exigências relativas às operações de crédito objeto desta Resolução continuam regidas pela Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação do substitutivo, em turno suplementar.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Sobre a mesa, emenda que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

É lida a seguinte:

EMENDA Nº 1_PLEN

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 8, DE 2000

Inclua-se onde couber:

Artigo. É vedada a realização de operação de crédito prevista nesta Resolução, nos 90 (noventa) dias anteriores à realização de eleições municipais.

Justificação

O objetivo da presente emenda é ajustar o presente projeto ao espírito da Lei de Responsabilidade Fiscal, que não anima a obtenção de financiamento no último ano de mandato dos governantes.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **Geraldo Melo.**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Em discussão o substitutivo, em turno suplementar. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Tendo sido apresentada uma emenda, consulto se o eminente Relator, Senador Roberto Saturnino, deseja usar o prazo regimental de 24 horas para proferir parecer.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Sr. Presidente, posso proferir o parecer imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

PARECER Nº 684, DE 2000-PLEN

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a emenda é inócua. Porém, o que abunda não prejudica. Acolho a emenda, dando o meu parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Em votação o substitutivo, em turno suplementar, ressaltada a Emenda nº 1-Plen.

As Srª e os Srs. Senadores que o aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação a Emenda nº 1-Plen, que tem parecer favorável.

As Srª e os Srs. Senadores que a aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada, com o voto contrário do eminente Senador Paulo Hartung.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 685, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 8, de 2000.

A Comissão Diretora apresenta a final do Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 8, de 2000, que dispõe sobre as operações de crédito de municípios a serem contratadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinadas à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal, consolidando a emenda aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de junho de 2000. – **Geraldo Melo** – Presidente, **Nabor Júnior** Relator, **Carlos Patrocínio** – **Eduardo Suplicy**.

ANEXO AO PARECER Nº 685, DE 2000

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, , Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulga a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2000

Dispõe sobre as operações de crédito de municípios a serem contratadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinadas à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal.

O Senado Federal Resolve:

Art. 1º Não serão computados, para efeitos dos limites previstos nos incisos, I, II e III do art. 6º da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, as operações de crédito a serem realizadas pelos Municípios destinadas à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

§ 1º Para a realização das operações de crédito de que trata esta Resolução fica o tomador dos recursos dispensado das seguintes exigências:

I – não ter resultado primário negativo no período de apuração da Receita Líquida Real, conforme previsto no art. 7º da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal.

II – apresentar as certidões previstas no inciso V do art. 13 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal.

Art. 2º As certidões de que tratam os incisos III e IV do art. 13 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, serão relativas ao último exercício analisado pelos órgãos responsáveis por suas respectivas emissões.

Art. 3º O Banco Central do Brasil informará ao Senado Federal, mediante relatório trimestral, todos os Municípios que realizaram as operações de que trata esta Resolução continuam regidas pela Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal.

Art. 5º É vedada a realização de operação de crédito prevista nesta Resolução nos noventa dias anteriores à realização de eleições municipais.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O Projeto de Resolução nº 18, de 2000, constante do Item 7 fica prejudicado por tramitar em conjunto com a matéria aprovada.

É o seguinte o item prejudicado:

Item 7:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 18, DE 2000

(Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 136, de 2000)
(Tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 8, de 2000)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 18, de 2000, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que autoriza os Municípios a contratarem operação de crédito com a Caixa Econômica Federal destinadas à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal, tendo

Parecer sob nº 644, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Roberto Saturnino, contrário à matéria, e favorável ao Projeto de Resolução nº 8, de 2000, que tramita em conjunto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo) que oferece.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – **Item 8:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 59, DE 2000

(Em regime de urgência – art. 336, inciso II, combinado com art. 338, inciso V, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 337, de 2000)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 59, de 2000 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 629, de

2000, Relator: Senador Jonas Pinheiro), que autoriza o Estado de São Paulo a conceder contragarantia à República Federativa do Brasil na operação de crédito a ser realizada entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos serão destinados ao financiamento do Programa de Despoluição do Rio Tietê – Etapa II.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Solicito a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra, para discutir, à eminente Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, solicitarei que seja dada a palavra aos Senadores Romeu Tuma e Pedro Piva, ao Senador Eduardo Suplicy creio que não é necessário, e aos Senadores Jader Barbalho, que está aqui representado pelo Senador Ney Suassuna, Hugo Napoleão e Romero Jucá – o Senador José Roberto Arruda não se encontra.

Trata-se de uma operação de crédito a ser realizada entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$200 milhões.

Quem teve a oportunidade de ler toda a documentação constatou tudo o que já sabemos:

O Estado de São Paulo solicita autorização para conceder contragarantia à União em operação de crédito junto ao BID, no valor de US\$200 milhões. O empréstimo será amortizado em 25 anos, com três anos de carência, incidindo juros à taxa variável fixada pelo BID (atualmente em 6,84% ao ano). As contragarantias apresentadas pelo Estado são representadas pelos repasses da União (FPE e Lei Kandir) e receitas próprias.

Fato importantíssimo:

A avaliação da situação econômico-financeira da empresa (Sabesp) é favo-

rável. Em 1998, o faturamento foi de R\$3.2 bilhões, gerando um lucro líquido de R\$542 milhões (quase o dobro do verificado em 1997), o que representa um retorno sobre o patrimônio líquido de mais de 6,9%. O grau de endividamento total da empresa é de 0,39% na média, podendo chegar a 0,45% com a operação pleiteada, o que se situa ainda abaixo do índice máximo recomendável de 0,50%. Do total da dívida de empresa, 63% está contratada em moeda nacional e 37% em moeda estrangeira.

A Secretaria do Tesouro Nacional concluiu que a empresa "tem condições de suportar a operação pleiteada, tendo em vista que a Sabesp é classificada como de baixíssimo risco, o fluxo de caixa sinaliza uma situação suficientemente líquida e a avaliação global de seus indicadores econômico-financeiros é absolutamente favorável.

Ou seja, diz-se aqui que esta é uma empresa jóia, maravilhosa e rentável. Portanto, não será jamais privatizada, porque o discurso da privatização não caberá aqui.

Como todos nós sabemos de vários acordos feitos pelo Fundo Monetário Internacional com o Brasil, públicos, em relação à desestatização, de declarações dadas, inclusive pelo próprio Presidente da República, tanto em relação às empresas geradoras de energia como em relação às empresas de saneamento, esperamos que essa empresa maravilhosa que está aqui não venha a ser privatizada.

Sabemos que quanto às operações de crédito, o Bloco fica liberado, em função de opinião, inclusive do Senador Lauro Campos, que sabe que é inadmissível tantos e tantos empréstimos que acredita que, de repente, a sede do Estado nacional acabará sendo no Banco Mundial e no Banco Interamericano de Desenvolvimento, porque tudo que trata de infra-estrutura, de financiamentos para atividades exclusivas do aparelho de Estado acaba acontecendo lá.

Todavia, enquanto não estamos discutindo isso, neste momento importante, quando a grande maioria dos Senadores do Bloco votam favoravelmente, solicito que os representantes da base de sustentação do Governo digam aqui que essa empresa não estará no rol das empresas a serem privatizadas.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Senadora Heloisa Helena, em primeiro lugar, é preciso registrar que a Sabesp é uma empresa estatal; portanto, a decisão de privatizá-la ou não será tomada pela Assem-

bléia Legislativa, por meio de lei do Estado de São Paulo.

No âmbito do Governo Federal, não está definida nenhuma decisão de privatizar a Sabesp ou qualquer companhia de saneamento. Existem discussões e projetos de lei em andamento. O empréstimo que está sendo votado agora é extremamente importante para a Cidade de São Paulo, porque se refere à segunda etapa da despoluição do rio Tietê, uma obra importantíssima para o meio ambiente e para a qualidade de vida da população de São Paulo. Tenho certeza de que, se os Senadores de São Paulo aqui estivessem, todos eles se colocariam favoráveis a essa questão. Os Senadores Eduardo Suplicy, Pedro Piva e Romeu Tuma têm um compromisso com a cidade, que é também um compromisso com a despoluição e a melhoria da qualidade das águas e do abastecimento da cidade.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – E da preservação da empresa pública, por ser lucrativa.

Conto com a palavra do Senador Romero Jucá contra a privatização das empresas estaduais de saneamento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Ney Suassuna para discutir.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, na Comissão de Assuntos Econômicos, debatemos este assunto e chegamos à conclusão de que a empresa tinha todas as condições e que o projeto está inteiramente regular. Agora, o objetivo social, que depois da Lei de Responsabilidade Fiscal só pode vigorar qualquer empréstimo ou aval entre entes federados se o objetivo social for atendido, é enorme. Isso significa a despoluição de um rio, o maior e mais importante rio do Estado de São Paulo, que hoje é uma cloaca a céu aberto; e, com toda certeza, trará emprego para os trabalhadores quando lá houver peixe – a exemplo do Tâmis, que passou a ter peixes depois de despoluído –, pois melhorará a qualidade de vida da população pobre tão defendida pelo PT. É ela que tem sua qualidade de vida diminuída, porque mora às margens de um rio que, em dias de sol, chega a feder.

Todos nós devemos querer a despoluição dos nossos rios. E São Paulo, que tem uma grande população, não pode ter um rio poluído cortando a cidade.

Por essa razão, pela pujança da empresa, pelos benefícios que trará à saúde da população, principalmente da mais humilde, carente, que fica às margens desse rio poluído, aprovamos o projeto, na Comissão

de Assuntos Econômicos, e o defendemos em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Resolução n.º 59, de 2000.

As Sr^{tes} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 686, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 59, de 2000.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 59, de 2000, que autoriza o Estado de São Paulo a conceder contragarantia à República Federativa do Brasil na operação de crédito a ser realizada entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos), cujos recursos serão destinados ao financiamento do Programa de Despoluição do Rio Tietê – Etapa II.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de junho de 2000. – **Geraldo Melo**, Presidente – **Nabor Júnior**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Carlos Patrocínio**.

ANEXO AO PARECER Nº 686, DE 2000

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2000

Autoriza o Estado de São Paulo a conceder contragarantia à República Federativa do Brasil na operação de crédito a ser realizada entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, e o Banco Interamericano

de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos), cujos recursos serão destinados ao financiamento do Programa de Despoluição do Rio Tietê – Etapa II.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É autorizado o Estado de São Paulo a conceder contragarantia à República Federativa do Brasil na operação de crédito a ser realizada entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até US\$200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos), correspondentes a R\$384.540.000,00 (trezentos e oitenta e quatro milhões, quinhentos e quarenta mil reais), a preços de 30 de novembro de 1999.

Art. 2º A operação de crédito de que trata o art. 1º tem as seguintes características:

I – valor: US\$200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos), equivalentes a R\$384.540.000,00 (trezentos e oitenta e quatro milhões, quinhentos e quarenta mil reais), a preços de 30 de novembro de 1999;

II – provedor dos recursos: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

III – tomador dos recursos: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP;

IV – garantidor: República Federativa do Brasil;

V – contragarantidor: Estado de São Paulo, de acordo como a Lei Estadual nº 10.088, de 19 de novembro de 1998;

VI – juros: taxa variável, fixada pelo BID, atualmente em 6,84% a.a. (seis inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento ao ano), incidente sobre o saldo devedor, sendo os juros pagos semestralmente;

VII – comissão de compromisso: 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado, paga semestralmente durante o período de desembolso;

VIII – taxa de inspeção e supervisão: 1,00% (um por cento) sobre o valor do Contrato, paga semestralmente durante o período de desembolso;

IX – prazo: vinte e cinco anos;

X – condição de amortização do principal: quarenta e quatro parcelas semestrais consecutivas após o período de carência;

XI – carência: três anos;

XII – liberação dos recursos: seis parcelas semestrais a partir do exercício de 2000;

XIII – vencimento: previsto para dezembro de 2024;

XIV – finalidade: financiamento do Programa de Despoluição do Rio Tietê – Etapa II.

Art. 3º A autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida no prazo máximo de quinhentos e quarenta dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – **Item 9:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 61, DE 2000

(Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 343, de 2000)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 61, de 2000 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 638, de 2000, Relator: Senador Freitas Neto, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor equivalente a até US\$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (CREDIAMIGO).

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com abstenção do PT.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Resolução n.º 61, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha

É lido o seguinte:

PARECER Nº 687, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 61, de 2000.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 61, de 2000, que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor equivalente a até US\$50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de junho de 2000. – **Geraldo Melo**, Presidente – **Nabor Júnior**, Relator – **Fernando Suplicy** – **Carlos Patrocínio**.

ANEXO AO PARECER Nº 687, 2000.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2000

Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor equivalente a até US\$50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, no valor equivalente a até

US\$50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

§ 1º Os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Crédito Produtivo Popular para o Nordeste – Crediamigo.

§ 2º A autorização prevista no **caput** é condicionada a que o Banco do Nordeste do Brasil S.A., vincule, como contragarantia à União, recebíveis mantidos em conta de depósito do próprio banco, mediante formalização de contrato de contragarantia com mecanismo que permita ao Governo Federal requerer as transferências de recursos, necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente na referida conta de depósitos.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – devedor: Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD;

III – valor total: US\$50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos);

IV – prazo: aproximadamente quinze anos;

V – carência: aproximadamente cinco anos e seis meses

VI – juros: a uma taxa determinada, para cada período de juros, pela Libor semestral para dólares norte-americanos, acrescida de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), menos (ou mais) a média ponderada da margem, para aquele período de juros, abaixo (ou acima) da Libor, dos empréstimos unimonetários do Bird, sobre o saldo devedor do principal;

VII – comissão de compromisso: 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo devedor não desembolsado, contada a partir de sessenta dias da assinatura do Contrato;

VIII – **front-end fee**: até 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo;

IX – prazo para desembolso: 31 de dezembro de 2005;

X – condições de pagamento:

a) *do principal*: em vinte parcelas semestrais e consecutivas, no valor de US\$2,500,000.00 (dois milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos) cada, vencíveis em 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano, vencendo-se a primeira parcela em 15 de fevereiro de 2006 e a última em 15 de agosto de 2015;

b) *dos juros*: semestralmente vencidos, em 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano;

c) *da comissão de compromisso*: semestralmente vencida, em 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano;

d) *da front-end fee*: sacada da conta do empréstimo, ou logo após, a data de efetividade do Contrato.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do Contrato.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de quinhentos e quarenta dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada, com abstenção do PT.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – **Item 10:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 63, DE 2000

(Em regime de urgência-art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 346, de 2000)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 63, de 2000 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 640, de 2000, Relator: Senador Wellington Roberto), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de até dezessete milhões, oitocentos mil Direitos Especiais de Saque, equivalente a, aproximadamente, vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assenta-

mentos da Reforma Agrária no Semi-Árido da Região Nordeste.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloisa Helena, para discutir.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, é evidente que criar alternativas para um projeto de desenvolvimento sustentável para os assentados nos assentamentos da reforma agrária, na região do semi-árido – que é a região que tenho muito honra de representar –, é extremamente importante. Queríamos que o Governo Federal ao menos cumprisse com as suas obrigações constitucionais e executasse o que está previsto no Orçamento para esse setor. Infelizmente, isso não é feito.

Mais uma vez, ocorre o que já tivemos a oportunidade de discutir várias vezes. A cada vez, há o aumento do endividamento externo. No momento de discussão de nossas responsabilidades, à luz do Orçamento, da discussão de uma proposta ágil, concreta e eficaz a ser apresentada à sociedade, comprometemos mais de 40% do nosso Orçamento pagando juros, serviços e amortizações da dívida externa. É algo que desafia a lógica formal.

Talvez fosse até melhor o Governo não fazer esse empréstimo. Se o Governo usasse o que ele está estabelecendo como contrapartida para ações diretas junto a esses setores que poderiam ser beneficiários, já se resolvia o problema e, efetivamente, não aumentaríamos o nosso endividamento, uma vez que, conforme o plano apresentado pelo próprio Governo, menos de 20% do total desses recursos serão alocados diretamente para os beneficiários do programa. Mais de 70% se perderão – está tudo dito aqui – em atividades-meio, como custos operacionais, avaliação, contratação de consultoria e de equipes multidisciplinares. Então, ao invés de o Brasil se endividar num montante tão grande, deveria apenas fazer uso do que está aqui, ou seja, os R\$25 milhões da sua contrapartida, investindo diretamente nesses assentamentos. Deveria evitar o duplo endividamento sem, efetivamente, atender diretamente aos beneficiários. Isso não é justo.

O Bloco está liberado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Resolução n.º 63, de 2000.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR.) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para registrar a importância do empréstimo. Todo dinheiro é pouco para a reforma agrária. Temos que buscar mais recursos, portanto, encaminhamos favoravelmente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Exª tem a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para dizer que todo dinheiro é pouco para a reforma agrária, principalmente quando ela será aplicada no semi-árido.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Exª tem a palavra.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, sabemos que o dinheiro para a reforma agrária é muito pouco e que o Governo Federal não tem tido competência, capacidade de cumprir sequer o que está previsto na lei.

O Governo Federal, incompetente, incapaz, medroso para enfrentar o latifúndio improdutivo, não faz sequer a reforma agrária como manda a lei. Então quero, ao menos, a reforma agrária conforme manda a Constituição, o que o Governo Federal não tem tido a coragem de fazer. Por isso, endivida-se cada vez mais. Tem medo de enfrentar as cercas do latifúndio improdutivo, e a Constituição estabelece que a propriedade privada só é protegida quando cumpre a sua função social. Sendo assim, endivida-se porque não tem a capacidade de fazer cumprir a lei, de fazer cum-

prir, efetivamente, ao menos o que está previsto no Orçamento.

Vamos ser pelo menos honestos com o que estamos aprovando. É evidente que queremos mais recursos para a reforma agrária, para o pequeno produtor, que está perdendo os seus estabelecimentos rurais. Essa abertura desvairada, patrocinada pelo Governo Federal, está quebrando parques produtivos inteiros da nossa agricultura, em virtude dessa política infame de juros altos, simplesmente para financiar a agiotagem internacional, quebrando o pequeno e o médio produtor, fazendo com que, pela primeira vez na história, milhares de estabelecimentos agrícolas sejam perdidos no Brasil.

Sr. Presidente, entendemos que o Governo queira fazer uma operação de crédito para isso. A observação que fizemos foi no sentido de que, em vez de se endividar em R\$50 milhões, pudesse o Governo encaminhar diretamente para o beneficiário do programa aquilo que está oferecendo como contrapartida. Sabemos que, usando a própria estrutura existente hoje no Estado e dando as condições financeiras para essa estrutura, não precisaríamos gastar 60% do dinheiro – como está aqui expresso – com assessoria, consultorias, atividades-meio, com os chamados custos operacionais e com equipes multidisciplinares, quando o próprio aparelho do Estado já tem pessoas preparadas para isso.

Não estou querendo entrar na provocação dos Srs. Senadores. Portanto, estabeleçamos a discussão em relação à operação de crédito, porque senão acabaremos discutindo muito mais a reforma agrária neste País, sem chegarmos ao Banco da Terra. Farei um pronunciamento específico sobre a questão do Banco da Terra, especialmente diante de denúncias gravíssimas detectadas em documentos oficiais que recebemos. Há fraudes gigantescas em relação à experiência do programa Cédula da Terra. Inclusive, vários Secretários de Agricultura de Estado de alguns Senadores presentes tiveram, pelo menos, a decência de encaminhar os dados corretos que mostram fraudes gravíssimas no que tange a essa experiência.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – As Srª e os Srª Senadores que aprovam o Projeto de Resolução n.º 63, de 2000, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com abstenção da eminente Senadora Heloisa Helena.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 688, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 63, de 2000.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 63, de 2000, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de até dezessete milhões e oitocentos mil Direitos Especiais de Saque, equivalentes a, aproximadamente, US\$25,000,000.00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido da Região Nordeste.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de junho de 2000. – **Geraldo Melo**, Presidente, **Carlos Patrocínio**, Relator – **Lúdio Coelho**.

ANEXO AO PARECER Nº 688, DE 2000,

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2000

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de até dezessete milhões e oitocentos mil Direitos Especiais de Saque, equivalentes a, aproximadamente, US\$25,000,000.00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido da Região Nordeste.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, restabelecida pela Resolução nº 17, de 1992, ambas do Senado Federal, a contratar operação de crédito externo, no valor de até dezessete milhões e oitocentos mil Direitos Especiais de Saque, equivalentes a, aproximadamente, US\$25,000,000.00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA.

Parágrafo único. A operação de crédito autorizada neste artigo destina-se ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido da Região Nordeste.

Art. 2º A operação de crédito externo autorizada terá as seguintes características:

I – *mutuário*: República Federativa do Brasil (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA);

II – *mutuante*: Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA;

III – *valor*: até dezessete milhões e oitocentos mil Direitos Especiais de Saque, equivalentes a, aproximadamente, US\$25,000,000.00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos), de principal;

IV – *finalidade*: financiar, parcialmente, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido da Região Nordeste;

V – *prazo*: aproximadamente dezessete anos;

VI – *carência*: aproximadamente dois anos e seis meses;

VII – *juros*: a uma taxa anualmente definida pelo Fida, com validade para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano [5,84% a.a. (cinco inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento ao ano) para o ano 2000], incidente sobre o saldo devedor de principal, a partir da data de cada desembolso;

VIII – *prazo para desembolso*: até 30 de junho de 2005;

IX – *do principal*: em trinta parcelas semestrais, consecutivas, a primeira e a segunda no valor de dez mil Direitos Especiais de Saque, as vinte e oito demais no valor de seiscentos e trinta e cinco mil Direitos Especiais de Saque, pagáveis em 1º de março e 1º de setembro de cada ano, a primeira em 1º de setembro de 2002, e a última em 1º de março de 2017;

X – dos juros: semestralmente vencidos, em 1º de março e 1º de setembro de cada ano.

Art. 3º A autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida no prazo de quinhentos e quarenta dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srªs Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Não há mais matérias em regime de urgência, na Ordem do Dia de hoje, a serem apreciadas. Como ainda há várias matérias a serem apreciadas, e que não estão em regime de urgência, consulto o Plenário se devemos prosseguir a votação, alertando que a pauta da próxima segunda-feira já está muito extensa.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, a posição da Liderança do Governo é que haja votação e creio que a dos outros Líderes também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – As Srªs e os Srªs Senadores que aprovam a prorrogação da sessão permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Como todos estão de acordo, prorrogo a sessão por mais 30 minutos para encerrarmos a pauta da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – **Item 11:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1997** (nº 3.500/97, na Casa de origem), que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata, tendo

Pareceres sob nºs:

– 522, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara, favorável; e

– 523, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sebastião Rocha,

favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis, perante a Mesa não foram oferecidas emendas à matéria.

Passa-se à discussão em conjunto do projeto e do substitutivo, em turno único.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei breve em função do adiantado do tempo da sessão de hoje. No entanto, não poderia deixar de mencionar a importância desse projeto para a saúde pública em nosso País. O câncer de próstata é uma das doenças de maior incidência no homem, dizima milhares de vidas no Brasil e mundo afora.

O projeto tem a peculiaridade de ter sido apresentado por uma mulher, a Deputada Federal Telma de Souza. Segundo S. Exª, os homens não estão tão preocupados com sua saúde, não tomaram a iniciativa da apresentação de proposta semelhante, razão pela qual ela o fez, numa demonstração do amor que as mulheres têm pelos homens.

S. Exª traz essa matéria ao debate do Congresso Nacional para que nós, homens, estejamos conscientes da gravidade do câncer de próstata. Assim talvez possamos eliminá-lo definitivamente ou, pelo menos, reduzir o tabu e o preconceito que cercam essa grave patologia. Sabe-se que um dos exames básicos para detecção da doença, para sua caracterização e diagnóstico é o toque retal, que é o que afugenta e afasta o paciente do consultório. Por essa razão, uma quantidade significativa de homens está submetida a essa doença, a segunda colocada no índice de mortalidade do homem brasileiro – a primeira é o câncer de pulmão.

Mediante o projeto, a Deputada propõe a instituição da Semana de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata. Depois de uma audiência pública na Comissão de Educação, que contou com a participação de especialistas, professores renomados, técnicos do Instituto Nacional do Câncer, decidimos apresentar um substitutivo que muda a iniciativa de Semana de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata para Programa de Controle ao Câncer de Próstata. No nosso entender, não basta ape-

nas uma semana de divulgação; é necessário que haja um programa que ofereça os exames básicos de diagnóstico e prevenção aos pacientes. Além do toque retal, há o PSA, exame que detecta, com certa segurança, o Antígeno Prostático Específico, indicador da presença do tumor no homem.

Para se ter uma idéia, apenas 5% dos homens com mais de 50 anos se submetem ao PSA, exame que não causa constrangimento algum ao homem. Imaginem como cai esse índice quando se trata do toque retal, diagnóstico que, como disse, está cercado de tabu e preconceito.

Uso a palavra neste momento – já participei de dois debates promovidos pela TV Senado sobre esse assunto – exatamente para colaborar, contribuir, minimizar o preconceito que ronda essa patologia, e para estimular todos os homens brasileiros a se submeterem ao diagnóstico, ao exame. Não é necessário inicialmente fazer o toque. O toque não é um exame obrigatório – é complementar, nem sempre necessário. No entanto, o conhecimento de que há um exame, uma consulta de rotina para verificação da possibilidade da existência de um tumor de próstata já causa temor. O homem não precisa imaginar que vai obrigatoriamente ser submetido ao toque retal, porque, há a ultra-sonografia, há o exame de sangue para detectar o Antígeno Prostático Específico. Somente numa fase já onde se detecta alguma deformação da próstata, é que, de fato, se procede ao toque, já como exame complementar.

O parecer é, portanto, favorável. Pretendemos instituir – já há entendimento com o Ministério da Saúde, um patrocínio, uma divulgação e também a disponibilidade desses exames, que serão feitos por meio de parcerias do Ministério da Saúde com as prefeituras, com os Estados, com as universidades e até com a iniciativa privada. Incluímos uma sugestão do Senador José Fogaça na Comissão de Educação, para que o projeto seja autorizativo quanto aos custos que vai gerar. Não se trata, no entanto, de projeto que possa incorrer em inconstitucionalidade em função de incluirmos esse dispositivo autorizativo.

Não me vou alongar, Sr. Presidente, mas faço questão de mencionar que, além da possibilidade de os exames serem disponibilizados mediante a implantação desse programa – vale ressaltar que o projeto retorna à Câmara –, também se estabelece a semana de divulgação, exatamente para que a população tome conhecimento da gravidade do tumor de

próstata e dos mecanismos que estão à disposição da comunidade, da população, para a prevenção, para a detecção precoce da doença e para o tratamento, a fim de que se possa minimizá-la no nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Em votação a Emenda nº 01-CE (Substitutivo), que tem preferência regimental.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a Emenda nº 01-CE (Substitutivo), fica prejudicado o projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora, a fim de que seja redigido o vencido para o turno suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a Redação do Vencido para o turno suplementar do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1997, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 689, DE 2000
(Da Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1997 (nº 3.500, de 1997, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1997 (nº 3.500, de 1997, na Casa de origem), que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de junho de 2000. – **Geraldo Melo**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Jonas Pinheiro** – **Carlos Patrocínio**.

ANEXO AO PARECER Nº 689, DE 2000

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1997 (nº 3.500, de 1997, na Casa de origem).

Institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído, nos termos desta lei, o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata, a ser implementado a partir de 27 de novembro (Dia Nacional de Combate ao Câncer) do ano 2000.

Art. 2º É autorizado o Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, a assumir os encargos da promoção e coordenação do Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata.

Art. 3º O Ministério da Saúde promoverá o consenso entre especialistas nas áreas de planejamento em saúde, gestão em saúde, avaliação em saúde, epidemiologia, urologia, oncologia clínica, radioterapia e cuidados paliativos sobre as formas de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer de próstata, em todos os seus estágios evolutivos, para subsidiar a implementação do Programa.

Art. 4º O Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata deverá incluir, dentre outros, as seguintes atividades:

I – campanha institucional nos meios de comunicação, com mensagens sobre o que é câncer de próstata e suas formas de prevenção;

II – parcerias com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, colocando-se à disposição da população masculina, acima de quarenta anos, exames para a prevenção do câncer de próstata;

III – parcerias com universidades, sociedades civis organizadas e sindicatos, organizando-se, debates e palestras sobre a doença e as formas de combate e prevenção a ela;

IV – outros atos de procedimentos lícitos e úteis para a consecução dos objetivos desta instituição.

Parágrafo único. A campanha de comunicação social a que se refere o inciso I deve ser veiculada por, no mínimo, sete dias por ano, num prazo não inferior a cinco anos consecutivos, preferencialmente na semana que se inicie no dia 27 de novembro, Dia Nacional de Combate ao Câncer, ou o inclua.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Item 12:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1999** (nº 2.892/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, tendo

Pareceres sob nºs:

– 174, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta;

– 175, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, (em reexame) Relator: Senador Edison Lobão, ratificando seu parecer anterior e, apresentando, a Emenda nº 4-CCJ, de redação;

– 176, de 2000, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 4-CCJ;

– 606, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, sobre as Emendas de Plenário, favorável à Emenda nº 6-Plen, na forma da subemenda que apresenta e contrário às Emendas nºs 5, 7 a 9-Plen; e

– 607, de 2000, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, contrário às Emendas nºs 5 a 9-Plen.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Agnelo Alves.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 375, DE 2000

Senho Presidente,

Nos termos do art. 279, inciso I, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1999, a fim de que sobre ele seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos.

Justificação

Trata-se de Projeto de Lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão de espaços territoriais com objetivo de conservação, sob regime especial de administração, com previsão de uso indireto e direto, inclusive dos recursos florestais mediante concessão do Poder Público, o que insere a matéria no âmbito da competência da Comissão de Assuntos Econômicos conforme os termos do Regimento Interno. A quem cabe opinar sobre o planejamento e execução da política agrícola, na qual se inclui as atividades florestais, nos termos do § 1º do art. 187 da Constituição Federal. E que também tem competência de opinar sobre alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares, que haverá com o uso indireto previsto às unidades de conservação. Sublinhando-se ainda que o Projeto prevê a retirada das pessoas, que em alguns casos podem permanecer apenas se exercerem atividades admitidas, com reclusão de um a seis anos a quem causar dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais dessas Unidades e das chamadas zonas de amortecimento (que compreende as propriedades rurais limítrofes). As quais, em muitos casos foram criadas sem estudos técnicos e consultas públicas conforme agora previsto no Projeto, e não foram acompanhadas da necessária fiscalização e procedimento de educação ambiental no entorno, verificando-se, em decorrência, o registro da atividade agropecuária no interior dessas áreas.

Notadamente em regiões onde os estudos relacionados ao zoneamento previsto no art. 43 do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) conduziram programas de colonização e reforma agrária, que asseguraram oportunidade de acesso a propriedade da terra, e o direito de permanecer na terra cultivada (art. 2º, § 3º), inclusive investindo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de autoridade para reconhecer a posse legítima através da cultura efetiva e morada habitual (art. 11) em áreas que tenha discriminado e arrecadado à União. O que gerou na população a legitimação na ocupação de áreas devolutas conforme o módulo do Incra. A qual agora, está ameaçada de perda de bens e reclusão, sem oportunidade de revisão mediante fixação de prazo à finalidade embora estabelecido para levantamento das áreas devolutas e destinação a novas unidades de conservação. Justificando-se, por tudo o exame da matéria

no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, própria à atividade agrícola, que compreende a política florestal, e a atividade agrícola eventualmente desenvolvida no interior dessas áreas, e em seu entorno.

Sala das Sessões, 20 de junho de 2000. – **Ernandes Amorim.**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Em votação o requerimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, o PSDB vota contrário ao requerimento.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, o Bloco vota contrário ao requerimento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o PMDB vota contrário ao requerimento.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, o PFL vota contrário ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

Discussão, em conjunto, do projeto e das emendas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Votação do projeto, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação em globo das Emendas de nºs 1 a 3, CCJ, de redação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

Votação da Emenda nº 4, CCJ, de redação, que corresponde à retificação dos autógrafos encaminhados pela Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Votação em globo das Emendas de nºs 5 a 9, de plenário, de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 1999

(Nº 2.892/92, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

II - CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

III - DIVERSIDADE BIOLÓGICA: a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas;

IV - RECURSO AMBIENTAL: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;

V - PRESERVAÇÃO: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;

VI - PROTEÇÃO INTEGRAL: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais;

VII - CONSERVAÇÃO IN SITU: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características;

VIII - MANEJO: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas;

IX - USO INDIRETO: aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais;

X - USO DIRETO: aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais;

XI - USO SUSTENTÁVEL: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;

XII - EXTRATIVISMO: sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis;

XIII - RECUPERAÇÃO: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original;

XIV - RESTAURAÇÃO: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original;

XV - POPULAÇÃO TRADICIONAL: grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável;

XVI - ZONEAMENTO: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz;

XVII - PLANO DE MANEJO: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade;

XVIII - ZONA DE AMORTECIMENTO: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade; e

XIX - CORREDORES ECOLÓGICOS: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA - SNUC

Art. 3º O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, de acordo com o disposto nesta Lei.

Art. 4º O SNUC tem os seguintes objetivos:

I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;

II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;

III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;

IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;

VII - proteger as características relevantes da natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;

IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;

XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência das populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Art. 5º O SNUC será regido por diretrizes que:

I - assegurem que no conjunto das unidades de conservação estejam representadas amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, salvaguardando o patrimônio biológico existente;

II - assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;

III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;

IV - busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de

turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação;

V - incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional;

VI - assegurem, nos casos possíveis, a sustentabilidade econômica das unidades de conservação;

VII - permitam o uso das unidades de conservação para a conservação in situ de populações das variantes genéticas selvagens dos animais e plantas domesticados e recursos genéticos silvestres;

VIII - assegurem que o processo de criação e a gestão das unidades de conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais;

IX - considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;

X - garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos;

XI - garantam uma alocação adequada dos recursos financeiros necessários para que, uma vez criadas, as unidades de conservação possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos;

XII - busquem conferir às unidades de conservação, nos casos possíveis e respeitadas as conveniências da administração, autonomia administrativa e financeira; e

XIII - busquem proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de

amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas.

Art. 6º O SNUC será gerido pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições:

I - Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema;

II - Órgão central: o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de coordenar o Sistema; e

III - Órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação.

Parágrafo único. Podem integrar o SNUC, excepcionalmente e a critério do CONAMA, unidades de conservação estaduais e municipais que, concebidas para atender a peculiaridades regionais ou locais, possuam objetivos de manejo que não possam ser satisfatoriamente atendidos por nenhuma categoria prevista nesta Lei e cujas características permitam, em relação a estas, uma clara distinção.

CAPÍTULO III

DAS CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 7º As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral;

II - Unidades de Uso Sustentável.

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável da parcela dos seus recursos naturais.

Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:

- I - Estação Ecológica;
- II - Reserva Biológica;
- III - Parque Nacional;
- IV - Monumento Natural;
- V - Refúgio de Vida Silvestre.

Art. 9º A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.

§ 1º A Estação Ecológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º É proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º Na Estação Ecológica só podem ser permitidas alterações dos ecossistemas no caso de:

- I - medidas que visem a restauração de ecossistemas modificados;
- II - manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica;

III - coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas;

IV - pesquisas científicas cujo impacto sobre o ambiente seja maior do que aquele causado pela simples observação ou pela coleta controlada de componentes dos ecossistemas, em uma área correspondente a no máximo três por cento da extensão total da unidade e até o limite de um mil e quinhentos hectares.

Art. 10. A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

§ 1º A Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º É proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por esta estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por esta estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

Art. 12. O Monumento Natural tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

§ 1º O Monumento Natural pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

§ 2º Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Monumento Natural com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3º A visitação pública está sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento.

Art. 13. O Refúgio da Vida Silvestre tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram

condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

§ 1º O Refúgio de Vida Silvestre pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

§ 2º Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Refúgio de Vida Silvestre com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 4º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Área de Proteção Ambiental;

II - Área de Relevante Interesse Ecológico;

III - Floresta Nacional;

IV - Reserva Extrativista;

V - Reserva de Fauna;

VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e

VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o

bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

§ 1º A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas.

§ 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental.

§ 3º As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade.

§ 4º Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.

§ 5º A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

Art. 16. A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos da conservação da natureza.

§ 1º A Área de Relevante Interesse Ecológico é constituída por terras públicas ou privadas.

§ 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma

propriedade privada localizada em uma Área de Relevante Interesse Ecológico.

Art. 17. A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

§ 1º A Floresta Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º, Nas Florestas Nacionais é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

§ 3º A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração.

§ 4º A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por esta estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.

§ 5º A Floresta Nacional disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes.

§ 6º A unidade desta categoria, quando criada pelo Estado ou Município, será denominada, respectivamente, Floresta Estadual e Floresta Municipal.

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e

tem como objetivos básicos: proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 3º A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.

§ 4º A pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por esta estabelecidas e às normas previstas em regulamento.

§ 5º O Plano de Manejo da Unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

§ 6º São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional.

§ 7º A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

Art. 19. A Reserva de Fauna é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou

aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.

§ 1º A Reserva de Fauna é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública pode ser permitida, desde que compatível com o manejo da unidade e de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração.

§ 3º É proibido o exercício da caça amadorística ou profissional.

§ 4º A comercialização dos produtos e subprodutos resultantes das pesquisas obedecerá ao disposto nas leis sobre fauna e regulamentos.

Art. 20. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

§ 1º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.

§ 2º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3º O uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais será regulado de acordo com o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica.

§ 4º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 5º As atividades desenvolvidas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável obedecerão às seguintes condições:

I - é permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área;

II - é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por esta estabelecidas e às normas previstas em regulamento;

III - deve ser sempre considerado o equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação; e

IV - é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área.

§ 6º O Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável definirá as zonas de proteção integral, de uso sustentável e de amortecimento e corredores ecológicos, e será aprovado pelo Conselho Deliberativo da unidade.

Art. 21. A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

§ 1º O gravame de que trata este artigo constará de termo de compromisso assinado perante o órgão ambiental, que verificará a existência de interesse público, e será averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis.

§ 2º Só poderá ser permitida, na Reserva Particular do Patrimônio Natural, conforme se dispuser em regulamento:

I - a pesquisa científica;

II - a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais;

III - a extração de recursos naturais, exceto madeira, que não coloque em risco as espécies ou os ecossistemas que justificaram a criação da unidade.

§ 3º Os órgãos integrantes do SHUC, sempre que possível e oportuno, prestarão orientação técnica e científica ao proprietário da Reserva Particular do Patrimônio Natural para a elaboração de um Plano de Manejo ou de Proteção e de Gestão da unidade.

CAPÍTULO IV

DA CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público.

§ 1º Na lei de criação devem constar os seus objetivos básicos, o memorial descritivo do perímetro da área, o órgão responsável por sua administração e, no caso das Reservas Extrativistas, Desenvolvimento Sustentável e, quando for o caso das Reservas Extrativistas, Desenvolvimento Sustentável e, quando for o caso, das Florestas Nacionais, a população tradicional destinatária.

§ 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

§ 3º No processo de consulta de que trata o parágrafo anterior, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas.

§ 4º Na criação de Estação Ecológica ou Reserva Biológica não é obrigatória a consulta de que trata o § 2º deste artigo.

§ 5º As unidades de conservação do grupo de Uso Sustentável podem ser transformadas total ou parcialmente em unidades do grupo de Proteção Integral, por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2º deste artigo.

§ 6º A ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2º deste artigo.

§ 7º A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica.

Art. 23. A posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão regulados por contrato, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

§ 1º As populações de que trata este artigo obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação.

§ 2º O uso dos recursos naturais pelas populações de que trata este artigo obedecerá as seguintes normas:

I - proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats;

II - proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas;

III - demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso.

Art. 24. O subsolo e o espaço aéreo, sempre que integram na estabilidade do ecossistema, integram os limites das unidades de conservação.

Art. 25. As unidades de conservação, exceto áreas de proteção ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.

§ 1º O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos de uma unidade de conservação.

§ 2º Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de que trata o parágrafo anterior poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou posteriormente.

Art. 26. Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, o gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.

Parágrafo único. O regulamento desta Lei disporá sobre a forma da gestão integrada do conjunto das unidades.

Art. 27. As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo.

§ 1º O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

§ 2º Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente.

§ 3º O Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação.

Art. 28. São proibidas, nas unidades de conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos.

Parágrafo único. Até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

Art. 29. Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da

sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no § 2º do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

Art. 30. As unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante convênio ou contrato com o órgão responsável por sua gestão.

Art. 31. É proibida a introdução nas unidades de conservação de espécies não autóctones.

§ 1º Excepcionam-se do disposto neste artigo as Áreas de Proteção Ambiental, as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, bem como os animais e plantas necessários à administração e às atividades das demais categorias de unidades de conservação, de acordo com o que se dispuser em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

§ 2º Nas áreas particulares localizadas em Refúgios de Vida Silvestre e Monumentos Naturais podem ser criados animais domésticos e cultivadas plantas considerados compatíveis com as finalidades da unidade, de acordo com o que dispuser o seu Plano de Manejo.

Art. 32. Os órgãos executores articular-se-ão com a comunidade científica com o propósito de incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre a fauna, a flora e a ecologia das unidades de conservação e sobre formas de uso sustentável dos recursos naturais, valorizando-se o conhecimento das populações tradicionais.

§ 1º As pesquisas científicas nas unidades de conservação não podem colocar em risco a sobrevivência das espécies integrantes dos ecossistemas protegidos.

§ 2º A realização de pesquisas científicas nas unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, depende de aprovação prévia e está sujeita à fiscalização do órgão responsável por sua administração.

§ 3º Os órgãos competentes podem transferir para as instituições de pesquisa nacionais, mediante acordo, a atribuição de aprovar a realização de pesquisas científicas e de credenciar pesquisadores para trabalharem nas unidades de conservação.

Art. 33. A exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, dependerá de prévia autorização e sujeitará o explorador a pagamento, conforme disposto em regulamento.

Art. 34. Os órgãos responsáveis pela administração das unidades de conservação podem receber recursos ou doações de qualquer natureza, nacionais ou internacionais, com ou sem encargos, provenientes de organizações privadas ou públicas ou de pessoas físicas que desejarem colaborar com a sua conservação.

Parágrafo único. A administração dos recursos obtidos cabe ao órgão gestor da unidade, e estes serão utilizados exclusivamente na sua implantação, gestão e manutenção.

Art. 35. Os recursos obtidos pelas unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral mediante a cobrança de taxa de visitação e outras rendas decorrentes da arrecadação, serviços e atividades da própria unidade serão aplicados de acordo com os seguintes critérios:

I - até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na implementação, manutenção, e gestão da própria unidade;

II - até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na regularização fundiária das unidades de conservação do Grupo;

III - até cinquenta por cento, e não menos que quinze por cento, na implementação, manutenção e gestão de outras unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral.

Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

§ 1º O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento.

§ 2º Ao órgão ambiental licenciador compete definir a(s) unidade(s) de conservação a ser(em) beneficiada(s), considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de nova(s) unidade(s) de conservação.

§ 3º Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o caput deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo.

CAPÍTULO V
DOS INCENTIVOS, ISENÇÕES E PENALIDADES

Art. 37. As parcelas de propriedades privadas incluídas e mantidas em Refúgios de Vida Silvestre e em Monumentos Naturais, bem como a área das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, são consideradas áreas de interesse ecológico para proteção dos ecossistemas, para fins de isenção do Imposto Territorial Rural, exercendo sua função social.

Art. 38. A ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos desta Lei e a seus regulamentos ou resultem em dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais das unidades de conservação, bem como às suas instalações e às zonas de amortecimento e corredores ecológicos, sujeitam os infratores às sanções previstas em lei.

Art. 39. Dá-se ao art. 40 da Lei nº 9.605, de 13 de fevereiro de 1998, a seguinte redação:

"Art. 40. Causar significativo dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais das Unidades de Conservação de Proteção Integral e das suas zonas de amortecimento:

Pena - reclusão, de dois a seis anos.

§ 1º Entende-se por Unidades de Conservação de Proteção Integral as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques Nacionais, os Monumentos Naturais e os Refúgios de Vida Silvestre.

§ 2º A ocorrência de dano afetando espécies ameaçadas de extinção no interior das Unidades de Conservação de Proteção Integral será considerada circunstância agravante para a fixação da pena.

§ 3º Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade."

Art. 40. Acrescente-se à Lei nº 9.605, de 13 de fevereiro de 1998, o seguinte art. 40A:

"Art. 40A. Causar significativo dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável e das suas zonas de amortecimento:

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 1º Entende-se por Unidades de Conservação de Uso Sustentável as Áreas de Proteção Ambiental, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas, as Reservas de Fauna, as Reservas Ecológico-Culturais e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

§ 2º A ocorrência de dano afetando espécies ameaçadas de extinção no interior das Unidades de Conservação de Uso Sustentável será considerada circunstância agravante para a fixação da pena.

§ 3º Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade."

CAPÍTULO VI

DAS RESERVAS DA BIOSFERA

Art. 41. A Reserva da Biosfera é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.

§ 1º A Reserva da Biosfera é constituída por:

I - uma ou várias áreas núcleo, destinadas à proteção integral da natureza;

II - uma ou várias zonas de amortecimento, onde são admitidas atividades que não resultem em dano para as áreas-núcleo; e

III - uma ou várias zonas de transição, sem limites rígidos, onde o processo de ocupação e o manejo dos recursos naturais são planejados e conduzidos de modo participativo e em bases sustentáveis.

§ 2º A Reserva da Biosfera é constituída por áreas de domínio público ou privado.

§ 3º A Reserva da Biosfera pode ser integrada por unidades de conservação já criadas pelo Poder Público, respeitadas as normas legais que disciplinam o manejo de cada categoria específica.

§ 4º A Reserva da Biosfera é gerida por um conselho deliberativo, formado por representantes de instituições públicas, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser em regulamento e no ato de constituição da unidade.

§ 5º A Reserva da Biosfera é reconhecida pelo Programa Intergovernamental "O Homem e a Biosfera - MAB", estabelecido pela UNESCO, do qual o Brasil é membro.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 42. As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.

§ 1º O Poder Público, por meio do órgão competente, priorizará o reassentamento das populações tradicionais a serem realocadas.

§ 2º Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.

§ 3º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, as normas regulando o prazo de permanência e suas condições serão estabelecidas em regulamento.

Art. 43. O Poder Público fará o levantamento nacional das terras devolutas, com o objetivo de definir áreas destinadas à conservação da natureza, no prazo de cinco anos após a publicação desta Lei.

Art. 44. As ilhas oceânicas e costeiras destinam-se prioritariamente à proteção da natureza e sua destinação para fins diversos deve ser precedida de autorização do órgão ambiental competente.

Parágrafo único. Estão dispensados da autorização citada no caput os órgãos que se utilizam das citadas ilhas por força de dispositivos legais ou quando decorrente de compromissos legais assumidos.

Art. 45. Excluem-se das indenizações referentes à regularização fundiária das unidades de conservação, derivadas ou não de desapropriação:

I - as áreas que contenham vegetações consideradas de preservação permanente, conforme descritas no art. 2º da Lei no 4.771 de 15 de setembro de 1965;

II - as áreas de reserva legal que não forem objeto de plano de manejo florestal sustentado ou estudo de impacto ambiental aprovados pelo órgão competente;

III - as espécies arbóreas declaradas imunes de corte pelo Poder Público;

IV - expectativas de ganhos e lucro cessante;

V - o resultado de cálculo efetuado mediante a operação de juros compostos;

VI - as áreas que não tenham prova de domínio inequívoco e anterior à criação da unidade.

Art. 46. A instalação de redes de abastecimento de água, esgoto, energia e infra-estrutura urbana em geral, em unidades de conservação onde estes equipamentos são admitidos depende de prévia aprovação do órgão responsável por sua administração, sem prejuízo da necessidade de elaboração de estudos de impacto ambiental e outras exigências legais.

Parágrafo único. Esta mesma condição se aplica à zona de amortecimento das unidades do Grupo de Proteção Integral, bem como às áreas de propriedade privada inseridas nos limites dessas unidades e ainda não indenizadas.

Art. 47. O órgão ou empresa, público ou privado, responsável pelo abastecimento de água ou que faça uso de recursos hídricos, beneficiário da proteção proporcionada por uma unidade de conservação, deve contribuir financeiramente para a proteção e implementação da unidade, de acordo com o disposto em regulamentação específica.

Art. 48. O órgão ou empresa, público ou privado, responsável pela geração e distribuição de energia elétrica, beneficiário da proteção oferecida por uma unidade de conservação, deve contribuir financeiramente para a proteção e implementação da unidade, de acordo com o disposto em regulamentação específica.

Art. 49. A área de uma unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral é considerada zona rural, para os efeitos legais.

Parágrafo único. A zona de amortecimento das unidades de conservação de que trata este artigo, uma vez definida formalmente, não pode ser transformada em zona

Art. 50. O Ministério do Meio Ambiente organizará e manterá um Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, com a colaboração do IBAMA e dos órgãos estaduais e municipais competentes.

§ 1º O Cadastro a que se refere este artigo conterá os dados principais de cada unidade de conservação, incluindo, dentre outras características relevantes, informações sobre espécies ameaçadas de extinção, situação fundiária, recursos hídricos, clima, solos e aspectos socioculturais e antropológicos.

§ 2º O Ministério do Meio Ambiente divulgará e colocará à disposição do público interessado os dados constantes do Cadastro.

Art. 51. O Poder Executivo Federal submeterá à apreciação do Congresso Nacional, a cada dois anos, um relatório de avaliação global da situação das unidades de conservação federais do País.

Art. 52. Os mapas e cartas oficiais devem indicar as áreas que compõem o SNUC.

Art. 53. O IBAMA elaborará e divulgará periodicamente uma relação revista e atualizada das espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção no território brasileiro.

Parágrafo único. O IBAMA incentivará os competentes órgãos estaduais e municipais a elaborarem relações equivalentes abrangendo suas respectivas áreas de jurisdição.

Art. 54. O IBAMA, excepcionalmente, pode permitir a captura de exemplares de espécies ameaçadas de extinção

destinadas a programas de criação em cativeiro ou formação de coleções científicas, de acordo com o disposto nesta Lei e em regulamentação específica.

Art. 55. As unidades de conservação e áreas protegidas criadas com base nas legislações anteriores e que não pertençam às categorias previstas nesta Lei serão reavaliadas, no todo ou em parte, no prazo de até dois anos, com o objetivo de definir sua destinação com base na categoria e função para as quais foram criadas, conforme o disposto no regulamento desta Lei.

Art. 56. A presença de população tradicional em uma unidade de conservação do grupo de Proteção Integral criada em função de legislação anterior obriga o Poder Público, no prazo de cinco anos a partir da vigência desta Lei, prorrogável por igual período, a adotar uma das seguintes medidas:

I - reassentar a população tradicional, nos termos do art. 42 desta Lei; ou

II - reclassificar a área ocupada pela população tradicional em Reserva Extrativista ou Reserva de Desenvolvimento Sustentável, conforme o disposto em regulamento.

Art. 57. Os órgãos federais responsáveis pela execução das políticas ambiental e indigenista deverão instituir grupos de trabalho para, no prazo de cento e oitenta dias a partir da vigência desta Lei, propor as diretrizes a serem adotadas com vistas à regularização das eventuais superposições entre áreas indígenas e unidades de conservação.

Parágrafo único. No ato de criação dos grupos de trabalho serão fixados os participantes, bem como a estratégia de ação e a abrangência dos trabalhos, garantida a participação das comunidades envolvidas.

Art. 58. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário à sua aplicação, no prazo de cento e oitenta dias a partir da data da sua publicação.

Art. 59. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 60. Revogam-se os arts. 5º e 6º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; o art. 5º da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967; e o art. 18 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

São as seguintes as emendas aprovadas:

Emenda nº 1 – de Redação – CCJ

Substitua-se, no art. 30, os termos “convênio ou contrato”, por “instrumento a ser firmado”.

Emenda nº 2 – de Redação – CCJ

Substitua-se, no art. 40, § 1º, o termo “Reservas Ecológico-Culturais” por “Reservas de Desenvolvimento Sustentável”.

Emenda nº 3 – de Redação – CCJ

Acrescente-se, no parágrafo 5º do art. 41, o termo “organização da”, entre “Unesco”, e “qual o Brasil é membro”.

Emenda nº 4 – de Redação – CCJ

O § 1º do art. 22 do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

Na lei de criação devem constar os seus objetivos básicos, o memorial descritivo do perímetro da área, o órgão responsável por sua administração e, no caso das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável e, quando for o caso, das Florestas Nacionais, a população tradicional destinatária.

São as seguintes as emendas rejeitadas:

Emenda nº 5 – PLEN

Dê-se ao inciso XVIII, art. 2º, a seguinte redação:

XVIII – Zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação constituída por faixa marginal com largura máxima de até dois quilômetros, onde as atividades humanas, estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade; e

Emenda nº 6 – PLEN

Adicione-se ao art. 4º o seguinte inciso XIV:

XIV – garantir a indenização justa e prévia pelas propriedades cuja desapropriação seja necessária à criação de Unidades de Conservação, abarcando suas respectivas zonas de amortecimento ou corredores ecológicos.

Emenda nº 7 – PLEN

Dê-se ao caput do art. 22 a seguinte redação:

Art. 22. As unidades de conservação com áreas superiores a 2.500 (dois mil e quinhentos) hectares são criadas por lei proposta pelo Poder Executivo e aprovada pelo Poder Legislativo, podendo ser criadas por decreto no caso de áreas de dimensões inferiores.

Emenda nº 8 – PLEN

Adicione-se ao art. 25 o seguinte § 3º:

§ 3º No caso dos corredores ecológicos ou zonas de amortecimento incidentes sobre áreas privadas, que tornem inviável a exploração econômica da gleba, as limitações somente poderão ser impostas após prévia indenização.

Emenda nº 9 – PLEN

Dê-se ao art. 45 a seguinte redação:

Art. 45. Constituem elementos básicos de indenização referente à criação ou regularização fundiária de unidades de conservação:

I – as áreas que contenham vegetações consideradas de preservação permanente, conforme descritas no art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965;

II – as áreas de reserva legal reguladas pelos arts. 16 e 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965;

III – as espécies arbóreas declaradas imunes de corte pelo Poder Público.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Item 13:

Primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da **Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 1999** (nº 82/95, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, tendo Parecer sob nº 598 de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com abstenções dos Senadores Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Lúcio Alcântara, Edison Lobão e Djalma Bessa.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão, em primeiro turno, quando poderão ser ofereci-

das emendas assinadas por um terço no mínimo da composição da Casa. Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão terá prosseguimento na próxima sessão deliberativa ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Item 14:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 1999** (nº 129/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Excelsior Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 75, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

Discussão do projeto em turno único. (Pausa.)

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Tem V. Exª a palavra, para discutir.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas por economia processual, do item 14 ao item 21, o Bloco está liberado. O Partido dos Trabalhadores se abstém, em função do não-cumprimento do art. 224 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Já fica registrada a posição do Bloco, que V. Exª tão bem representa.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com a abstenção do PT.

O projeto vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Agnelo Alves.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 690, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 1999 (nº 129, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 1999 (nº 129, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Excelsior Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de junho de 2000. – **Geraldo Melo**, Presidente – **Nabor Junior**, Relator – **Carlos Patrocínio** – **Eduardo Suplicy**.

ANEXO AO PARECER Nº 690, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão de "Rádio Excelsior Ltda.," para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de outubro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão de "Rádio Excelsior Ltda.," para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – **Item 15:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 1999** (nº 116/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Champagnat, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná*, tendo

Parecer favorável, sob nº 78, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, com a abstenção do PT.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Agnelo Alves.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 691, DE 2000
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 1999 (nº 116, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 1999 (nº 116, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Champagnat para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de junho de 2000. – **Geraldo Melo**, Presidente – **Nabor Júnior**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Carlos Patrocínio**.

ANEXO AO PARECER Nº 691, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que outorga concessão à “Fundação Champagnat” para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 6 de julho de 1998, que outorga concessão à “Fundação Champagnat” para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), com fins exclusivamente educativos, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – **Item 16:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 1999** (nº 119/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Orlândia Rádio Clube Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Orlândia, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 236, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, com a abstenção do PT.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecen-

do a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Agnelo Alves.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 692, DE 2000
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 1999 (nº 119, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 1999 (nº 119, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Orlândia Rádio Clube Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Orlândia, Estado de São Paulo.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de junho de 2000. – **Geraldo Melo**, Presidente – **Lúdio Coelho**, Relator – **Carlos Patrocínio** – **Eduardo Suplicy**.

ANEXO AO PARECER Nº 692, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão da “Orlândia Rádio Clube Ltda.” para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Orlândia, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de agosto de 1998, que renova, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da “Orlândia Rádio Clube Ltda.” para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Orlândia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – **Item 17:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 1999** (nº 139/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Pedro Três para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, tendo

Parecer favorável, sob nº 79, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata, com abstenções dos Senadores Geraldo Cândido e Roberto Saturnino.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, com a abstenção do PT.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final para o Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 1999, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Agnelo Alves.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 693, DE 2000
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 1999 (nº 139, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 1999 (nº 139, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Educativa e Cultural Pedro Três para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de junho de 2000. – **Geraldo Melo**, Presidente – **Nabor Júnior** – Relator – **Eduardo Suplicy** – **Carlos Patrocínio**.

ANEXO AO PARECER Nº 693, DE 2000

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 1999 (nº 139, de 1999, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que outorga permissão a "Fundação Educativa e Cultural Pedro Três" para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 315, de 21 de dezembro de 1998, que outorga permissão a "Fundação Educativa e Cultural Pedro Três" para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – **Item 18:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 1999** (nº 160/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Pesquisa, Planejamento e Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Toledo – Fundação Toledo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Toledo, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 122, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias, com abstenções dos

Senadores Jefferson Péres e Roberto Saturnino.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, com a abstenção do PT.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Agnelo Alves.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 694, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 1999 (nº 160, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 1999 (nº 160, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Pesquisa, Planejamento e Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Toledo (Fundação Toledo) para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de junho de 2000. – **Geraldo Melo**, Presidente – **Nabor Júnior**, Relator – **Ademir Andrada** – **Carlos Patrocínio**.

ANEXO AO PARECER Nº 694, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que outorga permissão à "Fundação de Pesquisa, Planejamento e Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Toledo (Fundação Toledo)" para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Toledo, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 294, de 9 de dezembro de 1998, que outorga permissão à "Fundação de Pesquisa, Planejamento e Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Toledo (Fundação Toledo)" para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – **Item 19:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 1999** (nº 136/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 312, de 2000, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emilia Fernandes, com abstenções dos Senadores Geraldo Cândido e Jefferson Péres.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, com a abstenção do PT.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Agnelo Alves.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 695, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 1999 (nº 136, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 1999 (nº 136, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de junho de 2000. – **Geraldo Melo**, Presidente – **Nabor Júnior**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Carlos Patrocínio**.

ANEXO AO PARECER Nº 695, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que outorga permissão à "Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado" para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 293, de 9 de dezembro de 1998, que outorga permissão à "Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado" para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – **Item 20:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2000** (nº 202/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a permissão à Rádio FM da Ilha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra de Coqueiros, Estado de Sergipe, tendo

Parecer favorável, sob nº 619, de 2000, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, com a abstenção do PT.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Agnelo Alves.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 696, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2000 (nº 202, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2000 (nº 202, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM da Ilha Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de junho de 2000. – **Geraldo Melo**, Presidente – **Nabor Júnior**, Relator – **Carlos Patrocínio** – **Lúdio Coelho**.

ANEXO AO PARECER Nº 696, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do

art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que outorga permissão à “Rádio FM da Ilha Ltda.”, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 248, de 4 de dezembro de 1998, que outorga permissão à “Rádio FM da Ilha Ltda.”, para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – **Item 21:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2000 (nº 307/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural e Educacional de Itajaí para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, sob nº 614, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ramez Tebet, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, com abstenção do PT.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Agnelo Alves.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 697 DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2000 (nº 307, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2000 (nº 307, de 1999 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural e Educacional de Itajaí para executar serviço de radiodifusão, de sons e imagens na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de junho de 2000 – **Geraldo Melo**, Presidente – **Nabor Junior**, Relator – **Carlos Patrocínio** – **Casildo Maldoner**.

ANEXO AO PARECER Nº 697, de 2000

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2000 (nº 307, de 1999, na Câmara Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que outorga concessão a “Fundação Cultural e Educacional de Itajaí” para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na localidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 29 de julho de 1999, que outorga concessão a “Fundação Cultural e Educacional de Itajaí” para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), com fins exclusivamente educativos, na localidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srª e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – **Item 22:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2000 (nº 341/99, na Câmara dos Deputados)**, que aprova o texto do Acordo sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, em Luanda, em 31 de maio de 1999, tendo

Parecer favorável, sob nº 413, de 2000, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Piva.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srª e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – **Item 23:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2000 (nº 404/2000, na Câmara dos Deputados)**, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Israel sobre Isenção de Vistos para Titulares de Passaportes Nacionais Válidos, celebrado em Brasília, em 1º de setembro de 1999, tendo

Parecer favorável, sob nº 641, de 2000, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Piva.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1999, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Agnelo Alves.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 698, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1999 (nº 2.892, de 1992, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1999 (nº 2.892, de 1992, na Casa de origem), que regulamenta o art. 225, §, 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, consolidando as emendas nºs 1 a 4 CCJ, de redação.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de junho de 2000. – **Geraldo Melo**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator – **Nabor Júnior** – **Eduardo Suplicy**.

ANEXO AO PARECER Nº 698, DE 2000

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Art. 2º Para os fins previstos nesta lei, entende-se por:

I – unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

II – conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

III – diversidade biológica: a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas;

IV – recurso ambiental: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;

V – preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;

VI – proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais;

VII – conservação *in situ*: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características;

VIII – manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas;

IX – uso indireto: aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais;

X – uso direto: aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais;

XI – uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;

XII – extrativismo: sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis;

XIII – recuperação: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original;

XIV – restauração: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original;

XV – população tradicional: grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável;

XVI – zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz;

XVII – plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade;

XVIII – zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade; e

XIX – corredores ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

CAPÍTULO II

Do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC

Art. 3º O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federal, estaduais e municipais, de acordo com o disposto nesta lei.

Art. 4º O SNUC tem os seguintes objetivos:

I – contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;

II – proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;

III – contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;

IV – promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

V – promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

VI – proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;

VII – proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

VIII – proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;

IX – recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

X – proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

XI – valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;

XII – favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

XIII – proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Art. 5º O SNUC será regido por diretrizes que:

I – assegurem que no conjunto das unidades de conservação estejam representadas amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, salvaguardando o patrimônio biológico existente;

II – assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;

III – assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;

IV – busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação;

V – incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional;

VI – assegurem, nos casos possíveis, a sustentabilidade econômica das unidades de conservação;

VII – permitam o uso das unidades de conservação para a conservação *in situ* de populações das variantes genéticas selvagens dos animais e plantas domesticados e recursos genéticos silvestres;

VIII – assegurem que o processo de criação e a gestão das unidades de conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais;

IX – considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;

X – garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos;

XI – garantam uma alocação adequada dos recursos financeiros necessários para que, uma vez criadas, as unidades de conservação possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos;

XII – busquem conferir às unidades de conservação, nos casos possíveis e respeitadas as conveniências da administração, autonomia administrativa e financeira; e

XIII – busquem proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corre-

dores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas.

Art. 6º O SNUC será gerido pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições:

I – Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema;

II – Órgão central: o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de coordenar o Sistema; e

III – Órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federal, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação.

Parágrafo único. Podem integrar o SNUC, excepcionalmente e a critério do Conama, unidades de conservação estaduais e municipais que, concebidas para atender a peculiaridades regionais ou locais, possuam objetivos de manejo que não possam ser satisfatoriamente atendidos por nenhuma categoria prevista nesta lei e cujas características permitam, em relação a estas, uma clara distinção.

CAPÍTULO III

Das Categorias de Unidades de Conservação

Art. 7º As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I – Unidades de Proteção Integral;

II – Unidades de Uso Sustentável.

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta lei.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidades de conservação:

I – Estação Ecológica;

II – Reserva Biológica;

III – Parque Nacional;

IV – Monumento Natural;

V – Refúgio de Vida Silvestre.

Art. 9º A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.

§ 1º A Estação Ecológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º É proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º Na Estação Ecológica só podem ser permitidas alterações dos ecossistemas no caso de:

I – medidas que visem a restauração de ecossistemas modificados;

II – manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica;

III – coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas;

IV – pesquisas científicas cujo impacto sobre o ambiente seja maior do que aquele causado pela simples observação ou pela coleta controlada de componentes dos ecossistemas, em uma área correspondente a no máximo três por cento da extensão total da unidade e até o limite de um mil e quinhentos hectares.

Art. 10. A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

§ 1º A Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º É proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração

da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

Art. 12. O Monumento Natural tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

§ 1º O Monumento Natural pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

§ 2º Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Monumento Natural com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3º A visitação pública está sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento.

Art. 13. O Refúgio de Vida Silvestre tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de

espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

§ 1º O Refúgio de Vida Silvestre pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

§ 2º Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aqüiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Refúgio de Vida Silvestre com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 4º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável seguintes categorias de unidade de conservação:

- I – Área de Proteção Ambiental;
- II – Área de Relevante Interesse Ecológico;
- III – Floresta Nacional;
- IV – Reserva Extrativista;
- V – Reserva de Fauna;
- VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e
- VII – Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

§ 1º A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas.

§ 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a uti-

lização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental.

§ 3º As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade.

§ 4º Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.

§ 5º A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

Art. 16. A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

§ 1º A Área de Relevante Interesse Ecológico é constituída por terras públicas ou privadas.

§ 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Relevante Interesse Ecológico.

Art. 17. A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

§ 1º A Floresta Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º Nas Florestas Nacionais é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

§ 3º A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração.

§ 4º A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável

pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.

§ 5º A Floresta Nacional disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes.

§ 6º A unidade desta categoria, quando criada pelo Estado ou Município será denominada, respectivamente, Floresta Estadual e Floresta Municipal.

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 3º A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.

§ 4º A pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento.

§ 5º O Plano de Manejo da Unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

§ 6º São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional.

§ 7º A exploração comercial de recursos madeiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

Art. 19. A Reserva de Fauna é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.

§ 1º A Reserva de Fauna é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública pode ser permitida, desde que compatível com o manejo da unidade e de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração.

§ 3º É proibido o exercício da caça amadorística ou profissional.

§ 4º A comercialização dos produtos e subprodutos resultantes das pesquisas obedecerá ao disposto nas leis sobre fauna e regulamentos.

Art. 20. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

§ 1º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.

§ 2º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3º O uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais será regulado de acordo com o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica.

§ 4º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 5º As atividades desenvolvidas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável obedecerão às seguintes condições:

I – é permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área;

II – é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento;

III – deve ser sempre considerado o equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação; e

IV – é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área.

§ 6º O Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável definirá as zonas de proteção integral, de uso sustentável e de amortecimento e corredores ecológicos, e será aprovado pelo Conselho Deliberativo da unidade.

Art. 21. A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

§ 1º O gravame de que trata este artigo constará de termo de compromisso assinado perante o órgão ambiental, que verificará a existência de interesse público, e será averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis.

§ 2º Só poderá ser permitida, na Reserva Particular do Patrimônio Natural, conforme se dispuser em regulamento:

I – a pesquisa científica;

II – a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais;

III – a extração de recursos naturais, exceto madeira, que não coloque em risco as espécies ou os ecossistemas que justificaram a criação da unidade.

§ 3º Os órgãos integrantes do SNUC, sempre que possível e oportuno, prestarão orientação técnica e científica ao proprietário de Reserva Particular do Patrimônio Natural para a elaboração de um Plano de Manejo ou de Proteção e de Gestão da unidade.

CAPÍTULO IV Da Criação, Implantação e Gestão das Unidades De conservação

Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público.

§ 1º Na lei de criação devem constar os seus objetivos básicos, o memorial descritivo do perímetro da área, o órgão responsável por sua administração e, no caso das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável e, quando for o caso, das Florestas Nacionais, a população tradicional destituinte.

§ 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade conforme se dispuser em regulamento.

§ 3º No processo de consulta de que trata o parágrafo anterior, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e as outras partes interessadas.

§ 4º Na criação de Estação Ecológica ou Reserva Biológica não é obrigatória a consulta de que trata o § 2º deste artigo.

§ 5º As unidades de conservação do grupo de Uso Sustentável podem ser transformadas total ou parcialmente em unidades do grupo de Proteção Integral, por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2º deste artigo.

§ 6º A ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2º deste artigo.

§ 7º A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica.

Art. 23. A posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão regulados por contrato, conforme se dispuser no regulamento desta lei.

§ 1º As populações de que trata este artigo obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação.

§ 2º O uso dos recursos naturais pelas populações de que trata este artigo obedecerá às seguintes normas:

I – proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus **habitats**;

II – proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas;

III – demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso.

Art. 24. O subsolo e o espaço aéreo, sempre que influírem na estabilidade do ecossistema, integram os limites das unidades de conservação.

Art. 25. As unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.

§ 1º O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos de uma unidade de conservação.

§ 2º Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de que trata o parágrafo anterior poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou posteriormente.

Art. 26. Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.

Parágrafo único. O regulamento desta Lei disporá sobre a forma de gestão integrada do conjunto das unidades.

Art. 27. As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo.

§ 1º O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

§ 2º Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas,

das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas

Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente.

§ 3º O Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação.

Art. 28. São proibidas, nas unidades de conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos.

Parágrafo único. Até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

Art. 29. Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no § 2º do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

Art. 30. As unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão.

Art. 31. É proibida a introdução nas unidades de conservação de espécies não autóctones.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo as Áreas de Proteção Ambiental, as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, bem como os animais e plantas necessários à administração e às atividades das demais categorias de unidades de conservação, de acordo com o que se dispuser em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

§ 2º Nas áreas particulares localizadas em Refúgios de Vida Silvestre e Monumentos Naturais podem ser criados animais domésticos e cultivadas plantas considerados compatíveis com as finalidades

da unidade, de acordo com o que dispuser o seu Plano de Manejo.

Art. 32. Os órgãos executores articular-se-ão com a comunidade científica com o propósito de incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre a fauna, a flora e a ecologia das unidades de conservação e sobre formas de uso sustentável dos recursos naturais, valorizando-se o conhecimento das populações tradicionais.

§ 1º As pesquisas científicas nas unidades de conservação não podem colocar em risco a sobrevivência das espécies integrantes dos ecossistemas protegidos.

§ 2º A realização de pesquisas científicas nas unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, depende de aprovação prévia e está sujeita à fiscalização do órgão responsável por sua administração.

§ 3º Os órgãos competentes podem transferir para as instituições de pesquisa nacionais, mediante acordo, a atribuição de aprovar a realização de pesquisas científicas e de credenciar pesquisadores para trabalharem nas unidades de conservação.

Art. 33. A exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, dependerá de prévia autorização e sujeitará o explorador a pagamento, conforme disposto em regulamento.

Art. 34. Os órgãos responsáveis pela administração das unidades de conservação podem receber recursos ou doações de qualquer natureza, nacionais ou internacionais, com ou sem encargos, provenientes de organizações privadas ou públicas ou de pessoas físicas que desejarem colaborar com a sua conservação.

Parágrafo único. A administração dos recursos obtidos cabe ao órgão gestor da unidade, e estes serão utilizados exclusivamente na sua implantação, gestão e manutenção.

Art. 35. Os recursos obtidos pelas unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral mediante a cobrança de taxa de visitação e outras rendas decorrentes de arrecadação, serviços e atividades da própria unidade serão aplicados de acordo com os seguintes critérios:

I – até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na implementação, manutenção, e gestão da própria unidade;

II – até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na regularização fundiária das unidades de conservação do Grupo;

III – até cinquenta por cento, e não menos que quinze por cento, na implementação, manutenção e gestão de outras unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral.

Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

§ 1º O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento.

§ 2º Ao órgão ambiental licenciador compete unidade(s) de conservação a ser(em) beneficiada(s), considerando apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de nova(s) unidade(s) de conservação.

§ 3º Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o **caput** deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo.

CAPÍTULO V

Dos Incentivos, Isenções e Penalidades

Art. 37. As parcelas de propriedades privadas incluídas e mantidas em Refúgios de Vida Silvestre e em Monumentos Naturais, bem como a área das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, são consideradas áreas de interesse ecológico para proteção dos ecossistemas, para fins de isenção do Imposto Territorial Rural, exercendo sua função social.

Art. 38. A ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos precei-

tos desta Lei e a seus regulamentos ou resultem em dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais das unidades de conservação, bem como às suas instalações e às zonas de amortecimento e corredores ecológicos, sujeitam os infratores às sanções previstas em lei.

Art. 39. Dê-se ao art. 40 da Lei nº 9.605, de 13 de fevereiro de 1998, a seguinte redação:

"Art. 40. Causar significativo dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais das Unidades de Conservação de Proteção Integral e das suas zonas de amortecimento:

Pena – reclusão, de dois a seis anos.

§ 1º Entende-se por Unidades de Conservação de Proteção Integral as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques Nacionais, os Monumentos Naturais e os Refúgios de Vida Silvestre.

§ 2º A ocorrência de dano afetando espécies ameaçadas de extinção no interior das Unidades de Conservação de Proteção Integral será considerada circunstância agravante para a fixação da pena.

§ 3º Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade."

Art. 40. Acrescente-se à Lei nº 9.605, de 13 de fevereiro de 1998, o seguinte art. 40-A:

"Art. 40-A. Causar significativo dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável e das suas zonas de amortecimento:

Pena – reclusão, de um a três anos.

§ 1º Entende-se por Unidades de Conservação de uso

Sustentável as Áreas de Proteção Ambiental, as Áreas

Relevante Interesse Ecológico, as Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, as Reservas de Fauna, as Reservas Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Particulares Patrimônio Natural.

§ 2º A ocorrência de dano afetando espécies ameaçadas de extinção no interior das Unidades de Conservação de Uso Sustentável será considerada circunstância agravante para a fixação da pena.

§ 3º Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade."

CAPÍTULO VI das Reservas da Biosfera

Art. 41. A Reserva da Biosfera é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com

os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.

§ 1º A Reserva da Biosfera é constituída por:

I – uma ou várias áreas-núcleo, destinadas à proteção integral da natureza;

II – uma ou várias zonas de amortecimento, onde admitidas atividades que não resultem em dano para as áreas-núcleo; e

III – uma ou várias zonas de transição, sem limites rígidos, onde o processo de ocupação e o manejo dos recursos naturais são planejados e conduzidos de modo participativo e em bases sustentáveis.

§ 2º A Reserva da Biosfera é constituída por áreas de domínio público ou privado.

§ 3º A Reserva da Biosfera pode ser integrada por unidades de conservação já criadas pelo Poder Público, respeitadas as normas legais que disciplinam o manejo de cada categoria específica.

§ 4º A Reserva da Biosfera é gerida por um conselho deliberativo, formado por representantes de instituições públicas, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser em regulamento e no ato de constituição da unidade.

§ 5º A Reserva da Biosfera é reconhecida pelo Programa Intergovernamental "O Homem e a Biosfera – MAB", estabelecido pela Unesco organização, do qual o Brasil é membro.

CAPÍTULO VII Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 42. As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.

§ 1º O Poder Público, por meio do órgão competente, priorizará o reassentamento das populações tradicionais a serem realocadas.

§ 2º Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a

sua participação na elaboração das referidas normas e ações.

§ 3º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, as normas regulando o prazo de permanência e suas condições serão estabelecidas em regulamento.

Art. 43. O Poder Público fará o levantamento nacional das terras devolutas, com o objetivo de definir áreas destinadas à conservação da natureza, no prazo de cinco anos após a publicação desta Lei.

Art. 44. As ilhas oceânicas e costeiras destinam-se prioritariamente à proteção da natureza e sua destinação para fins diversos deve ser precedida de autorização do órgão ambiental competente.

Parágrafo único. Estão dispensados da autorização citada no **caput** os órgãos que se utilizam das citadas ilhas por força de dispositivos legais ou quando decorrente de compromissos legais assumidos.

Art. 45. Excluem-se das indenizações referentes à regularização fundiária das unidades de conservação, derivadas ou não de desapropriação:

I - as áreas que contenham vegetações consideradas de preservação permanente, conforme descritas no art. 2º da Lei no 4.771 de 15 de setembro de 1965;

II - as áreas de reserva legal que não forem objeto de plano de manejo florestal sustentado ou estudo de impacto ambiental aprovados pelo órgão competente;

III - as espécies arbóreas declaradas imunes de corte pelo Poder Público;

IV - expectativas de ganhos e lucro cessante;

V - o resultado de cálculo efetuado mediante a operação de juros compostos;

VI - as áreas que não tenham prova de domínio inequívoco e anterior à criação da unidade.

Art. 46. A instalação de redes de abastecimento de água, esgoto, energia e infra-estrutura urbana em geral, em unidades de conservação onde estes equipamentos são admitidos depende de prévia aprovação do órgão responsável por sua administração, sem prejuízo da necessidade de elaboração de estudos de impacto ambiental e outras exigências legais.

Parágrafo único. Esta mesma condição se aplica à zona de amortecimento das unidades do Grupo de Proteção Integral, bem como às áreas de propriedade privada inseridas nos limites dessas unidades e ainda não indenizadas.

Art. 47. O órgão ou empresa, público ou privado, responsável pelo abastecimento de água ou que faça uso de recursos hídricos, beneficiário da proteção

proporcionada por uma unidade de conservação, deve contribuir financeiramente para a proteção e implementação da unidade, de acordo com o disposto em regulamentação específica.

Art. 48. O órgão ou empresa, público ou privado, responsável pela geração e distribuição de energia elétrica, beneficiário da proteção oferecida por uma unidade de conservação, deve contribuir financeiramente para a proteção e implementação da unidade, de acordo com o disposto em regulamentação específica.

Art. 49. A área de uma unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral é considerada zona rural, para os efeitos legais.

Parágrafo único. A zona de amortecimento das unidades de conservação de que trata este artigo, uma vez definida formalmente, não pode ser transformada em zona urbana.

Art. 50. O Ministério do Meio Ambiente organizará e manterá um Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, com a colaboração do Ibama e dos órgãos estaduais e municipais competentes.

§ 1º O Cadastro a que se refere este artigo conterá os dados principais de cada unidade de conservação, incluindo, dentre outras características relevantes, informações sobre espécies ameaçadas de extinção, situação fundiária, recursos hídricos, clima, solos e aspectos socioculturais e antropológicos.

§ 2º O Ministério do Meio Ambiente divulgará e colocará à disposição do público interessado os dados constantes do Cadastro.

Art. 51. O Poder Executivo Federal submeterá à apreciação do Congresso Nacional, a cada dois anos, um relatório de avaliação global da situação das unidades de conservação federais do País.

Art. 52. Os mapas e cartas oficiais devem indicar as áreas que compõem o SNUC.

Art. 53. O Ibama elaborará e divulgará periodicamente uma relação revista e atualizada das espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção no território brasileiro.

Parágrafo único. O Ibama incentivará os competentes órgãos estaduais e municipais a elaborarem relações equivalentes abrangendo suas respectivas áreas de jurisdição.

Art. 54. O Ibama, excepcionalmente, pode permitir a captura de exemplares de espécies ameaçadas de extinção destinadas a programas de criação em cativeiro ou formação de coleções científicas, de acordo com o disposto nesta Lei e em regulamentação específica.

Art. 55. As unidades de conservação e áreas protegidas criadas com base nas legislações anteriores e que não pertençam às categorias previstas nesta Lei serão reavaliadas, no todo ou em parte, no prazo de até dois anos, com o objetivo de definir sua destinação com base na categoria e função para as quais foram criadas, conforme o disposto no regulamento desta Lei.

Art. 56. A presença de população tradicional em uma unidade de conservação do grupo de Proteção Integral criada em função de legislação anterior obriga o Poder Público, no prazo de cinco anos a partir da vigência desta Lei, prorrogável por igual período, a adotar uma das seguintes medidas:

I - reassentar a população tradicional, nos termos do art. 42 desta Lei; ou

II - reclassificar a área ocupada pela população tradicional em Reserva Extrativista ou Reserva de Desenvolvimento Sustentável, conforme o disposto em regulamento.

Art. 57. Os órgãos federais responsáveis pela execução das políticas ambiental e indigenista deverão instituir grupos de trabalho para, no prazo de cento e oitenta dias a partir da vigência desta Lei, propor as diretrizes a serem adotadas com vistas à regularização das eventuais superposições entre áreas indígenas e unidades de conservação.

Parágrafo único. No ato de criação dos grupos de trabalho serão fixados os participantes, bem como a estratégia de ação e a abrangência dos trabalhos, garantida a participação das comunidades envolvidas.

Art. 58. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário à sua aplicação, no prazo de cento e oitenta dias a partir da data da sua publicação.

Art. 59. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 60. Revogam-se os arts. 5º e 6º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; o art. 5º da Lei 5.197, de 3 de janeiro de 1967; e o art. 18 da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Agnelo Alves.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 376, DE 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1999 (nº 2.892/92, na

Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **Juvêncio da Fonseca.**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Agnelo Alves.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 699, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2000 (nº 341, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2000 (nº 341, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, em Luanda, em 31 de maio de 1999.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de junho de 2000. – **Geraldo Melo**, Presidente – **Nabor Junior**, Relator – **Ademir Andrade** – **Carlos Patrocínio**.

ANEXO AO PARECER Nº 699, DE 2000

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2000 (nº 341, de 1999, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, —, Presidente do Senado Federal, nos termos do art 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o texto do Acordo sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, em Luanda, em 31 de maio de 1999.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, em Luanda, em 31 de maio de 1999.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revirão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Agnelo Alves.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 377, DE 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero à dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2000 (nº 341/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, em Luanda, em 31 de maio de 1999.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – Senador **Pedro Piva**.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Agnelo Alves.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 700, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2000 (nº 404, de 2000, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2000 (nº 404, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Israel sobre Isenção de Vistos para Titulares de Passaportes Nacionais Válidos, celebrado em Brasília, em 1º de setembro de 1999.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de junho de 2000. – **Geraldo Melo**, Presidente – **Nabor Junior**, Relator – **Carlos Patrocínio** – **Eduardo Suplicy**.

ANEXO AO PARECER Nº 700, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Israel sobre Isenção de Vistos para Titulares de Passaportes Nacionais Válidos, celebrado em Brasília, em 1º de setembro de 1999.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Israel sobre Isenção de Vistos para Titulares de Passaportes Nacionais Válidos, celebrado em Brasília, em 1º de setembro de 1999.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam re-

sultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Agnelo Alves.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 378, DE 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento interno, requeiro à dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2000 (nº 404/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Israel sobre Isenção de Vistos para Titulares de Passaportes Nacionais Válidos, celebrado em Brasília, em 1º de setembro de 1999.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **Pedro Piva.**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 364, de 2000, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Resolução nº 21 de 2000.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente, nos termos do art. 345, II, do Regimento Interno, ou seja, na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 365, de 2000, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Resolução nº 64, de 2000, Mensagem nº 131/2000.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente, nos termos do art. 345, II, do Regimento Interno, ou seja, na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Agnelo Alves.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 379, DE 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do inciso II, do art. 336, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Resolução nº 65, de 2000, oriundo da Mensagem nº 132, de 2000, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, nos valores de US\$167,998,250.00 (cento e sessenta e sete milhões novecentos e noventa e oito mil, duzentos e cinquenta dólares norte-americanos) e US\$44,646,750.00 (quarenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, setecentos e cinquenta dólares norte-americanos), entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt Für Wiederaufbau - KFW, destinadas a primeira, ao financiamento de oitenta e cinco por cento no valor dos bens e serviços referentes à parte alemã, que integram o projeto ProAmazônia/Promotec, e, a segunda, a quinze por cento da respectiva aquisição, bem como de serviços a serem prestados por empresas brasileiras (tranche brasileira).

Sala das Sessões, 21 de junho de 2000. – **Roberto Arruda – Sérgio Machado – Edison Lobão – Jader Barbalho**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente, nos

termos do art. 345, II, do Regimento Interno; portanto, na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência prorroga a sessão por mais dez minutos, pois ainda há alguns requerimentos, inclusive da Senadora Emilia Fernandes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Agnelo Alves.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 380, DE 2000

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento de 12 crianças, ocorrido na Creche Casinha da Emilia, em Uruguaiana, Rio Grande do Sul.

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências às famílias e ao Prefeito de Uruguaiana, Sr. Neito João Antônio Bonotto.

Sala das Sessões 21 de junho, de 2000. – Senadora **Emilia Fernandes**.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Este requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra à eminente Senadora Emilia Fernandes, para encaminhar a votação.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem o Brasil recebeu a notícia de que o Rio Grande do Sul está de luto – inclusive oficial, por três dias – pelo fato que chocou profundamente a região da fronteira do meu Estado com a Argentina, mais precisamente na cidade de Uruguaiana, quando, numa creche pública, doze crianças morreram queimadas.

Essa tragédia nos leva a uma consternação geral e nos faz refletir em relação à qualidade e à segurança que as nossas políticas públicas têm oferecido a nossas crianças. Doze crianças, com idade entre dois e três anos, foram mortas durante um incêndio, e afirma-se que não havia nem telefone nem extintor de incêndio para controlar as chamas. Quando os vizinhos viram a fumaça numa das salas da creche,

correram para resgatar as crianças. Conseguiram resgatar muitas, mas não sabiam que, numa sala, dormiam crianças pequenas de dois e três anos, que morreram carbonizadas. Apenas uma criança conseguiu sobreviver.

Toda a população está chocada. O Brasil recebeu a notícia, dada pelos meios de comunicação.

Nós, consternados, apresentamos esse requerimento pedindo o apoio desta Casa, porque é a forma de o Senado Federal, por intermédio de todos os representantes dos Estados, dizer ao Brasil que também acompanha esse sentimento. O requerimento de nossa autoria foi também subscrito pelos Senadores José Fogaça e Pedro Simon.

Queremos que as autoridades, cada vez mais, tenham consciência de que lugar de cuidado com as crianças é um lugar sagrado. É um lugar onde as crianças precisam ter pessoas acompanhando e condições dignas, seguras para a sua sobrevivência.

Quero dizer que em cima de um fato tão lamentável não nos moveríamos por nenhum outro tipo de sentimento a não ser aquele sentimento não apenas de gaúcho como também de mãe e avó, que sente a tristeza e as lágrimas derramadas pelas famílias daquelas crianças.

Quero deixar registrado o nome das crianças para que se localizem as famílias e também para que nós, em nome do Senado Federal, possamos nos dirigir à Prefeitura Municipal, que em última instância representa todo o povo que está hoje ainda lamentando e chorando profundamente a morte daquelas crianças.

As vítimas foram: Nathiele Montanha Santana, 2 anos; João Fernando Prates da Silva, 3 anos; Ruggiere Ferreira Poitevin, 3 anos; Carlos Miguel de Souza Miranda, 3 anos; Geovani Camargo da Rosa Filho, 2 anos; Márcia Elisabete Flores Gonçalves, 3 anos; Luana Fernandes Oliveira, 2 anos; Michael Leonardo da Silva Freitas, 3 anos; Taciane Rodrigues Batu, 3 anos; Andrielle Marques de Moura, 3 anos; Paola da Silva dos Santos, 2 anos; e Kethelen Karlyni Piatrowski, 3 anos.

Sr. Presidente, sabendo do adiantado da hora e do trabalho exaustivo que hoje todos nós tivemos, quero socorrer-me do texto – pois, neste momento, fico quase sem raciocínio para externar aquilo que sinto – da escritora gaúcha, Lya Luft, publicado hoje nos jornais do Rio Grande do Sul, intitulado **O cotidiano e o horror**, diz o seguinte:

Fim de tarde normal de trabalho no computador, a voz de minha netinha ressoa na sala ao lado, rindo e falando rápido a sua encantadora linguagem. O telefone toca, e

nesse cotidiano sossegado – às vezes a gente se queixa de que tudo está certinho demais, queremos mais do que milagres algumas vezes –, a notícia corta como uma máquina demoníaca abrindo feridas, rasgando carnes e almas. Uma creche no interior do Estado incendeia-se e morrem 12 criancinhas de dois a três anos. Doze corpinhos torturados e calcinados, 12 vezes gritos desesperados de quem não entende o inferno na sala onde deviam estar protegidas e amadas... Doze mães enlouquecidas, 12 famílias dilaceradas. Onde estavam as pessoas que deviam cuidar delas, os funcionários a quem essas vidas estavam confiadas?

Que segurança têm as casas onde deixamos esses pedaços de nossas vidas? Que segurança têm as nossas vidas? Nunca estamos preparados para o horror, e ele cai no nosso cotidiano morno e organizado, como o pé de um gigante diabólico que a tudo esmaga, e as carnes tão doces se despedaçam e queimam e desmancham. Os cabelinhos de seda, as mãozinhas gordas, devoradas pelo monstro da nossa máquina insana. O mundo ordenado explode e desmorona e escurece e silencia, só ouvimos os gritos das criancinhas sendo queimadas como bichos, enquanto pais e mães as imaginavam protegidas e amadas.

Sinto no colo o corpo de cada uma das criancinhas, seu cheiro de leite e sabonete e ternura, sua doçura e sua inocência, e seu desamparo absoluto. Uma notícia dessa choca a cidade, o Estado, o país e o mundo. Em qualquer lugar, na China, na Rússia, na Inglaterra, as pessoas se sobressaltam e querem correr para casa e abraçar as crianças que amam e certificar-se de que estão bem.

Haverá talvez lugares onde essa desgraça chocaria menos? Penso nas notícias que me chegam da África onde criancinhas morrem de fome às dezenas, centenas, todos os dias, e no nosso Nordeste, onde morrem mansamente de fome e doença, e nas favelas, com balas perdidas. E minha dúvida é se – nesta nossa civilização doente – em todo lugar essa notícia causaria o mesmo horror sem palavras a que estou neste momento querendo dar voz.

Não falo dos responsáveis, sobre estes só posso me calar, e certamente há responsáveis. Jamais haverá desculpa ou explicação para 12 criancinhas morrerem queimadas numa creche – a que foram confiadas! – sem ajuda. Falo de nós, de que a qualquer momento, além da nossa capacidade de prevenir e de proteger, pode desabar sobre nossas vidas o horror, e mastigar e devorar e engolir e cuspir na nossa cara o fato de que somos desprotegidos – e só o cotidiano nos impede de enlouquecer”.

É o registro que faço, pedindo, neste momento de sofrimento do Rio Grande do Sul e em especial da comunidade de Uruguaiana, que o Senado se manifeste não apenas com o voto de pesar e de solidariedade, mas que reflita, profundamente, sobre o compromisso que os poderes públicos têm com as crianças deste País, muitas vezes relegadas a segundo plano, sendo-lhes oferecidos serviços de baixa qualidade.

Eram essas as nossas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Em votação o Requerimento n.º 380, de 2000, de autoria da eminente Senadora Emilia Fernandes.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

A Mesa Diretora do Senado Federal se associa às manifestações de pesar expendidas pela eminente Senadora Emilia Fernandes e também pelos outros dois Senadores do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Agnelo Alves.

É lido o seguinte:

Brasília, 21 de junho de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a V. Ex^a que, embora presente às atividades do Senado Federal no dia de hoje, no momento das votações nominais encontrava-me afastado do plenário, tratando de assuntos de interesse parlamentar, razão pela qual encareço a V. Ex^a, em face a não participação nas referidas votações, que não me seja consignada falta à sessão deliberativa.

Na expectativa de um acolhimento favorável ao pleito, subscrevo-me, Atenciosamente, – Senador **Osmar Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O Ofício lido vai à publicação.

Os Srs. Senadores Luiz Otávio, Romero Jucá, Gerson Camata, Ernandes Amorim e Mauro Miranda enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem Partido – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, estou apostando o Requerimento nº de 2000, propondo a criação de uma Comissão Temporária, para conhecer, discutir e consolidar a legislação vigente e em tramitação no Congresso Nacional, sobre vantagens e direitos dos idosos, como o objetivo de elaborar o Estatuto do Idoso, nos moldes do já existente Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os dados dos últimos censos demográficos mostram que os idosos são cada vez mais numerosos no País, seja por conta da queda das taxas de natalidade e mortalidade infantil, seja pelo aumento da média de expectativa de vida dos brasileiros.

Atento a essa realidade, o legislador constituinte de 1988 faz inserir, em nossa Lei Maior, o art. 230, que prescreve o dever da família, da sociedade e do Estado de amparar os idosos, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Em decorrência desse mandamento e com o propósito de assegurar os direitos sociais dessa clientela, vem a lume, no dia 4 de janeiro de 1994, a Lei nº 8.842, que trata da Política Nacional do Idoso, criando as condições necessárias para promover a autonomia, integração e participação dos idosos. Contudo, mais de dois anos se passam até que o Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, venha regulamentar essa lei, fixando as competências dos órgãos e entidades públicas na implementação da referida política.

Isso não bastou, entretanto, para alterar o quadro desolador que caracteriza o amparo à velhice em nosso País. Na verdade, à medida que cresce o número de idosos também se multiplicam os problemas que os afetam mais de perto. Entre eles, merecem destaque certos tipos de moléstias, gastos excessivos com remédios e tratamento médico, rendimentos mínuos ou inexistentes, falta de condições dignas de habitação e alimentação, maus tratos, desprezo tanto do sistema educacional quanto produtivo, abandono material e emocional. Tudo isso configura flagrante desrespeito ao direito à vida do idoso, em afronta indefensável ao ordenamento constitucional vigente.

A situação revela-se ainda mais grave porque os idosos desconhecem muitos dos direitos que já lhe fo-

ram assegurados, os quais se encontram dispersos em várias leis. O ano internacional do idoso, comemorado em 1999, deixou isso bem evidente ao fazer com que a sociedade dirigisse os olhos para o problema.

Diante disso, cabe ao legislador promover a imediata consolidação das regras já existentes e tramitando no Congresso Nacional, num único instrumento legal, bem como inscrever nesse novo diploma os direitos ainda não contemplados, cujas propostas apresentaremos oportunamente. Trata-se, a rigor, de algo semelhante ao Estatuto da Criança e do Adolescente, documento que se mostrou fundamental para fomentar uma nova consciência com relação à infância e à juventude neste País.

Lembre-se, contudo, que a formulação consequente de um Estatuto do Idoso – que tenha por fim a proteção integral à velhice – pressupõe o trabalho coletivo dos legisladores e o amplo debate com os diversos segmentos sociais. Eis porque se propõe seja criada uma Comissão Temporária para congregar esforços nesse sentido, ouvir os interessados em audiência pública e, finalmente, elaborar o estatuto.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, concluímos, há pouco, a detida apreciação de mais um número da publicação **Norte Jurídico**, referente ao primeiro quadrimestre do corrente ano. Na terceira edição do segundo ano de sua já fecunda existência, a **Revista Jurídica** do Estado de Roraima mais uma vez reúne estudos de acendrada importância na área da Ciência do Direito, que exaltam a cultura de seus autores e enobrecem a Justiça do ainda jovem Estado que representamos.

Desta feita, o Bacharel em Direito Aníbal Magalhães da Cruz Matos, diplomado pela Faculdade de Direito da Universidade de Roraima, e que é também Analista Judiciário do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, fere o momentoso tema da "Alienação Cautelar de Bens Utilizados na Prática de Crime de Tráfico Ilícito de Substâncias Entorpecentes ou que Causem Dependência Física ou Psíquica".

Incursionando sobre disposições do Código Penal e da Lei de Entorpecentes, o autor conclui, procedentemente, que a venda cautelar de bens utilizados por traficantes, conforme disposta na Lei 9.804/99, "vem a ser mais uma arma de combate ao crime". Utilizados com rigor, os preceitos desse diploma legal podem oferecer valiosa contribuição para o êxito "da política criminal que vem sendo desenvolvida pelo Governo Federal".

Por sua vez, a Advogada Daysy Gonçalves Quintella Ribeiro, mercê de alta competência profissional e extensa experiência como Conselheira Estadual e Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, discorre, com profundo saber, sobre a morosidade dos procedimentos judiciais, em artigo encimado pelo título “Justiça Ágil, Cidadão Satisfeito”, para concluir que, “se o tempo é a dimensão fundamental da vida humana e se o bem perseguido no processo interfere na felicidade do litigante que o reivindica, é certo que a demora do processo gera, no mínimo, infelicidade e angústia”.

Subordinado ao título “Princípios da Isonomia: Ingresso na Universidade por Análise Curricular”, o artigo do Juiz Federal e Professor de Direito da Universidade Federal de Roraima Helder Girão Barreto discorre sobre a “busca da equalização de oportunidades para os estudantes da escola regular do Estado”.

Segundo o ilustre Magistrado, a Universidade Federal de Roraima contribui seguramente para o processo de análise curricular, ao desenvolver esforços “em prol da valorização e melhoria da escola regular”, assim como da capacitação de professores, objetivando a “interrupção do processo de evasão de jovens valores” e o avanço do desenvolvimento sócio-econômico-político-administrativo do nável Estado da Federação, da democratização do acesso ao Ensino Superior e da Justiça Social, instrumento verdadeiro da isonomia”.

Bem a propósito, tratando da “Isenção Fiscal como Instrumento Político de Redução das Desigualdades Sociais e Regionais”, o Procurador de Justiça Edson Damas da Silveira considera que “o manejo do instituto tributário da isenção” seria “um dos instrumentos aptos à redução das desigualdades sociais e regionais”, mormente em áreas sem infra-estrutura básica e carentes de instrumentos de geração de riquezas.

Entende o autor que o tema proposto à discussão é “controverso e suscetível a posicionamentos apaixonados”. No entanto, todos concordam que isenção fiscal é mais um dos instrumentos técnico-jurídicos postos à disposição dos Poderes constituídos, para, de modo efetivo, tentar ao menos a redução das desigualdades sociais e regionais.

Ingressando na área criminal, a Promotora de Justiça Liz Rocha Liberato formula estudo sobre a “Grécia Arcaica: Da Vingança Privada à Justiça Pública”, lembrando que o homicídio, limitado ao círculo estreito da família e parentes do morto, engendrava “uma seqüência sem fim de assassinatos e de vinganças”. Por isso, lembra a autora a importância da Constituição de Sólon, que produziu mudanças em diversos

setores do Direito, entre as quais despontou “o princípio segundo o qual o dano causado a um indivíduo particular é, na realidade, um atentado contra todos”.

A “Pena de Morte, em voo” é o tema desenvolvido pelo Advogado José Aparecido Corrêa, que é também piloto de linha aérea, referindo-se ao advento da Lei 9.614, de 5 de março de 1998, vista como instituidora da pena de morte, ao admitir a destruição de aeronave hostil, quando ordenada pela autoridade.

Apontando a inconstitucionalidade dessa legislação, que submete ao estudo e debate de todos os brasileiros, acrescenta o autor que a norma indigitada desobedece às exigências do “devido processo legal” e retira do Poder Judiciário a competência exclusiva do julgamento.

Finalmente, o Jornalista Plínio Vicente da Silva, Assessor de Comunicação Social do Tribunal de Contas de Roraima, discorre sobre “O Ensino nas Escolas e os Comandos Constitucionais”, entendendo que “a sociedade brasileira tem alguns obstáculos a vencer até que possa conseguir declarar-se, definitivamente, livre de qualquer preconceito religioso”, conforme explicita a Constituição, porquanto “o menosprezo a grupos religiosos vai além do combate a idéias e opiniões e resvala para o campo da ignorância”.

E, para o Jornalista Iônio Alves, Professor da Universidade Federal de Roraima e Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Roraima – SINJOPER, ao discorrer sobre o “Jornalismo Cidadão”, é necessário “debater sobre o papel do jornalista e que tipo de relacionamento deve ter o profissional de imprensa com os poderes”.

Aqueles, e a imprensa, devem preservar os direitos consignados na Carta Magna, uma vez que “do relacionamento do jornalista com a fonte de informação, seja de âmbito privado ou público, no caso do Poder Judiciário, necessariamente tem-se por premissa não violar a intimidade, a vida privada e a honra das pessoas”.

Desse elenco de estudos se pode concluir que Norte Jurídico – Revista Jurídica de Roraima, conduzida pelo Juiz Federal Helder Girão Barreto, Diretor do Foro e membro do Conselho Editorial; e tendo, na Coordenação e Revisão, Fernando Antonio Quintella Ribeiro; o Juiz Federal Carlos Alberto Simões Thomaz e os Procuradores de Justiça Sales Eurico Melgarejo Freitas e Edson Damas da Silveira, no Conselho Editorial; Murilo Lizardo de Souza Filho, na Revisão de Textos; e Fernando Antonio Quintella Ribeiro, como Jornalista Responsável, é leitura recomendada a quantos cultuam as letras jurídicas, prestando-se, da mesa forma, à divulgação de temas de interesse geral.

Como defende o Juiz Diretor Helder Girão Barreto, **Norte Jurídico** não tem a concepção básica "de ser arauto de teses doutrinárias", pois pretende, na verdade, "mesclar doutrina com temas do cotidiano".

É um trabalho coletivo, longe da "pretensão de revolucionar o mercado editorial específico da área do Direito", mas, sem dúvida, um canal democrático para a exposição de idéias, opiniões e, sobretudo, "para a defesa da lei e dos direitos inalienáveis do cidadão".

Ao seguir essa proposta, renovada e enriquecida a cada edição, **Norte Jurídico** credencia-se aos encômios que a ela registramos nos Anais do Parlamento pátrio.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, no momento em que o Brasil luta para abrir novas frentes de trabalho e busca estabilizar um já elevado índice de desemprego, tenho a satisfação de registrar o início das atividades, na manhã de hoje, do primeiro *Call Center Embratel* no Espírito Santo, instalado em Itaparica, Vila Velha.

Para nós, capixabas, esse empreendimento da Embratel, que é de alta relevância e alcance social, representou um investimento no Estado de cerca de 20 milhões de reais, traduzindo-se na efetiva geração de mais de mil novos postos de trabalho.

Assim, o Espírito Santo torna-se o quarto Estado brasileiro a receber o chamado *Call Center Embratel*, uma central de atendimentos da empresa, que coloca à disposição de seus clientes e usuários informações sobre toda a gama de produtos e serviços oferecidos, através do número gratuito 0800900021, denominado também de DDDúvidas.

Tão logo esteja operando com capacidade plena, o que deverá ocorrer nos próximos meses, a central de atendimentos empregará mil e duzentos profissionais. O que nos traz imensa alegria é o fato de que até o momento 70 por cento das posições já foram preenchidas, significando a contratação direta de 840 pessoas.

Estão sendo oferecidos postos para profissionais de nível médio, na função de representantes, que são os responsáveis pelo atendimento telefônico ao público, e de nível superior, com a contratação de funcionários que atuarão nas áreas administrativa, de supervisão e de gerência.

Para o pessoal de nível médio o salário inicial foi fixado em 500 reais, enquanto que para os quadros de nível superior, a remuneração média alcança a cifra de dois mil reais, com o menor salário atingindo mil e quinhentos reais.

Ora, quando a grande luta que o trabalhador brasileiro enfrenta hoje é a luta pela manutenção do emprego, no exato momento em que sofremos os duros ajustes da penosa, porém inexorável, emergência da chamada *nova economia*, a abertura de mil e duzentos novos postos de trabalho é razão mais do que suficiente para celebrarmos. E sinto-me especialmente gratificado, visto que patrocinei integralmente esta iniciativa.

Por tudo isso, Sr. Presidente, ao encerrar este rápido registro, congratulo-me com a Embratel, uma empresa absolutamente consciente de suas responsabilidades sociais, com o Governador José Ignácio, com o Prefeito Jorge Anders, e com a minha gente do Espírito Santo, em especial com a população de Vila Velha, por mais esta importante conquista que, em nome do povo capixaba, tive a honra de liderar.

Muito obrigado.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, Senhor Presidente, a chegada do novo milênio assinala, desde já, algumas preocupações com as quais a humanidade terá de conviver, e principalmente, superar se quiser continuar a desfrutar de vida com um mínimo de qualidade. Uma delas, é especialmente relevante, diz respeito a demanda e a oferta de água pura no globo terrestre, tanto para consumo humano direto ou para aproveitamento com outras finalidades também relacionadas com a sobrevivência da espécie humana. A forma atual com que grande parte da população mundial trata esse precioso bem é lastimável, beirando às raias da irresponsabilidade. Em todos os rincões do planeta terra esse abominável comportamento é suicida e repetidamente exibido. Tem-se que a água é amargo engano. É preciso mudar urgentemente o modo pelo qual a sociedade mundial trata a água. Esta, juntamente com o ar, como bens de livre acesso e uso comum, têm sido avaliados como infindáveis. E não é bem assim. Ao contrário, a água pura e inofensiva à saúde está ficando cada vez mais indisponível. Não se pode negligenciar com a qualidade e a quantidade de um bem da humanidade tão importante à sua própria sobrevivência.

Especialistas em demografia prevêm que em 2025 a população mundial estará próxima de 8 bilhões de pessoas, com mais da metade, cerca de 60% morando em grandes centros urbanos. Se isso se confirmar, segundo dados da ONU, cerca de 3 milhões de viventes terão menos de 1700 metros cúbicos de água por ano, disponibilidade considerada pelo conhecido organismo mundial como limite de alerta. Esses números, de certa forma, demonstram

que a abundância preconizada não é tão grande assim. Vejamos: 97,5% da água existência no mundo é salgada, originalmente imprópria para consumo pelo ser humano. O processo de dessalinização do líquido é caro, portanto, limitado a poucas nações, levando-se em conta o panorama econômico atual. Dos 2,5% restantes, apenas 0,1% pode ser tido como fonte de água doce utilizável, sem restrição; 1,5% corresponde a água glacial, com acesso contido e também muito dispendioso; e 0,9% de difícil acesso.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Este quadro restritivo mostra que a água é um bem cuja preservação e conservação não podem ser negligenciadas, sob a pena de inviabilizar a própria vida humana. Políticas intercontinentais com esses objetivos precisam ser intensamente deflagradas por organismos de alcance mundial e conduzidas com rígidos critérios técnicos e forma a beneficiar com a máxima abrangência possível a população mundial, pois, sendo, hoje a água utilizável um bem estatisticamente escasso para no ar o receio de que, num futuro não muito distante, conflitos bélicos possam acontecer pela disputa de sua obtenção e posse, a exemplo do que já ocorreu com o petróleo.

Nos chamados países do terceiro mundo o quadro de descaso e, por razões óbvias, ainda mais crítico. Nessas nações imperam não só a poluição ambiental como também o desperdício excessivo. No primeiro caso, facilitando não só a contaminação de águas correntes e subterrâneas. No segundo, mostrando uma atitude culposa decorrente de fatores socioeconômicos enraizados nos males estruturais do subdesenvolvimento. Nelas as condições insatisfatórias e inadequadas de saneamento básico exercem papel negativo no processo de manutenção da pureza e conservação da água que é consumida no dia a dia pela população. E poucas são as autoridades do poder público que se preocupam com o problema e com a seriedade que ele merece ser tratado, postergando indefinidamente soluções que deveriam ter sido implementadas.

O Brasil, por sua vez, possui inegavelmente um das maiores reservas naturais de água do mundo. O país detém cerca de 11,6% de toda água doce superficial 70% desse total do planeta e concentram-se na bacia amazônica onde vivem apenas 7% da população brasileira. Mesmo com esse considerável estoque e enorme vazio populacional é frequente a constatação de poluição ambiental afetando o patrimônio aquático regional. No Centro-Oeste,

Nordeste e Sul, onde habitam os outros 93% da população, existem muitas áreas que enfrentam problemas sérios de abastecimento de água potável em consequência do elevado grau de poluição, desperdício e da crescente demanda urbana, estratificada em consumo residencial, comercial e industrial. Não se pode deixar de mencionar ainda a intensificação do consumo irrigação moderna de água despoluída para a irrigação agrícola, tecnologia que está mudando o perfil aumentando cada vez mais a necessidade do insumo em boas condições de salubridade.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, aqui, no Brasil, felizmente vem se criando uma consciência nacional sobre a importância de se dispor de mecanismos para a proteção dos recursos hídricos. A criação da Agência Nacional de Águas (ANA), órgão governamental ao qual caberá zelar pelo uso adequado e correto desses recursos é uma boa mostra dessa nova postura. Vários estados brasileiros também se movimentam com esse objetivo buscando a criação ou aprimoramento da legislação pertinente. Entidades privadas como a ABRH (Associação Brasileira de Recursos Hídricos), a ABAS (Associação Brasileira de Águas Subterrâneas), a ABES Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental) e a ANEEL Agência Nacional de Energia Elétrica desempenham relevante papel no contexto desse novo cenário. É a partir da conjugação de esforços entre sociedade e governo que serão alcançados a conscientização e os meios necessários ao estabelecimento de uma política nacional de preservação de recursos hídricos, importante vetor para que se tenha a tão desejada qualidade de vida a ser obtida com harmonia e em perfeito equilíbrio com o desenvolvimento econômico e tecnológico, caminho de via única e apto a gerar um padrão de comportamento social capaz de assegurar as gerações atuais e futuras a saudável perpetuação da espécie humana.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB - GO) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, considero ser dever de toda a Nação saudar com esperanças o plano antiviolação anunciado ontem pelo Governo Federal. A sociedade brasileira vive a síndrome do medo, e a letargia oficial, convivendo com a violência de todos os dias, sem reagir, fazia aumentar a sensação de impunidade para o crime, com reflexos diretos nos sentimentos de auto-estima de cada cidadão. Desprotegido, sentindo-se refém do poder ilimitado dos bar-

didos, o nosso povo vê agravar-se, com a violência crescente, uma crise de cidadania que tem raízes em outras carências sociais, como a falta de emprego, a crise dos sistemas públicos de saúde, a insuficiência dos sistemas coletivos de transporte, a redução do poder de compra dos salários, a falta de moradias e a escassez de investimentos em programas básicos de saneamento.

Insisto em que o governo tinha que agir, no mínimo para dar uma satisfação à sociedade. As manchetes diárias tingem de sangue e vestem de luto a expectativa mínima de cada ser humano, que é o direito à sobrevivência. A tragédia que matou o assaltante e a professora, no Rio de Janeiro, levada a todo o país pela cobertura simultânea das redes de televisão, esgotou todos os limites de tolerância e multiplicou as cobranças da mídia. Matéria de capa das grandes revistas de circulação nacional e dos jornais mais importantes, a violência passou a ser a bandeira política número um dos candidatos a prefeito das duas principais capitais do país – Rio de Janeiro e São Paulo.

Reconheço os méritos das decisões anunciadas pelo Palácio do Planalto, sobretudo a concentração das políticas públicas de combate ao crime no Ministério da Justiça, mas não posso deixar de lamentar que, por demorar tanto, o governo seja obrigado a combater agora o incêndio, pelo caminho inverso. Ou seja: por ignorar as causas, o governo combate agora os efeitos. O Brasil sabe que os investimentos sociais caíram drasticamente nos últimos anos, enquanto os índices de exclusão aumentavam. Ao mesmo tempo, grandes empresas, sistemas bancários e famílias de classe média alta investiram pesados recursos em segurança. Recursos que enriquecem a indústria da antiviência, que é afinal a grande beneficiária de nossas omissões, que são uma forma de violência contra os mais pobres. Quantas escolas, quantos hospitais, quantos centros de recuperação anti-drogas, quantas casas populares seriam construídos com esse dinheiro, reduzindo o número de excluídos e de criminosos potenciais? É uma inversão que torna oportuníssima a pergunta que foi feita em artigo pelo jornalista Gilberto Dimenstein, da **Folha de São Paulo**: Guga poderia virar um assassino? Se as circunstâncias sociais fossem invertidas, Sandro do Nascimento, o assaltante da linha 174 do Rio de Janeiro poderia ser o campeão de Roland Garros, recebendo as glórias que foram tributadas a Guga. E o nosso campeão de tênis poderia ter o mesmo destino, vivendo a miséria do submundo da droga?

Senhoras e senhores senadores, o pacote anti-violência concorreu em destaque, na imprensa de hoje, com uma outra notícia que reflete a gravidade de nossas questões sociais. Relatório da Organização Mundial de Saúde coloca o Brasil num vergonhoso 125º lugar no **ranking** internacional de saúde pública. É um fato inexplicável para um país que ostenta a posição invejável de décima economia do mundo. Outro fato recente ajuda a demonstrar a realidade irrecusável de que estamos caminhando na contramão das soluções estratégicas de longo prazo: um país que quer combater a violência, que é o produto mais direto e visível da miséria e da exclusão social, não pode cortar mais de 7 bilhões de reais em investimentos para as áreas sociais.

Repito que o programa é um sinal alentador de que o governo está caminhando na direção certa, ao agir no aperfeiçoamento dos sistemas de repressão, e ao anunciar mais de cem medidas diferentes para combater a criminalidade. Mas as grandes decisões sociais, aquelas de caráter preventivo, continuam guardadas num escaninho invisível de possibilidades futuras. A moradia, como o sítio, protetor do espírito de família, do calor humano, continua sendo a grande dívida social do governo. E continuam faltando indicações seguras de que os jovens que estão na periferia das megalópoles terão alternativas de integração social que os levem a outros caminhos que não sejam os da droga e da criminalidade. Enfim, senhoras e senhores senadores, as medidas anunciadas pelo governo foram importantes, mas, para as dimensões das mazelas brasileiras que induzem à marginalização social e à violência, creio que estamos adotando uma solução pela metade. Reconheço as dificuldades do governo para viabilizar o ajuste fiscal e cumprir as metas acertadas com o FMI. Mas algum caminho político terá que ser encontrado para alterar radicalmente a nossa agenda de compromissos com os mais pobres. Uma dessas alternativas é a renegociação do serviço da dívida e o alongamento dos prazos, para que sobre um pouco para os programas sociais e para a redução das causas verdadeiras da violência pública.

Era o que tinha a dizer, sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de segunda-feira, dia 26, a realizar-se às quatorze horas e trinta minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1 Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2000 (nº 2.549/2000, na Casa de origem) Presidente da República	Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências. Pareceres sob n.ºs: - 649/2000-CCJ, Relator: Senador Francelino Pereira, favorável, com abstenção do Senador José Eduardo Dutra; e - 650/2000-CAS, Relator: Senador Romero Jucá, favorável, com votos contrários do Senador Geraldo Cândido e da Senadora Emilia Fernandes, e, em separado, da Senadora Heloísa Helena.	Votação, em turno único. (Em regime de urgência - art. 64, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno).
2 Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 1999 Senador Lúcio Alcântara e outros	Dá nova redação à alínea "c" do inciso I do art. 12 da Constituição Federal (nacionalidade brasileira). Parecer nº 589/2000-CCJ, Relator: Senador Amir Lando, oferecendo a redação para o segundo turno.	Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno. (Votação nominal) A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 21.06, quando teve sua discussão adiada para esta data.
3 Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2000 Senador Bernardo Cabral e outros	Dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 73 da Constituição Federal (condição de nomeação de Auditor para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União). Parecer nº 559/2000-CCJ, Relator: Senador Amir Lando, favorável.	Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno. (Votação nominal) A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 21.06, quando teve sua discussão adiada para esta data.
4 Projeto de Lei do Senado nº 124, de 1999 - Complementar Senador José Eduardo Dutra	Estabelece normas de acesso ao SIAFI - Sistema de Administração Financeira - e outros sistemas de informações de órgãos públicos, e dá outras providências. Pareceres sob n.ºs: - 395/99-CCJ, Relator: Senador Iris Rezende, favorável nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que oferece; - 978/99-CAE, Relator: Senador Roberto Saturnino (em audiência, conforme Requerimento nº 548/99), favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), com Subemendas n.ºs 1 e 2-CAE, que apresenta; e	Discussão, em turno único. (Votação nominal) A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 21.06, quando teve sua discussão adiada para esta data.

- 566/2000-CAE, Relator: Senador Roberto Saturnino (em reexame, nos termos do Requerimento nº 190/2000), favorável, nos termos dos Pareceres anteriores, com Subemendas nºs 3 a 6-CAE.

5
Proposta de Emenda à
Constituição nº 86, de
1999

Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Segundo dia de discussão,
em primeiro turno.

(nº 82/95, na Câmara dos
Deputados)

Parecer nº 598/2000-CCJ, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com abstenções dos Senadores Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Lúcio Alcântara, Edison Lobão e Djalma Bessa

6
Projeto de Decreto
Legislativo nº 186, de
1995

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Goiatuba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiatuba, Estado de Goiás.

Discussão, em turno único.

(nº 102/95, na Câmara
dos Deputados)

Parecer nº 156/2000-CE, Relator: Senador Iris Rezende, favorável, com abstenções dos Senadores Roberto Saturnino e Jefferson Peres.

7
Projeto de Decreto
Legislativo nº 232, de
1999

Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Nossa Senhora Aparecida para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo.

Discussão, em turno único.

(nº 111/99, na Câmara
dos Deputados)

Parecer nº 169/2000-CE, Relator: Senador Lúcio Alcântara, favorável, com abstenções dos Senadores Roberto Saturnino e Jefferson Peres.

8
Projeto de Decreto
Legislativo nº 233, de
1999

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Morada do Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.

Discussão, em turno único.

(nº 112/99, na Câmara
dos Deputados)

Parecer nº 170/2000-CE, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com abstenção do Senador Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 58 minutos.)

(OS 15353/00)

**AGENDA CUMPRIDA PELO
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

21-6-2000
Quarta-feira

11h30 – Senhor Ari de Carvalho, Presidente do
Jornal **O Dia**

15h30 – Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Federal

**CONSELHO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar convoca a 11ª Reunião do Conselho, a realizar-se no dia 27 de junho próximo, terça-feira, às 9h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir o Senador Luiz Otávio, nos autos da Denúncia nº 1, de 2000, conforme requerido pela Srª Relatora, Senadora Heloísa Helena.

Brasília, 20 de junho de 2000. – Senador **Ramet Tebet**, Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 671, DE 2000**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 008263/00-0, resolve dispensar o servidor **EDUARDO FERREIRA GOMES**, matrícula 1137, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comis-

sionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, da Subsecretaria de Ata, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Secretaria-Geral da Mesa, com efeitos financeiros a partir de 16 de junho de 2000.

Senado Federal, 21 de junho de 2000. – **Agaciel da Silva Maia**.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 672, DE 2000**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 008262/00-4, resolve dispensar o servidor **FRANCISCO SEVERINO DO NASCIMENTO**, matrícula 1092, ocupante do cargo efetivo de técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Secretaria-Geral da Mesa, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Ata, com efeitos financeiros a partir de 16 de junho de 2000.

Senado Federal, 21 de junho de 2000 – **Agaciel da Silva Maia**.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 673, DE 2000**

Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo ato do presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta no processo nº 008368/00-7, resolve exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **JOÃO MASCARENHAS DE MORAES**, matrícula 31203, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Carlos Patrocínio.

Senado Federal, 21 de junho de 2000 – **Agaciel da Silva Maia**.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 674, DE 2000**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta no Processo nº 008412/00-6, resolve

exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, IRISVANDA ALMEIDA CUNHA, matrícula 30376, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Ronaldo Cunha Lima, a partir de 19 de junho de 2000.

Senado Federal, 21 de junho de 2000. – **Agaciel da Silva Maia.**

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 675, DE 2000

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta no Processo nº 008414/00-9, resolve exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, FERNANDA CLÁUDIA MENDES FARIAS, matrícula 31349, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Primeiro Secretário, a partir de 19 de junho de 2000.

Senado Federal, 21 de junho de 2000. – **Agaciel da Silva Maia.**

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 676, DE 2000

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta no Processo nº 008421/00-5, resolve exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, LÚCIA VALENA BARROSO PEREIRA CARNEIRO, matrícula 31400, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Ademir Andrade.

Senado Federal, 21 de junho de 2000. – **Agaciel da Silva Maia.**

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 677, DE 2000

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 008413/00-2, resolve nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, Irisvanda Almeida Cunha para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parla-

mentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do 1º Secretário.

Senado Federal, 21 de junho de 2000. – **Agaciel da Silva Maia.**

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 678, DE 2000

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 008411/00-0, resolve nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, ALMIR SERRANO VELOSO para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do 1º Secretário.

Senado Federal, 21 de junho de 2000. – **Agaciel da Silva Maia.**

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 679, DE 2000

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 008410/00-3, resolve nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, FERNANDA CLÁUDIA MENDES FARIAS para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ronaldo Cunha Lima.

Senado Federal, 21 de junho de 2000. – **Agaciel da Silva Maia.**

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 680, DE 2000

O Diretor-geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 008415/00-5, resolve tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral nº 634/2000, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 2.133, de 12-6-00 que nomeou FERNANDO NETTO LORENZI, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do

Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Íris Rezende.

Senado Federal, 21 de junho de 2000. – **Agaciel da Silva Maia.**

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 681, DE 2000**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005663/00-8, resolve dispensar o servidor EDEVALDES ALVES, matrícula 2443, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 6 – Especialidade de Artesanato, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador Amir Lando, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 25 de abril de 2000.

Senado Federal, 21 de junho de 2000. – **Agaciel da Silva Maia.**

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 682, de 2000**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01. GSAA nº 303/00, resolve nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, ELIAS JOSÉ DE CARVALHO FRANCES para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ademir Andrade.

Senado Federal, 21 de junho de 2000. – **Agaciel da Silva Maia.**

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 683, de 2000**

O Diretor-geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente

do Senado Federal nº 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta no Processo nº 008406/00-6, resolve exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, MARIA AUXILIADORA PARENTE ELVAS BARJUD, matrícula 30.053, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Liderança do PPB.

Senado Federal, 21 de junho de 2000. – **Agaciel da Silva Maia.**

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 684, DE 2000**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 008439/00-1, resolve nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, CID NOGUEIRA para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPB.

Senado Federal, 21 de junho de 2000. – **Agaciel da Silva Maia.**

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 685, DE 2000**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, resolve dispensar, a servidora CLEANE REGINA BATISTA RODOPIANO DE OLIVEIRA, matrícula 3784, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, da Subsecretaria Técnica de Eletrônica, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, com efeitos financeiros a partir de 15 de junho de 2000.

Senado Federal, 21 de junho de 2000 – **Agaciel da Silva Maia.**

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

(1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)

Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna
5. Amir Lando

1. Marluce Pinto
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)
5. (Vago)

PFL

1. Geraldo Althoff
2. Francelino Pereira
3. Paulo Souto
4. Juvêncio da Fonseca

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Djalma Bessa
4. Freitas Neto

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Osmar Dias
3. José Roberto Arruda

1. Antero Paes de Barros
2. Luzia Toledo
3. Romero Jucá

Bloco de Oposição

1. Lauro Campos
2. Heloisa Helena
3. Jefferson Peres

1. José Eduardo Dutra
2. Marina Silva
3. Roberto Saturnino

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor do Senado) – SP/2051 (PFL)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

**Fone: 311-3265
311-4552**

SECRETARIA - GERAL DA MESA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)

DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)

JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)

CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)

HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:	CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
	CAS	- JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608) - ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: (3515)
	CCJ	- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612) - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
	CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604) - PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
	CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935) - AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
	CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
	CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496) - MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2481/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4348	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA (3)	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3248
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLYC - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. PAULO HARTUNG - PPS (1)	ES	1129/1031
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Licenciado, a partir de 22/5/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA (2)	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3108
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4208
RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. RICARDO SANTOS	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTONIO VILELA FILHO	AL	4083/4095
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/5/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jraco@senado.gov.br

2.1) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

Presidente: SENADORA MARLUCE PINTO
Vice-Presidente: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
Relatora: SENADORA HELOÍSA HELENA

PMDB	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
PSDB	
OSMAR DIAS	PR-2121/25
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jraco@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

2.2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Presidente: SENADOR LUIZ ESTEVÃO
Vice-Presidente:

PMDB	
LUIZ ESTEVÃO MARLUCE PINTO	DF-4064/65 RR-1301/4062
PFL	
JUVÊNCIO DA FONSECA DJALMA BESSA	MS-1128/1228 BA-2211/17
PSDB	
ANTERO DE BARROS	MT-1248/1348
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
SEBASTIÃO ROCHA(PT)	AP-2241/47
PPB	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracs@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1807	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. VAGO		
ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTONIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2204	1. SEBASTIAO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

3.1) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

Presidente:
Vice-Presidente:

(7 membros)

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1

BLOCO DE OPOSIÇÃO - 1

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4066	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3088/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3246/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2126
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMÍLIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999. Licenciado a partir de 26/5/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: João Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes das Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

4.1) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

Presidente:
(9 titulares)

PMDB	
AMIR LANDO GERSON CAMATA PEDRO SIMON	RO-3130/32 ES-3203/04 RS-3230/32
PFL	
DJALMA BESSA ROMEU TUMA	BA-2211/17 SP-2051/57
PSDB	
ÁLVARO DIAS ARTUR DA TÁVOLA	PR-3206/07 RJ-2431/37
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
GERALDO CÂNDIDO – PT EMÍLIA FERNANDES – PDT	RJ-2171/77 RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

Presidente: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
Relator: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(6 titulares e 6 suplentes)

PMDB			
JOSÉ FOÇAÇA MAGUITO VILELA	RS- 1207/1607 GO- 3149/50	1- AGNELO ALVES 2- GERSON CAMATA	2461/67 3203/04
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/57
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/07
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)			
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
PPB			
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

IÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS

ETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
ONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
11-3121

E: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY

Vice-Presidente: CARLOS WILSON

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2481/2487
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA (2)	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3246/3248	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY – PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO – PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/5/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3108
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3037
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074
ARLINDO PORTO PTB (cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
TEOTONIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA(2)	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2281/2282
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3184/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2261/2265			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ROBERTO SANTOS	ES	2022/2024	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/5/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 - Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES

MEMBROS SUPLENTEs

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	## 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	0 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	001	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	0 EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	0 ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	* ALA SEN. AFONSO ARINOS
0000 ALA SEN. DINARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

SENDA:	
GAB	LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES	LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DE COMISSÃO:

ENDEREÇO: CAMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASILIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

Http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)

mail: comissao@abordo.com.br

SECRETARIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSOR TÉCNICO: Dra. MARIA CLAUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2. Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor e Legislação Correlata



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Com 115 páginas, traz índice temático remissivo, elaborado por Alcides Kronenberger e Maria Celeste J. Ribeiro.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

**Código de Proteção
e Defesa do Consumidor
e Legislação Correlata**

Brasília - 1997

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome: _____			
Endereço: _____			
Cidade: _____		CEP: _____	UF: _____
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



Catálogo da Exposição de História do Brasil – Coleção Brasil 500 Anos – Edição fac-similar, organizada por Ramiz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R\$ 60,00

Clodomir Cardoso – Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado
Obra organizada por Luciano de Sousa Dias, com 580 páginas. Traz a biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.



Preço por exemplar: R\$ 10,00



O Projeto do Código Civil no Senado Federal – Projeto de Lei do Código Civil, em dois volumes. No primeiro, textos elaborados e revistos, os pareceres do Relator-Geral e os dados da discussão e votação da matéria no Plenário. No segundo volume encontram-se as contribuições dos juristas ao trabalho legislativo.

Preço (dois volumes): R\$ 30,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

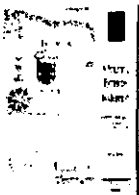


Oito Anos de Parlamento – Coleção Biblioteca Básica Brasileira – Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00

O Brasil no Pensamento Brasileiro – Coleção Brasil 500 Anos – “Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso”. Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



A Política Exterior do Império – Coleção Biblioteca Básica Brasileira – Edição fac-similar, em três volumes. Obra clássica da história diplomática brasileira que apresenta um panorama e uma análise das relações internacionais do país no século XIX. De autoria de J. Pandiá Calógeras.

Preço (três volumes): R\$ 60,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo “depósito identificado (código dv)/finalidade” com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Catálogo da Exposição de História do Brasil

Coleção Brasil 500 Anos

Edição fac-similar, organizada por Ramiz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R\$ 60,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

SENADO
FEDERAL



SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES

EDIÇÃO DE HOJE: 280 PÁGINAS